

An aerial photograph of a town in a forested area. The town is built on a hillside, with many houses and buildings. There are roads, a central square, and a large open area with trees. The background shows a dense forest.

CAPITALISMO NA FLORESTA

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
SUL DO PARÁ

Fábio Carlos da Silva

CAPITALISMO NA FLORESTA

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
SUL DO PARÁ



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Editor-Chefe: Durbens Martins Nascimento

Coordenadora de Editoração: Aurilene Ferreira

Conselho Científico

Presidente – Prof. Dr. Durbens M. Nascimento – Universidade Federal do Pará.

Vice-Presidente – Prof. Dr. Sílvio José de Lima Figueiredo – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade Nacional de Brasília.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba.

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia.

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France.

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal.

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University – Nova York, EUA.

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará.

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – Interino

Fábio Carlos da Silva

CAPITALISMO NA FLORESTA

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
SUL DO PARÁ



Belém - 2019

Editoração eletrônica
Ione Sena

Foto da capa
Wilson Batista

Capa
Ione Sena

Revisão
Albano Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Silva, Fábio Carlos da

Capitalismo na floresta: história econômica e social do município de Redenção,
Sul do Pará / Fábio Carlos da Silva. – Belém, PA: NAEA, 2019.

278 p.: il.; 23 cm.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-189-8

1. Capitalismo – Redenção (PA). 2. História econômica. 3. História social. 4.
Florestas – Redenção (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 330.122098115

Elaborado por Rosângela Caldas Mourão - CRB 2/888

Direitos reservados à Editora NAEA
Texto revisado conforme as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
PRÓLOGO	15
PARTE I	
FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO SUL DO PARÁ	
(1890-1959)	
1 Fronteira, frentes de expansão e frentes pioneiras	23
2 A Terra dos Caiapós e a formação da fronteira camponesa na Amazônia	37
3 Primórdios da ocupação do Sul do Pará	45
4 A economia pastoril nos campos do Araguaia paraense	51
5 A exploração da borracha nas matas do Xingu	57
6 Os povoados sertanejos e a corruptela de Solta	67
7 Economia e sociedade nos sertões do Araguaia paraense	73

PARTE II

FORMAÇÃO DA FRENTE PIONEIRA DE REDENÇÃO (1960-1968)

8	A rodovia Belém-Brasília e a especulação imobiliária	87
9	A chegada dos bandeirantes modernos no Sul do Pará	93
10	A venda das terras devolutas em Conceição do Araguaia	103
11	A formação dos latifúndios paulistas na Amazônia	113
12	As empresas agropecuárias pioneiras: SANTA TEREZA e CODESPAR	123
13	As mudanças socioambientais no Araguaia paraense	141
14	A transformação da floresta em mercadoria e o crescimento da pecuária	149

PARTE III

CAPITALISMO NA FLORESTA (1969-2019)

15	O surgimento de uma cidade na Amazônia	161
-----------	--	-----

16	Formação do núcleo urbano de Redenção	171
17	Rodovias, desmatamento e exploração madeireira	185
18	A terra do índio e do ouro	195
19	Os pioneiros que ajudaram a construir a cidade	207
20	A área mais tensa do país	223
21	De vilarejo a município polo do Sul do Pará	229
EPÍLOGO		243
NOTAS		249
REFERÊNCIAS		267

Prefácio

Esse livro começou a ser escrito no final da década de 1970, quando Redenção ainda era um distrito de Conceição do Araguaia. Nessa época realizei o estudo da frente pioneira que estava em seus primeiros anos como tema de dissertação de mestrado defendida em 1982 no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, intitulada “Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia oriental brasileira”.

Quase trinta anos depois tive a oportunidade de retornar à cidade de Redenção e constatar que a precária biblioteca pública local não dispunha em seu acervo de um estudo consistente sobre o processo histórico do surgimento e das mudanças ocorridas no povoado que havia estudado, e que transformaram aquela vila de pouco mais de cinco mil habitantes no final dos anos 1970, no município mais desenvolvido do Sul do Pará, com edifícios modernos e condomínios residenciais mais sofisticados do que os melhores existentes na capital do estado.

Resolvi então escrever esse livro, revisando, atualizando e complementando as informações produzidas em minha dissertação de mestrado. Voltei a Redenção diversas vezes e fiz várias entrevistas, algumas, inclusive, com os mesmos informantes que havia entrevistado em 1978, entre os quais o sr. Ademar Guimarães, único pioneiro remanescente da expedição de 1959 que daria origem à frente pioneira de Redenção. Fui a Goiânia para conhecer e complementar informações com os filhos do sr. Luiz Vargas Dumont, fundador de Redenção e falecido em 1994. Identifiquei, nesse segundo momento, em diversos arquivos e bibliotecas, o que havia sido produzido sobre Redenção e atualizei as informações, resolvendo prestar uma homenagem ao município nesse ano de 2019, quando a cidade completa cinquenta anos de existência.

O procedimento metodológico adotado nos dois momentos da pesquisa constou, basicamente, de identificação, seleção e análise de informações referentes às frentes de expansão e frentes pioneiras no Brasil e material bibliográfico e documental sobre a região Sul do Pará, em geral, e de Redenção, em particular.

A pesquisa de campo, realizada nas cidades de Redenção e Conceição de Araguaia, constituiu-se de observações diretas e entrevistas.

Nas observações diretas, procurou-se canalizar as informações pertinentes a alguns fenômenos que nos possibilitassem identificar as características das forças produtivas regionais e das relações de produção vigentes no campo e na cidade.

Já as entrevistas consistiram no recolhimento de depoimentos tomados tanto na cidade de Redenção quanto no meio rural. Foram entrevistados componentes das diversas classes e camadas sociais, envolvidos direta ou indiretamente na formação socioeconômica regional, que possuíssem informações ou histórias de vida significativas para o objetivo do presente trabalho. Foram entrevistados posseiros – antigos e recentes – trabalhadores rurais (peões), “gatos”, proprietários de pensões e outros estabelecimentos comerciais, fazendeiros, empresários, políticos e trabalhadores urbanos em geral.

Finalmente, de posse dos dados primários (pesquisa de campo) e secundários (estudos, textos e artigos de jornais, revistas e periódicos referentes à área da pesquisa) acoplados a revisão teórica atinente ao temário em estudo, procedeu-se à estruturação e à redação final do trabalho.

Devido à escassez de informações referentes à zona pioneira de Redenção, bem como da sociedade e economia regional que a antecedeu, os capítulos sobre a origem e constituição de Redenção estão calcados nos dados levantados na pesquisa de campo. Nesse sentido, os depoimentos dos habitantes remanescentes das frentes pecuárias e do caucho, agregados às informações dos “pioneiros” que chegaram na região principalmente após a

construção da rodovia Belém-Brasília, foram de fundamental importância para a concretização desse livro.

Agradeço, portanto, a todas as pessoas e instituições que colaboraram nos dois momentos da pesquisa, inclusive aqueles que já não estão mais entre nós, especialmente as pessoas entrevistadas no município de Redenção, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos e grandes fazendeiros, trabalhadores rurais e posseiros, sem as quais seria impossível veicular o processo de formação e desenvolvimento da frente pioneira de Redenção.

Ao professor Octávio Ianni (*in memoriam*), que despertou meu interesse pelo estudo das frentes pioneiras e sugeriu o estudo sobre a região de Redenção. A Ademar Guimarães, pela acolhida em seu hotel, em 1978 e 2006, e pelas informações e referências que ajudaram a balizar o estudo, sou muito grato. Aos familiares de Luiz Vargas Dumont, agradeço a acolhida e recepção afetuosa que proporcionaram, a mim e minha família, em Goiânia. Valda Ramos da Silva, esposa e viúva de Gerudes Gomes da Silva, forneceu informações importantes sobre a vida de um dos pioneiros de Redenção. Agradecimento especial a Maria de Fátima da Silva, esposa e amiga, que acompanhou-me nas viagens que fiz a Redenção, auxiliando-me na pesquisa de campo.

Fábio Carlos da Silva

Prólogo

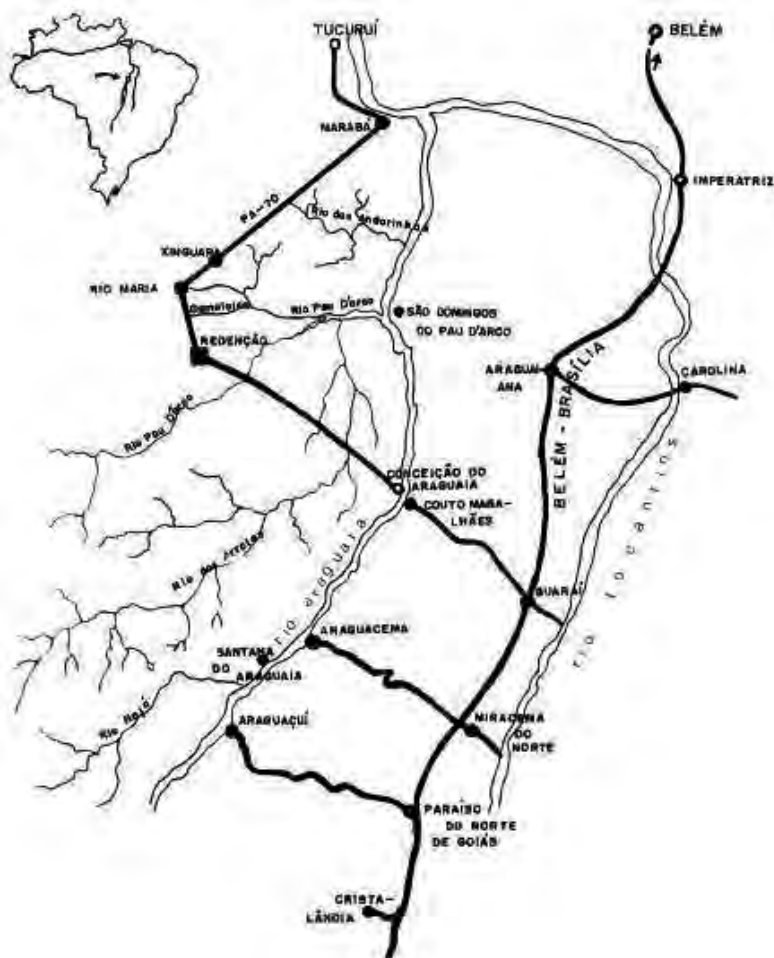
A história econômica e social da região do Araguaia paraense, em geral, e do município de Redenção, em particular, insere-se na temática referente à expansão da fronteira econômica brasileira para o sul da Amazônia brasileira que ocorre, inicialmente, no começo do século XX, com a exploração da borracha de caucho nas matas do Xingu, e meio século depois, com a instalação de empreendimentos agropecuários do centro-sul na região, em decorrência da abertura da rodovia Belém-Brasília em 1960.

O advento da frente pioneira de Redenção está diretamente relacionado ao esgotamento da fronteira econômica no Centro-Sul do Brasil, que ocorreu após o significativo povoamento da região Sudeste, alicerçado na expansão geográfica e econômica da atividade cafeeira, primeiro no Oeste Paulista e em seguida no norte do estado do Paraná.

O interesse pela ocupação mais intensiva dessa área da Amazônia brasileira é decorrência, portanto, das necessidades impostas pelo mecanismo regulador da atividade capitalista (acumulação do capital), que fizeram com que as empresas do Centro-Sul, e de outros países, buscassem oportunidades de investimento, quer em atividades produtivas, por meio da instalação, em áreas de fronteira, de empresas agropecuárias ou mineradoras, ou simplesmente investindo na aquisição da terra como precaução antiinflacionária (reserva de valor e especulação imobiliária).

Além disso, a construção da rodovia Belém-Brasília e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, que concedeu incentivos fiscais a pessoas jurídicas e físicas que investissem na Amazônia, agilizaram o processo de tomada de decisão dos empresários do Centro-Sul, principalmente de São Paulo, em se instalar na área.

Figura 1 – Mapa da área pesquisada



A região que atualmente corresponde à área diretamente polarizada pela frente pioneira de Redenção compreende o território de campos naturais dos vales dos rios Arraias e Pau D'Arco, passando por uma área de transição entre o cerrado e a floresta, conhecida como Boca da Mata,

onde hoje se localiza a cidade de Redenção, e a própria floresta primária, rica em espécies vegetais, minerais e animais, que atualmente corresponde aos municípios de Redenção, Pau D'Arco, Rio Maria, Bannach, Cumaru do Norte e a parte ocidental de Santa Maria das Barreiras.

A história dessa região da Amazônia oriental, e da frente pioneira de Redenção, pode ser dividida em quatro fases: frentes de expansão no Araguaia paraense; transição da economia camponesa para economia capitalista; constituição da frente pioneira de Redenção e urbanização e consolidação do município. Cada fase dessa história será abordada nesse livro.

A parte I analisa o período correspondente ao final do século XIX até 1960, que tem início quando a sociedade nacional, por meio das frentes de expansão, passa a penetrar os campos da margem esquerda do rio Araguaia na orla da fronteira paraense. Neste período, praticamente o que predominou no território do atual município de Redenção foi a economia camponesa pastoril, permeada pelos dois ciclos extrativistas da borracha de caucho. Somente na época áurea da borracha é que a organização social da produção de predominância campesina subordina-se à economia mercantil extrativista da borracha.

Durante a exploração intensiva da borracha na região, assiste-se ao domínio aparente do capital comercial sobre o modo de produção camponês. Aparentemente, no sentido de domínio indireto, pois, na verdade, quem subordinou tanto o capital comercial, representado pelos seringalistas, casas aviadoras e casas exportadoras, quanto a atividade extrativa, representada pelos caucheiros, no caso de nossa área de estudo, foi o capital industrial, representado pelas empresas produtoras de artefatos de borracha.

Foi o capital industrial, portanto, que determinou a maior ou menor mobilização do capital comercial. Igualmente, estabeleceu o ritmo da produção, provocou o surgimento e o desaparecimento de

corruptelas, povoados e cidades, na área envolvida no circuito da produção e comercialização, e foi o fator principal na determinação dos fluxos migratórios concernentes às frentes de expansão da sociedade nacional.

Nesse período houve uma relativa monetarização na economia local. Nas diversas fases econômicas, a região de Redenção sempre serviu de ponto de apoio ao capital industrial, ainda que de maneira indireta e implícita. O local em que hoje se situa a cidade de Redenção, outrora se chamava Solta (Santo Antônio da Solta). A origem do nome deveu-se ao fato de que o pequeno povoado sertanejo era um ponto de apoio às tropas de caucheiros que demandavam as matas do Xingu em busca da borracha. Quando chegavam na boca da mata, isto é, na área lindeira entre os campos de Conceição do Araguaia e a floresta amazônica, exatamente onde atualmente está o cemitério de Redenção, os tropeiros faziam uma parada na corruptela para descanso e reabastecimento do comboio. Aproveitavam então, para soltarem os burros, tirando-lhes a goma do lombo. Adveio daí o nome de Solta.

Esse povoado sertanejo nasceu e desapareceu no “boom” da borracha e um dos moradores mais antigos da região, cujo avô antecedeu a chegada de frei Gil de Vila Nova em Conceição do Araguaia, nos informou que o lugar antigamente era conhecido por Gerais, não existindo cristãos habitando a área, somente os índios Caiapó.

Na época em que ocorreu a extração da borracha de caucho nas matas do Xingu, na área que corresponde atualmente à zona urbana do município de Redenção, existia o povoado de Solta, que servia de infraestrutura para o capital comercial, contribuindo, portanto, já no início do século XIX, para a acumulação do capital industrial, na medida em que o caucho era utilizado como matéria-prima para a indústria de artefatos de borracha das economias dos países industrializados, principalmente Estados Unidos e Inglaterra.

A parte II desse livro corresponde à época de transição da prevalência da economia camponesa para a economia capitalista, com a emergência da frente pioneira. Foi nesse período que fazendeiros e empresários da região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, adquiriram milhares de hectares dos campos e das matas do Xingu junto ao Governo do Estado do Pará, e constituíram os maiores latifúndios paraenses controlados por capitais nacionais. A rodovia Belém-Brasília e as estradas vicinais construídas pelos estados de Goiás (ramal Guaraí-Couto Magalhães), e Pará (Rodovias PA-150 e PA-78, respectivamente, Conceição do Araguaia-Marabá e Redenção-Barra do Garças/MT), foram determinantes para a instalação da zona pioneira.

Finalmente a parte III aborda a fase recente da história regional – 1969 a 2019 –, quando Redenção se consolida como centro da frente pioneira e município polo do Sul do Pará. Luiz Vargas Dumont, agrimensor que veio de Goiânia para a Amazônia como administrador da fazenda Santa Tereza, em 1961, tinha muita habilidade em negócios ligados à demarcação, compra e venda de terras devolutas. Em finais de 1969, tendo se desligado dos negócios da fazenda Santa Tereza, resolveu lotear parte de uma gleba que havia adquirido do governo paraense. Na verdade, ele havia percebido, em 1969, a localização estratégica destas terras em relação aos projetos agropecuários que cada vez mais se instalavam nas redondezas, incentivados pelo Estado, via SUDAM. Ele pensou em constituir um ponto de apoio para as atividades das empresas agropecuárias do Centro-Sul que iam ocupando a região. Imediatamente, os peões, vaqueiros, “gatos”, capatazes, operários rurais e camponeses em geral, compraram os primeiros lotes e construíram suas rústicas moradas.

Rapidamente o local ganha um caráter urbanístico, emergindo a propriedade privada da terra como mediadora das relações de trabalho no campo e na cidade. Os conflitos sociais afloraram, pois, sendo a região permeada por ocupantes e posseiros, os interesses são adversos, e a luta

de classes torna-se aguda e explícita. Em 1981, com a descoberta do ouro na mata geral contígua à cidade de Redenção, esta converte-se em ponto de apoio para os milhares de brasileiros que passam a se deslocar para os garimpos da região, principalmente para o garimpo de Cumaru, em busca de enriquecimento rápido. O aeroporto local, que serviu como ilha divisória para a primeira avenida da cidade, teve que ser transferido para próximo do entroncamento, pois, repentinamente, passa a ter um dos maiores tráfegos aéreos do Brasil, em função dos constantes pousos e decolagens que dele partiam em direção aos garimpos da redondeza.

Quando o ouro escasseia, o gado assume a liderança da economia regional e o município, que se emancipou de Conceição do Araguaia em 1982, se tornará o mais urbanizado da região. Essa é a fase, portanto, da consolidação de Redenção como o município polo do Sul do Pará, passando a figurar entre os dez mais desenvolvidos do estado e o primeiro da região do Araguaia paraense, com a instalação de grandes empreendimentos econômicos vinculados aos maiores grupos empresariais do país e a modernização da cidade e do campo, que, contudo, continua ainda a conviver com deficiências de equipamentos e infraestrutura urbana e problemas sociais decorrentes da concentração demográfica e fundiária no município.

An aerial, black and white photograph of a city, likely Belém, Pará, Brazil. The image shows a dense urban landscape with numerous buildings, streets, and green spaces. A prominent tall building is visible in the upper center. The overall scene is a detailed view of a city's development.

PARTE I

FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL
DO SUL DO PARÁ (1890-1959)

1

Fronteira, frentes de expansão e frentes pioneiras

A região onde a partir da década de 1960 viria se instalar e desenvolver a frente pioneira que abarca a área urbana e rural do município de Redenção¹ era, até finais do século XIX, um território indígena ocupado pelos índios Caiapó, que, das terras a oeste do rio Araguaia até as orlas do rio Xingu, faziam seu habitat natural.

A partir do último decênio daquele século, os campos dos rios Arraias e Pau D'Arco, afluentes da margem esquerda do Araguaia, passam a ser paulatinamente ocupados pelos criadores de gado provenientes da região de Pastos Bons no Maranhão, que havia sido ocupada em meados do século XVIII, quando teve início o avanço da frente pastoril maranhense em direção ao rio Tocantins.²

A secular expansão da pecuária brasileira seria mais uma vez a responsável pela ampliação e incorporação de novas áreas sertanejas à sociedade nacional. A frente pastoril que parte da região dos Pastos Bons, no sul do Maranhão, e que vai avançar até os campos de Conceição do Araguaia, no Pará, pode ser entendida pelo caráter da estrutura econômica do país, que determina o modo e os interesses pelos quais novas áreas são incorporadas à sociedade nacional.

Tem lugar então um alargamento da fronteira camponesa pastoril, originária do sistema primário exportador, que agora partindo do Maranhão, atravessa o Tocantins, ocupando rapidamente as terras compreendidas

entre este e o Araguaia, e, nos últimos anos do século XIX atinge a própria margem esquerda deste último rio.

Estava, portanto, iniciado o processo de povoamento do sul do Pará por populações não indígenas e a frente pecuarista maranhense é quem, a princípio, ditaria a forma da atividade produtiva que viria a se instalar nos campos paraenses do Araguaia. Antes de se caracterizar como se organizou a economia e a sociedade na região onde se implantaria Redenção após a chegada dos primeiros vaqueiros de origem maranhense, em finais do século XIX, é oportuno apresentar os fundamentos históricos que ajudam a explicar esse processo de expansão da sociedade nacional para regiões ainda somente habitadas pelos indígenas, isto é, o movimento das frentes de expansão e das frentes pioneiras para as regiões de fronteira.

Frentes de expansão no Brasil

A ocupação do território brasileiro foi inicialmente promovida pelos índios. Com a chegada dos europeus no século XVI, verifica-se, inicialmente, a ocupação da faixa litorânea com o estabelecimento de engenhos de açúcar, principalmente em Pernambuco, Salvador e São Vicente. Para manutenção da economia açucareira, tem início, na segunda metade do mesmo século, a incursão nas áreas denominadas de sertão por duas frentes: os bandeirantes no Centro-Sul e os criadores de gado no Nordeste.

Os primeiros buscavam pedras preciosas e índios para a empresa açucareira que se estabeleceu no litoral brasileiro, e os criadores de gado buscavam áreas sertão adentro por não conseguirem terras próximas ao litoral, uma vez que essas eram dedicadas ao cultivo da cana. Portanto, etimologicamente, pioneiro ou frente pioneira, sugere uma onda expansionista em uma região ainda não habitada e seus componentes seriam os pioneiros na ocupação e colonização do lugar.

Nessa lógica, os pioneiros da ocupação no Araguaia paraense, seriam: primeiro os índios Caiapó, seguidos pelos vaqueiros maranhenses, pelos dominicanos, depois pelos promotores da exploração do caucho e finalmente pelos empresários que implantaram a agropecuária capitalista na região. Como isso não acontece, antes da análise da origem e da formação social e econômica de Redenção, torna-se necessário esclarecer mais detalhadamente o que é uma frente pioneira ou fronteira econômica e o que é frente de expansão, ou fronteira camponesa, para poder ficar esclarecido que a frente pioneira de Redenção representa a primeira frente capitalista da Amazônia Oriental Brasileira.

Assim, pode-se inferir que as formas de ocupação nas regiões de fronteira, principalmente no caso brasileiro mais recente, podem ser diferenciadas a partir da classe social que promove a ocupação ou pela dicotomia, modo capitalista de produção/modo camponês de produção. O primeiro geralmente provoca o surgimento da frente pioneira no meio rural e o segundo incita o desenvolvimento das frentes de expansão.

Apesar de frequentemente se utilizar o termo “fronteira” num sentido mais abrangente, caracterizando-a como um espaço geo-econômico que, dependendo das circunstâncias conjunturais (do centro ou da periferia) pode, em determinados momentos históricos, ser mobilizada com o intuito de contribuir para a manutenção e/ou reprodução, considerar-se-á, neste livro, a subdivisão da mesma em fronteira camponesa e fronteira capitalista.

Frente pioneira ou fronteira capitalista

No processo de ocupação ou povoamento de um determinado espaço geográfico, segundo os agentes que o realizam, pioneiro é aquele que cronologicamente primeiro percorre, palmilha, desbrava, habita, produz e se reproduz nesse espaço. No Brasil, as frentes de penetração que demandaram o interior do Nordeste, expandindo a atividade pecuária,

subsidiária da economia açucareira colonial litorânea, deveriam ser teoricamente enquadradas na categoria de frentes pioneiras, excluindo-se, evidentemente, o elemento nativo, que na verdade foi o primeiro habitante, tanto da faixa litorânea quanto do interior.³

Todavia, a concepção teórica dominante construída por geógrafos e sociólogos atribui ao conceito de frente pioneira o sentido da modernização capitalista do território e tem como referência não os índios, os bandeirantes, os vaqueiros, os caucheiros, os seringueiros, os garimpeiros, os castanheiros e os pequenos agricultores que ocupam e promovem atividades econômicas na fronteira, geralmente em terras devolutas, mas sim o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.⁴

Tal concepção foi elaborada na década de 1940 pelo geógrafo Leo Waibel, sendo corroborada pelo sociólogo José de Souza Martins na década de 1970, tendo daí por diante o conceito ganho sedimentação entre os cientistas sociais.⁵ Assim, segundo Waibel, a expressão “pioneiro” é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da fronteira sertão adentro.”⁶

Ainda segundo o mesmo geógrafo, “no Brasil, os caçadores, os extrativistas e os criadores de gado penetraram na mata como verdadeiros *frontiersmen* e criaram um tipo de paisagem que por longo tempo não era nem terra civilizada nem mata virgem, e para o qual se tem aqui a expressão muito feliz de sertão. No sertão brasileiro, as condições de vida primitiva e sem organização, que transitoriamente encontramos em todas as *frontiers*, tornaram-se um aspecto permanente.”⁷ Após essas reflexões, Waibel conclui que:

poder-se-ia denominar os habitantes do sertão brasileiro de “pioneiros” e o próprio sertão de zona pioneira, mas seria de molde a causar confusão generalizar este conceito para toda a zona considerada como sertão [...] O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de “frontiersman”, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida.⁸

Dessa maneira, nem o elemento indígena que aqui já habitava, nem os exploradores paulistas da colônia de povoamento de São Vicente, e nem os colonos nordestinos engajados nas fazendas criatórias de gado, que penetraram o interior brasileiro, são enquadráveis na categoria de frentes pioneiras. Esses movimentos expansionistas, até meados do século XVIII, não originaram zonas pioneiras. Com exceção do litoral, nas regiões onde se instalou a empresa colonial açucareira, no Brasil só irá emergir uma frente pioneira, com todas as suas características, na segunda metade do século XVIII, durante a expansão da cultura algodoeira no Maranhão.⁹

Uma frente pioneira, portanto, pode ser entendida a partir das relações de produção verificadas em seu interior. Quer dizer, as frentes pioneiras são constituídas por aqueles segmentos onde impera o caráter capitalista do empreendimento e, além disso, esse caráter assume certas peculiaridades. A partir desse elemento, podem-se distinguir aquelas frentes de penetração que não possuem esta tipicidade¹⁰. Assim, a conceituação da frente pioneira comporta tanto aquelas verificadas no capitalismo mercantil colonial, quanto as zonas surgidas mais recentemente sob a égide do capitalismo financeiro-industrial.

Nas regiões de fronteira, portanto, a frente pioneira se caracteriza não só como limite do capitalismo que se expressa no fechamento da fronteira, isto é, no esgotamento de terras devolutas para aproveitamento agrícola ou extrativo por empreendimentos não-capitalistas. Com o término das terras disponíveis, o pequeno produtor não mais poderá produzir sua subsistência

e um excedente comercializável local, regional ou mesmo nacionalmente, que lhe permita adquirir os produtos não fabricados na unidade familiar (sal, fósforos, munições, fumo, querosene etc.).

Verifica-se, portanto, a substituição das formas tradicionais de organização da produção, pelo modo dominante que anteriormente as subordinava indiretamente. Explica-se assim, o significado do pioneirismo. A região é pioneira no sentido de ser pioneiro a ocorrência (na mesma) do empreendimento capitalista, estando delimitado o conceito às formas que assumem a organização da produção no espaço considerado.

No Brasil, quando se assiste a passagem da economia colonial para o sistema econômico embasado na mão de obra assalariada, surge no Maranhão a primeira área (exceto a zona açucareira nordestina tradicional) com estas características. Ela derivou do surto algodoeiro provocado pela revolução industrial inglesa e foi fomentada pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão instalada por Pombal em 1755.¹¹

Na medida em que se dá o processo de expansão capitalista, passando o mercado internacional a internalizar novas áreas tradicionais onde prevalece o campesinato e não a produção tipicamente capitalista, emerge o fenômeno das frentes pioneiras. Na Amazônia, os grandes projetos agropecuários com incentivos fiscais e creditícios oriundos do governo federal (via SUDAM), tendem a provocar o aparecimento de novas frentes.

Frente de expansão ou fronteira camponesa

As frentes de expansão, ao contrário das pioneiras, dizem respeito a uma concepção formulada pelos antropólogos, especificamente por Darci Ribeiro, que designa a penetração em regiões ainda não incorporadas ao mercado nacional, por atores sociais desprovidos de capital financeiro. Essas regiões são geralmente ocupadas por populações indígenas onde a terra possui somente valor de uso e não está titulada.

Essas frentes promovem a expansão essencialmente de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os atores sociais que explora.

A frente de expansão não é, portanto, apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas, como nas frentes pioneiras. Ela caracteriza-se também por movimentos migratórios para a fronteira de populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, os castanheiros, os pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado.¹²

No caso das frentes de expansão, pode-se dizer que o sertão brasileiro é uma consequência da penetração dos colonos que, não encontrando oportunidades econômicas estáveis para sobreviver junto ao polo dinâmico no litoral, vão se embrenhando e se marginalizando na mata adentro. Celso Furtado, referindo-se à caracterização do sistema de subsistência derivante da grande lavoura açucareira colonial, assim descreve a vida econômica resultante das frentes de expansão que se espalharam pelas terras indígenas:

O recrutamento de mão de obra para a atividade criatória baseou-se no elemento indígena que se adaptava facilmente à mesma. Não obstante a resistência que os indígenas apresentaram em algumas partes, ao verem-se espoliados de suas terras, tudo indica que foi com base na população local, que se fez a expansão da atividade criatória. [...] O sistema econômico criatório no Nordeste, surgido como reflexo da atividade açucareira teve como condição fundamental de sua existência e expansão a disponibilidade de terras. Daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins e, para o norte o Maranhão nos começos do século XVIII. É fácil compreender que na medida em que os pastos se distanciavam do litoral, os custos iam crescendo, pois o transporte de gado se tornava mais oneroso. [...] A semelhança do povoamento que se desenvolveu nas colônias inglesas e francesas, um homem que trabalhava na

*fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria.*¹³

O sistema de partilhas que caracterizou as relações de produção nas fazendas nordestinas possibilitou um incremento da onda expansionista, na medida em que o vaqueiro se tornava independente e tinha que procurar terras novas para se estabelecer. É, portanto, a partir desse quadro que começa a se formar o campesinato brasileiro, sendo ele o elemento básico do povoamento no interior do território.

O conceito de frentes de expansão diz respeito, portanto, àquelas regiões adjacentes da fronteira onde prevalece o campesinato. As duas formas de ocupação nas regiões de fronteira (camponesa e capitalista) têm, em maior ou menor grau, elementos causativos diretamente relacionados com a acumulação de capital do modo dominante.

A fronteira camponesa¹⁴, ou frente de expansão, é formada pelo deslocamento no território dos pequenos agricultores, este devido a pressões demográficas, esgotamento dos solos, mudanças no uso da terra (especialmente no caso da substituição de lavouras pela pecuária) ou mecanização da produção agrícola em suas áreas de origem¹⁵. Estas mudanças tendem a levar simultaneamente a uma maior concentração da propriedade rural e ao desemprego de mão de obra, ocasionando as migrações do campo para as cidades ou para outras áreas rurais onde a possibilidade de conseguir acesso direto à terra ainda existe.

Os camponeses na fronteira tendem a restringir sua produção às lavouras de subsistência (arroz, feijão, milho, mandioca etc.) e à criação de animais em pequena escala. Na medida em que o campesinato está sujeito à ação mais intensiva dos agentes da frente pioneira, este tende a inverter sua função produtiva, passando a produzir valores de troca em detrimento dos valores de uso.

No Brasil a área territorial que está sujeita à ação das frentes de penetração camponesa está situada entre a fronteira política e a fronteira capitalista ou frente pioneira. Mas, esta situação nem sempre é verdadeira, pois, da mesma forma que a fronteira capitalista se desloca não só nacionalmente, entre as unidades federativas constituídas, mas entre outros países, também a fronteira camponesa pode se deslocar internacionalmente. Foi o que ocorreu, por exemplo, na Região Amazônica em finais do século XIX e primeiro decênio do século XX, quando a fronteira extrativista da borracha brasileira penetrou o território boliviano, causando, inclusive o alargamento da fronteira política na região onde hoje está situado o estado do Acre.

O que parece, contudo, diferenciar uma e outra expansão, além das relações de produção vigentes nas zonas emergentes das duas frentes de penetração – capital e trabalho –, é a utilização de tecnologias distintas para se promover o deslocamento. Enquanto a fronteira capitalista, utilizando-se de uma tecnologia mais desenvolvida, refletida no aprimoramento dos meios de transporte, pode promover uma expansão da fronteira econômica em novos lugares que necessariamente não são contíguos às zonas de ocupação tradicional (quer nacional ou internacionalmente), a fronteira camponesa tende a se deslocar por etapas, aproveitando, geralmente, o curso navegável dos rios ou a abertura de novas estradas rodoviárias ou ferroviárias, onde o custo de transporte pode viabilizar o deslocamento do campesinato.

A fronteira camponesa, por outro lado, tende a servir de ponto de apoio para o desenvolvimento do capital comercial, industrial ou financeiro, na medida em que as regiões ocupadas pelos camponeses encontram-se inexploradas e as frentes de penetração sertanejas abrem o caminho na floresta virgem e estabelecem uma infraestrutura inicial para que a fronteira capitalista se desloque e venha a ocupar o seu lugar.

Desse modo ocorre a superposição dos modos capitalista e camponês de produção, ou, em outras palavras, verifica-se um alargamento da fronteira capitalista – que invade a fronteira camponesa destruindo as relações de produção não-capitalistas – e também uma expansão, se bem que intermitente, da frente camponesa que é impelida mata adentro. Neste processo, “são os imperativos do capital que determinam a transição da frente de expansão para a frente pioneira.”¹⁶ Quando ocorre a superposição acima descrita, o conflito pela posse e uso da terra e demais recursos naturais é praticamente inevitável, pois o processo de ocupação por grandes fazendas ou empresas comerciais (típicas na frente pioneira) é incompatível com a ocupação por pequenos agricultores (agentes da frente de expansão).

A frente capitalista, ao penetrar as regiões camponesas, substitui o regime de posse pelo domínio jurídico sobre a propriedade fundiária, isto é, estabelece-se a titulação legal da terra e as relações sociais passam a se balizar na propriedade privada dos meios de se ganhar a vida.

É assim que a mediação da vida social na frente pioneira de Redenção, como se verá ao longo desse livro, ganha uma feição urbana e as relações travadas entre as diversas classes sociais são reguladas pela superestrutura jurídica, com a intervenção explícita do Estado (polícia, cartório, poder judiciário etc.). Ademais, paulatinamente deixa-se de efetuar a prática das trocas pelo escambo entre os pequenos produtores e cada vez mais se precisa do dinheiro para fazer face às necessidades impostas pelos empreendimentos capitalistas recém instalados na fronteira.

Dessa forma, com a intensificação da presença de empreendimentos capitalistas na fronteira, o campesinato aí instalado é paulatinamente destituído de suas características básicas, deixando de regular sua produção pelo grau de fartura e passando a fazê-la segundo os padrões do mercado que o envolve. Em outras palavras, cada vez mais a orientação da pauta dos bens produzidos pela comunidade local se faz pelas demandas emanadas da economia de mercado.

A frente pioneira de Redenção

A intervenção estatal na fronteira é de fundamental importância para a instalação da frente pioneira, uma vez que os investimentos em obras de infraestrutura necessários para viabilizar o assentamento de empresas agropecuárias ou extrativistas, não são factíveis para o empreendimento capitalista, pois tais inversões financeiras, além de não trazerem um retorno explícito a curto ou médio prazo, tradicionalmente, nas formações sociais capitalistas, tendem a ser assumidas pelo Estado.

Na área estudada, uma conexão de iniciativas, federais, estaduais e municipais, juntamente com fatores de ordem geográfica (clima, vegetação, localização e proximidade relativa do Centro-Sul), fez com que a fronteira camponesa, num primeiro instante, e a frente capitalista, posteriormente, criassem uma nova fisionomia para o meio rural local. Referindo-se especificamente ao surgimento de zonas pioneiras, o geógrafo Leo Waibel aponta como uma das condições de seu desenvolvimento o sistema de transportes. Para ele,

nem toda a região povoada pelos colonos tem o caráter de zona pioneira. Estas só se desenvolveram onde um transporte barato permitia colocar os produtos excedentes em um mercado com capacidade de absorvê-los ou em um porto de exportação e onde, além disso, havia bastante terra à disposição para receber grande número de colonos. Em todas as outras regiões, ou a colonização estagnava completamente, ou então fazia progressos espaciais e econômicos tão lentos que lhes faltava por completo o caráter dinâmico, próprio de uma frente pioneira.¹⁷

A construção da Belém-Brasília, com recursos do governo federal, é o marco de gestão do novo cenário regional que se verifica a partir do início dos anos 60 do século XX.

Com a construção da estrada, grandes levas de pequenos produtores rurais se instalam não só ao longo da mesma, mas nas áreas de mata, sertão

mais adentro. É desse modo que o Sul do Pará, dotado de campos naturais e floresta com rica biodiversidade, passa a constituir um foco de atração para o assentamento de populações camponesas expulsas estruturalmente de suas áreas de origem. Não se trata da constituição de uma frente de expansão ou alargamento da fronteira camponesa, pois a região já tinha sido palco das primeiras penetrações sertanejas em finais do século XIX (como se verá detalhadamente a seguir). Mas, ao chegarem na área, depois de formarem roçado, assentarem habitação e criação, vão se dar conta de que já se tratava de terra ocupada.

Na verdade o embrião da frente pioneira de Redenção já estava lançado, pois João Lanari do Val, em 1959, já havia requerido a compra de 90 glebas de terra, cada uma com a expressiva área de 4.356 hectares.¹⁸ Assim, com aproximadamente 300 mil hectares das melhores terras do município de Conceição do Araguaia privatizadas e tituladas, estava constituído o maior latifúndio paraense, com controle exclusivo de brasileiros.

Esse processo histórico do fechamento da fronteira ilustra bem como o Estado, operacionalizando, mediando ou facilitando a instalação de empreendimentos capitalistas, quer construindo estradas e pontes sobre rios e ribeirões, quer incentivando e vendendo suas terras a preços nominais, favorece a penetração da frente capitalista sobre a fronteira camponesa anteriormente estabelecida.

Este fenômeno não era novo no Brasil e nem peculiar à Amazônia, pois em 1955, quatro anos antes, portanto, da venda das melhores terras onde hoje se situa o município de Redenção, Waibel, referindo-se ao processo de ocupação das terras do Oeste Paulista, que por sinal também é a origem da frente capitalista de Redenção, dizia textualmente:

outro fenômeno típico do estágio 'pré-pioneiro' são os imensos latifúndios, que particulares ou companhias de terras adquiriram do governo por preços irrisórios em pleno sertão bruto, vários decênios antes da chegada da estrada de ferro, para depois vendê-los em parcelas maiores ou menores com grandes

lucros. Por outro lado, caboclos que ocupavam terras sem requerer títulos de propriedade e 'grileiros' que, por meio de títulos duvidosos ou mesmo falsos se apoderavam de grandes áreas, procurando negociar ilegalmente com as mesmas, em muitos casos retardaram e prejudicaram o avanço da ocupação normal das terras.¹⁹

Note-se que esse processo ocorreu entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, com poucas diferenças, nos mesmos moldes do que hoje vem ocorrendo na Amazônia, em pleno estado de São Paulo e depois no Paraná, o que revela que esse fenômeno é global e não comporta, a nosso ver, uma análise regional que se distancia e estreita a visão do que ora se assiste na região. Como constatou Maria da Conceição D'Incao, em debate travado sobre o problema agrário brasileiro no final da década de 1970, ao refutar a existência da acumulação primitiva na Amazônia, afirmando que esta “tem como característica essencial o fato dela ter gerado, ao mesmo tempo, capital e força de trabalho. Ora, o que ocorre no Brasil, agora mesmo na Amazônia e nas regiões ‘mais atrasadas’, não é bem o processo de gestação do capital: é a chegada do capital.”²⁰

Na prática esta situação se materializa com o assentamento do empreendimento capitalista, ou melhor, com a privatização das terras devolutas. A terra deixa de ser um meio que possibilite uma redistribuição igualitária fundiária na fronteira, como solução, ainda que paliativa e temporária, para os problemas agrários enfrentados pelos migrantes nas zonas de povoamento mais antigas, para se transformar numa mercadoria que possibilite aumentar a composição orgânica do capital de seu proprietário.

O desalojamento do posseiro, antigo ou recente, se dá de várias formas, umas violentas e outras não, mas, afora o caráter coercitivo, frequentemente existe uma desigualdade no litígio que provoca ou o acirramento da disputa, chegando esta a assumir a forma de luta armada entre as classes sociais envolvidas (campesinato por um lado e, grileiros,

latifundiários, fazendeiros, empresários ou seus prepostos, por outro), ou então, uma remigração dos pequenos produtores rurais. Esta pode ser em direção mais adiante na mata, seguindo as picadas de novas estradas que se projetam, ampliando, por conseguinte, a fronteira camponesa, ou na direção das médias e grandes cidades, aumentando, desta maneira, a marginalização urbana.

Finalmente, o pequeno agricultor desalojado da terra pode também se proletarizar, empregando-se em serrarias, empresas mineradoras ou construtoras, ou ainda, trabalhar sazonalmente como peão nas fazendas e empresas locais, fixando residência num povoado qualquer da redondeza. Se esse povoado localiza-se estrategicamente, servindo de apoio aos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, como ocorreu com a zona urbana de Redenção, então, o local tende a ter um crescimento demográfico relevante, “os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia.”²¹

É exatamente todo esse processo, sucintamente acima descrito, que se percorreu para que brotasse a formação social da frente pioneira de Redenção. E é o que historicamente se relatará a seguir, primeiramente retroagindo-se aos primórdios da ocupação do lugar, no último decênio do século XIX, até o surgimento da cidade de Redenção e do descobrimento do ouro em Cumarú, localizado dentro do latifúndio constituído por João Lanari do Val, que chegou a produzir na década de 1980, 12 kg de ouro em média por dia, empregando quinze mil garimpeiros e provocando um dos maiores fluxos migratórios para a Amazônia no século XX.²²

2

A terra dos Caiapós e a formação da fronteira camponesa na Amazônia

No princípio, as terras e matas da atual região do Araguaia paraense eram somente habitadas e exploradas pelos índios. Antes da chegada dos primeiros criadores maranhenses nos campos naturais dos rios Pau D'Arco e Arraias, principais afluentes da margem esquerda do rio Araguaia, no sul do Pará, lá viviam os índios Caiapó. Pertencentes à ramificação das tribos de língua JÊ, pelo sistema de vida essencialmente nômade que levavam, e, habituados às constantes correrias pela zona dos rios Araguaia e Xingu, fugindo ou mesmo revidando os constantes ataques dos colonizadores, os Caiapó constituíram diferentes aldeias pelos locais em que estiveram.²³

Na futura região da frente pioneira de Redenção (Figura 1) existiam três grupos ou subtribos Caiapó: os Kradaú ou Irã Airrare, atualmente extintos, habitavam os campos naturais de Conceição do Araguaia, que se estendiam desde as orlas do rio Arraias, passando pelo Pau D'Arco e indo até os começos da mata geral do Xingu. Eram assistidos pela missão dominicana pioneira da fundação da cidade de Conceição do Araguaia;²⁴ os Gorotire, que foram pacificados em 1936 e vivem em sua grande maioria no Posto Gorotire, situado às margens do rio Fresco, afluente do Xingu, em contato permanente com os civilizados, e os Kuben-Kran-Kegn, que vivem nas proximidades da cachoeira da fumaça, formada pelo Riozinho, afluente do rio Fresco, e foram pacificados em 1952.²⁵

A área de campos naturais que vai da margem esquerda do Araguaia até o início da floresta amazônica, e que era habitada pelos Kradaú, ao longo

da última década do século XIX, foi transformada em fronteira camponesa, inicialmente com a utilização dos índios nessa conversão das terras tribais em terras camponesas, e posteriormente, com a extinção dos mesmos pelo colonizador.

Esse processo foi facilitado porque os índios desse grupo estavam acostumados ao trato com neo-brasileiros desde a fundação, em 1859, da missão dominicana de Santa Maria Nova, localizada na margem direita do Araguaia, abaixo da cidade de Conceição do Araguaia – atual cidade de Araguacema, no estado de Tocantins, e por terem sido alunos do Colégio Isabel, fundado na década de 1870, pelo então governador da província de Goiás, general Couto Magalhães.

Dessa forma, no último quartel do século XIX, penetrações sucessivas foram feitas nos campos que se prolongam por todo o curso do Arraias e fazem junção com as pastagens naturais do Pau D'Arco, sendo que os trilhos indígenas foram as primeiras estradas boiadeiras, e suas aldeias, disseminadas pelo Arraias e Pau D'Arco, as primeiras fontes de suprimento e bases de fixação nos campos do interior.

Esse processo se intensificou, principalmente na década de 1890, com a vinda de muitos maranhenses que habitavam a região de Pastos Bons (Boa Vista e Grajaú) e que se deslocaram em grande número para a margem paraense do Araguaia, pressionados, entre outros fatores, pelas animosidades políticas que imperavam em Boa Vista (atual Tocantinópolis)²⁶. Estas divergências diziam respeito à questão de limites entre os estados de Goiás e Maranhão e eclodiram a partir da Proclamação da República, em 1889.

A conversão das terras indígenas em fazendas e povoados pastoris

Assim, “toda a área tribal ocupada pelos Irã-amráire Caiapó foi convertida em pastagens. Suas roças usuais nas matas ciliares dos

rios Arraias e Pau D'Arco foram ampliadas e postas a serviço da frente expansionista²⁷.

Na medida em que terras indígenas são transformadas em área camponesa, onde se pratica uma pequena lavoura de subsistência e não se registra a presença da moeda, converte-se também, o modo tribal de existência, como dependente da economia pastoril. Esse processo de mudança cultural dos povos tribais está relativamente documentado pela etnologia e não cabe aqui entrar em pormenores. O importante a salientar é que, progressivamente, a cultura tribal é transformada, absorvida, e na maioria das vezes, destruída pela frente colonizadora.

Os Kradaú, que viviam na região há muitos séculos, de súbito foram substituídos pelos novos donos do lugar, os fazendeiros e os vaqueiros maranhenses. Em pouco tempo o território dos campos estava vazio de índios. A maioria deles foi atraída pelos dominicanos para o núcleo urbano de Conceição e os remanescentes, provavelmente, foram envolvidos pela onda pastoril. As duas tribos restantes foram, no decorrer do século XX, confinadas a reservas indígenas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – atualmente FUNAI.²⁸

Mas, deve também ser dito que a chamada sociedade nacional, ao penetrar nas áreas de domínio indígena, assimila grande parte de sua cultura, inserindo à força produtiva de sua atividade econômica as técnicas de produção dos povos tribais.

Um estudo realizado junto aos Caiapó Gorotire nos postos do então SPI, Las Casa e Gorotire, ambos localizados na região onde atualmente se localiza Redenção, constatou que houve modificação na antiga divisão do trabalho entre seus componentes, a partir dos contatos com o homem branco. Anteriormente, os trabalhos agrícolas eram realizados pela mulher, já em 1961, observou-se que, além da caça e pesca, também os trabalhos de derrubar a mata, preparar a roça, capinar, fazer farinha, cestas em geral, colares, enfeites de penas, fusos, bordunas, arcos, flechas, extrativismo,

eram atribuições do homem. A mulher se incumbia de todos os trabalhos domésticos, além de ajudar nos trabalhos da roça e encarregar-se do transporte de cargas, como: lenha, tubérculos e demais produtos de horticultura.²⁹

Esta forma de organizar a produção para conseguir os meios necessários de sobrevivência e reprodução da tribo, era muito semelhante àquela empregada pelos Kradaú quando da chegada dos criadores de gado que se deslocaram em direção às suas terras.

Expansão da pecuária nordestina para a Amazônia

Foi a atividade pecuária que quebrou o isolamento da vida econômica e social dos índios Caiapó nos campos de Conceição do Araguaia na região onde atualmente se situa o município de Redenção. Essa frente pastoril que invade os sertões do Araguaia paraense pode ser entendida como um prolongamento do processo secular da ocupação dos sertões nordestinos, cuja causa é a não convivência do gado com a atividade agrícola. Além disso, o empobrecimento do solo para renovação das pastagens, a ocorrência de grandes estiagens e a formação de latifúndios nas zonas de pastoreio mais antigas, também contribuíram para o deslocamento dos criadores de gado nordestinos, que, partindo do litoral, vão cada vez mais se embrenhando nos sertões brasileiros.

Estava em jogo o interesse da oligarquia rural dominante que necessitava de grandes glebas de terra para a manutenção e reprodução do modelo primário exportador. Como não existia o arame, era impossível o consórcio da monocultura exportadora com a criação do gado, uma vez que este invadia e destruía as plantações de cana-de-açúcar, algodão, e outros produtos primários demandáveis no mercado internacional.

O sistema econômico pecuarista nordestino apresentou como condição de sua dilatação e expansão a disponibilidade de terras, que foi

o fator básico de sua existência. Na medida em que os solos se tornavam improdutivos para a formação de novas pastagens, e conseqüentemente para a sobrevivência do gado, os rebanhos penetraram rapidamente o interior cruzando o São Francisco, alcançando o rio Tocantins e o Maranhão nos começos do século XVIII.³⁰

O sistema de partilhas que caracterizava as relações de produção travadas entre o fazendeiro e os vaqueiros e o distanciamento do litoral, tornando o gado mais oneroso, faziam com que a economia pastoril tendesse a se fechar sobre si mesma numa atividade de autossustentação. “Voltada para si mesma e para a solidão dos enormes territórios que ocupa, a criação de gado, sem contar com a participação mais íntima no comércio e nas fontes de riqueza da colônia, tende a desenvolver um sistema de economia fechada, auto-suficiente, em que as trocas em espécie se avultam em importância sobre a circulação de moeda.”³¹

Celso Furtado, reportando-se à economia de subsistência pastoril que penetrou o território ocidental nordestino desde os primeiros anos da colonização brasileira, concluiu que:

*tudo indica que essa atividade era muito atrativa para os colonos sem capital, pois não somente da região açucareira mas também da distante colônia de São Vicente muita gente emigrou para dedicar-se a ela. A etapa de rápida expansão da produção de açúcar que vai até a metade do século XVII, teve como contrapartida a grande penetração nos sertões. [...]. A criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte, quase única de alimentos e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo.*³²

Assim, sendo o pastoreio uma atividade complementar da empresa colonial açucareira, fornecendo-lhe parte de sua subsistência, na medida em que deixa o litoral, distanciando-se de seu mercado originário e ampliando a fronteira camponesa pastoril, tende a ser autossuficiente e

atrofiar a economia monetária. O couro passa a ser a matéria-prima básica dos criadores mais distantes e também sua única fonte de renda monetária.

Enquanto na região açucareira – e posteriormente na cafeeira –, dependia-se da importação de mão de obra e equipamentos simplesmente para manter a capacidade produtiva, na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação. Muitos artigos que antes se podiam comprar nos mercados do litoral – e que eram importados – teriam agora de ser produzidos internamente. Essa porção, entretanto, limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato. O couro substituiu quase todas as matérias-primas evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não fosse produzido localmente. Esse atrofiamento da economia monetária se acentua na medida em que aumenta a distância do litoral, pois, dado o custo do transporte do gado, em condições de estancamento do mercado de animais, os criadores mais distantes se tornavam sub-marginais. O couro passa a ser a única fonte de renda monetária destes últimos criadores.³³

A pecuária não era a única atividade econômica dos sertanejos nordestinos. Eles também praticavam uma tímida lavoura de subsistência nas vazantes ou nas matas ciliares que bordejam os cursos d'água permanentes. “Esta fornecia ao sertanejo um mínimo de produtos agrícolas indispensáveis a sua manutenção e a dos animais de transporte: mandioca, milho, feijão, cana. Eram diminutas em extensão; as roças individuais dificilmente ultrapassariam a área de um hectare, em que geralmente só se plantava uma vez.”³⁴

O sistema criatório, à medida que ia se embrenhando sertão adentro, distanciando-se mais do litoral, praticamente não mais se inter-relacionava diretamente com o polo dominante. O próprio sal, indispensável para o gado, era conseguido nas jazidas naturais do rio São Francisco ou nos lambedouros e barreiros de seus tributários. Os contatos com o litoral eram realizados pelas feiras de gado e por comerciantes ambulantes que

percorriam os sertões, mas, apesar de seu isolamento, o gado cada vez mais penetrava pelo território.

A zona criadeira começava um pouco acima da foz do São Francisco, acompanhava-lhe as margens a entestar com a fronteira de Minas Gerais, transpunha as vertentes do Tocantins e do Parnaíba, alcançava já enfraquecida o alto Itapicuru, compreendia as ribeiras de todos os rios de meia-água metidos entre a baía de Todos-os-Santos e Tutóia. [...] Pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acarucu no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o rio São Francisco até o sudoeste do Maranhão.³⁵

3

Primórdios da ocupação do Sul do Pará

A frente pecuarista de origem baiana que atingiu os sertões dos Pastos Bons, no Sul do Maranhão, em meados do século XVIII, tem a seguir um desenvolvimento lento, devido à presença de índios do grupo Jê, os Timbira, que dificultam o progresso das fazendas criatórias. Quase um século dura a lenta expansão pastoril em território maranhense devido à hostilidade dos nativos. Superados os conflitos, o gado prossegue em sua marcha rumo ao oeste. Moreira Neto detalha como ocorreu esse processo:

Em começos do século XIX, um primeiro núcleo urbano é fundado nas margens goianas do Tocantins, Boa Vista, sucedido pela ocupação paulatina de todo o território delimitado pela junção deste rio com o Araguaia. Aí se defronta a frente pioneira com um movimento colonizador orientado do sul, seguindo o curso do Araguaia, composto por criadores de gado e garimpeiros. A onda expansionista meridional não tem, entretanto, a importância do movimento nordestino e cedo funde-se a ele, deixando-lhe a tarefa de definir o estilo cultural das novas ocupações que se farão agora em território paraense.³⁶

A onda pastoril de origem maranhense se desloca em grande número para a margem paraense do Araguaia, pressionada, entre outros fatores, pelas animosidades políticas que imperavam em Boa Vista (atual Tocantinópolis).³⁷ Estas divergências, como já frisado, diziam respeito à questão de limites entre os estados de Goiás e Maranhão e eclodiram a partir da Proclamação da República, em 1889.

Assim, na última década do século XIX, muitas famílias maranhenses engajadas na atividade pecuária, pressionadas pelos conflitos políticos em Boa Vista, e com apoio do governo do estado do Pará, atravessam o rio Araguaia e vão se fixar um pouco abaixo da foz do rio Najá, onde fundam, em 1893, o povoado de Santana da Barreira, primeiro núcleo colonizador do Araguaia paraense.³⁸

Depois de permanecerem algum tempo nas margens do mesmo, vão se estabelecer nos campos dos rios Arraias e Pau D'Arco. É nestes campos onde hoje se localiza a frente pioneira de Redenção. Para oeste, onde se concentra a fazenda Santa Tereza, “em imediata sucessão aos campos do Pau D'Arco, havia a chamada mata geral do Xingu, desabitada de ‘cristãos’ e impenetrável.”³⁹

Essa frente pode ser entendida pelo caráter da estrutura econômica do país que determina o modo e os interesses pelos quais novas áreas são incorporadas à sociedade nacional. Tem lugar, então, um alargamento da fronteira camponesa pastoril, originária do sistema primário exportador, que agora partindo do Maranhão, atravessa o Tocantins, ocupando rapidamente as terras compreendidas entre este e o Araguaia, e, nos anos finais do século XIX, atinge a própria margem esquerda deste último rio.⁴⁰

Os primeiros núcleos habitacionais

O início da ocupação da região do Araguaia paraense se dá em 1893, com a chegada de algumas famílias maranhenses que estavam fugindo da guerra civil que ocorria nas cidades de Caxias, no Maranhão e Boa Vista, em Goiás, atual Tocantinópolis⁴¹. Resolvidas a buscar um novo lugar onde pudessem encontrar paz e esperança de construir uma vida melhor e liderados por Inocêncio Costa e José da Luz, essas famílias fundaram, em 10 de setembro de 1893, o primeiro núcleo urbano do Sul do Pará na margem esquerda do rio Araguaia, próximo ao rio Inajá, quase em frente ao

povoado goiano de Santa Maria Velha, atual Araguacema. Deram o nome de Santana das Barreiras, atual sede do município paraense de Santa Maria das Barreiras, em homenagem a padroeira dos fundadores.

De tradição pecuária, essas famílias começaram então a formar várias fazendas no sertão sul paraense dando início à economia pastoril na Amazônia sul oriental brasileira, onde se reproduziu o padrão produtivo e a cultura que utilizavam nos sertões maranhenses. Assim, essas famílias deram início ao processo de ocupação das terras ao sul de Santa Maria das Barreiras, até então somente palmilhadas e exploradas pelos índios Caiapó. Formaram várias fazendas e criaram muita cabeça de gado. As fazendas mais famosas foram São José, Facão e Cajá. Nessas fazendas desenvolviam trabalhos de agricultura, pecuária e fabricavam selas, gibões e toda raia de vaqueirama.⁴² O explorador francês, Henri Coudreau, que foi contratado pelo Governo do Pará para fazer um levantamento dos recursos naturais das terras paraenses habitadas pelos índios Carajá e Caiapó, passou por Santana da Barreira quatro anos após a fundação do povoado e assim resumiu suas impressões sobre o único povoado paraense existente naquela região em princípios de 1897:

*A população de Barreira compõe-se atualmente de 111 famílias, compreendendo um total de 499 pessoas, das quais 179 crianças, a maioria na idade de frequentar a escola. A grande maioria dessas famílias pertence à raça branca pura. Esta população laboriosa, honesta, pacífica parece viver em profunda paz.*⁴³

Ele também notou que a economia do povoado era essencialmente baseada na pecuária de subsistência, sendo a população composta principalmente por criadores e que o número total de animais da espécie bovina que eles possuíam ultrapassava 2.500 cabeças. Esse gado era criado em algumas fazendas pertencentes às famílias mais notáveis que não

ficavam muito distantes da vila, cerca de 8 a 10 quilômetros ao sul. A mais distante ficava a 30 quilômetros do arraial.⁴⁴

Todavia, o local escolhido pelos líderes das famílias pioneiras não era propício para o crescimento e consolidação do núcleo populacional, por estar sujeito a grandes alagamentos por ocasião do período chuvoso. Por isso havia a tendência da população se deslocar para o interior na medida em que o gado buscava novos campos, apesar do eventual perigo representado pelos índios Caiapó que habitavam os campos de Conceição do Araguaia.

Nessa época os dominicanos estavam procurando um lugar no médio Araguaia paraense para estabelecerem o trabalho de catequização dos índios do Brasil Central. Frei Gil de Vila Nova, encarregado dessa missão, passou por Barreira de Santana, quatro anos depois da fundação do povoado, mas não achou o lugar adequado para fundar a missão. Descendo um pouco mais o rio Araguaia, escolheu um lugar na margem esquerda que ficava bem alto da superfície do rio, fundando, em 14 de abril de 1897, o povoado de Conceição do Araguaia, o segundo núcleo sul paraense no médio Araguaia.

A fundação do povoado visava a catequização dos índios pela Igreja Católica e coincidiu, como vimos, com um período de conflitos políticos e sociais que estava ocorrendo na cidade de Boa Vista, atual Tocantinópolis.

Os primeiros moradores de Conceição do Araguaia, o segundo povoado fundado na margem paraense daquele rio, além dos missionários e dos índios atraídos dos campos para o local, foram algumas famílias de criadores maranhenses que habitavam o primeiro povoado, poucos quilômetros Araguaia acima, Barreira de Santana, e que frei Gil convidou para que se mudassem para o núcleo urbano missionário rio abaixo.

Com a notícia da fundação do povoado, inúmeras famílias que residiam naquela região conflituosa na fronteira entre o Maranhão e Goiás, vieram juntar-se aos primeiros moradores. A população cresceu muito

e a carência de serviços básicos e alimentos foi fator determinante que impulsionou os dominicanos sertão adentro em busca de uma solução para o grave problema de abastecimento enfrentado nos primeiros anos de vida do povoado de Conceição do Araguaia.

Estava, portanto, iniciado o processo de povoamento da área, e a frente pecuária é que, a princípio, ditaria a forma da atividade produtiva que viria a se instalar nos campos paraenses do Araguaia. Essa frente pecuarista que há mais de trezentos anos partira do litoral baiano, palmilhando todo o sertão nordestino, atinge sua expressão máxima ao chegar à Amazônia oriental, cruzar os dois grandes rios que poderiam ter obstruído sua marcha – Tocantins e Araguaia – e se estabelece nos campos paraenses do atual município de Redenção. Somente a grande floresta, com sua hileia quase que intransponível para a tecnologia sertaneja, foi capaz de deter sua marcha pelo interior brasileiro.

4

A economia pastoril nos campos do Araguaia paraense

Nos campos do Pau D'Arco, com a migração dos primeiros criadores maranhenses, o movimento ganha corpo e se expande. O próprio estrangulamento das vias de acesso aos mercados consumidores contribui para o crescimento dos rebanhos. O confinamento a que se sujeita a economia pastoril evita a diminuição dos rebanhos pela retirada frequente de boiadas dirigidas aos centros de consumo.

O desestímulo provocado pelo isolamento, e pela falta de mercados onde colocar o produto, não foi até o desenvolvimento do primeiro ciclo do caucho, um fator que impediu a ampliação das atividades pastoris. Sendo a região de campos naturais, naquele momento, a pecuária foi a única forma de produção economicamente viável, pois não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva.

A primeira fazenda dos campos de Redenção

A primeira fazenda a ser formada na região onde hoje está o território do município de Redenção foi a fazenda Santa Rosa. Ela foi formada por iniciativa do primeiro bispo de Conceição do Araguaia, dom Domingos Carrerót. Nessa ocasião o trecho entre Conceição do Araguaia e o rio Arraias constituía-se de mata fechada e não era uma área propícia para a

lavoura e a criação de animais, então fundamentais para a sobrevivência do núcleo catequético. Com as constantes viagens de frei Gil de Vila Nova a Belém para tentar conseguir apoio para viabilizar o povoado, quem verdadeiramente assume a tarefa de organizar a vida econômica e social do lugar é o auxiliar de frei Gil, dom Domingos Carrerót.

Francês, filho de família de classe média, o dominicano chegou a Conceição no ano de 1900, três anos após sua fundação por frei Gil de Vila Nova, em 14 de abril de 1897 e foi por este encarregado de buscar uma solução que pudesse mais tarde servir para saciar a fome da população de Conceição e dos indígenas confinados na missão.

Após penetrar várias vezes o sertão do Sul do Pará, escolheu um local muito distante de Conceição, localizado na margem oposta ao rio Arraias, hoje município de Redenção, que tinha fartura de mato para agricultura e campo para o gado e cavalos e fundou o primeiro estabelecimento rural da raça branca na região de Redenção, a fazenda Santa Rosa. Frei José Maria Audrin, braço direito de dom Domingos nos trabalhos de evangelização no Araguaia paraense, assim descreveu a ação de seu superior para fundar a primeira fazenda do lado oposto ao rio Arraias:

Em companhia de homens de confiança e de índios escolhidos, atravessou a mata e veio às beiras do ribeirão das Arraias. De fato, logo no lado oposto, principiava uma zona de campos, verdadeiro encanto para seus olhos de sertanejo. Depois de uma série de bosques e de cerrados, abriam-se campinas verdejantes, cobertas de variados capins.⁴⁵

Também uma grande variedade da flora e da fauna chamou a atenção do primeiro bispo de Conceição do Araguaia:

Manadas de veados pastavam por aí sem medo: grupos de emas e seriemas disparavam em vertiginosa carreira. Além das estradinhas dos índios, via-se um sem número de trilhos fundos, feitos pelo pisar de antas e outros bichos selvagens, em direção aos barreiros ricos de salitre: ótima vantagem para os

futuros rebanhos de gado, num país onde o sal obtém-se a muito custo de tempo e de dinheiro. A dificuldade era apenas em escolher, entre muitos, o lugar da futura fazenda. Depois de prudentes pesquisas, frei Domingos cravou o marco da posse definitiva nas margens de um ribeirão que foi chamado Santa Rosa, assim como o sítio em projeto. Começou então a organizar, com gosto e perícia, a nova propriedade, levantando rancho e curral. Os primeiros bovinos e equinos foram trazidos do sertão goiano, sobretudo de Porto Nacional: uns comprados, outros oferecidos por amigos. Mais tarde frei Domingos deveria chegar ou mandar até Descoberto, à procura de espécimes do famoso gado curraleiro e carcau. Soltos nas campinas virgens da fazendinha de Santa Rosa, haveriam de aperfeiçoar-se, multiplicar-se e tornar-se o principal recurso alimentário e pecuniário da Missão.⁴⁶

A fazenda Santa Rosa foi fundamental para tornar possível a continuidade da vida e da missão catequética em Conceição. A lavoura começou a dar os primeiros resultados com a fabricação de farinha, o cultivo da mandioca, do milho para o fubá, do feijão e inúmeras qualidades de legumes que da fazenda eram transportados em lombos de animais para suprir as necessidades da missão. Também em pouco tempo, começou-se a abater na fazenda as primeiras rezes, cuja carne era exposta ao sol por três ou quatro dias, quando então ficava pronta para ser transportada sem perigo de apodrecimento, até o vilarejo onde, além de suprir as necessidades dos frades era distribuída nas aldeias dos Caiapó e à população que formava o vilarejo. Mais tarde, devido à grande distância entre a fazenda e o povoado, outros dois centros de cultura pecuária e lavoura, foram fundados próximos à missão: os sítios São Bento e São Luiz.⁴⁷

As fazendas pastoris e os grandes comerciantes de Conceição

Nessa região de campos, no começo do século XX, havia quinze fazendas cuja distância média entre uma e outra era de três a quatro léguas, vinte quilômetros, aproximadamente. As três primeiras a serem formadas,

no início da ocupação da região foram: fazenda Santa Rosa, aberta pelos padres dominicanos de Conceição, e as fazendas Retiro e Mercês, de Norberto Souza Lima e Mundico Santos. A maioria dos comerciantes que vieram da Gameleira, quando cessou a grande extração da borracha de caucho, foram os primeiros nordestinos a se fixar nos campos situados entre o rio Arraias e onde hoje está a cidade de Redenção. A fazenda Santa Rosa foi vendida pelos dominicanos para o criador da família pioneira de Santa Maria das Barreiras, Lúcio da Luz, que, em 1954, a revendeu para o proprietário da Charqueada de Araguacema, Luso Solino.

Esses primeiros comerciantes que atuavam na corruptela da Gameleira nos anos 1905-1922, Fausto Botelho, Simplício Costa, Benedito Rocha, Mundico Santos e Norberto Lima, quando se transferiram para Conceição do Araguaia, em 1922, e fixaram fazendas nos campos, passaram a se constituir na elite da região, inclusive com atuação política local articulada com o poder político em Belém. A maioria deles foi agraciada com títulos concedidos pelo governo paraense, como: tenente, coronel, major etc. Norberto Lima foi intendente municipal e seus filhos, Alberto Maranhão Lima e Raimundo Maranhão Lima, prefeitos de Conceição do Araguaia. Romeu Lima foi vereador e presidente da câmara.

No final do século XIX, o isolamento a que estavam sujeitos os fazendeiros do baixo Pau D'Arco, embora a princípio tenha concorrido para o crescimento do número de cabeças bovinas, começa a contribuir para a inviabilidade da fixação dos criadores no lugar e ser fator de uma provável impermanência, que certamente teria ocorrido se não fosse a presença do caucho nas matas contíguas aos cerrados pastoris, que emergiam em abundância até as margens do rio Xingu.

De fato, o gado criado no lado paraense do Araguaia, encontrava sérias dificuldades de comercialização. Não se dispunha de uma tecnologia adequada que possibilitasse a travessia dos rios Araguaia e Tocantins, sem diminuir ou inutilizar o rebanho negociado. “Para os compradores de

gado que vão de Piauí a Maranhão, o gado que está na margem oposta do Tocantins quase não convém, pois as reses que atravessam o rio ficam estropiadas e com muito custo endireitam. Senão descansarem numa boa invernada não ‘botam’ até as feiras. Além disso, na travessia do rio muitas delas morrem, e é preciso, também, pagar os homens que são especializados nesse serviço.”⁴⁸

Portanto, as perdas eram duplas, pois além do Tocantins, havia o Araguaia a separar o segmento camponês criatório, situado nos cerrados paraenses, do mercado litorâneo. Para o sul, onde se desenvolvia aceleradamente um mercado interno urbano, em consequência da ampliação da área plantada cafeeira, cujo produto, em meados do século XIX, passa a comandar a reprodução do capital nacional, o acesso era problemático. Além do mais, esse mercado já era suprido pelo gado goiano e mineiro, o que tornava, devido às longas distâncias a percorrer, as vantagens comparativas desfavoráveis para o rebanho paraense.

Por esses motivos se tentavam contatos com Belém, apesar da distância e da dificuldade de navegabilidade em alguns trechos do Araguaia e do Tocantins. Fluvialmente, devido à característica do produto (era impraticável a colocação do gado no mercado de Belém) e à inexistência de demanda, a pecuária local teria sido certamente levada à derrocada.

É precisamente nessa ocasião, que o desenvolvimento das economias centrais leva à necessidade da utilização da borracha como matéria-prima industrial, o que foi providencial para os criadores do Pau D’Arco, pois, nas matas contíguas a seus pastos, encontrava-se a fonte daquela matéria-prima, o que possibilitou a formação de um mercado local para a produção pecuária dos campos do Araguaia paraense.

5

A exploração da borracha nas matas do Xingu

No alvorecer do século XX, a história do Brasil é, em grande parte, a história de seus dois principais produtos na pauta de exportação: café e borracha.

O café, que após a entrada no mercado mundial da produção do açúcar antilhano, em finais do século XVII, e superado o período da mineração aurífera, no crepúsculo do seguinte, passa a deter a hegemonia produtiva da economia brasileira, se desenvolve, inicialmente, no sul de Minas Gerais, Baixada Fluminense e Vale do Paraíba. É nesse eixo que se localiza o centro dinâmico da economia periférica brasileira e onde começa a se desenvolver com maior intensidade um mercado urbano mais solidificado.

Nesse período, as economias periféricas já estavam ligadas às industrializadas, tendo que comprar delas a maior parte dos produtos manufaturados que utilizavam, quer de consumo quer de capital, porque os seus baixos níveis de renda não as tornavam atrativas para o estabelecimento de indústrias voltadas para os seus mercados internos; e como as economias industrializadas controlavam também os mercados compradores de produtos primários, quando não sua própria produção e comercialização locais, tinha-se um quadro inteiramente desfavorável às economias periféricas.⁴⁹

Em finais do século XIX cresceu bastante a procura da borracha no mercado internacional, principalmente após 1890, com o aperfeiçoamento

da câmara-de-ar, patenteada por Dunlop na Grã-Bretanha, em 1888. Com isso, passou-se a uma grande utilização da bicicleta, vindo depois a difusão dos veículos motorizados. A necessidade, então, do suprimento da goma por parte das indústrias de artefatos de borracha dos países europeus cresceu significativamente:

A única região produtora era a Bacia Amazônica, e praticamente toda a produção cabia ao Brasil, pois a participação boliviana nunca alcançou a mais de 10% do total. Sua produção era feita por simples extração, nas grandes propriedades dos seringalistas, que geralmente viviam em Manaus ou Belém, mantendo administradores ou capatazes nos seringais. O crescimento da demanda, com a elevação dos preços, não produziu qualquer modificação na função de produção tradicional, procurando-se apenas importar mão de obra, o que foi feito com o apoio do governo federal. A imensa maioria das famílias levadas para os seringais na última década do século XIX e na primeira deste (XX) era de origem nordestina, recrutada entre o excesso demográfico da economia de subsistência do interior, principalmente do Ceará. As condições de trabalho eram péssimas, imperando um regime de quase escravidão, que somado à insalubridade da área levava à morte rápida grande número de trabalhadores.⁵⁰

É nesse contexto que a região do Araguaia paraense se insere como fornecedora de matéria-prima para as indústrias de pneus na Europa e nos Estados Unidos. A existência do caucho⁵¹ na mata geral, que vai dos campos do Pau D'Arco até o Xingu, levou para número expressivo de migrantes que não conseguiam condições favoráveis para se manterem nas zonas nordestinas de ocupação mais antiga. Tratava-se, agora, não de trabalhadores acostumados com a vocação pastoril, mas sim, de camponeses em geral, que como extratores da borracha, aos primeiros vieram se juntar na esperança de uma vida melhor.

Rapidamente a economia regional ganha um novo impulso, pois além dos migrantes que se engajaram na extração do caucho se instalam

na região os aviadores comerciais que se encarregavam do abastecimento local. Os donos dos instrumentos de comercialização é quem realmente dominavam o comércio dos campos, pois dadas as distâncias que teriam que ser percorridas até chegar a Belém, ponto de repasse da borracha para o exterior, só quem tivesse algum capital que viabilizasse a circulação do caucho, além da parcela destinada aos gastos com mantimentos e instrumentos de produção do caucheiro, poderia ter algum sucesso.

O dinheiro passa a fazer parte das relações de produção locais, antes embasadas no escambo. Estava em curso a transformação da fronteira camponesa pastoril de subsistência em fronteira camponesa extrativista mercantil. O capital comercial que adentrava nos campos do Pau D'Arco passa a subordinar o segmento pecuário de subsistência como este havia subordinado a cultura tribal.

A extração da borracha: primeiro ciclo de desmatamento da floresta

A exploração da borracha de caucho foi organizada pelos grandes comerciantes-fazendeiros de Conceição que para tanto tiveram que organizar o abastecimento e o transporte de gêneros alimentícios e utensílios necessários para extração, transporte e comercialização da borracha. As bases extrativas nas regiões de cauchais, próximas ao rio Trairão e ao Xingu, constituíam-se de rústicas taperas construídas por esses comerciantes que se estabeleceram inicialmente na Gameleira. José Ribamar Ferreira conta como foi o enriquecimento desses comerciantes: “Conheci as taperas do Botelho e do Mundico Santos. Mundico Santos enriqueceu no comércio de sal. Ele ia buscar sal com tropa de burros na ilha de Balsas, no Maranhão, para vender para os criadores locais.”⁵²

Fotografia 1 - José Ribamar Ferreira, vaqueiro descendente das famílias maranhenses que ocuparam os campos do Pau D'Arco e Arraias no começo do século XX. Foi tropeiro da primeira turma que apoiou o reconhecimento e a abertura da fazenda Santa Tereza, em 1959



Fonte: Autor (julho de 2007)

Outro grande comerciante do período foi Norberto Lima. Nascido no Ceará, ele já havia morado em Itapecuru, no Maranhão, e em Couto Magalhães, Goiás, atravessando o Araguaia e fixando-se em Conceição do Araguaia no ano de 1907. Seu neto, Romeu Maranhão Lima, comerciante em Conceição do Araguaia, explica como ocorreu a inserção da família na região:

Meu avô contava que quando chegou em Conceição não tinha nada. A terra era de ninguém. No Arraias tinham diversas aldeias. Quando chegou a febre da borracha, vieram muitos maranhenses e cearenses. Cresceu muito a população que foi empurrando os índios até o Xingu. Quando parou a febre da borracha, Conceição tinha 16 mil habitantes. Aí os índios começaram a atacar para recuperar as áreas que ocupavam. A população caiu então para 6 mil pessoas. Nesse período os principais produtos comercializados eram as peles silvestres e a castanha. Depois veio a madeira antes da abertura da Belém-Brasília. Se mandavam de mil a duas mil toras de mogno extraídas da floresta do Pau D'Arco anualmente para Belém.⁵³

Em 1920 a população de Conceição do Araguaia era de onze mil pessoas que, em sua maioria, dedicavam-se à atividade agropecuária e ao extrativismo. Vinte anos depois, em 1940, a população havia diminuído mais que 50%, caindo para 4.715 habitantes, das quais cerca de três mil habitavam a zona rural. Apesar dessa queda, há um fortalecimento da atividade pecuária, em detrimento das demais, passando o plantel de bovinos existentes fundamentalmente nos campos do Pau D'Arco, de 14.131 cabeças para 21.503 cabeças. Os suínos também aumentaram de 1.118 cabeças, em 1920, para 4.353 cabeças, em 1940.⁵⁴

Já os estabelecimentos rurais existentes no município de Conceição do Araguaia, em 1920, eram somente 31, e passaram para 550, em 1940. Todavia, somente 34 grandes fazendas dominavam a atividade agropecuária que estava concentrada nas mãos dos grandes criadores, como veremos a seguir.

Quando cessou a grande produção do caucho, a maioria dos moradores dos campos que permaneceram na região acabaram se refugiando na Gameleira, antiga Boa Sorte, porque os índios começaram a atacar muito, em represália pelo acumulo que haviam sofrido com o avanço da frente de extração da borracha em suas terras.

Fazendeiros e comerciantes de Conceição do Araguaia

Na região onde, no final da década de 1960, iria se instalar a frente pioneira de Redenção, prevalecia a economia pastoril desde o descobrimento da borracha de caucho nos vales dos rios Trairão e Xingu. Para viabilizar a extração da borracha, os criadores maranhenses se estabeleceram, no começo do século XX, em algumas corruptelas na região dos campos do Pau D'Arco, que surgiram para apoiar a atividade extrativista. A Gameleira, o maior povoado do município de Conceição do Araguaia, foi onde se estabeleceram os maiores criadores, que passaram a organizar turmas de caucheiros, financiando, por meio do aviamento, os alimentos e instrumentos necessários para a atividade extrativa, tornando-se, assim, os padrões dos cauchais. Foi nesse período que amealharam lucros expressivos que possibilitaram a formação e crescimento de seus patrimônios.⁵⁵

Os maiores fazendeiros eram também comerciantes que abasteciam a economia regional, tanto durante o *boom* extrativista do caucho, quanto no período de estagnação econômica, quando prevaleceu a economia pastoril de subsistência. O comércio e a criação pecuária no Araguaia paraense eram dominados por oito fazendeiros, dentre os quais os maiores eram Mundico Santos, Joaquim Maranhão Lima, Honoratinho e Fausto Botelho.⁵⁶

O declínio da atividade extrativa e o ataque dos índios que a ela se seguiu na década de 1920 ocasionaram o desaparecimento da corruptela e levaram os comerciantes a se transferirem para Conceição do Araguaia, onde continuaram fundamentalmente como comerciantes e aviadores. Seus fregueses, contudo, não eram mais os caucheiros, mas os dependentes que passaram a trabalhar em suas fazendas de gado. O aviamento continuou e as relações de dependência foram transferidas para os vaqueiros de suas fazendas. Eles passaram a administrá-las da cidade por intermédio de vaqueiros e prepostos.

O maior criador dessa época era Raimundo Coelho dos Santos, o Mundico. Natural de Balsas, estado do Maranhão, pai do Dr. Antonio Coelho dos Santos, médico que reside atualmente em Conceição do Araguaia, Mundico Santos possuía várias fazendas no vale do rio Arraias, situadas tanto ao sul da margem direita do rio, atuais municípios de Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia, quanto ao norte, hoje território do município de Redenção:

São Francisco, Cipó, Santo Antônio, Boa Esperança, Lajinha, Buritizinho, Lajeado, Consolação, Santa Maria, São Tiago e São José eram fazendas do Mundico. Onde haviam áreas de cerrado, de Santa Maria das Barreiras até a Boca da Mata, ele tinha boi espalhado. Era o maior criador da região. Ele também tinha várias fazendas em Balsas e levava tropa para lá, e trazia de lá para cá. O Mundico Santos só vendia boi com 10 anos ou mais. Ele marcava o gado na orelha e pela marca feita ele sabia a idade do gado. Ele era surdo e quando alguém queria comprar um boi mais novo ele dizia: não senhor, esse ainda está boi novo.⁵⁷

Depois da chegada das grandes empresas agropecuárias com técnicas modernas e gado de melhor espécie, não conseguiu competir com a fazenda moderna. Hoje seus descendentes não possuem mais nenhuma propriedade nos campos do Araguaia e levam vida modesta em Conceição do Araguaia.

O tamanho do rebanho em Conceição do Araguaia em 1957 era de aproximadamente 20 mil cabeças que pertenciam em sua maioria aos oito grandes fazendeiros, dos quais o maior deles era Mundico Santos.⁵⁸

A estrada boiadeira para o Xingu e o transporte do caucho para Belém

Os grandes fazendeiros-comerciantes de Conceição é que viabilizaram a abertura da estrada do boi na época da descoberta da borracha de caucho

na mata do Xingu nos anos 1904-1905. Demoravam-se quase trinta dias tangendo a boiada dos campos do rio Arraias até São Félix, pela estrada carreteira aberta por iniciativa dos grandes fazendeiros para abastecer de proteína animal os trabalhadores que extraíam borracha nos cauchais do Trairão e do Xingu.

As tropas que transportavam gêneros alimentícios e gado vivo para abastecimento dos cauchais do Xingu vinham de Conceição do Araguaia e paravam onde hoje está a cidade de Redenção, de onde seguiam para um local chamado Pinguelista (hoje sede da fazenda Santa Tereza), onde tem umas mangueiras antigas. Lá era um dos acampamentos e tinha uma fonte de água.

Depois o trilho seguia para o rio Suiá Missu, antes do rio Pau D'Arco, passava em seguida onde hoje é a Colônia Mata Geral, subia depois a serra do Pau D'Arco, onde hoje é a fazenda Guaraparará e seguia para o Cumaru. Lá havia outro local de apoio no caminho, onde a tropa descansava. Depois ia para Novo Horizonte, de onde a boiada seguia por uma estrada que margeava o rio Fresco até São Felix do Xingu.

Romeu Maranhão Lima, em entrevista concedida em julho de 2007 em seu estabelecimento comercial em Conceição do Araguaia, explica como seu avô, Norberto Souza Lima, um dos pioneiros na colonização dos campos do Araguaia paraense, iniciou esse processo:

Meu avô chegou em Conceição do Araguaia em 1907 e abriu o caminho para onde hoje é Redenção. Ele abriu as primeiras três fazendas nos campos: Fazenda Banho, Fazenda Mutum e Fazenda Recreio, depois a Fazenda Alto Alegre, e começaram a colonizar. Ele saía com a tropa de Conceição em lombo de burro até o rio Trairão, onde era a zona de extração do caucho. Aí se extraía o caucho e levavam em lombo de burro para Conceição e depois de batelão para Belém.⁵⁹

A viagem de Conceição do Araguaia para Belém ainda não era feita integralmente com barcos motorizados. Eram botes que pertenciam

aos grandes comerciantes que levavam de quatorze a quinze toneladas de carga e eram movidos a remo. A tripulação era composta por vinte e cinco remadores e o piloto. Durante a descida do rio Araguaia passava-se por várias cachoeiras de difícil transposição, principalmente a de Santa Izabel, próxima a Marabá. Seguia-se remando até Tucuruí onde, no local onde hoje está a usina hidroelétrica, após difícil operação para transpor a cachoeira de Itaboca, que exigia ter-se que descarregar o bote e conduzir a carga nas costas por cerca de quinze quilômetros, o bote era rebocado por barcos motores até Belém.

Essa viagem nos primeiros trinta e cinco anos do século XX era muito difícil e demorada. O tempo de ida de volta de Conceição do Araguaia a Belém era de seis meses. A partir de 1935, com a aquisição de barco motor, o tempo diminuiu significativamente, passando a ser de oito dias no percurso de ida para a capital do Pará, e de quatro dias, o regresso. Os principais produtos levados de Conceição para Belém eram: peles silvestres, couro de boi, borracha, penas de ema e castanha.

Com exceção dos períodos do *boom* extrativista da borracha de caucho, a produção era pouca. Os comerciantes passavam o ano todo juntando esses produtos e faziam uma viagem por ano para Belém. Na capital, após a venda dos mesmos, compravam-se gêneros básicos como: açúcar, café, querosene, sal, e regressavam para o Araguaia. A frota era composta de cinco a seis canoas por viagem.

Na volta, os botes, carregados com mantimentos e utensílios: querosene, sal, açúcar, café, óleo de cozinha, panelas, entre outros, tinham que fazer o mesmo processo, com o agravante de demorar-se o dobro do tempo, por terem de navegar contra a corrente.⁶⁰

Nos anos 1940 os índios estavam atacando muito os moradores do lugar. Para se ter uma ideia do isolamento e das dificuldades enfrentadas pelos criadores de Conceição do Araguaia para vender o gado, o mercado

comprador mais próximo nessa época era São Luis do Maranhão. O gado era levado vivo por terra dos campos naturais amazônicos até Conceição do Araguaia, atravessava os rios Araguaia e Tocantins, e seguia para ser vendido na feira de São Luis, a centenas de quilômetros dali.

6

Os povoados sertanejos e a corruptela de Solta

Nos campos, onde hoje estão situadas as principais cidades do sul do Pará - Redenção, Pau D'Arco, Rio Maria, Xinguara - como nas matas, onde se localizam as terras privatizadas pela Companhia de Terras da Mata Geral e o município de Cumarú do Norte, no começo do século XX o movimento foi intenso. Tanto em um como em outro se localizaram povoados sertanejos que serviam de ponto de apoio para os comboios que se dirigiam aos locais de extração da goma.

Na pesquisa de campo, detectou-se que no local onde hoje se situa o cemitério da cidade de Redenção, outrora existiu uma corruptela denominada Solta. Neste povoado sertanejo que ficava na boca da mata, isto é, no início da estradinha que demandava por entre a floresta e os cauchais da beira do Xingu, as tropas carregadas de caucho aí estacionavam com a finalidade de descanso e reabastecimento de víveres, para, posteriormente, seguirem viagem até Conceição do Araguaia. Nesta, a borracha era acondicionada em batelões, e, por via fluvial, descia o Araguaia e o Tocantins, até Belém do Pará. Finalmente, as casas exportadoras encarregavam-se de fazê-la chegar às portas das indústrias europeias e norte-americanas.

Frei José Maria Audrin situa a época em que surgiu Solta e também as transformações por que passava o local com a corrida à borracha:

Atraídas pela presença dos missionários e pela miragem de terras novas, muitas famílias afluíram sem cessar dos sertões de Goiás, Maranhão e Piauí. Uma outra causa de transformação rápida e inaudita era a descoberta, em 1904,

*de uma riquíssima zona de 'borracha' nas matas vizinhas. Chegaram logo às centenas os exportadores da preciosa goma castilloa. Conceição tornou-se um dos importantes centros caucheiros da região Amazônica, sobretudo após o encontro nas florestas dos seringueiros do Araguaia com os do Xingu. Era um movimento incessante de tropas chegando de todas as direções.*⁶¹

As tropas de muares transportavam gêneros alimentícios e instrumentos de Conceição para os povoados que foram fundados na atual região de Redenção e que se localizavam em posições estratégicas em relação aos locais de ocorrência da borracha de caucho, seguiam a rota Conceição-Xingu, através da então conhecida estrada do boi, ou estrada tropeira.

Essa estrada, que teve papel relevante na economia regional durante o período da exploração dos cauchais do Xingu, ligava Conceição do Araguaia ao povoado de Novo Horizonte, que se situava na margem direita do rio Fresco, afluente do rio Xingu, abaixo do atual Posto Indígena Gorotire da Funai. Um dos pontos estratégicos da estrada tropeira era o povoado de Solta, localizado na boca da mata, isto é, no local de transição dos campos para a floresta, exatamente onde hoje situa-se a sede do município de Redenção.

A corruptela de Solta

José Ribamar Ferreira, nascido em Pedro Afonso (TO), descendente de uma das primeiras famílias de criadores maranhenses que vieram para o Pará, vaqueiro tradicional dos campos do Araguaia paraense e proprietário-residente na fazenda Retiro, em entrevista na fazenda em julho de 2007, explica onde era a corruptela de Solta:

Solta era onde está hoje o setor do Colégio Eva Tomé. Quem vai daqui pra Redenção, deixa o cemitério à direita, a corruptela estava no lado esquerdo.

*Lá na Solta tinha umas doze cabeças de gado dos padres. O cemitério de Redenção está no mesmo lugar de onde era o cemitério de Solta no começo do século XX.*⁶²

Outro povoado sertanejo muito importante erigido durante a exploração da borracha na confluência dos campos do Pau D'Arco com as matas do Xingu foi a vila de Novo Horizonte, pois era o principal ponto estratégico da via de comunicação Conceição do Araguaia – São Félix do Xingu, inclusive sendo mais populosa que esta última. Isso porque ali era o porto de saída e de entrada da estrada do boi, que, como já frisado, ligava esta região aos campos de Conceição do Araguaia, e ali tinha como ponto de escala a localidade denominada de Solta, onde hoje é a sede do município de Redenção,⁶³ num trajeto de 150 quilômetros, subindo e descendo grandes cordilheiras, entre elas, a serra Ruim e a serra do Cumaru.

Esse trecho da estrada tropeira, ou estrada do boi, era uma trilha indígena que foi recuperada e aperfeiçoada pelos criadores do Pau D'Arco e ligava a atual sede municipal de Redenção à Vila de Novo Horizonte. A estrada “desvendou uma grande floresta, onde era grande a existência de caucheiros o que deu origem e oportunidade para a intrepidez e audácia dos nordestinos fazer aquela grande estrada tropeira, pois a maioria dos barracões produtores de caucho situava-se ao longo daquela estrada.”⁶⁴ Portanto o abastecimento da população, direta ou indiretamente envolvida na produção e comercialização do caucho, viabilizou-se pela abertura dessa e de outras estradas secundárias. Contudo, como observado por frei José Maria Audrin:

As estradas que levavam às matas da 'borracha' passavam infelizmente junto das aldeias das Arraias e do Pau D'Arco, que se tornaram em breve o ponto de pouso obrigatório para as caravanas de caucheiros. Os campos das Arraias viam multiplicar-se os sítios e as fazendas. As próprias matas do caucho iam sendo ocupadas. Em cada passagem de ribeirão, em cada cabeceira, em cada campestre fixavam-se moradores, animados pelos fartos lucros provenientes do

trânsito ininterrupto de seringueiros. A consequência inevitável foi a formação rápida de numerosos núcleos mais ou menos importantes: Santo Antônio, da Solta e São Pedro, da Gameleira, nas orlas da mata geral; Triunfo, no centro da mesma; Novo Horizonte, já nas beiras do rio Fresco; Nova Olinda, na foz do Riozinho; São Félix, enfim, na margem direita do Xingu.⁶⁵

É importante frisar que essas corruptelas surgidas no auge da exploração do caucho na região do Araguaia paraense tiveram um papel relativamente importante no ciclo extrativista local. Embora, quando cessou a atividade extrativista tenham perdido grande parte de seus habitantes, durante esse período serviam como ponto de apoio ao trânsito mercantilista do caucho.

Por outro lado, esses povoados sertanejos, que, superada a fase extrativista, nunca chegaram a ter mais de cem habitantes, abrigavam um campesinato que, por uma ou outra razão, não abandonou a região depois da queda nos preços da borracha. Esses camponeses que haviam migrado para a zona expansionista dos campos e das matas no Araguaia paraense, em sua maioria se retiraram para seus estados de origem, pois com a derrocada da borracha nos anos que se seguiram a 1912, a economia local entra numa significativa estagnação com a queda brusca do consumo e da oferta de trabalho.

Os povoados sertanejos, antes de se extinguirem de vez, funcionaram como apêndices à economia pastoril que, passado o ciclo gomífero, volta a dominar a atividade econômica dos campos. Neles se desenvolvia uma tímida agricultura de subsistência, pequena criação de aves, suínos e gado bovino. Também serviam como reservatórios de mão de obra para o sistema pecuário quando este, por ocasião de vaquejadas, necessitava de um maior número de trabalhadores.

Desta forma, pode-se inferir que da mesma maneira que o capital industrial determinou a expansão da fronteira camponesa extrativista, por meio da instalação do capital comercial na região, o que provocou a

monetarização da economia, a formação de mercado, o desenvolvimento do comércio nos campos, enfim, uma dinamização das atividades econômicas e sociais naquela área da Amazônia oriental, determinou também, a estagnação econômica posterior e o regresso predominante do segmento pastoril de subsistência.⁶⁶

O mecanismo utilizado para baixar os preços da borracha internacional foi o desenvolvimento da tecnologia produtiva. De fato, a Inglaterra desde finais do século XIX já iniciara o plantio de seringueiras em suas colônias da Malásia e do Ceilão, assim como também a Holanda, em Sumatra e Borneu.

O aumento da demanda internacional, no primeiro decênio do século XX, de início pôde ser atendido pela borracha amazônica com o simples aumento da mão de obra. Com o progressivo incremento da procura, a oferta do produto tornou-se insuficiente, o que levou a um grande aumento nos preços. A tecnologia empregada nos seringais e cauchais da Amazônia não permitia um aumento da capacidade produtiva que acompanhasse as exigências do mercado.

Os seringalistas e donos de cauchais locais, ao invés de reinvestir os lucros auferidos em plantações novas, empregavam-nos em gastos supérfluos. O aumento crescente dos preços incentivou ainda mais os plantadores europeus do Oriente e sua plantação aumenta rapidamente, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 – Produção mundial de borracha (toneladas)

Período	Zonas produtoras	
	Brasil	<i>Produtores asiáticos</i>
1905	35.000	146
1910	38.104	8.230
1913	36.615	47.000
1917	39.000	210.000

Fonte: Magalhães (1975: 214)

Com o aumento crescente da produção asiática, os preços caíram vertiginosamente e a produção dos cauchais dos campos do Pau D'Arco bem como de toda a Amazônia, entraram em profunda decadência. A vida nos campos do Pau D'Arco e na Mata Geral volta a ter um isolamento incomum. Regressa o escambo como forma de trocar o parco excedente produzido. O dinheiro não mais se fará presente na região nos níveis de outrora até que se inicie, por volta de 1960, o desenvolvimento do processo que transformaria radicalmente a natureza e as relações da sociedade naquela região.

Mas, antes deste período, os moradores locais ainda experimentaríamos um novo e também breve surto econômico durante a Segunda Guerra Mundial, quando o governo brasileiro assinou com os Estados Unidos os *Acordos de Washington*, instituindo a política conhecida como Batalha da Borracha.⁶⁷ Entretanto, o impacto na economia local foi muito menos relevante que o do começo do século, e a partir de 1946, ano da derradeira carga de borracha das matas do Xingu, a área transformar-se-ia novamente em fronteira camponesa pastoril produtora de valores de uso.

Nos cerrados, hoje zona urbana de Redenção, formaram-se pastos, fazendas, roçados e criações, em pequena escala, de porcos e galinhas. Na mata, atualmente parte rural de Redenção e município de Cumaru do Norte e Pau D'Arco, os índios Caiapó puderam novamente viver sem o assédio dos caucheiros e cristãos em geral.

7

Economia e sociedade nos sertões do Araguaia paraense

No período que se segue ao auge da economia extrativista, a fazenda criatória volta ser a principal unidade de produção e consumo nos campos do Pau D'Arco. O despovoamento experimentado na região, principalmente depois de 1912, deixou um saldo muito baixo de moradores nos arredores do local onde futuramente se instalaria a frente pioneira de Redenção.

Já por ocasião da segunda onda extrativista da borracha, os moradores do lugar eram muito poucos e dispersos pelas redondezas. Na pesquisa de campo foram coletados alguns depoimentos de moradores antigos do local – alguns deles nascidos e criados nos campos do Pau D'Arco –, que viabilizaram a veiculação das informações referentes a essa época, e que a seguir são arroladas.

O povoamento era escasso. A borracha era extraída da região situada entre a fazenda Bannach e o rio Xingu e era levada para Conceição do Araguaia no lombo dos burros, exatamente como era feito quando do primeiro ciclo do caucho. Por volta de 1946, ano da última carga de borracha coletada nas matas contíguas às fazendas criatórias, os conflitos entre os caucheiros e os índios Caiapó-Gorotire atingia proporções tais, que a vida para os habitantes era bastante difícil.

Após o efêmero crescimento da economia local em função da demanda por caucho necessário para abastecimento dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, a região volta a experimentar baixos níveis de povoamento. Para se ter uma ideia, em 1948, o número total de

pessoas residentes nas fazendas pastoris e nas imediações dos campos naturais totalizava, entre vaqueiros, fazendeiros, sitiantes e marreteiros, cerca de duzentas pessoas. Nesse ano, no lugar onde futuramente seria erguida a vila de Redenção, não existia ninguém residindo.

Devido à rarefação e dispersão dessa população e aos conflitos existentes entre os coletores do caucho e os índios, o que levou estes a se insurgirem contra qualquer habitante “cristão”, as famílias camponesas não se fixavam isoladamente num determinado sítio, juntando-se em grupos de quatro ou cinco, para melhor se defenderem dos Caiapó Gorotire.

No princípio os índios não atacavam os cristãos, mas, por volta de 1920, um bando de jagunços começou a matar os índios bem na beira do rio Arraias, o que fez com que daí em diante estes se revoltassem e passassem a não mais distinguir pistoleiros dos criadores de gado. Esses jagunços tentaram também saquear as moradias e criações dos habitantes do Pau D’Arco, mas não tiveram sucesso, pois estes andavam todos armados e revidaram o ataque. Posteriormente o bando foi liquidado pela tribo inicialmente agredida.

O único meio de transporte utilizado pelos moradores dos campos era o cavalo e o jumento – este para o transporte de cargas -, e quem não possuísse um animal tinha que ir a pé para Conceição, pois não havia outro meio de transporte. O tempo despendido na viagem era de aproximadamente dez dias, sendo cinco dias de ida e mais cinco dias de volta. Essas viagens eram muito raras e se limitavam ao suficiente para abastecer os criadores dos produtos que não eram produzidos pela família, principalmente sal, querosene, fósforo e munições. Mesmo assim, a oferta dessas mercadorias não era satisfatória e os criadores locais perdiam alguns dias em Conceição a espera das mesmas, ou de uma delas.

A economia era essencialmente de subsistência, pois não havia, até 1950 aproximadamente, um mercado significativo para o gado ou seus subprodutos. Alguma carne seca era colocada nos garimpos próximos à vila

do Pau D'Arco, localizada na margem goiana do Araguaia, mas não atingia maiores proporções. A partir de 1950 começa a se ensaiar os primeiros transportes de carne da região para o mercado de Belém. Isso se deveu à instalação de uma charqueada na cidade de Araguacema, no então estado de Goiás, atual Tocantins, que se localizava um pouco abaixo de Conceição do Araguaia, na margem direita do Araguaia. Este fato parece ter tido uma grande importância para a pecuária do Pau D'Arco, pois a partir de então o gado começa a ter colocação.

O fato de o gado ser transportado para Belém por via aérea, o que onerava o custo da produção, era compensado pelo baixo valor despendido pela charqueada na remuneração dos criadores.

O rebanho era criado solto nos campos, onde a presença de pastos naturais em abundância era um fator positivo para o seu crescimento e reprodução. As roças eram feitas em regime de mutirão e não se localizavam próximo das habitações, pois os sertanejos escolhiam as melhores terras para a lavoura e que não ficassem próximas aos pastos. Em geral distanciavam-se uns dois a três quilômetros do núcleo residencial.

No processo de assentamento do roçado, os camponeses, depois de haverem determinado o lugar ideal para tal, e munidos de machados e facões – não existia a foice naquele tempo na região -, inicialmente construíam pequeno rancho para depois fazer as derrubadas e queima da mata e abrirem a roça. Em seguida, cercavam o local para que os porcos não penetrassem e comessem a plantação. A cerca era constituída de três ou quatro pedaços de pau dispostos em paralela e de estacas verticais pouco espaçadas, para que o gado também não penetrasse.

Os principais produtos cultivados eram: arroz, mandioca, macaxeira, milho, fava, feijão e algodão. O feijão não era da espécie que posteriormente seria introduzida no local com a chegada dos agentes da fazenda Santa Tereza. Era o feijão que os moradores do lugar denominavam de “trepau” ou feijão de corda.

É interessante notar que a forma de vida econômica nos campos do Pau D'Arco até o ano de 1960, era essencialmente organizada para a produção de valores de uso. O comércio, como já se disse, era reduzidíssimo, limitando-se às viagens esporádicas que os criadores empreendiam até Conceição, onde trocavam alguma carne seca ou mesmo peles de veados, pelas mercadorias que estavam necessitando. O dinheiro era utilizado somente como intermediário destas poucas relações mercantis. Para conseguir alguma moeda, os criadores pastoris, no começo do inverno, matavam algum gado, secavam a carne, preparavam alguns fardos da mesma e seguiam para comercializá-los em Conceição.

Além das peles, e da carne bovina, também era comercializado uma pequena quantidade de toucinho de porco salgado. Geralmente se levavam de quatro a cinco jumentos carregados com esse excedente produzido em cada viagem. No mercado de Conceição, o produto era vendido para os poucos habitantes locais: funcionários públicos, eclesiásticos, comerciantes varejistas e demais moradores. Com o dinheiro obtido, compravam algum instrumento para a lavoura e pecuária, querosene, fósforo e sal.

Já se disse das dificuldades em encontrar esses produtos essenciais no complemento das necessidades da família camponesa. O sal era comprado em quantidade suficiente para que se pudesse passar o inverno, época das chuvas, pois neste período o rio Arraias enchia demais, dificultando a passagem das tropas que demandavam Conceição ou a atual zona de Redenção quando de seu regresso. Isto devido ao fato de o caminho existente ser cortado por aquele afluente do Pau D'Arco.

Do começo do século XX até 1945, aproximadamente, os sertanejos ao chegarem à beira do rio Arraias, descarregavam todos os animais e os atravessavam a nado para a outra margem do rio, tanto na ida, quando levavam a carne, quanto na volta, quando traziam os produtos que não fabricavam, mas principalmente o sal. A partir de então, os criadores dos campos do Pau D'Arco, construíram um “ajolo” (espécie de ponte suportada

por duas cordas grossas que atravessavam de uma a outra margem), através do qual os burros transpunham o Arraias, mas a carga continuou a ser desatrelada e transposta manualmente de uma margem à outra.

Outro produto também cultivado na região, que futuramente iria sediar a frente pioneira de Redenção, era a cana-de-açúcar. Com ela os sertanejos fabricavam a rapadura, não tendo, portanto, a necessidade de comprar açúcar, e, também produziam a cachaça.

O processo de fabricação desses produtos comportava uma tecnologia que empregava tanto a força de trabalho quanto a utilização da tração animal. O engenho era fabricado de madeira e na moagem da cana era necessário o emprego de três pessoas. A primeira, ainda de madrugada, se encarregava de amansar os bois e conduzi-los ao engenho atrelando-os às correias da moenda. Em seguida tinha início a moagem da cana. O segundo trabalhador colocava a cana na moenda, e o terceiro a aparava do outro lado, sendo que o primeiro também era encarregado de tanger os bois. Finalmente, após a obtenção do caldo era produzida a rapadura e a aguardente.

A cachaça era tomada em pequenas cumbucas feitas de barro e era servida gratuitamente por todos os criadores mutuamente. Nada era vendido entre os membros da comunidade pastoril local. Quando acontecia, por exemplo, de um chefe de família necessitar de proventos que não fossem fabricados na economia local, e se ele não possuísse um excedente bovino para trocar pelos mesmos, os membros da comunidade que tivessem mais excedentes, emprestavam o gado ao primeiro, para receberem posteriormente, quando os novilhos deste já tivessem crescido.

Acentua-se mais ainda o nível de subsistência do segmento pastoril local, quando se constata que o suprimento das roupas utilizadas pelos criadores dos campos era proveniente do artesanato camponês doméstico. Para tal, inicialmente, fabricavam-se os teares manuais, também de madeira, por meio dos quais, numa fase posterior, as mulheres dos sertanejos,

empregando o algodão colhido nas roças, confeccionavam camisas, calças, cobertas e vestidos da família camponesa.

Os criadores do Pau D'Arco, quando na época da formação do roçado, se ajudavam mutuamente num sistema de mutirão. Ademais, principalmente após os conflitos entre os tiradores de borracha e os povos tribais da Mata Geral, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, existia a temeridade constante de um possível ataque por parte dos Caiapó Gorotire.

Com isso, ou também por isso, os sertanejos do pastoreio se agregavam nas atividades da lavoura, porque se andassem ou trabalhassem isoladamente, podiam ser mortos pelos índios. Um habitante da periferia da cidade de Redenção em 1979, nascido e criado nos campos do Pau D'Arco, relembra esta época:

O pessoal se ajuntava pra trabalhar junto porque se trabalhasse só um, o índio matava. A gente ia pra roça ou pra qualquer um serviço, só com arma, porque ninguém andava desarmado. Chegava lá, não encostava ela num pau pra ficar em pé. Tinha que botar a arma deitada no chão, porque se botasse ela em pé o índio chegava e apanhava.

Os conflitos entre os índios e os criadores do Pau D'Arco tornaram-se mais agudos durante a exploração do caucho na região, pois as árvores se localizavam nas imediações das terras habitadas principalmente pelos Gorotire. Na segunda onda extrativista, durante os anos 1940-45, foi o incremento da demanda por borracha das empresas industriais que levou os caucheiros a penetrar na mata geral contígua aos campos – penetrando, portanto, nas terras tribais –, o que fez com que emergisse a hostilidade do índio às frentes expansionistas, pastoris ou extrativistas.⁶⁸ Conseqüentemente, as atividades econômicas do lugar eram subordinadas e direcionadas – ainda que indiretamente e de uma forma pouco perceptível –, pelo capital industrial das formações sociais capitalistas centrais.

Foi desse modo que, passada a segunda fase de extração do caucho nas matas de Conceição, a economia local volta a ser definida pelo empreendimento pastoril de subsistência, embasado na produção de valores de uso e secundariamente, pela produção de algum excedente utilizado para obtenção dos bens complementares às necessidades dos moradores do lugar. Em meados da década de 1940, os habitantes passaram a utilizar a moeda como meio de permutar seus produtos, mas em escala reduzida. Afora esta época, e, excetuando-se igualmente os primeiros quinze anos do século XX, predominaram as trocas em espécie na sociedade do Pau D'Arco.

Os criadores pastoris viviam quase que num confinamento permanente. Existia um ou outro marreteiro que palmilhava a região esporadicamente, permutando fósforos, querosene, utensílios domésticos e quinquilharias em geral, por toucinho de porco, carne seca e peles de animais silvestres. Esses marreteiros percorriam os campos levando a mercadoria a ser comerciada no lombo dos burros, mas a frequência das viagens era irrelevante.

Também havia uns poucos regatões que, por ocasião do inverno, quando as águas do rio Pau D'Arco atingiam um determinado nível que permitisse a navegação, aportavam com suas pequenas embarcações nas corruptelas situadas na margem do rio. Mas, devido ao frágil mercado constituído pelo segmento pastoril, e o aviltamento dos preços das mercadorias pelos gastos com combustível do motor, os regatões também mantinham um comércio insignificante.

O grau de isolamento da população local transparece no depoimento de outro informante que também habitava os campos do Pau D'Arco nessa época:

Aqui às vezes a gente passava vinte, trinta dias sem ver outra pessoa. Só via os da casa mesmo. Os vizinhos moravam distante uma légua; via como é que estava, via se ainda estava vivo ou se os índios já tinham matado. Aqui, a vida era pesada mesmo.

Apesar do parco comércio e do semi-isolamento dos criadores de gado, a qualidade de vida parecia ser bem melhor do que aquela que os poucos sertanejos remanescentes da economia pastoril de origem maranhense iriam experimentar cerca de vinte anos mais tarde. Um deles, despojado de suas terras após a instalação da frente pioneira de Redenção, e em 1978 vivendo de um pequeno comércio na cidade, relembra esse período:

Aqui, a vida de primeiro era difícil por causa do movimento que não tinha. Mas no que diz respeito à comida, era farto demais. Matava um gado e não tinha pra quem vender. O pessoal morava longe demais um do outro. Quando vinham era pra tomar emprestado, chegavam em casa e falavam: “Oh compadre! Se me empresta aí tantos quilos de carne do seu gado que você matou, que quando eu matar o meu eu te pago!” E a gente emprestava. Era assim. Ninguém vendia.

Como se vê, havia fartura e o comércio era reduzidíssimo, não se registrando a circulação da moeda entre as unidades de produção pastoris. Cada unidade criatória era unidade de produção e de consumo. Os membros da família fabricaram quase tudo o que necessitavam. Havia roças das quais obtinham legumes e cereais, que juntados à carne bovina, formavam a base da dieta alimentar da família sertaneja. Criações de galinhas e porcos, somados à carne de caça, propiciavam uma constante diversificação na alimentação. Vez por outra, também se praticava alguma pesca. O açúcar, como já frisado, era produzido internamente.

Por outro lado, um artesanato rural garantia o suprimento da indumentária familiar e a cachaça também provinha dos engenhos locais. A banha animal fazia às vezes do óleo industrial, o que elevava ainda mais o grau de auto-suficiência da economia pastoril instalada na área estudada. Os criadores desempenharam, portanto, o principal segmento econômico da região, desde finais do século XX até o ano de 1960. Foram, entretanto, superados temporariamente quando da presença da empresa

extrativista mercantil, que, por dois períodos – finais do século XIX a 1915, aproximadamente, e primeiro quinquênio da década de 1940 –, demandou as matas xinguanas em busca do caucho.

Nestes períodos o extrativismo mercantil engajou em suas atividades muitos criadores e camponeses que habitavam os campos do Pau D'Arco. Além disso, com a monetarização que se registrou nestas épocas, e com a grande onda migratória verificada, formou-se um bom mercado para a venda do gado do lugar, que foi fundamental para a sobrevivência da economia pastoril, pelo menos nos primeiros tempos.

Durante a primeira fase da onda extrativista, surgiram alguns povoados sertanejos na rota do caucho que eram utilizados como pontos de apoio da empresa mercantilista. Na atual área urbana de Redenção, situava-se um desses povoados, conhecido pelo nome de Solta. Na área rural de Redenção e no atual município paraense de Cumarú do Norte, onde, a partir de 1960, seria formado o maior latifúndio paraense controlado por brasileiros, encontravam-se as árvores de caucho. Lá os caucheiros se fixavam por meses a fio na coleta da goma.

O modo de vida experimentado por estes coletores da borracha já foi bastante divulgado em inúmeros trabalhos que tratam do problema. Mas, especificamente, uma reportagem realizada na região do baixo Xingu, em 1952, retrata como eram as condições de vida dos caucheiros e seringueiros nas matas contíguas aos cerrados do Araguaia paraense:

Na realidade, os pobres seringueiros e castanheiros vivem em condições piores que os selvagens. Moram em ranchos cobertos com folhas de buriti, passam o ano inteiro comendo farinha e os seus bens são: um terçado, uma arma de fogo, e a rede de dormir. Vivem prensados entre dois fogos: de um lado os Kaiapós e de outro os 'donos' dos seringais e castanhais para os quais trabalham. O seringueiro e o castanheiro labutam a vida toda a troco de alguns trapos, comida e remédios, pois o regime sob o qual mourejam, entra ano e acaba ano, é o de uma verdadeira escravidão. Ricos senhores da cidade – os tubarões da 'jungle' – arrendam do governo dezenas de léguas de mata virgem para a

extração da seringa, do caucho e da castanha. Os seringueiros e castanheiros situados nessa faixa de floresta só podem trabalhar e vender o seu produto ao senhor arrendatário. O pagamento é feito em mercadorias. O próprio patrão é quem lhes vende os gêneros, os cigarros, a roupa e os medicamentos. Para isso, de tempos em tempos, as lanchas que sobem o rio em busca de seringa ou castanha, levam, também, víveres e utensílios para vender aos trabalhadores. O que em Belém, por exemplo, o patrão compra a cinco cruzeiros, vai vender lá longe, na selva, a trinta cruzeiros. Uma rede, que na capital custa 150 cruzeiros é entregue aos pobres 'mateiros' a 350 cruzeiros. No fim do ano o castanheiro e o seringueiro estão sempre devendo e nunca mais poderão fugir a esse inferno. Um desses infelizes fez esta dramática confissão: - 'Entre o índio e o patrão, eu prefiro o primeiro. O índio vem e mata logo. O patrão vai nos liquidando aos poucos, sugando nosso sangue gradativamente, e só nos deixa quando estamos velhos, cansados e doentes'. Como estão sempre devendo aos patrões, os seringueiros e castanheiros procuram produzir o mais que podem, penetram cada vez mais dentro da floresta, e vão acabar morrendo nas mãos dos Caiapós.⁶⁹

Esse era em suma o quadro em que se inseriam os caucheiros da Mata Geral. Passada a fase extrativista, a economia pecuária toma novamente seu lugar predominante nos campos do Pau D'Arco.

Apesar da ausência de mercado, devido ao reduzido número de habitantes, nos campos e na cidade de Conceição, e principalmente pela ausência de comunicações viáveis que permitissem o escoamento da produção, o gado ainda era o único meio de se conseguir algum dinheiro para fazer face às necessidades não supridas pela economia rural pastoril.

No período analisado o gado não tinha praticamente nenhum valor. Excluindo-se a fase de coleta da borracha, e, em menor escala, após o ano de 1950, quando uma indústria de Araguacema, localizada na margem goiana do Araguaia, inicia a exportação de carne bovina para Belém, com a utilização de aviões, toda a história dos criadores do Pau D'Arco se caracterizou por uma marginalização singular.

Para que se tenha uma ideia desta situação e do baixo valor atribuído ao gado local, uma informante entrevistada em Redenção em 1979, e que em 1964 foi a Conceição para se submeter a uma operação de parto-cesariana, informou que as despesas foram muito grandes:

Naquele tempo o gado não valia nada. O preço do gado era nada. Nós vendemos bastante gado para poder pagar o parto. Tivemos que vender cinco novilhas e uma besta para poder pagar o parto e as despesas. O gado não tinha valor nenhum, agora é que está mais valorizado.

E note-se que isso se deu em 1964, quando a frente capitalista já ensaiava as primeiras mudanças no cenário econômico e social da região.

Esta foi, em linhas gerais, a configuração da economia e da sociedade da região de Redenção até o ano de 1960, quando esta ainda não era assim denominada.

Mas, esta situação iria sofrer alterações substanciais a partir do ano que iniciava a nova década. É que um ano antes, um empresário-fazendeiro de São Paulo já havia requerido, junto à Secretaria de Terras do Governo do Estado do Pará, a compra das melhores terras e das matas do lugar. Iria começar a formação da fazenda Santa Tereza – Cia. de Terras da Mata Geral, e com ela tudo rapidamente se transformaria.

An aerial, grayscale photograph of a city, likely São Paulo, showing a dense urban landscape with numerous buildings, streets, and green spaces. The text is overlaid on the image.

PARTE II

**FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA
FRENTE PIONEIRA DE REDENÇÃO (1959-1968)**

8

A rodovia Belém-Brasília e a especulação imobiliária

Nos campos do Araguaia paraense, até meados da década de 1960, além do gado, também a terra tinha valor inexpressivo no contexto da economia local. A atividade econômica pastoril de subsistência – parcialmente mercantil – aliada à deficiência dos meios de transporte para o escoamento da produção, e a herança colonial das relações de produção, alicerçadas na partilha e no aviamento, eram os principais fatores que contribuíam para a desestima pela terra. Na última década do século XIX a região foi ocupada pelos vaqueiros maranhenses.

Em pouco tempo e sem conflitos a onda boiadeira integrou na sociedade nacional nada menos de 20.000 km² de campos ininterruptos na área do Pau D'Arco, prontos para serem povoados por rebanhos. Em toda a região amazônica nenhuma conquista foi mais fácil ou tranquila e incontroversa. Se se tem em mira tal extensão territorial e o número reduzido de ocupantes humanos que a povoam, não será difícil compreender o pouco ou nenhum valor atribuído na região ao campo limpo, deserto de gado.¹

De fato, como já frisado, a população de sertanejos que habitavam os campos do Sul do Pará era de pouco mais de duzentas pessoas. Em 1948, segundo um ex-vaqueiro que morou na região, só havia 208 pessoas residindo nos campos do Pau D'Arco, o que equivalia, na época, a uma relação de 0,0124 habitantes por quilômetro quadrado. Apesar da dificuldade para se obter dados demográficos mais recentes, uma vez que

Redenção, como distrito de Conceição do Araguaia, só foi oficializado em junho de 1975, as informações coletadas na pesquisa de campo em 1979 indicam que esta tendência não se alterou até o início da década de 1960.²

Aliás, esta desestima pela terra que os grandes e pequenos criadores do Pau D'Arco herdaram da cultura colonial nordestina, praticada por seus ancestrais nos sertões dos Pastos Bons, e que foi transposta para os campos sul-paraenses, não era um fenômeno restrito aos sertões do Araguaia. Ele imperava praticamente em todo o território rural amazônico. Roberto Santos, em texto de 1978, assim resumiu esse fenômeno:

*Em termos gerais, [...] a propriedade da terra no setor rural da região, não era um instituto totalmente enquadrável na categoria ocidental de propriedade. Havia certa flexibilidade no exercício da propriedade, que comportava ocupações alheias sem preço, moradia gratuita, uso sem fiscalização etc.; comportava também o desconhecimento pelo proprietário, do exato tamanho do imóvel, a indefinição e tolerância quanto aos limites, e às vezes o total desinteresse pela terra que se convertia praticamente em *res nullius*, em área de ninguém. Admitiam-se quase sempre as entradas francas para caça e pesca e, é claro, o abastecimento de água jamais constituía problema.³*

Na verdade, devido ao isolamento da economia rural e a baixa conexão com o mercado nacional, os fatores econômicos mais relevantes para o sertanejo amazônico eram o financiamento e a comercialização da produção excedente e o problema da propriedade da terra na Amazônia era subordinado ao do crédito.

Além disso, como o Estado concorria com o proprietário à larga ocupação gratuita de seus terrenos devolutos, a oferta de terra era praticamente ilimitada para o homem rural. Assim, o vínculo de subordinação do trabalhador se estabelecia diretamente com o detentor dos meios de comércio e financiamento – o comerciante, ou o transportador, ou o seringalista, o patrão do castanhal e, em geral, o ‘aviador’. [...] Poderia mesmo acontecer que o caboclo fosse ele próprio o dono das terras em que vivia, e sua sujeição persistiria. Porque a

*propriedade da terra, naquele tempo, nada ou pouco representava por si só como base de liberdade econômica: terras sem equipamento, sem crédito, sem um mínimo de instrução técnica, sem meios de transporte, sem possibilidade de estocagem, não seriam o bastante para impedir o homem rural de entregar-se a quem contava com estoques de mercadoria e algum dinheiro.*⁴

Também na pecuária de subsistência praticada nos campos do vale dos rios Arraias e Pau D'Arco, onde em breve se ergueria o povoado de Redenção, este quadro era similar. O baixo valor da terra refletia-se na precariedade das benfeitorias e das roças da região. “As posses nada valiam, certamente. Nelas não havia sinais de trabalho humano. Ficavam nas condições primárias em que haviam sido encontradas. Jamais nelas se faziam benfeitorias que elevassem o seu valor. Nisso estava uma das características da cultura pastoril: o absoluto desvalor do solo, a desestima pela terra.”⁵

Essa conformação da atividade econômica que predominou até o ano de 1960, na região do futuro município de Redenção, fazia com que criadores dos campos, fazendeiros, vaqueiros, camponeses em geral, grandes, médios ou pequenos, não se preocupassem com a regularização das terras onde viviam e desenvolviam suas atividades produtivas. Eram na sua totalidade posseiros que não tinham porque titular suas terras, já que as mesmas eram abundantes e não tinham nenhum valor.

As comunicações com os centros urbanos mais desenvolvidos eram precárias. O centro mais próximo, Conceição do Araguaia, ficava a cinco dias de viagem em lombo de animal e essa distância era ainda mais significativa ao considerar-se a série de adversidades por que tinham que passar os sertanejos antes de atingir seu destino. Eram cobras, mosquitos, onças, porcos do mato, ataque de índios e tantas outras sequelas que da mata poderiam brotar.

Até o final de 1960, o caminho que interligava o centro da mata à beira do rio Araguaia era o mais precário possível. Na realidade, era um antigo trilho indígena que mal permitia o emparelhamento de um animal a

outro durante quase todos os cento e cinco quilômetros que separam as duas localidades. Mas essa situação iria rapidamente se alterar. A causa aparente das mudanças em curso seria a abertura da rodovia Belém-Brasília. A frente capitalista estava em gestação e com ela a fronteira capitalista absorveria a sexagenária fronteira camponesa pastoril da região.

A especulação imobiliária no Araguaia paraense

A construção da rodovia Belém-Brasília não foi o elemento originário que determinou as transformações na estrutura fundiária, demográfica, econômica e social da área ocupada pelos criadores do Pau D'Arco e da Mata Geral, e tradicionalmente habitada pelos índios Caiapó Gorotire, que iriam se materializar a partir do início da década de 1960. Na verdade, a abertura da rodovia foi o efeito e não a causa do processo de reocupação da Amazônia pelo capital, só que agora não apenas pelo capital comercial, mas também pelo capital financeiro e industrial, nacional e internacional, cujos interesses vinham se fortalecendo gradativamente desde a queda da velha oligarquia cafeeira em 1930.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as classes médias e a burguesia industrial brasileira nascente passam a deter a hegemonia no processo de tomada de decisões políticas do governo brasileiro.

Com o desenvolvimento das forças produtivas no centro dinâmico do capitalismo brasileiro, as classes dominantes engendram a política de substituição de importações que vai internalizar, a partir de meados de 1950, no próprio território nacional, mais especificamente na região do ABC, Grande São Paulo, a força motriz da industrialização nacional (a indústria montadora automobilística monopolista internacional). Teria continuidade no Brasil o processo de acumulação do capital industrial-financeiro internacional, só que a partir de então, ele seria acionado no próprio centro dinâmico da formação social periférica brasileira.

A necessidade de mercados potenciais para os produtos que passam a ser fabricados internamente, principalmente no Centro-Sul do país, e a forma adotada para a circulação e comercialização das mercadorias produzidas, com a produção central alicerçada em veículos automotores, fizeram com que as ações governamentais reorientassem os investimentos públicos concernentes à infraestrutura de transportes. Abandona-se, ou diminui-se relevantemente, a ampliação da malha ferroviária e passa-se a investir na construção de estradas de rodagem.

Além disso, “a política de substituição de importações que durante a década de 1950 apoiou uma industrialização massiva, marginalizou do processo produtivo da agricultura brasileira, particularmente a do centro-sul e nordeste, uma massa considerável de pessoas a qual passou a constituir no seu processo migratório as frentes de expansão (iniciada, evidentemente, desde o começo do século) na fronteira agrícola.”⁶

Na segunda metade dos anos 1950 se instala em São Paulo a empresa montadora de automotores. Em outras palavras, se instala o capital industrial monopolista internacional. “A interiorização da capital federal, a irradiação a partir de Brasília, de uma rede rodoviária e a montagem de uma indústria automobilística constituía-se um plano coerente, capaz aos olhos do poder, de redinamizar a economia brasileira a favor da burguesia, em consonância com os interesses do capital internacional.”⁷

A rodovia Belém-Brasília, foi, portanto, um canal de abertura de novos mercados para o capital industrial do Centro-Sul brasileiro, não só com a possibilidade de aumentar o mercado interno para os bens de consumo e produtos duráveis da indústria paulista, mas também pela venda de equipamentos, tratores, veículos, cimento, ferro, asfalto, serras e demais mercadorias consumidas na construção da estrada.

Por outro lado, a necessidade de incorporar novas terras para a expansão da agropecuária brasileira, principalmente das fazendas cafeeiras do oeste paulista, após a Segunda Guerra Mundial e a política de integração

regional do governo JK, nos anos 1956-60, com a construção da rodovia Belém-Brasília, redirecionaram o interesse das elites agrárias paulistas para a ocupação da Amazônia.

O fluxo de investimentos paulistas em atividades agropecuárias na Amazônia, que se dá com maior intensidade a partir da instituição da política de incentivos fiscais do governo federal, no final de 1966, por meio da SUDAM foi precedido, todavia, pela privatização das terras públicas estaduais daquela região em favor, principalmente, da elite paulista representada por famílias de grandes cafeicultores da região de Ribeirão Preto, que desde meados do século XX, necessitavam incorporar novas terras ao seu patrimônio para aumentar a produtividade e a renda de seus negócios agrícolas.

Assim, a conexão com o mercado do Centro-Sul viabilizada pela abertura da Belém-Brasília, em 1960, transformou o Sul do Pará, na segunda metade dos anos 1950, em território onde especuladores de São Paulo, que trabalhavam como corretores de imóveis, passassem a intermediar a venda da floresta amazônica ali situada para esses cafeicultores do Oeste Paulista, que, de certa forma, reproduziram na Amazônia a saga de seus antepassados, ao se lançarem na aventura de promover a transformação da floresta em terra agricultável, como uma espécie de frente batidora do grande capital.

Evidente que esse processo ocorreu em moldes modernos, onde a articulação do poder político paulista, da qual os mesmos faziam parte, com os governantes paraenses para a alienação de expressiva parte da floresta amazônica estadual, foi de vital importância e não resultou em posterior estabelecimento de fazendas de café, como em São Paulo e no norte do Paraná, e sim em fazendas de criação de gado bovino.

Vejamos, a seguir, com ocorreu esse processo de apropriação das terras devolutas paraenses no Sul do estado pelas elites paulistas.

9

A chegada dos bandeirantes modernos no Sul do Pará

A privatização da maior parte da floresta pública paraense na área contígua aos campos naturais dos municípios de Conceição e Santana do Araguaia, no Sul do Pará, tem início em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitscheck, com a construção da rodovia Belém-Brasília.

A especulação imobiliária que atinge a região do Araguaia paraense na segunda metade da década de 1950, e a consequente titulação de latifúndios florestais na Amazônia sul oriental brasileira nos anos 1960, explicam-se pela necessidade de expansão da fronteira agrícola do polo dominante da economia brasileira em direção à Amazônia, que tinha necessidade de incorporar novas terras agriculturáveis, principalmente para a cultura do café, em função da queda de produtividade das terras no oeste paulista e no norte paranaense.

As famílias descendentes dos criadores de gado procedentes do Maranhão e os camponeses que habitavam os campos naturais do Sul do Pará, desde o final do século XIX, por não possuírem títulos de propriedade das terras em que viviam, apesar da relativa ameaça decorrente da chegada do capitalismo nessa região da Amazônia, ainda manteriam suas posses por alguns anos. Isso porque no início desse movimento, as corporações imobiliárias, as agências e os corretores estavam, na verdade, mais interessados em apropriação, especulação e comercialização das regiões cobertas pela floresta tropical, porque nelas é que se encontravam os solos agricultáveis.

Isso acontecia porque na maioria das terras das regiões de fazendas de café e algodão no Centro-Sul, em função da tecnologia utilizada na época, não era mais economicamente viável o plantio dessas culturas de exportação, encontrando-se aí a explicação do papel atribuído a essas novas e enormes áreas incorporadas continuamente por empresas imobiliárias. Elas representavam, em última análise, a constituição de reservas utilizadas para o preenchimento dos claros que dia a dia se abriam na economia agrária brasileira pela prática de espoliativas técnicas produtivas nas regiões de ocupação mais antiga.

Carlos Moreira Neto, antropólogo paulista que em 1957 estava realizando pesquisas na região do Pau D'Arco, pouco antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, assim destacou esse fato:

Certamente não será por acaso que as companhias imobiliárias que operam nos sertões de Mato Grosso, de Goiás e do Pará estejam de modo geral vinculadas a grupos financeiros paulistas, paranaenses e mato-grossenses, ligadas, em resumo, a regiões de fazendas cafeeiras e cotonicultoras decadentes e cansadas. À medida que esses terrenos esgotados vão sendo transformados em pastagens, os poucos produtos que constituem a nossa agricultura de exportação deslocam-se para novas glebas.⁸

Ele também observou que essas terras que estavam sendo objeto de privatização pelos corretores de imóveis de São Paulo eram destinadas ao desenvolvimento de grandes propriedades agrícolas e a pecuária não ocuparia as melhores terras no início da formação das fazendas e sim aquelas faixas de solo menos férteis, entre a floresta e o campo.

Especuladores e cafeicultores paulistas na Amazônia

A concessão de incentivos fiscais para os primeiros projetos agropecuários na Amazônia, nos anos 1966-68, revela os mecanismos

que viabilizaram, na prática, o processo de transferência das terras públicas paraenses para empresários de São Paulo que estabeleceram empreendimentos agropecuários na Amazônia. Foi a partir dos incentivos fiscais da SUDAM que a agropecuária se expandiu na Amazônia. Em poucos anos, o caminhão, o automóvel, o trator, o avião, o helicóptero e o rádio passam a conferir, combinadamente, novo ritmo e andamento às relações sociais do Sul do Pará.⁹

Os primeiros projetos a serem aprovados localizavam-se nos municípios de Conceição e Santana do Araguaia e pertenciam a dois empresários de São Paulo: João Lanari do Val e Nicolau Lunardelli, que adquiriram quase um milhão de hectares da floresta amazônica no Sul do Pará no início dos anos 1960.

Descendentes de famílias de migrantes italianos que se estabeleceram na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, ambos tinham o sangue do café nas veias, por terem sido formados sob a égide da economia cafeeira paulista, exatamente no período em que a mesma foi a principal atividade econômica do Brasil e as famílias do oeste paulista assumiram a liderança do poder político nacional.

João Lanari do Val estudou Agronomia em Piracicaba na década de 1930, na melhor escola do gênero no Brasil, a ESALQ, onde fez vários amigos que tiveram projeção no cenário econômico e político nacional. Oriundo de família que se dedicava à agricultura em Ribeirão Preto, esse bandeirante moderno já havia passado por Cornélio Procópio, no norte do Paraná, onde teve uma fazenda de café, quando a fronteira econômica agrícola brasileira se deslocou para aquela região na época em que se formou em Agronomia.¹⁰

O avanço da industrialização brasileira, com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, nos anos 1940 e a implantação da indústria automobilística na região do ABC, na década de 1950, fez com que o mesmo fundasse na capital paulista, juntamente com João Pacheco

Chaves, uma empresa metalúrgica que fabricava autopeças, depois vendida a um grupo japonês. Nessa mesma época adquiriu 48 mil hectares de terras em Goiás e implantou a fazenda Colônia Paulista, no município de Jussara, às margens do alto Araguaia.¹¹

Em 1959, percebendo a oportunidade de investir na Amazônia, a partir de informações sobre a qualidade das terras fornecidas por um de seus empregados da fazenda goiana, foi o primeiro empresário de São Paulo a penetrar na floresta do Sul do Pará e transferir para a mesma o sonho paulista de reprodução da fazenda de café, símbolo do poder econômico republicano até 1930. João Lanari do Val, em entrevista concedida para o jornal da Associação dos Empresários da Amazônia, em seu escritório em São Paulo no ano 1977, relembra como foi o início desse processo e a esperança de plantar café na Amazônia:

Quando fui para o Araguaia em 1961, fiz a primeira experiência. Mas escolhi terras inapropriadas e logo abandonei o projeto. Com o tempo, fui conhecendo melhor a região e descobri, na área da Companhia de Terras da Mata Geral, uma mancha de terra roxa de 35 mil hectares, fora outras menores e dispersas. Meu sangue de cafeicultor vibrou. Nessa mancha é possível ter de 20 a 35 milhões de pés, que poderão ser plantados se outros forem para lá.¹²

Em 1962, após ter conseguido adquirir quase 20% da área territorial do município de Conceição do Araguaia – 350 mil hectares – estruturou a formação de uma empresa que agregaria todos os 80 lotes alienados em uma única propriedade, a Companhia de Terras da Mata Geral, maior latifúndio paraense de capital exclusivamente brasileiro na ocasião (Tabela 2).

Tabela 2 – Maiores imóveis rurais do estado do Pará, segundo a denominação do proprietário e a composição do capital social

Denominação ou razão social	Área total (ha)	Composição do capital	
		Nacional %	Estrangeiro %
Jarí Florestal S.A.	520.370	5,16	94,84
Banco Denasa de Inv. S.A.	284.875	77,00	23,00
Cia. de Terras da Mata Geral	201.528	100,00	-
Cia. Agropastoril Rio Dourado	169.884	100,00	-
Nicobran Adm. Agrícola Ltda.	143.847	100,00	-
Cia. Vale do Rio Cristalino	139.392	S/inf.	S/inf.

Fonte: INCRA (1979)

Para concretizar o projeto de investimento na agropecuária da região, reservou parte das melhores terras compradas do governo paraense para formação de uma fazenda: a Santa Tereza, cuja sede passou a ser a sede operacional da Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG). Os recursos financeiros para a formação da fazenda Santa Tereza, nome de fantasia da primeira empresa agropecuária da Amazônia no Sul do Pará, foram obtidos, inicialmente, pela venda de boa parte das terras e madeiras nobres da floresta recém-adquirida.¹³

A partir de 1967 a Cia de Terras da Mata Geral foi beneficiada com recursos dos incentivos fiscais por meio da aprovação de cinco projetos agropecuários referentes a cinco outras empresas por ela controladas: Agropecuária Nazaré; Agropecuária Palmital; Agropecuária Pau D'Arco; Agropastoril Conceição do Araguaia S.A. e Agropastoril Sul do Pará S/A. Essas empresas foram projetadas por João Lanari para criação de gado bovino e juntamente com a CODESPAR, de Nicolau Lunardelli, filho de Geremia Lunardelli, e a fazenda Santa Ernestina, de Carlos Ribeiro, representaram o início do processo mais intenso de desflorestamento dessa região da Amazônia oriental brasileira. Vejamos a seguir os mecanismos

utilizados para concretização dos negócios de compra e venda de terras da Companhia de Terras da Mata Geral.

Para ter sucesso em seu projeto, João Lanari inicialmente difundiu em São Paulo a oportunidade de investimento em terras amazônicas, já que ele havia se tornado proprietário do maior latifúndio paraense controlado por brasileiros e, para se capitalizar visando tornar parte de seu patrimônio produtivo, montou a empresa de terras com objetivo de comercializar pelo menos metade da floresta adquirida para fazendeiros paulistas. A estratégia incluiu mobilizar também agrimensores e corretores de imóveis experientes em negócios fundiários das regiões onde tinha atuado.

Em Jussara nos anos 1950, por ocasião da compra e da regularização da fazenda Colônia Paulista, se tornou amigo do agrimensor Luiz Vargas Dumont, que tinha larga experiência nos negócios de compra e venda de terras devolutas. Luiz Vargas, que em 1969 tomou a iniciativa de fundar a cidade de Redenção, como veremos na parte III desse livro, foi então convidado por Lanari do Val para ser seu gerente na fazenda que iria abrir na Amazônia. Outra pessoa importante na história econômica de Redenção foi o paulista Carlos Ribeiro, que também foi mobilizado por João Lanari do Val para atrair compradores de terras em São Paulo.

O maior corretor de imóveis rurais do Sul do Pará

Dentre os corretores de imóveis que estavam começando a operar na Amazônia oriental no final dos anos 1950, o que mais se destacou na região do Araguaia paraense foi o paulista Carlos Ribeiro que já estava atuando no comércio das terras do Sul do Pará desde 1958. Ele foi o corretor que mais negociou a venda de terras da Amazônia oriental para fazendeiros paulistas nas décadas de 1960 e 1970.

Antes de vir para a Amazônia, Carlos Ribeiro trabalhava como garçom em Londrina, em um dos restaurantes mais frequentados pela elite

local na época áurea do café no norte do Paraná. De temperamento alegre e extrovertido, fez muitas amizades com grandes cafeicultores de São Paulo, dentre eles João Lanari do Val e Geremia Lunardelli, o rei do café. Essas amizades muito lhe seriam úteis quando resolveu deixar de ser garçom e iniciar o negócio de compra e venda de terras, principalmente de fazendas.

Percebendo a oportunidade que as terras do Sul do Pará ofereciam para a expansão da fronteira econômica brasileira, já tendo amealhado algum capital com a compra e venda de terras devolutas em Mato Grosso e Goiás, que inclusive lhe permitiram comprar um avião Cessna, passou a atuar no Pará no final da década de 1950.

Foi Carlos Ribeiro quem praticamente intermediou e promoveu o loteamento e a venda de quase todo o Sul do Pará e um dos mais ativos no processo de transferência das terras devolutas estaduais para fazendeiros do Centro-Sul, principalmente de São Paulo.¹⁴ Tendo chegado ao Sul do Pará antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1958, Carlos Ribeiro foi dos primeiros corretores a estabelecer relações com a elite política paraense e com os fazendeiros e comerciantes de Conceição do Araguaia. Após dez anos intermediando a venda das terras e florestas do Sul do Pará, ele amealhou dinheiro suficiente para comprar avião, que utilizava no transporte de fazendeiros e empresários paulistas interessados em adquirir terras na Amazônia. Foi ele quem vendeu as primeiras fazendas em Santana do Araguaia para empresários paulistas, entre elas, a CODESPAR, que vendeu em 1963 para Nicolau Lunardelli, a Santa Rosa e a Santa Ernestina, esta última localizada somente a trinta e três quilômetros da sede da fazenda Santa Tereza.

José Ribamar Ferreira, vaqueiro nascido e criado nos campos de Conceição, um dos três tropeiros que apoiaram a medição dos lotes da fazenda Santa Tereza em 1960, ajuda-nos a entender quem era Carlos Ribeiro nesse processo de mudanças rápidas que estavam ocorrendo no lugar:

Carlos Ribeiro foi quem vendeu a metade desse sul do Pará: Volkswagen, Lunardelli, Dalvo Rodrigues da Cunha, e muitas outras. Ele era o que se chama de grileiro. Ele fazia os requerimentos, requeria aquele tanto de terra e ia vendendo para os fazendeiros. E aí foi abrindo fazenda. O João Lanari ficou com muito lote dessas glebas grandes.¹⁵

Ademar Guimarães reforça esse depoimento sobre Carlos Ribeiro:

O Carlos Ribeiro era um corretor de terras. Ele tirava o título lá em Belém com o Aurélio do Carmo - governador - e com o título ele pegava o pessoal de São Paulo e falava: Olha a terra é aqui. Olha o título aqui. E ajustava com o agrimensor para fazer a medição.¹⁶

Em 1960, logo depois da abertura de um campo de pouso e decolagem para aviões de pequeno porte nas bordas da mata geral do Xingu, que serviu para apoiar a formação da Cia de Terras da Mata Geral, Carlos Ribeiro, que além de corretor de terras já era piloto amador, passou a aterrissar com frequência onde seria construída, dez anos depois, a principal avenida de Redenção, atualmente a cidade mais próspera da região.

Suas viagens estavam ligadas a interesses em negociar as terras públicas para fazendeiros paulistas, intermediando e facilitando a emissão dos títulos definitivos pela Secretaria de Terras do Pará, cujo responsável pelos trabalhos nessa área era um advogado de Goiânia, Leopoldo dos Santos, muito conhecido pelos criadores, comerciantes e políticos de Conceição do Araguaia, que acreditavam ser ele o representante legal do governo do Pará para assuntos fundiários no sul do Pará.

Carlos Ribeiro se associou com João Lanari e começou a fazer o trabalho de papel, de documento. As fazendas Guarantã, Sangapoitã, Belcom, essas fazendas aí tudinho daqui de Redenção até a divisa com a terra dos índios, tudinho passou pelas mãos do Carlos Ribeiro, tudo foram lotes da Santa Tereza. Tudo aí foi demarcado por eles. Aí eles foram vendendo, vendendo, vendendo e foi entrando povo. Mas a primeira mesmo a ser aberta aqui foi a Santa Tereza. Santa Tereza, Ponta de Pau, CODESPAR e Grão Pará.¹⁷

Assim, após quase dez anos intermediando a venda das terras públicas no Sul do Pará para empresários e fazendeiros de São Paulo, Carlos Ribeiro, além de ter adquirido avião moderno também se tornou o proprietário da fazenda Santa Ernestina S.A., a terceira empresa rural a ter benefícios fiscais aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia no Pará (SUDAM, 1975). E, apesar de ter recebido 3,7 milhões de cruzeiros, no último trimestre de 1969, provenientes dos incentivos fiscais, o projeto sempre foi deficitário, não cumprindo as obrigações pactuadas com a SUDAM, inclusive foi objeto de denúncia, em setembro de 1969, por não cumprir contrato com os trabalhadores que arregimentou em Goiás para abertura da fazenda.¹⁸

Nessa mesma época, Luiz Vargas Dumont deu início à formação do povoado de Redenção nas terras onde se situava o campo de pouso utilizado para apoiar a abertura das primeiras fazendas na região. Três anos depois, em 1972, Carlos Ribeiro tornou-se sócio de Luiz Vargas nesse empreendimento. Foi ele quem, na verdade, viabilizou financeiramente a abertura da cidade, tendo, inclusive, utilizado as máquinas e os equipamentos da fazenda Santa Ernestina, comprados com o dinheiro da SUDAM, para abrir as primeiras ruas e avenidas de Redenção.¹⁹

Foi também Carlos Ribeiro que, em janeiro de 1963, na mesma época em que a Companhia de Terras da Mata Geral foi oficialmente constituída, intermediou a venda de milhares de hectares No sul do Pará para Nicolau Lunardelli, filho do “rei do café”, Geremia Lunardelli, até então o maior produtor do Brasil.

Carlos Ribeiro, mesmo tendo adquirido fazendas e sendo sócio de Luiz Vargas nos negócios referentes ao loteamento da cidade de Redenção, da mesma forma que João Lanari do Val, nunca deixou de morar em São Paulo, nem abandonou sua principal fonte de lucros, a corretagem de imóveis rurais. Sua vida teria um final trágico em 1976, quando ele, depois de mostrar terras do Sul do Pará para empresários da Volkswagen que

tinham interesse em formar fazenda em Santana do Araguaia, voou para Belém com os empresários para regularizar e concretizar o negócio. Após esse trabalho na capital paraense, levantou voo do aeroporto de Belém com destino a São Paulo, mas, pouco depois da decolagem, seu avião caiu na bacia do rio Capim, provocando seu trágico falecimento.²⁰

10

A venda das terras devolutas em Conceição do Araguaia

Após se formar em Agronomia em 1937, João Lanari do Val fez uma tentativa de se estabelecer como cafeicultor no norte do Paraná, aproveitando o deslocamento da fronteira agrícola do oeste paulista para aquela região. Sem obter o êxito esperado, abandonou esse projeto e adquiriu terras em Goiás, onde implantou a fazenda Colônia Paulista, no município de Jussara, na margem direita do rio Araguaia, não muito distante de Goiânia.

Mas nunca se mudou para lá, estabelecendo-se como empresário na capital paulista onde começou a trabalhar com o tio, Amaro Lanari, no comércio de ferro e aço. A experiência adquirida no ramo e a instalação da indústria montadora automobilística em São Paulo, por volta de 1957, levaram-no também a abrir, em sociedade com o amigo de faculdade, João Pacheco Chaves, uma indústria de autopeças, a Boucing do Brasil, que funcionava na av. Presidente Wilson, no bairro do Ipiranga. A indústria não pode enfrentar as multinacionais que se instalavam na região do ABC e encerrou as atividades na década de 1960.

Sua fazenda em Goiás possuía aproximadamente 48 mil hectares, mas a qualidade das terras não era boa para plantar café, sua atividade preferida, que deve ter herdado de seus familiares de Ribeirão Preto, tradicionais cafeicultores do Oeste Paulista.²¹ José Bueno Cintra, um dos empregados da fazenda goiana, sertanista experiente, que inclusive integrou-se à Coluna Prestes quando essa passou por Goiás na década de

1920, e Claudino Ferreira Lima, outro empregado de João Lanari que havia conhecido o Xingu nos anos 1908-1912, durante a exploração do caucho, eram profundos conhecedores do sertão central brasileiro e sabiam da qualidade e fertilidade das terras do Sul do Pará. Eles viviam comentando com seu patrão, João Lanari do Val, e com os outros empregados da fazenda em Jussara: “Nós precisa é ir arranjar terra no Pará. Terra no Pará é que é bom. Essas terra aqui são muito ruim, muito fraca”.²²

A sugestão acabou por convencer o empresário paulista a visitar as terras e matas da região do Araguaia paraense. Antes da viagem, contudo, João Lanari tratou de municiar-se de informações mais precisas sobre o lugar. Para tanto, contratou os serviços da melhor empresa brasileira de prospecção geológica da época, a PROSPEC do Rio de Janeiro, cujo diretor geral era o geólogo Silvio Villar Guedes, que, inclusive, já havia feito o diagnóstico da área.

A expedição de reconhecimento para aquisição da floresta

Nesta época, a rodovia Belém-Brasília ainda estava em construção (as obras haviam sido iniciadas em 1956) e não era ainda transitável. No mês de setembro de 1959, o agrônomo viajou de São Paulo para Conceição do Araguaia e, ao mesmo tempo, saíram de sua fazenda em Jussara-Goiás, dois de seus empregados: José Bueno Cintra e Ademar Guimarães que fizeram a viagem de caminhão até Conceição do Araguaia.

Chegando em Conceição, depois de serem hospedados pelo prefeito local, Sebastião Gurjão, e com auxílio deste, providenciaram a formação da tropa que os iria conduzir até a mata geral contígua aos campos criatórios. Ademar Guimarães, então o cozinheiro da tropa, relembra aquele momento, vinte anos depois, em entrevista no seu hotel em Redenção:

Quando nós chegamos na Conceição, se hospedamos na casa do Sr. Salvador

*Gurjão. Ai o Salvador deu uma assistência muito grande pra nós. Ele arrumou tropa, que por sinal foi muito difícil conseguir naquela época. Foi preciso atravessar lá para o outro lado – Couto Magalhães-GO – pra conseguir os animais. Depois ele conseguiu um guia e nós viemos. O povo lá em Conceição ficou muito preocupado com a nossa vinda para cá – (Redenção) – diziam que os índios iam atacar nós; que nós não tínhamos conhecimento da mata. Mas nós viemos. Olhamos a mata, achamos muito boa. Nós fomos até a beira da serra do Pau D’Arcão.*²³

A expedição andou durante vinte dias em locais bastante inóspitos, antes penetrados apenas por índios, seringueiros e missionários, e chegou ao espigão que divide os cursos de água dos rios Araguaia e Xingu, terra secularmente habitada pelos índios Caiapó. Além dos seis animais usados na viagem, dois dos quais burros cargueiros que carregavam alimentos, panelas, redes de dormir, medicamentos, como soro antiofídico e penicilina, os integrantes da expedição também levaram bússola para orientação do caminho a percorrer.

Na verdade, as terras da região pretendidas por João Lanari do Val já haviam sido mapeadas pela PROSPEC S.A., maior empresa brasileira de prospecção comandada por Silvio Vilar Guedes, amigo da família do Val. A PROSPEC já havia feito todo o levantamento geológico e topográfico da região e o empresário paulista sabia pelo diagnóstico realizado, que incluía fotografias aéreas da floresta, que a região da Mata Geral era constituída por terras de origem vulcânica, as famosas terras roxas propícias para a agricultura.

A insistência de José Bueno Cintra, o gerente de sua fazenda em Jussara que já havia descido o Araguaia e conhecia a região, fez com que João Lanari decidisse ir conhecer o lugar. Um de seus filhos, Cássio Carvalho do Val, esclarece: “Ele queria ir ver a terra, sentir se a terra era boa.”²⁴

A viagem de Conceição, às margens do rio Araguaia, até os limites da floresta amazônica conhecida como “Mata Geral do Xingu”, demorou

quatro dias. Dentro da floresta andaram mais três dias, até atingir a beira do espigão que divide os rios Araguaia e Xingu. Era setembro de 1959, mês de seca na região, o que permitiu que se fizesse um reconhecimento das condições naturais e potencialidades econômicas da área, examinando-se a qualidade das terras, da madeira e das essências florestais.²⁵

Ao regressarem da mata para Conceição do Araguaia, teria início o processo de formação da fazenda Santa Tereza. O empresário de São Paulo daria entrada, junto ao governo estadual, de 80 requerimentos de compra das terras devolutas da Mata Geral. A posse das terras que outrora eram utilizadas pelos vaqueiros do Pau D'Arco, os quais haviam herdado de seus pais e de seus avós, começava a ser ameaçada pela chegada do capital na região que nessa primeira fase privatizaria a maior parte das matas contíguas aos serrados por eles ocupados. Assim, as melhores terras do município de Conceição do Araguaia iriam ser tituladas.

Porém, as transformações mais profundas e visíveis ainda estavam por vir. Na verdade, muito mais do que a formação da fazenda Santa Tereza, o que estava em andamento era o início da transformação da fronteira camponesa pastoril de subsistência, parcialmente mercantil, em fronteira capitalista. A terra iria ser titulada e com ela as relações de produção do lugar sofreriam alterações significativas. Era a propriedade privada capitalista que pela primeira vez chegava aos campos do Pau D' Arco.

A venda da floresta

Antes de analisarmos as mudanças provocadas pela implantação da fazenda Santa Tereza na vida econômica e social do Sul do Pará, é importante revelar como se viabilizou o processo de transferência das terras devolutas paraenses para formação do maior latifúndio controlado por brasileiros no Pará. Esse processo permite detectar a articulação do poder político e econômico de São Paulo com o poder público paraense para viabilizar negócio de expressiva magnitude.

Após os procedimentos de requisição de 80 glebas, em 1959, no ano seguinte, mesmo antes da emissão dos títulos de propriedade, teve início o processo de abertura e demarcação das terras que iriam compor a fazenda, pois os serviços de topografia, cartografia, demarcação, bem como a apresentação de um projeto de aproveitamento fundiário da terra, eram condições que os requerentes tinham de cumprir, antes da emissão dos títulos definitivos da propriedade.

Nessa época, a gleba padrão das terras públicas paraenses era de 4.356 hectares, equivalente a uma légua em quadra (a légua linear tem 6.600 metros). Assim, transformando-se o lote padrão para o alqueire goiano, que era a medida agrária empregada na região estudada, obtém-se uma área de 900 alqueires por lote (o alqueire goiano tem 48 mil metros quadrados). Apesar de dispositivo legal não permitir a venda de mais de uma gleba para particulares, a requisição foi feita com a utilização de nomes de parentes, amigos e empregados que trabalhavam na fazenda de João Lanari do Val no alto Araguaia goiano.

Posteriormente o empresário paulista constituiu uma sociedade anônima da qual era acionista majoritário e quase que absoluto, e incorporou ao seu patrimônio cerca de 300 mil hectares das mais belas e produtivas regiões florestais do Araguaia paraense. Além disso, na realidade, ele estava também comprando uma região onde quase vinte anos depois seria descoberta uma das maiores jazidas de ouro do país. Vejamos, a seguir, o artifício e a estratégia utilizada por João Lanari do Val para conseguir formar o maior latifúndio paraense controlado por brasileiros.

Em termos mais precisos, o processo de venda das terras devolutas do estado do Pará era o seguinte: inicialmente, no ato da requisição da compra das terras, o requerente apresentava um plano de aproveitamento fundiário e tinha até dois anos para cumprir 1/8 (um oitavo) deste plano, bem como demarcar a área pretendida. Ainda nesta fase inicial, denominada fase instrutória, o requerente tinha também que efetuar o pagamento para os

cofres do Estado do valor correspondente a 30% do preço fixado em tabela para cada gleba.

Em seguida, o Estado solicitava uma autorização da Assembleia Legislativa para negociar a área. Se durante a tramitação do processo, o requerente tivesse cumprido 1/8 do plano e efetuado os serviços de demarcação da área, bem como se a assembleia aprovasse o pedido, o requerente recolhia no Banco do Estado do Pará, os restantes 70% do valor dos lotes, e recebia os títulos definitivos da propriedade.²⁶

Na verdade, não era difícil se comprar as terras devolutas do Estado neste período. Era necessário, todavia, ter algum capital. Não pelo preço das terras, que era insignificante, porém, pelo investimento que teria que se fazer em obras de: abertura de picadas, topografia, demarcação, cartografia, despesas com impostos, taxas cartorárias, contratação de firmas prestadoras de serviços topográficos e outros mais. Só quem tinha algum capital disponível poderia comprar alguma terra. Mesmo assim, do final da década de 1950 até meados da década seguinte, foram expedidos inúmeros títulos de venda das terras estaduais. O advogado Roberto Santos, autor do livro “História econômica da Amazônia”, assim sintetizou a política fundiária adotada pelo governo do Pará nesse período:

A execução da política de terras do Governo do Estado, por volta de 1960, estava entregue à dois setores: um incumbido das grandes concessões de terras devolutas, pertencentes à Secretaria de Obras, Terras e Viação e, posteriormente, transformado na Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura; outro, competente para as concessões menores, o Departamento de Colonização da Secretaria de Produção, convertida depois na Secretaria de Agricultura. [...] A Secretaria de Terras ou agências sucessoras não tiveram nunca, desde 1924, um comportamento estimulante da média propriedade. Em mais de meio século de trabalho, o setor vendeu 2.744 títulos, e 74% deles (2.042) referiam-se a propriedades do tipo “grande”, com área superior a 1.000 ha. Com a Belém-Brasília e depois a atração exercida pelo sudeste estadual, a febril procura de terrenos devolutos por baixo preço foi acolhida de forma surpreendente pelo poder público: até 1958, durante 35 anos, a Secretaria de

Terras promovera a venda de apenas 384 mil ha; entre 1959 e 1963, vendeu mais títulos neste último período do que em todos os anteriores somados e elevou a área de cada título, de 165,5 ha para 3.584 ha.²⁷

O governador paraense nesse período era Aurélio do Carmo, do PSD, e o secretário de Terras era Benedito Monteiro. É no mínimo curioso constatar que foi na sua gestão que ocorreu a maior privatização das terras públicas da história fundiária paraense, prática que não condiz com o discurso socialista desse escritor paraense. Vejamos, a seguir, como foi o processo de alienação da maior parte das terras devolutas da Mata Geral do Xingu para João Lanari do Val.

A articulação das elites paulistas com o governo do Pará

João Lanari do Val, cuja família por parte de pai era de cafeicultores de Ribeirão Preto, formou-se agrônomo em 1937, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, em Piracicaba.

Durante o curso de Agronomia teve como colega de turma João Pacheco Chaves, também de família tradicional de cafeicultores de Piracicaba. Além da amizade sólida que forjaram quando estudantes, as duas famílias tornaram-se também aparentadas, com o casamento de uma irmã de Pacheco Chaves com um dos irmãos de João Lanari do Val.²⁸

Quando João Lanari do Val visitou o Pará em 1959 para formar a Fazenda Santa Tereza, João Pacheco Chaves já era político destacado no cenário nacional, tendo sido, inicialmente, eleito deputado estadual em São Paulo por duas legislaturas e deputado federal, quando a capital do país ainda era no Rio de Janeiro. Como parlamentar vinculado ao Partido Social Democrático, tornou-se o melhor amigo de Ulysses Guimarães, líder do PSD paulista na ocasião, cujo reduto eleitoral inicial era a região de Rio Claro, sua terra natal.

Essa amizade em cadeia, portanto, vai ser fundamental para viabilizar a transferência das terras devolutas da Mata Geral para João Lanari do Val. João Pacheco Chaves, cunhado de João Lanari e Ulysses Guimarães, serão personagens fundamentais nesse processo. O primeiro será o presidente da Cia. de Terras da Mata Geral, empresa formada a partir da concentração das glebas alienadas junto ao governo paraense. Juntamente com sua mulher e parentes foi também um dos requerentes da compra das terras.

Ulysses Guimarães, além dos contatos que certamente deve ter feito junto ao governo paraense para facilitar e agilizar a expedição dos títulos definitivos, também foi um dos 80 requerentes e foi agraciado com o título definitivo 57, do lote 31, expedido em 05 de abril de 1962. Sua esposa, Ida Guimarães, obteve o lote 32 e João Pacheco Chaves o lote 13, ambos expedidos pelo governo do Pará no dia 04 de abril de 1962. Os demais títulos foram expedidos em nome de parentes e amigos das duas famílias, inclusive em nome dos empregados de João Lanari do Val da fazenda em Jussara que participaram da expedição exploratória em 1959 na Mata Geral: Ademar Guimarães e José Bueno Cintra.²⁹

Desta maneira estava formado, ou melhor, estava titulado, o território que chegou a se constituir nas décadas de 1960/1970 no maior latifúndio nacional do estado do Pará. Ademar Guimarães, atualmente o único integrante vivo da expedição pioneira de 1959, relembra como se deu esse processo:

Quando nós voltamos da mata para Conceição, o Dr. João falou pra nós: – “Olha! Eu já fiz os requerimentos pra vocês assinar; um pra você Ademar e outro pro Zé Bueno”. – Aí eu falei que não queria porque não tinha nenhum couro de queixada pra dar sapitôco em cima, e quando for na época de pagar essas terras eu não tenho dinheiro, e o senhor é que vai ter que pagar. Então ele disse: – “Você está sendo conhecido agora, mas eu estou vendo que você é gente boa, e, você vai trabalhar com nós. Você mais o Zé Bueno não vão depender de dinheiro. Vocês entram com o serviço, e nós entramos com o dinheiro. E nós

vamos formar uma fazenda aí” – Depois, nós fomos na coletoria e assinamos os requerimento. Em 1962 saíram os títulos definitivos. Sessenta e quatro lotes de 900 alqueires.³⁰

Tratava-se, na verdade, de 80 lotes de 4.356 hectares cada, ou 900 alqueires goianos, totalizando 348.480 hectares. Como vimos, além dos dois empregados acima citados, também o próprio João Lanari, sua mulher, filhos, noras, genros, cunhados, primos e amigos, inclusive de peso na política nacional, como os deputados federais Ulysses Guimarães e João Pacheco Chaves, também concordaram que seus nomes fossem utilizados como requerentes para compra de glebas na mata geral visando a formação do latifúndio como reserva de valor.

Como era necessário, todavia, possuir o capital para a obtenção dos títulos de propriedade definitivos, evidentemente que após a emissão dos mesmos, estes foram concentrados pelo detentor do capital. Para tanto, João Lanari utilizou como estratégia a formação de uma sociedade anônima, denominada Companhia de Terras da Mata Geral, que passou a ser a proprietária legal de 350 mil hectares da floresta que atualmente estão situados nos municípios de Redenção e Cumaru do Norte.

Assim, em 1962, na região onde sete anos depois a terra começaria a ser loteada para formação do povoado de Redenção, a propriedade privada já se fazia presente. A propriedade titulada capitalista chegou à região, portanto, antes da frente de expansão que começava a se formar pela construção da Belém-Brasília. O capitalismo iria se desenvolver nos campos e nas matas do Araguaia paraense. Os antigos criadores e camponeses que lá habitavam teriam seu ritmo de vida modificado. A fazenda Santa Tereza iria começar os trabalhos de abertura e demarcação da maior parte da Mata Geral do Xingu e transformaria a natureza local. A terra se transformava em mercadoria.

A formação dos latifúndios paulistas na Amazônia

É a partir de 1960 que se verifica uma mudança radical na sociedade e na economia camponesa pastoril dos campos do Pau D'Arco. A vida para os poucos habitantes do lugar – índios, vaqueiros, camponeses e sertanejos –, prosseguia no mesmo ritmo de sempre até o começo daquele ano. Todavia, a maioria das terras onde costumavam erguer suas roças itinerantes e por onde pastava o gado, criado às soltas por entre os cerrados e as matas, já haviam sido requisitadas e estavam por ser tituladas. Os índios Caiapó que habitavam a Mata Geral também poderiam ter suas reservas ameaçadas pelo futuro fluxo migratório que a implantação da fazenda prenunciava.

De súbito a vida iria mudar para eles. No começo de 1960 os primeiros trabalhadores da então única propriedade titulada de todo o município de Conceição do Araguaia começaram a chegar.³¹

Após a titulação do latifúndio paulista localizado na floresta da Mata Geral, criavam-se as condições para o investimento em atividades agropecuárias na Amazônia por empresas de São Paulo, uma vez que para essas empresas não havia interesse em investir em terras com conflito ou griladas. A aquisição de terras legalizadas que passaram a ser de domínio de João Lanari viabilizavam a compra das terras com cadeia dominial adequada.

Assim, após a titulação dos lotes da Santa Tereza, que deram origem ao maior latifúndio do Pará, ao longo da década de 1960, as propriedades tituladas cresceram substancialmente em Conceição do Araguaia, atingindo 100 estabelecimentos rurais titulados no final dos anos 1960.

A população também cresceu significativamente naquela década da abertura da Belém-Brasília. Não há dados demográficos disponíveis para o ano de 1960 referentes ao futuro município de Redenção, pois o povoado só começaria a ser construído em 1969 e seria elevado à categoria de distrito de Conceição do Araguaia em junho de 1975. Mas os moradores não eram muitos. Nos campos do Pau D'Arco, em 1948, a população não passava de duas centenas de almas.

Os dados do IBGE, relativos ao município de Conceição como um todo, porém, indicam uma população economicamente ativa envolvida em atividades agropecuárias e extrativas de 2.981 pessoas. Em 1950, esta população era de 1.153 habitantes vivendo do setor primário em todo o município.³² Admitindo-se um crescimento homogêneo da população do município em relação à população dos campos do Pau D'Arco, e tomando-se como base a informação de 208 moradores para o ano de 1948, pode-se estimar que a população dos campos do Arraias e Pau D'Arco, seria em 1960, de no máximo 540 habitantes.

Mas, independente da precisão estatístico-demográfica, a fazenda Santa Tereza começava a derrubar a mata. Nesse ano, a estrada para Conceição do Araguaia ainda era o mesmo caminho boiadeiro já descrito. Os primeiros trabalhadores da empresa, em sua maioria de Jussara, Goiás Velho, Goiânia e outras localidades, mas principalmente do estado de Goiás, procediam da fazenda Colônia Paulista que João Lanari possuía em Jussara. A mão de obra era basicamente composta por topógrafos, agrimensores, mateiros e administradores de confiança do futuro proprietário de significativa parte da floresta sul paraense.

Um desses agrimensores era Luiz Vargas Dumont. Ele veio de Goiânia convidado por João Lanari do Val para assumir a gerência da abertura da fazenda Santa Tereza em 1960. Era o responsável pela administração dos trabalhos topográficos, demarcatórios e de regularização da situação

fundiária das terras requisitadas pelo empresário paulista, já que esse último residia em São Paulo e não pretendia se mudar para o Pará.

Nove anos mais tarde, quando estavam sendo implantados no Sul do Pará inúmeros projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, Luiz Vargas desfez a parceria com João Lanari e em 21 de setembro de 1969 deu início ao loteamento de parte de uma gleba contígua à fazenda Santa Tereza, dando origem ao povoado de Redenção.³³

Além de Luiz Vargas, a maioria dos outros trabalhadores que veio de fora da região para implantação da fazenda Santa Tereza, era formada, basicamente, por trabalhadores qualificados na lida diária dos trabalhos de uma fazenda. No entanto, para os trabalhos de desmatamento, derrubada, queimada, feitura de roças para plantio, demarcação e corte dos lotes, era necessário que se contratasse um significativo contingente de pessoal, que a empresa não havia trazido para os campos do Araguaia paraense.

Essa mão de obra foi recrutada exatamente junto aos componentes do segmento pastoril de subsistência que ali já residia há vários anos. Como a disponibilidade de trabalhadores na região era praticamente inexistente, dado as características da economia local, a fazenda, ao instalar esta oferta, e devido à baixa densidade demográfica, desativa, praticamente, todo o modo de produção camponês, na medida em que *proletariza* os chefes das famílias das unidades de produção anteriores.

Da mesma maneira que os criadores maranhenses, no final do século XIX, transformaram as terras tribais em fronteira camponesa, e que, temporariamente, o ciclo da borracha mercantilizou e monetizou esta região de fronteira, absorvendo seus componentes na atividade extrativa então outrora dominante, o capital, via fazenda Santa Tereza, passa a subordinar concretamente as atividades econômicas desses criadores. A fronteira capitalista internaliza-se nos cerrados e nas matas subordinando, no começo, e depois eliminando da área geográfica capitalizada, a fronteira camponesa.

Ressurge o dinheiro como fim e não como meio nos campos do Pau D'Arco. Os camponeses são transformados em assalariados da fazenda capitalista e a natureza cada vez mais é modificada para atingir os objetivos do capital.

Fotografia 2 – Maria e Antonio Carrion, nora e filho de José Carrion, capataz responsável pelo comando dos trabalhos de abertura de inúmeras fazendas vendidas pela Cia. de Terras da Mata Geral na região de Redenção



Fonte: Autor (julho de 2007)

No início da formação da fazenda, durante o ano de 1960, as primeiras viagens de Conceição do Araguaia para a sede da fazenda eram realizadas através da rústica trilha boiadeira. Mas com diferenças marcantes

daquelas empreendidas pelos criadores dos campos para se abastecerem de sal, querosene e outros produtos que não fabricavam. A fazenda trouxe do Centro-Sul animais de cargas mais desenvolvidos que os até então ali existentes. Os anteriores carregavam geralmente de 60 a 80 quilos de cargas no máximo por viagem. Os burros recém-trazidos suportavam levar até 120 quilos armazenados na cangalha e atrelados em seus lombos.

Toda a mercadoria necessária ao abastecimento do pessoal que trabalhava na fazenda era procedente de Anápolis. Os gêneros alimentícios, entre outros, arroz, feijão, óleo, açúcar, sal e café, eram transportados de caminhão até Couto Magalhães. A Belém-Brasília, nessa altura, já era trafegável e o caminhão, saindo de Anápolis, seguia por aquela rodovia até Guaraí. Em seguida pegava um atalho quase intransitável para Pequizeiro – não existia ainda a cidade de Colmeia –, e finalmente, ainda em território goiano, atingia a cidade de Couto Magalhães, na margem direita do rio Araguaia. Nesta localidade, a mercadoria era toda desembarcada e, com a utilização de canoas, era transportada até Conceição do Araguaia.

Os bandeirantes do século XX na Amazônia

A vinda do grande capital nacional e internacional para essa região da Amazônia oriental brasileira, que se dá com maior intensidade a partir da instituição da política de incentivos fiscais do governo federal, no final de 1966, por meio da SUDAM, foi precedida, portanto, pela privatização das terras públicas paraenses em favor, principalmente, de grandes cafeicultores do oeste paulista.

No território polarizado pela frente pioneira de Redenção, esses bandeirantes do século XX reproduziram, de certa forma, a saga de seus antepassados, ao se lançarem na aventura de promover o desbravamento da floresta amazônica, como uma espécie de frente batidora do grande capital. Evidente que esse processo ocorreu em moldes modernos, com a

articulação do poder político paulista, da qual os mesmos faziam parte, com os governantes paraenses para a alienação de expressiva parte da floresta amazônica estadual.

Portanto, a história desse bandeirantes modernos, particularmente, a de João Lanari do Val e Nicolau Lunardelli, que adquiriram, com visto, quase um milhão de hectares das florestas da região de Redenção, no início dos anos 1960, é emblemática e ilustrativa do processo que originou a primeira frente pioneira na Amazônia.

Fotografia 3 – João Lanari do Val, 2º da esquerda para a direita seguido por Luiz Vargas e Terezinha Vargas. Os bandeirantes do século XX na Amazônia



Fonte: Cedida pelos filhos de Luiz Vargas Dumont para o autor

Antes da formação da Companhia de Terras da Mata Geral, todavia, Lanari, em 1962, já havia difundido em São Paulo, a oportunidade de investimento em terras amazônicas, já que ele havia se tornado proprietário do maior latifúndio paraense controlado por brasileiros e, para se

capitalizar visando tornar parte de seu patrimônio produtivo, montou a empresa de terras com objetivo de comercializar pelo menos metade da floresta adquirida para fazendeiros paulistas. A estratégia incluiu mobilizar também agrimensores e corretores de imóveis experientes em negócios fundiários das regiões onde tinha atuado anteriormente.

Em Goiânia havia conhecido o agrimensor Luiz Vargas Dumont nas tratativas para aquisição e regularização da fazenda Colônia Paulista, em Jussara. Luiz Vargas, com larga experiência no setor, foi então convidado por Lanari do Val para ser seu gerente na fazenda que iria abrir na Amazônia. Carlos Ribeiro, paulista que teve papel importante na venda de terras do norte do Paraná, corretor e piloto amador, foi também mobilizado por João Lanari para intermediar a venda de terras para fazendeiros paulistas, se tornando, como vimos, no maior vendedor das terras públicas paraenses na década de 1960.

João Lanari do Val decidiu dar o mesmo nome da fazenda que seus avós possuíam em Ribeirão Preto, Santa Tereza, para a fazenda que iria transformar a vida econômica e social no Sul do Pará.

Quando começaram os trabalhos para abertura da fazenda Santa Tereza, intensificou-se o movimento de pessoas e mercadorias na região e a estrada boiadeira que ligava os campos do Pau D'Arco a Conceição do Araguaia, com seus cento e cinco quilômetros a vencer em aproximadamente quatro dias de viagem, se mostrava antieconômica. Pelo mês de outubro de 1960 os agrimensores começaram a efetuar os serviços demarcatórios, cálculos de azimutes e medições das terras localizadas nas proximidades de onde outrora existiu o povoado sertanejo de Solta, por ocasião do primeiro ciclo da borracha. Neste local então construíram um escritório para apoiar os serviços de topografia da área. Em seguida, neste mesmo lugar, a poucos metros do escritório, foi construída uma pista de pouso para aviões de pequeno porte.

O avião passa desta maneira a substituir as tropas de burros e a utilização de cavalos no transporte de cargas e pessoas da Fazenda Santa Tereza. A sede desta fazenda ficava (e ainda fica) a cerca de vinte quilômetros do lugar do Escritório, nome com o qual passa a ser denominado o local de pouso e decolagem dos aviões. Estes traziam a mercadoria até o campo de aviação e daí esta seguia em lombo de burros até a fazenda.

O primeiro escritório da fazenda Santa Tereza,³⁴ que na verdade era uma construção rústica de pau a pique coberta com folhas de palha, localizava-se na boca da mata, isto é, na fronteira entre os campos gerais do rio Pau D'Arco e a floresta amazônica, não muito distante do local onde outrora existiu a corruptela de Santo Antonio da Solta. A presença de população não indígena na região era inexpressiva nessa ocasião. Segundo José Ribamar Ferreira, um dos tropeiros que apoiaram os trabalhos para abertura da primeira fazenda capitalista no Araguaia paraense, quando os trabalhadores foram “abrir a fazenda Santa Tereza, as catacumbas antigas do cemitério da Solta eram os únicos marcos da presença do ser humano no caminho dos campos para a mata geral.”³⁵

Na primeira década do século XX o povoado sertanejo de Solta, localizado a poucos quilômetros do local onde meio século depois se construiu o campo de pouso, serviu como ponto de apoio para o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e nos Estados Unidos. Meio século depois, o lugar também serviria como ponto de apoio para a implantação do capitalismo brasileiro na floresta amazônica.

Neste primeiro momento, os projetos pecuários incentivados pela SUDAM ainda não haviam ali se estabelecido. Eles seriam implantados depois de 1966 e o lugar Escritório seria novamente um local estratégico para as grandes empresas agropecuárias do Centro-Sul. Redenção ali se localizaria.

Na verdade os latifúndios pioneiros, Santa Tereza, de João Lanari do Val, e CODESPAR, dos Lunardelli, foram os focos irradiadores da

disseminação dos projetos agropecuários que foram implantados no sul do Pará. Essas duas primeiras fazendas, localizadas então em Conceição e Santana do Araguaia, respectivamente, funcionaram como uma espécie de batedores do grande capital e abriram o caminho fundiário e infraestrutural para as grandes empresas sediadas em São Paulo adquirirem terras na Amazônia e investirem na região: Volkswagen, Supergasbrás, Armour, Frigorífico Atlas, Bradesco, Bamerindus, Atlântica Boa Vista, Manah, Cetenco e outras.

Fotografia 4 – Catacumba remanescente do cemitério do povoado sertanejo de Solta. O cemitério de Redenção – São Geraldo – foi construído no mesmo local onde existiu o cemitério de Solta e onde essas tumbas em ruínas podem ser encontradas



Fonte: Autor (dezembro de 2006)

Mas em 1961 o local permanecia ainda isolado em relação aos grandes mercados, embora o avião já quebrasse um pouco esse confinamento e a Belém-Brasília já provocasse uma corrida às terras marginais que rapidamente se esgotavam. As atenções dos especuladores e das empresas começavam a voltar-se para o Sudeste Paraense. Muita terra ainda existia na região, mas, cerca de 10% das melhores terras do município de Conceição do Araguaia já pertenciam à fazenda Santa Tereza, bem como as melhores áreas de Santana do Araguaia haviam sido apropriadas pela família Lunardelli, que chegou a possuir cerca de 500 mil hectares no Sul do Pará, vendidos por Carlos Ribeiro.

Portanto, além das obras da Santa Tereza, no primeiro quinquênio dos anos 1960, a região não foi palco de outros investimentos agropecuários, com exceção do início da abertura da fazenda CODESPAR, contígua à Santa Tereza, situada atualmente no município paraense de Santa Maria das Barreiras, que foi adquirida por Nicolau Lunardelli, em 1964.

Esses foram os dois empreendimentos pioneiros e que dinamizaram os trabalhos que provocariam, depois de 1966, uma grande corrida às terras do Araguaia paraense por parte das empresas e empresários, principalmente de São Paulo, que, além dos pioneiros, ali também instalariam inúmeros projetos agropecuários com incentivos fiscais da SUDAM. Vejamos a seguir como foram constituídos esses dois latifúndios na Amazônia oriental brasileira.

12

As empresas agropecuárias pioneiras: fazenda Santa Tereza e CODESPAR

Entre 1960 e 1963, a Companhia de Terras da Mata Geral (CTMG) e outros especuladores em geral já haviam comprado uma parcela significativa da área em que tempos depois se assentaria a pecuária capitalista dos empresários do Centro-Sul do Brasil. O investimento que João Lanari do Val estava realizando, na verdade, era uma aplicação que visava fundamentalmente a valorização do preço das terras e da floresta, que passaram a compor o maior latifúndio controlado por brasileiros no Pará.

Essa inversão era uma estratégia que viabilizaria a reprodução ampliada do capital da fazenda Santa Tereza em curtíssimo prazo, pois, alguns anos depois as empresas mais capitalizadas do país passariam a demandar as terras do lugar que já estavam monopolizadas pela CTMG, que teria a possibilidade de estipular preços muito superiores ao que havia pago por hectare negociado de seu latifúndio.

Ademais, após a queda do governo civil brasileiro em 1964, o processo de aquisição das terras devolutas se tornou extremamente rígido, e como para se beneficiarem da política de incentivos fiscais da SUDAM, a partir de 1966, as empresas tinham que portar os títulos definitivos da propriedade, estas passaram a adquirir as terras de pessoas físicas e jurídicas que haviam comprado terrenos devolutos do governo paraense no período 1959-63, e a Cia. de Terras da Mata Geral estava dentre as principais.

A legalização do latifúndio na floresta

A estratégia de João Lanari do Val para formação e legalização do grande empreendimento fundiário no Sul do Pará foi a de constituir uma sociedade anônima, denominada Companhia de Terras da Mata Geral, cujos acionistas, em sua maioria, foram as pessoas beneficiadas com os títulos de propriedade emitidos pelo governo paraense em 1962. Elas receberam ações da companhia como contrapartida à abdicação da titularidade dos lotes que passou a ser de domínio da mesma. Como o controle acionário do capital da empresa era majoritariamente detido pelo idealizador do empreendimento, esse passou, na prática, a ser o proprietário do imenso imóvel amazônico.

Para concretizar seu projeto, no último dia do mês de janeiro de 1963, João Lanari do Val, munido das procurações dos beneficiados com os títulos definitivos das imensas glebas da região entre Redenção e São Félix do Xingu, que privatizaram boa parte da floresta, viajou para Belém juntamente com Luiz Vargas Dumont. No dia 1^o de fevereiro daquele ano os dois dirigiram-se ao cartório Queiroz Santos, no centro da capital paraense, e, através de escritura pública lavrada no livro 171, fls. 22 a 26, viabilizaram a constituição, ou melhor, a legalização do maior latifúndio paraense controlado por brasileiros, a Companhia de Terras da Mata Geral S.A.

A companhia contava, inicialmente, com um capital social de 35 milhões de cruzeiros, dividido em trinta e cinco mil ações com valor nominal de mil cruzeiros cada uma. A maioria das ações, 82%, ficou sob o controle de João Lanari do Val. Os demais 67 sócios receberam 90 ações cada um em troca da abdicação do domínio dos lotes expedidos pelo governo do Pará em seus nomes, em favor da companhia.³⁶

A sede social da empresa ficava em Belém, mas, efetivamente, os negócios eram dirigidos de São Paulo, no mesmo escritório onde também funcionava a gerência da fábrica de autopeças montada em sociedade por

João Lanari do Val e João Pacheco e Chaves, rua XV de novembro, nº 244, na região que então representava, antes da avenida Paulista, o símbolo do poder econômico brasileiro.

Quatro dias após a legalização da empresa no cartório, em 5 de fevereiro de 1963, João Lanari e Luiz Vargas dirigiram-se então à Junta Comercial do Pará, onde providenciaram o registro e depósito dos estatutos da companhia. No dia seguinte, com a empresa legalmente já formalizada voltaram ao cartório onde, por meio de uma segunda escritura pública, incorporaram ao patrimônio da companhia, mais 70 mil hectares, provenientes de outras 16 glebas que haviam também requisitado em nome de terceiros.

Portanto, a operação cartorial da unificação dos títulos e constituição do imenso latifúndio foi feita por meio de duas escrituras públicas; uma, de constituição da companhia, na qual a maioria dos títulos foi transferida em troca de ações, e outra, de compra e venda pela qual cada gleba foi negociada ao valor nominal de 90 mil cruzeiros. Figuraram como vendedor e comprador dos lotes, respectivamente, João Lanari do Val, na condição de procurador de todos os 81 vendedores, e Luis Vargas Dumont, como procurador da Companhia de Terras da Mata Geral.³⁷

Como presidente da sociedade anônima que passou a ser a detentora de significativa porção da floresta amazônica no Sul do Pará, foi nomeado João Pacheco e Chaves, agrônomo e político influente em São Paulo, parente e amigo de João Lanari do Val desde a década de 1930, quando foram colegas de faculdade em Piracicaba. Essa estratégia foi interessante porque significava ter um interlocutor influente para negócios que exigiam a articulação com o setor público paraense e brasileiro.

A companhia, constituída com prazo indeterminado de duração, tinha por objeto “a agricultura e a pecuária e a compra e venda de imóveis e a exploração de atividades correlatas” e além do diretor presidente, Pacheco e Chaves, teve mais dois diretores com mandato até 7 de dezembro de

1966: Silvio Villar Guedes, como vice-presidente e o próprio João Lanari do Val, como diretor gerente. Na verdade, pelo estatuto da empresa, “a administração direta dos negócios, como a representação ativa e passiva da companhia ante quaisquer terceiros, inclusive repartições públicas, como bancos e a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia”, ficou sob responsabilidade do diretor gerente, cabendo ao presidente somente assinar os títulos das ações e convocar e presidir as reuniões dos acionistas.³⁸

A ênfase nos primeiros anos de atuação da companhia no negócio de compra e venda de terras fica evidenciada com a constatação de que cerca 1/3 da área adquirida já havia sido vendida até o final dos anos 1970, sendo que as primeiras vinte e cinco glebas que foram vendidas ainda na década de 1960 foram adquiridas pela família Junqueira, cujos membros tinham tradição como grandes produtores de açúcar em Ribeirão Preto. A fazenda Guaraparã também fazia parte do latifúndio dos Lanari e foi vendida para fazendeiros de Orlandia, interior de São Paulo na mesma ocasião.

Na formação da Cia. de Terras da Mata Geral chama a atenção o fato de os primeiros conselheiros fiscais titulares nomeados para fiscalizar as contas nos primeiros três anos do empreendimento, Leopoldo Rodrigues dos Santos, Waldemar Prudente e Nadir Helou, serem pessoas que atuavam profissionalmente com corretagem e regularização de terras devolutas na Amazônia.

Leopoldo Rodrigues dos Santos, advogado goiano, era, na ocasião, o principal intermediário e procurador de pretendentes em requerer terras devolutas no Sul do Pará junto à Secretaria de Terras do Estado, viabilizando, junto ao governo paraense, os procedimentos necessários para se proceder à identificação e à medição das terras devolutas no Sul do Pará. Foi ele que, juntamente com Carlos Ribeiro e Luiz Vargas, tratou da parte operacional da privatização das terras devolutas, cabendo a Pacheco e Chaves e Ulisses Guimarães, que inclusive eram requerentes das terras públicas do Pará, os contatos políticos com o governador Aurélio do Carmo.

Prudente e Helou eram de famílias com tradição no ramo de corretagem de imóveis no Brasil e possuíam fortes articulações junto a fazendeiros compradores potenciais de terras na região. Eles passaram a receber honorários de doze mil cruzeiros anuais como membros titulares do conselho fiscal.

Como suplentes foram nomeados grandes fazendeiros tradicionais dos campos do Arraias e Pau D'Arco, os irmãos Aluisio e Luso Solino, proprietários do único empreendimento comprador e exportador de gado em grande escala na década de 1950 dessa região amazônica, a charqueada de Araguacema, bem como da fazenda Santa Rosa, a primeira fazenda dos campos de Redenção. Essa estratégia também serviria para facilitar as relações com os pecuaristas da região nos negócios com gado que se intensificariam nos imóveis da companhia na segunda metade da década de 1960.

Para se ter uma ideia da magnitude da privatização das terras públicas em favor de um único proprietário – a Companhia de Terras da Mata Geral –, a área foi tão extensa que ultrapassou os limites territoriais do município de Conceição do Araguaia, na época um dos maiores do Brasil, passando para o município de São Félix do Xingu. Essas glebas, localizadas no município de São Felix do Xingu, foram então registradas no cartório de Altamira, esse, ainda hoje, o maior município do mundo. No total foram 81 glebas de 4.356 hectares cada uma, o que significou uma área de 352.836 hectares que passaram do domínio público para um único proprietário.³⁹

Apesar da magnitude da área, não foi possível para a companhia adquirir o domínio contíguo de toda a floresta, ficando quase 30 mil hectares, bem no meio das terras apropriadas pelo empresário paulista, sem emissão de títulos. Isso aconteceu porque quando a expedição de reconhecimento organizada por João Lanari do Val palmilhou a área em 1959, encontrou na região, entre o fim dos campos do Pau D'Arco e o rio Xingu, duas famílias de goianos que haviam desbravado a área e requisitado,

quase que simultaneamente ao governo do Pará, a alienação de 6 glebas, que também foram requisitadas por João Lanari. Essas glebas situam-se onde hoje está a Colônia da Mata Geral.

Fotografia 5 – Colônia da Mata Geral



Fonte: Autor (outubro de 2007)

O conflito de interesses gerado em função de requisições incidentes nos mesmos lotes, fez com que, apesar dos esforços e demandas de João Lanari e de Luiz Vargas junto ao governo paraense, os títulos desses lotes não fossem expedidos para nenhuma das partes. Posteriormente essa área foi arrecadada pelo INCRA que implantou um projeto de colonização, hoje Colônia Mata Geral, fato que provocou uma espécie de “buraco” central no latifúndio da Companhia de Terras da Mata Geral. Ademar Guimarães detalha o que aconteceu:

Nessa área havia um litígio porque quando o Dr. João deu entrada nos requerimentos, em 1959, já tinha vindo aqui na nossa frente um povo de Novo Brasil, perto de Goiás Velho. Seu Doca, Seu Neco, já tinham vindo na frente e feito uma rocinha lá. Quando nós chegamos lá, a roça já estava queimada e eles tinham feito requerimento em Conceição do Araguaia. Aí ficou eles no meio e ficou aquele litígio, aquela briga. E o documento não saiu pra ninguém. Aí o Incra fez um assentamento. De 6 lotes de 900 alqueires fizeram 9 lotes de 600 alqueires.⁴⁰

Os títulos definitivos da Santa Tereza iriam ser expedidos em 1962. Para tanto, as obras se aceleraram. A partir da implantação da fazenda Santa Tereza, abriu-se pela primeira vez uma estrada rodoviária ligando a margem do rio Araguaia ao centro da floresta. A velha trilha dos Caiapó, e depois estrada boiadeira, foi transformada em um atalho um pouco mais largo, que além de permitir o fluxo de veículos automotores, valorizaria sobremaneira as terras da fazenda e dos cerrados vizinhos.

Assim, a viagem passa também a ser feita por veículo automotor, sendo a primeira delas realizada por Ademar Guimarães em um dos jipes da fazenda Santa Tereza, que, pouco depois passa a realizar o transporte de pessoas entre a Boca da Mata e Conceição do Araguaia, através de um velho caminhão pertencente à fazenda.

O fortalecimento do comércio em Conceição do Araguaia

O primeiro estabelecimento rural do Sul do Pará a ter sua área demarcada foi a fazenda Santa Tereza, em 1960. O responsável pelas primeiras demarcações em Conceição do Araguaia era um advogado goiano credenciado pelo governo do Pará, Leopoldo Rodrigues dos Santos. Ele e João Lanari se tornaram amigos, o que facilitou o trâmite das negociações com o governo paraense. A partir de então, começa a preocupação dos fazendeiros locais em regularizar a situação legal de suas terras. Cresce a

necessidade de trabalho especializado em agrimensura e topografia. Nessa época vários agrimensores trabalharam na demarcação dos lotes devolutos, destacando-se três deles na história de Redenção: José Elias, Raimundinho e Gerudes Gomes.⁴¹

Na abertura da fazenda Santa Tereza, em 1960, o transporte e abastecimento das três turmas de agrimensores que trabalharam na medição e demarcação do latifúndio que estava sendo formado, foram feitos pelos vaqueiros que moravam nas fazendas situadas nos campos do rio Arraias. José Ribamar Ferreira, um dos vaqueiros que trabalhou naquela ocasião apoiando os trabalhos de abertura da fazenda, e que hoje ainda vive em uma fazenda nos campos do vale do rio Arraias, situada a trinta quilômetros de Redenção, esclarece como se deu esse processo:

Nós tropeamos as turmas para abertura da fazenda. Nós tropeávamos para três turmas de agrimensores. Nós tropeamos para uma turma de agrimensor, tio Eustáquio para outra e o sr. Agenor para outra. Daqui dos campos nós levávamos eles para lá.

Quando começamos a tropear para fazer a demarcação da Santa Tereza, começamos a fazer a estrada de lá onde hoje é a avenida Brasil para cá – campos de Conceição do Araguaia – no machado. Depois eles trouxeram um jipão velho. Nós é quem tropeava pra eles levar para lá o mantimento. Nós começamos a demarcar também a nossa fazenda em 1960, ainda não tinha pista de avião, mas já estava começando a demarcação lá também.⁴²

O campo de pouso foi aberto em 1961 utilizando-se somente ferramentas simples, principalmente o facão. Antes disso, em 1960, Salvador Gurjão, em Conceição do Araguaia, informou para a comitiva que veio demarcar as terras da Santa Tereza que a família de Ribamar Ferreira tinha muita tropa e a comitiva então procurou a família de Ribamar para tropear para eles.

Depois que a pista de avião foi aberta, em 1961, o rancho de palha construído pelos trabalhadores que abriram a mesma, passou a servir de

ponto de apoio para desembarque dos suprimentos necessários para o abastecimento das três turmas de topógrafos e agrimensores que estavam trabalhando na demarcação da fazenda. O local passou então a ser denominado de Escritório. O Escritório era um rancho de palha situado na atual avenida Brasil, próximo à grota de água ali existente, na baixada de quem vai do Bradesco em direção ao loteamento Parque dos Buritis.

A carga chegava ali por avião e era transportada pela tropa de muares dos vaqueiros do Arraias. Uma vez mais o vaqueiro José Ribamar Ferreira esclarece como esses primeiros trabalhos foram realizados:

Nós pegávamos a carga e íamos distribuir com a tropa para as turmas de agrimensores. Tínhamos que percorrer todo o perímetro das demarcações, o que demorava mais de trinta dias. Eram doze burros na tropa. O caminho era muito irregular. Havia locais de atoleiro que tínhamos que passar o dia todo passando carga nas costas para não atolar. Outros lugares eram serras. Tínhamos que tirar toda a carga, inclusive a cangalha, para o animal não empinar.

Eu sai da serra onde termina a fazenda Alo Brasil, fomos até o rio Fresco e foi demarcada lá uma área que ficava dentro das terras dos índios Gorotire. A área onde fica o garimpo Maria Bonita, em Cumaru do Norte, que foi demarcada como pertencente a fazenda Santa Tereza, estava dentro da área indígena. Depois foi desapropriada pelo governo federal.⁴³

O fornecimento de alimentos, utensílios, ferramentas e demais gêneros para a abertura da Santa Tereza foi feito pela maior casa comercial de Conceição do Araguaia na ocasião, a Casa Maranhão Lima, de propriedade de Romeu Maranhão Lima.⁴⁴ Passados quase meio século ele ainda recorda bem como foi esse período inicial das grandes mudanças no Sul do Pará:

Nós aqui nos desenvolvemos com o pessoal do Sul. Eu ganhei dinheiro abastecendo as fazendas de João Lanari do Val, Dalvo Rodrigues da Cunha, Sérgio Toledo Piza. Todo esse pessoal quem abastecia era eu. Dalvo Rodrigues da Cunha tinha 17 glebas e João Lanari 81 glebas. A área da Santa Tereza era muito grande que não foi medida por agrimensor. Era tão grande a área

*que eles plotaram de avião. Depois de plotada é que eles meteram as picadas. Plotou e botou no papel e levou a documentação para Belém. Tanto foi assim, que sobraram seis glebas dentro da Santa Tereza. Foi tão mal feito o negócio que sobrou seis glebas. Se acredita que o finado Luiz Vargas brigou com o João Lanari por causa dessas glebas. Eles que eram tão amigos, eram amiguíssimos. O Luiz Vargas é que tomava conta de tudo isso. Aí ele saiu e foi formar a cidade de Redenção.*⁴⁵

De fato, quando em 1959, antes de requerer a compra da floresta no Sul do Pará, João Lanari e os demais integrantes da expedição que ele organizou, já haviam se deparado com a presença de uma família de pequenos agricultores procedentes da mesma região goiana de onde o empresário paulista pretendia se mudar. Por isso, quando a área requerida para formação da fazenda Santa Tereza, plotada por observação aérea, foi ser demarcada, processo que exigia a delimitação e demarcação de todos os lotes requeridos, “bem no meio da área ficou um buraco. Aí o Estado tomou conta dessas glebas.”⁴⁶

É nessa região que está atualmente a Agrovila e a Colônia da Mata Geral.

Extração do mogno na floresta privatizada

O ritmo da vida e as relações sociais e de apropriação dos recursos florestais pela população dos campos do Araguaia paraense até 1960 eram bem diferentes do que passariam a ser a partir da implantação da fazenda Santa Tereza na Mata Geral. “Naquela época o gado era criado solto e comia capim na beira do agreste. A natureza ajudava a gente. A mata derrubada piorou a vida da gente. Não tem mais pássaros, a água dos rios ficou ruim. Nessa estrada aqui só vai ter mata na entrada da área dos índios.”⁴⁷

Além dos primeiros trabalhos de demarcação para formação da fazenda Santa Tereza, também contribuiu para a mudança do equilíbrio

ecológico regional o início da extração do mogno nas matas do Pau D'Arco. No início da década de 1960, quando a Santa Tereza estava começando a derrubada da mata para formação da fazenda, tem início, então, a extração da madeira em tora para exportação, principalmente para os Estados Unidos da América. Essa atividade começa nas matas banhadas pelo Pau D'Arco e seus afluentes, exatamente na área florestal onde o empresário paulista havia requerido a titulação junto ao governo do Pará, porque se descobriu que era a que dispunha de maior quantidade de mogno que poderia ser escoado fluvialmente até Belém.

O mogno começou a ser extraído da Mata Geral, no vale do rio Pau D'Arco, por uma madeireira alemã, a IMPEX, e ser transportado até o Araguaia, pelos rios Pau D'Arco, Água Fria e Rio Maria. Até a década de 1970 o mogno bruto era transportado para Belém por jangadas, descendo os rios Araguaia e Tocantins. A partir da abertura da estrada, com a instalação das serrarias na região de Redenção, a madeira já serrada era enviada em pranchas para Belém.

De fato, até o ano 1960 não há registro de produção de madeira no município de Conceição do Araguaia. Na década de 1960 foram extraídas da floresta da Mata Geral 36 toneladas de mogno.⁴⁸

No norte do Brasil a IMPEX já havia extraído e esgotado o mogno ao longo da segunda metade da década de 1950, em Jatobal, Araguatins e Itaipavas, nas áreas florestais do Tocantins e afluentes, pouco acima do vale do Pau D'Arco. Em 1960 se deslocou para a região do Pau D'Arco, atual município de Redenção, onde existia uma das maiores ocorrências de mogno que podia ser acessado pela única via de transporte existente na época, os rios com cursos navegáveis. Na floresta banhada pelo rio Pau D'Arco começou-se a extrair o mogno em 1960.⁴⁹

Todavia, nesse mesmo ano, João Lanari do Val já estava ultimando os preparativos para começar a medir e demarcar os 80 lotes da floresta da Mata Geral que havia requerido do governo paraense para formar o

maior latifúndio da região. Os conflitos então se acirraram porque também outras pessoas já haviam se apossado de parte dessa floresta e aguardavam o deferimento de suas petições para legalização do domínio da área. Entre essas estava José Carrion.

José Carrion, de naturalidade espanhola, veio menino para o Brasil. Gostava muito de caçar e se embrenhar pelo sertão e na década de 1950 morava em Jussara, Goiás, onde fez amizade com José Bueno Cintra, grande sertanista que era o supervisor da fazenda Colônia Paulista, de João Lanari. Em 20 de agosto de 1958, chegou a Conceição do Araguaia e no ano seguinte mudou-se para a boca da mata, próximo ao local Pinguelista, onde trabalhou na abertura da fazenda Santa Tereza. Ele é quem chefiava as equipes de trabalhadores na abertura das fazendas adquiridas por Carlos Ribeiro do governo do Pará e revendidas para fazendeiros e empresários de São Paulo, como veremos na última parte desse livro.⁵⁰

A chegada da fazenda Santa Tereza, apropriando-se da floresta do vale do Pau D'Arco provocou conflitos dos novos donos do lugar com os madeireiros que entraram nas matas para extrair o mogno. O depoimento de um dos trabalhadores dessa madeireira norte-americana, que em 2007 residia em Redenção, ilustra como foi significativa a mudança nos padrões tecnológicos de extração da madeira da floresta local e os conflitos gerados com os proprietários e prepostos da fazenda Santa Tereza:

Nessa época ninguém daqui vendia a madeira porque ela era tirada manualmente no machado, rolada para dentro da água, era tirada por água. José Carrion era o capanga do João Lanari. Era pistoleiro valente. Ele era o manda chuva. Aí o pessoal daquela primeira companhia que veio extrair a madeira aqui, que era a IMPEX, dos americanos, estavam tirando madeira dentro no Pau D'Arquinho dentro dos lotes do José Carrion e da Santa Tereza, na divisa. Rapaz, isso deu um fuá, porque o homem era valente que era danado e eles tinham muitos homens. Ele pegou o motor e a carabina e foi até lá e botou todos os extratores pra fora. Aí eles entraram em acordo lá e a Santa Tereza vendeu a madeira para os americanos. Depois veio outra companhia

extrair a madeira, que era a Maringe. Eles tiravam em um instante até 200 metros, derrubavam o mogno e rolavam aquelas toras manualmente. Naquele tempo nem se ouvia falar que havia guinchos para puxar. A madeira era então rolada para os rios Pau D'Arquinho e Pau D'Arco até o Araguaia. De lá faziam grandes jangadas que seguiam, via Araguaia e Tocantins para Belém. De Belém era exportada para a Europa e Estados Unidos.

No verão eles passavam derrubando as árvores e chegando a madeira para as margens do rio. Quando as águas do rio enchiam, aí eles arriavam a madeira em toras até o Araguaia e de lá para Belém.⁵¹

Fotografia 6 – Julio Mocajuba, um dos moradores mais antigos de Redenção. Na década de 1960 trabalhou cortando árvores de mogno da floresta amazônica para a madeireira alemã IMPEX, antes de ser empregado por Luiz Vargas para ser o responsável pelo escritório de vendas dos lotes urbanos de Redenção



Fonte: Autor (outubro de 2007)

CODESPAR: O latifúndio da família do rei do café na Amazônia

A iniciativa pioneira de ocupação das terras para implantação de produção pecuária capitalista no extremo Sul do Pará, no município de Santana do Araguaia, entre o rio Araguaia e a floresta do Xingu, deve-se ao grupo Lunardelli, de São Paulo, famoso na exploração da cafeicultura paulista. Este grupo, detentor de imensas áreas de terras no sul do Pará, implantou um projeto seu a Cia. de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR), ao centro de suas glebas, o qual, para dar curso aos seus 60 mil hectares de exploração de sua fazenda zebuína, teria que levar toda a infraestrutura de funcionamento e comunicação com o mundo exterior, gerando um polo de irradiação do criatório bovino, que mais tarde, pelo seu efeito demonstração, veio a se constituir nesse imenso rebanho que circula pelos municípios do sul do Pará, norte de Mato Grosso e de Goiás, hoje, o atual estado de Tocantins, em razão das fazendas atraídas ao seu redor.⁵²

Tudo começou quando Nicolau Lunardelli, um dos filhos de Geremia Lunardelli, o rei do café, visitou o Sul do Pará pela primeira vez em janeiro de 1963, um ano antes da morte de seu pai. Ele viajou a bordo do avião de Carlos Ribeiro, que, como bom corretor que era, tentou convencê-lo das vantagens que teria em expandir seus negócios agropecuários para a Amazônia.

Depois de sobrevoarem a região, aterrissaram no campo de pouso da fazenda Santa Tereza. À primeira vista, a floresta não causou boa impressão ao fazendeiro paulista que estava decidido a não investir nas terras paraenses e voltar no dia seguinte para São Paulo. Um acidente no avião na hora da decolagem, contudo, forçou Nicolau Lunardelli a permanecer alguns dias na fazenda de João Lanari, o que o fez mudar de opinião sobre a riqueza e perspectivas promissoras de se investir na Amazônia.

Carlos Ribeiro naquele ano já havia adquirido a Fazenda CODESPAR e juntamente com outras glebas vizinhas à fazenda Santa Tereza a ofereceu para venda a Nicolau Lunardelli. Após ter almoçado e conversado com o

amigo, Nicolau Lunardelli não estava ainda convencido da ideia de investir na Amazônia e embarcou no avião pilotado pelo corretor Carlos Ribeiro para fazer a viagem de regresso. Todavia, no momento da decolagem, o avião não ganhou altura suficiente e bateu em alguns arbustos após a pista de pouso forçando-o a realizar uma aterrissagem de emergência. Apesar do incidente não ter causado vítimas ou ferimentos, o avião ficou danificado e não teve mais condição de operar, fato que obrigou Lunardelli a permanecer na fazenda Santa Tereza por mais três dias, até a chegada de outro avião.

Foi o tempo suficiente para fazer com que Nicolau Lunardelli mudasse completamente sua impressão inicial e tomasse a decisão de expandir seus negócios para a Amazônia. Assim, comprou inicialmente 180 mil alqueires paulistas da floresta na região de Redenção, hoje no município paraense de Santa Maria das Barreiras, e também transferiu para a Amazônia o sonho de transformar a floresta em elegantes fileiras de pés de café nas diversas fazendas que constituiu no sul do Pará.

É interessante frisar que, apesar de a pecuária ter sido a atividade que predominaria na ocupação da Amazônia pelos bandeirantes do século XX, a grande paixão desses fazendeiros pioneiros era a agricultura, particularmente o café. Passemos a palavra ao próprio Nicolau Lunardelli, que, em matéria publicada pela Revista da Associação dos Empresários da Amazônia na década de 1970, assim se referiu quando comprou as terras no Pará:

O negócio foi tão rápido que de repente vi-me proprietário de 180 mil alqueires de mata virgem. Sabia que tinha feito uma boa aplicação de dinheiro, mas não tinha a menor idéia do que fazer com toda aquela floresta.

Minha família tradicionalmente viveu e fez agricultura. Além disso, acho que a família sempre teve a vocação para desbravar sertões. Primeiro levamos a agricultura pela linha São Paulo-Goiás, quando meu pai (Geremia Lunardelli), em 1917, chegou com café até Olímpia. Em 1920, papai entrou com o café pela zona araraquarense, em 1926 pela noroeste, em 1928 na Alta Sorocabana. Comecei a desbravar sertões ao lado de meu pai em 1939, quando em plena época de guerra levamos o café até o Paraná, chegando em

1942, até Dourados, no sul de Mato Grosso. Finalmente, em 1948, levamos café até o Paraguai – orgulho-me de termos sido os primeiros a plantar café naquela área. Meu pai morreu em 1964, e talvez a voz do sangue nos tenha induzido a desbravar o norte do país.⁵³

De fato, no final da década de 1970, vários fatores fizeram com que a possibilidade de implantar fazendas de café na Amazônia, sonho dos pioneiros paulistas que formaram os primeiros latifúndios no sul do Pará, se tornasse uma possibilidade concreta. Em 1966, quando tem início a política de incentivos fiscais, o governo federal indicou favoravelmente o incentivo à plantação do café como uma atividade de escala, apontando, a partir de estudos técnicos e científicos, a existência de uma extensa área apta ao cultivo da espécie *Coffea canephora*, conhecida como robusta. A formação de cafezais dessa espécie era aconselhada em função principalmente da posição favorável que o café solúvel ocupava no mercado internacional, embora fosse atividade ainda incipiente no Brasil.

Em finais da década de 1970 o robusta passa a ser atrativo para os fazendeiros paulistas na Amazônia, em função de uma série de fatores que diminuíram a produção dos cafezais nas áreas de produção tradicionais no Brasil, entre eles, as fortes geadas de 1969, 1972 e 1975, que destruíram 1,5 milhões de pés de café em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso; a ocorrência da ferrugem, a ausência de oferta de terras e a concorrência de outras culturas nas regiões de cultivos tradicionais.⁵⁴

Fotografia 7: Início dos trabalhos de abertura da fazenda Santa Tereza no começo da década de 1960; Da esquerda para a direita: Luiz Vargas Dumont, fazendeiro paulista amigo de João Lanari; João Lanari do Val e Ademar Guimarães



Fonte: Cedida pelos filhos de Luiz Vargas Dumont

A CODESPAR foi apenas uma das várias fazendas que Nicolau Lunardelli se tornou proprietário no Sul do Pará. Além dela, as outras fazendas localizadas mais à oeste na floresta amazônica do Sul do Pará, na época pertencentes a Santana do Araguaia, município paraense que abarca a área territorial desmembrada de Conceição do Araguaia em 1961, e que faz divisa ao sul com o estado de Mato Grosso, chegaram a se constituir patrimônio cuja área territorial era maior do que o estado de São Paulo.

Todavia para valorizar e viabilizar economicamente o investimento feito na compra das terras, ele tomou a iniciativa de construir uma estrada de rodagem, com aproximadamente duzentos e noventa quilômetros, que pudesse tirar a CODESPAR do isolamento com o resto do Brasil e viabilizar o transporte de mercadorias e pessoas para essa região no extremo Sul do Pará.

A estrada planejada por Lunardelli foi aberta nos anos 1964-66, e constituía-se de dois trechos: o primeiro, em território goiano, hoje estado de Tocantins, com 200 quilômetros de extensão ligou as cidades de Paraíso do Norte, no km 800 da rodovia Belém-Brasília, à então vila de Barra do Coco, onde se fundou posteriormente Caseara, na margem direita do rio Araguaia. Essa estrada tornou-se depois rodovia estadual (GO-364) e ao longo da mesma surgiram núcleos urbanos importantes, hoje pertencentes ao estado do Tocantins, dentre eles Divinópolis e Marianópolis, além de Caseara.

Todavia, era necessário viabilizar a travessia do Araguaia do lado goiano para o paraense, e vice-versa, pois ainda não existia a ponte entre os dois estados, conectando a cidade de Conceição do Araguaia, no Pará, a Couto Magalhães, em Goiás, hoje estado do Tocantins. Para tanto, Geremia Lunardelli e seu filho Nicolau adquiriram a balsa pioneira que fazia a travessia de Santa Maria das Barreiras a Caseara. Essa travessia não era tão simples como a que existia entre Conceição e Couto Magalhães, pois, ao contrário destas, os portos de acesso localizados nos núcleos urbanos ribeirinhos mais próximos da fazenda CODESPAR, ficavam a 25 quilômetros de distância e não frente à frente, como no primeiro caso.⁵⁵

13

As mudanças socioambientais no Araguaia paraense

A chegada dos primeiros trabalhadores e responsáveis pela derrubada da mata, abertura de picadas e demarcação da área, não significava apenas a formação da fazenda Santa Tereza na região onde nove anos mais tarde surgiria o povoado de Redenção. Na verdade, o capitalismo brasileiro, que até 1960 subordinava apenas formalmente os criadores pecuários do Pau D'Arco, passa agora a praticar uma dominação real. O ritmo do trabalho e o significado do tempo sofrem alterações substanciais. Eles passam a ser ditados pelos objetivos do capital e da lei da acumulação capitalista.

Além disso, a necessidade da utilização do dinheiro para aquisição dos produtos não disponíveis na economia local e a apropriação da floresta contígua às suas terras e pastos, subtrai dos criadores pastoris as condições exteriores de poderem fazer uso dos recursos naturais, por meio da caça, pesca ou coleta de frutos tropicais. Com isso, o capital, por intermédio da fazenda Santa Tereza, modificou as relações da sociedade local entre si e com a natureza e transformou parcela da mão de obra engajada anteriormente na economia pastoril de subsistência, em trabalhadores assalariados da fazenda capitalista. Ademar Guimarães, um dos primeiros trabalhadores da fazenda, elucida este processo:

Quando eu e o Luiz Vargas chegamos em 1960, nós começamos a fazer as primeiras aberturas. Hoje, se você precisa fazer uma empreita, você tem que buscar gente de longe. Nessa época não, porque ninguém tinha emprego aqui.

Então, quando ficaram sabendo que a Santa Tereza tava fazendo serviço, derrubada, estrada e essa coisa toda, o pessoal e as famílias iam pra lá. Na nossa abertura da fazenda, nós começamos com três turmas de agrimensores, fazendo as picadas, fazendo as medições, cortando os lotes. Cada turma dessas eram dezessete homens. Tinha turma de gente fazendo a roça, turma de gente abrindo picada para Pau D'Arco, porque nós também fizemos outra área aqui no Pau D'Arco. Teve ocasião de nós termos 90 homens trabalhando na fazenda, mas variava, e o gostoso disso é que você não precisava ir atrás do pessoal pra trabalhar, eles é que procuravam a gente porque nessa ocasião, não tinha ninguém que tinha serviço aqui.⁵⁶

O empreendimento capitalista também passou a controlar e monitorar a vida dos trabalhadores que se assalariaram por meio de vários mecanismos de controle. O mesmo informante ilustra esse fato:

Gozado que quando as mulheres escreviam carta pros homens – o pessoal que morava aqui nos campos – diziam para eles não se preocupar porque o fulano matou uma anta, e agora, nós está abastecido. Não precisa se preocupar. Pode trabalhar aí, pode ganhar dinheiro. Toda vez que ia uma carta, o pessoal da fazenda abria a carta pra ler. Às vezes era qualquer coisa chamando um homem pra ir embora. Então aquela carta que chamava ele e não era uma coisa de emergência não era entregue. Se a mulher dissesse qualquer coisa: - se vem aqui que eu estou com saudades de você -, ou se fosse caso à toa, que não fosse de doença, essa carta não era entregue pra não tirar o companheiro do serviço.⁵⁷

A cultura sertaneja nos campos de Conceição era essencialmente marcada pelo convívio da população com a floresta. Eram os recursos florestais e a fauna regional que propiciavam uma alimentação farta e abundante, e o ritmo da produção era determinado essencialmente pela necessidade de aquisição de valores de uso, fato que não fazia com que o tempo da produção subordinasse o ritmo de vida da população local. Esse fato causou estranheza aos trabalhadores da fazenda que vieram de Goiás, conforme a conclusão do depoimento do trabalhador pioneiro da

Santa Tereza, referindo-se à população que habitava os campos no início da década de 1960:

Eram uns homens tudo à toa aí. Primeiro que não gostavam de plantar roça. Eles eram uns homens assim [...] que se você mandasse eles plantar roça, eles trabalhavam, mas não por iniciativa deles. Plantavam uma mandioca pra fazer farinha de puba, um arrozinho, milho muito pouco, mais era caçar e pescar. Caçavam muito tatu. Nessa época, aqui o que esse pessoal dos campos comia era farinha de puba, caça e peixe. Não tinha mais nada. Aqui, eles não conheciam feijão. Então, no primeiro ano, nós plantamos arroz, milho, feijão. Aí, eles ficavam horrorizados de ver o jeito que a gente colhia o arroz e o milho, que era diferente de como eles faziam. Mas, aqui não tinha nada. Você procurava um ovo pra comprar não tinha; procurava arroz não tinha nada. O que é interessante é que aqueles meninos eram bastante sadios.⁵⁸

A chegada do automóvel e da vida moderna na região

A vida nos campos e nas florestas do Sul do Pará, até o início dos trabalhos para formação da Fazenda Santa Tereza, em 1960, permanecia ainda isolada da sociedade nacional, sem a presença de instituições, equipamentos e relações sociais que caracterizam a vida moderna e o capitalismo. O núcleo urbano mais próximo, Conceição do Araguaia, já nessa época estava integrado ao restante do Brasil.

As comunicações com Belém faziam-se regularmente por barcos motores que navegavam os rios Araguaia e Tocantins, interligando a cidade também com outros centros regionais que tinham relativa importância, como Imperatriz, Tocantinópolis, Porto Franco, Carolina e Pedro Afonso. Havia também linhas aéreas regulares para Goiânia, Belém e outras capitais brasileiras e estradas carroçáveis que ligavam Couto Magalhães, situada em frente a Conceição, na outra margem do Araguaia, aos sertões goiano e nordestino e ao Centro-Sul, por onde circulavam mercadorias e pessoas, mesmo que ainda de forma embrionária.

No interior do município, contudo, nos vales dos rios Arraias e Pau D'Arco, e na floresta densa até o Xingu, o capitalismo ainda não se fazia presente até 1960. “Nenhum veículo a motor havia penetrado ainda naqueles campos. Não havia neles escolas, farmácias, igrejas, estabelecimentos comerciais de qualquer sorte, enfim, nenhuma dessas agências que caracterizavam naquela época a sociedade nacional.”⁵⁹

*No final dos anos 1950, por ocasião da festa da padroeira da Conceição, em dezembro, os prefeitos de Conceição do Araguaia mandavam limpar o trilho que ligava a cidade de Conceição até a beira do rio Arraias para os sertanejos poderem ir participar da festa. Da Boca da Mata até a beira do rio Arraias, próximo ao local onde hoje está a vila de Alacilândia, havia somente quatro famílias de moradores. Viviam de caça e pesca.*⁶⁰

Dentre os equipamentos e veículos que foram trazidos para a sede da fazenda Santa Tereza, em 1961, havia um caminhão Chevrolet muito antigo. De ano em ano, Ademar Guimarães, o cozinheiro da expedição de 1959 que se mudou de Jussara para trabalhar na fazenda Santa Tereza, “tirava ele da garagem para levar o povo para a festa de Nossa Senhora de Conceição. Quando aqueles sertanejos dos campos escutavam o barulho do caminhão, saíam correndo e comentavam: Esses são os anticristo que a Bíblia fala que vão chegar.”⁶¹

Antes da abertura da estrada de rodagem, a viagem por terra para Conceição era feita no velho trilho indígena que os grandes comerciantes de Conceição mantiveram como a estrada cavaleira ou boiadeira que ia até Solta, na Boca da Mata, e de lá até São Félix do Xingu. A tropa com oito a dez animais carregados levava três dias para ir dos campos até Conceição e três dias para voltar. Então, inicialmente para o jipe – e depois para o caminhão da Fazenda Santa Tereza – poderem trafegar até Conceição, Ademar Guimarães, que foi o primeiro caminhoneiro da região, com auxílio de outros trabalhadores, construiu uma ponte flutuante de tambores de 200

litros de óleo diesel sobre o rio Arraias, próximo ao local onde oito anos depois seria fundado o povoado de Alacilândia.

Portanto, a implantação da fazenda Santa Tereza, ao intensificar a ocupação nos campos e na mata do território dos atuais municípios de Redenção e Cumaru do Norte, alterou o ritmo e a temporalidade da cultura local e do modo de produção camponês que há 70 anos ali estava instalado. O movimento expansionista pastoril que desde o período colonial havia povoado quase todo o Nordeste brasileiro, e no final do século XX atingiria seu limite ao penetrar na Amazônia oriental, quando foi detido pela imensa floresta, teria, 400 anos depois, uma de suas ramificações praticamente eliminada.

Nesta região de campos e matas havia chegado o capital e com ele chegavam também as mudanças no meio rural local. A fazenda Santa Tereza havia feito uma pista de aviação nos campos e outra na mata, a vinte quilômetros da primeira. Havia também demarcado alguns lotes e destruído a economia de subsistência que lhe antecederia. A natureza estava sendo modificada, e em 1962, como vimos, saíam os títulos definitivos de pelo menos 350 mil hectares das melhores terras e matas dos municípios de Conceição do Araguaia e São Félix do Xingu. Isto significava que a fazenda estava se apropriando de quase 20% do total da superfície florestal do então município de Conceição do Araguaia.

Depois da titulação definitiva das terras, a natureza iria passar a ser mercantilizada. Formava-se a Cia. de Terras da Mata Geral que passava a se constituir no maior latifúndio por dimensão do estado do Pará. Em quinze anos, de 1964 a 1979, a nova dinâmica da ocupação regional, provocada pela corrida à região de inúmeros empreendimentos agropecuários e madeireiros, fez com que a companhia comercializasse aproximadamente 150 mil hectares das matas amazônicas, principalmente para empresas agropecuárias e madeireiras do Centro-Sul. A abundância de madeiras nobres na região intensificou o desmatamento e o comércio da floresta, principalmente do mogno.

Para a abertura das primeiras fazendas capitalistas no Sul do Pará, como a Santa Tereza e a CODESPAR, eram necessários muitos trabalhadores na fase inicial de derrubada da mata e formação de pastos. Esses empreendimentos passam então a se valer dos serviços do “gateiro”. O “gateiro” ou “gato” responsabilizava-se pelo fornecimento do pessoal necessário para os serviços iniciais de implantação dos primeiros projetos da região do Pau D’Arco. A estrada, como já se disse, não apresentava boas condições de tráfego. Desta forma, os trabalhadores rurais empreitados, provenientes principalmente do Maranhão e Piauí, vinham de caminhão até Conceição, via Belém-Brasília, e desta eram transportados por avião até o campo de pouso localizado no lugar Escritório.

A modernização da pecuária

Antes da implantação da fazenda Santa Tereza, a economia pastoril da região baseava-se em pastagens naturais e gado de baixa qualidade. O gado nelore ainda não era criado na região, pois o padrão do gado e das técnicas de criação nos estabelecimentos pastoris que predominavam nos campos de Conceição do Araguaia até então era precário e rudimentar. Isso fazia com que a qualidade do gado ordinariamente criado nos campos fosse baixa.

A pobreza da economia pastoril advinha do precário valor alimentício das pastagens naturais dessa região, da ausência de salinação e de cuidados regulares e das medíocres características raciais da espécie de gado predominante: o curraleiro. Já na maioria das fazendas situadas do lado goiano do baixo Araguaia, o gado criado era do tipo zebu e melhor alimentado e cuidado com técnicas mais desenvolvidas, o que, nessa época, fazia com que o principal comprador dos produtos pecuários da região, a charqueada de Araguacema, situada do lado goiano abaixo de Conceição quase em frente a Santa Maria das Barreiras, desse preferência ao gado goiano.⁶²

Também no alto Araguaia, na fazenda de João Lanari, em Jussara, o gado criado era de melhor qualidade e o empresário paulista tomou a decisão de transportar o gado de sua fazenda goiana para o Pará. Essa viagem foi feita por terra ao longo do rio Araguaia e enfrentou inúmeros obstáculos, pois teve que atravessar a ilha do Bananal, além dos perigos de ataque de índios bravios, animais selvagens e doenças tropicais. O percurso de Jussara até a sede da fazenda no Pará foi feito em aproximadamente 90 dias, e o plantel de 130 cabeças foi conduzido por empregados da fazenda goiana que se transferiram definitivamente para a Amazônia, para trabalharem na abertura e constituição da fazenda Santa Tereza.

Fotografia 8 – José Bueno da Silva, o Bueninho, da dupla Bueno e Bueninho; 1ª dupla sertaneja que cantou em Redenção. Veio de Jussara em 1968, ajudando a trazer os primeiros bois da Fazenda Santa Tereza. Pai de Roberto Bueno da Silva, 1º bebê a nascer em Redenção



Fonte: Autor (julho de 2007)

José Bueno Cintra, o sertanista que incentivou a vinda de João Lanari para a Amazônia, trouxe, então, praticamente toda sua numerosa família, esposa, filhos, netos, irmãos e sobrinhos de Goiás para começarem uma nova vida no Pará. Seu sobrinho José Bueno da Silva foi um dos vaqueiros que puxou essa boiada moderna que adentrou a selva paraense.⁶³

Paulatinamente, durante o período 1967-69, cresce o número de trabalhadores rurais nos campos do Pau D'Arco. Eles vinham de aviões pertencentes às empresas ou por estas fretadas, mas a abertura de uma estrada rodoviária moderna pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Pará, ligando Conceição do Araguaia à Boca da Mata já estava em andamento. Foi neste período, finais de 1969, que teria início a abertura dos primeiros loteamentos urbanos da área adjacente ao campo de pouso do lugar Escritório. Redenção estava por nascer.

14

A transformação da floresta em mercadoria e o crescimento da pecuária

A partir da implantação da política de incentivos fiscais pela SUDAM, em 1966, o território formado pelo sul do Pará, norte de Mato Grosso e norte de Goiás, passa a ser hegemonicamente ocupado pelos projetos pecuários, alguns com dimensões gigantescas, como o da Suiá Missu, em Mato Grosso, com mais de 400 mil hectares, e Volkswagen, em Santana do Araguaia, com cerca de 140 mil hectares.

Nesses idos de 1960, a ecologia e a preservação da floresta amazônica não estavam na pauta das preocupações das instituições internacionais e muito menos das nacionais ou regionais. Volumes imensos dessa floresta de transição foram derrubados e queimados para formação de pastagens e criação de gado bovino. Basta lembrar que àquela altura o proprietário só se obrigava a uma reserva florestal de 50%, se ela fosse constituída de mata alta.

Assim, milhões de metros cúbicos de madeira comercializável foram destruídos sem necessidade, porque, sob o regime de criação extensiva, a produtividade e o gerenciamento dessas fazendas caíam em escala.

O Sul do Pará, portanto, a partir desse período, transformou-se na região de produção pecuária mais significativa do Pará e do Brasil. São Felix do Xingu, por exemplo, é atualmente o município brasileiro que possui o maior plantel de gado bovino. Mas esse processo teve início nos municípios de Santana e Conceição do Araguaia, inclusive com a implantação gradativa de vários frigoríficos que para lá se dirigiram, entre os quais o pioneiro deles, o Frigorífico Atlas, em Santana do Araguaia.

Essa atividade gerou muito mais custos sociais e ambientais do que benefícios econômicos para a população regional, exceto pelos investimentos em infraestrutura econômica que viabilizaram a ligação do Pará com o Sul do país pelas rodovias implantadas pelos empreendimentos beneficiados pelo governo federal.

As grandes queimadas geradas por esses projetos desencadearam o início da preocupação mundial com a destruição da floresta amazônica, principalmente com a repercussão motivada pelo projeto da Companhia Vale do Rio Cristalino, em Santana do Araguaia, controlado pela empresa alemã Volkswagen.

No início da década de 1970, o sistema de monitoramento do satélite artificial Intelsat detectou a ocorrência de um foco de incêndio gigantesco na região, tendo se constatado tratar, entre outras, da área controlada pelo projeto da Volkswagen. Esse fato, aliado à ascensão do Partido Verde na Alemanha, foi o marco das preocupações mundiais com o desmatamento na Amazônia.

Como naquele quadrilátero do sul do Pará, norte do Tocantins e norte do Mato Grosso foram implantados cerca de 300 projetos incentivados e várias outras fazendas sem incentivos, na época das queimadas, todos queimando juntos uma média de três mil hectares por projeto de derrubada, o incêndio amazônico ultrapassou um milhão de hectares.

Como o projeto da Volkswagen estava nesse quadrilátero, embora queimando algo em torno de cinco mil hectares por ano, foi responsabilizado pela mídia mundial como o vilão do desmatamento, ocasionando, inclusive que a empresa passasse adiante o seu projeto para o grupo Matsubara, para evitar que a repercussão da acusação afetasse a sua atividade principal como produtora de veículos automotivos.

Praticamente a partir daí, muda-se o eixo setorial do interesse de projetos grandiosos na Amazônia, para o setor mineral. A pecuária, todavia, estabelece-se consistentemente na região e passa a ser a principal atividade econômica do Sul do Pará. Vejamos, a seguir, como ocorreu esse processo.

A SUDAM e os projetos agropecuários no Araguaia paraense

No período que vai de 1962, ano da titulação das terras da fazenda Santa Tereza e demais especuladores de menor expressão, até o ano de 1968, o movimento nos campos do Pau D'Arco, cessados os primeiros trabalhos de derrubada, formação dos primeiros pastos e construção da sede da fazenda Santa Tereza, não sofreu alterações significativas. Todavia, várias mudanças estavam se verificando, não só nas adjacências da área, mas também nas medidas políticas que viriam a ser adotadas para a ocupação da Amazônia.

Com efeito, nesse período, com a evolução da economia do Centro-Sul do Brasil, que já havia ultrapassado a fase de substituição de importações, e com isto esgotado o seu dinamismo, fazia-se necessário uma nova política econômica para dinamizar a economia brasileira e o incipiente mercado interno. Assim, no final da década de 1950, já não interessavam mais certas medidas que garantissem o fluxo de capital das regiões atrasadas para o Centro-Sul, visto que a industrialização nesta região (Centro-Sul) já estava consolidada. Fazia-se necessário, naquele momento, criar um fluxo inverso, porém, não mais de recursos públicos, mas de investimentos privados.

Esse fato pode ter aparecido como muito interessante para os empresários do Centro-Sul, na medida em que teriam a oportunidade de instalar empresas no Nordeste ou na Amazônia, dispondo facilmente de recursos naturais e mão de obra mais barata. Deste modo, bastava que o governo oferecesse alguns estímulos que compensassem a necessidade de grandes investimentos iniciais para que estes iniciassem a industrialização na Amazônia.

Este passo inicial foi dado pelo Nordeste, devido à existência nesta região da SUDENE, criada sob a inspiração de Celso Furtado em 1959, cuja estrutura se adequava a esta nova política, o que não ocorria com a SPVEA na Amazônia. Foi somente em 1965, quando foi promulgada a emenda constitucional nº 18, que a SPVEA sofreu algumas alterações

em sua estrutura no que tange ao aumento do número de seus técnicos, eliminação de boa parte da burocracia tradicional e independência com relação a grupos de pressões locais.⁶⁴

Além disso, o artigo 27 dessa emenda estendeu à Amazônia todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação para a região Nordeste. A 27 de outubro de 1966 foi criada a SUDAM pela Lei nº 5.173. Os incentivos fiscais passaram, doravante, a ser administrados pelo novo órgão, que ficou responsável pela aprovação dos projetos privados de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.⁶⁵

Portanto, o principal fator que levaria o capitalismo a se desenvolver nos campos do Pau D'Arco, afora a construção da Belém-Brasília, foi a extensão para a Amazônia da Política de Incentivos Fiscais já em vigor no Nordeste brasileiro e que com a criação da SUDAM, no final de 1966, seria focada fundamentalmente para incentivo de projetos agropecuários. Dessa forma, estava altamente estimulada a ocupação econômica da Amazônia, pelas grandes empresas industriais do centro dinâmico da formação social capitalista-periférica brasileira.

Na região que viria a ser polarizada pelo futuro município de Redenção, as condições para que as empresas agropecuárias oriundas do ramo industrial do polo dominante ali se estabelecessem eram as mais vantajosas possíveis. Primeiro, devido ao fato de ali já existir uma infraestrutura inicial para o assentamento de grandes fazendas pecuárias, pois a prioridade econômica dos investimentos capitalistas na Amazônia seria orientada para a pecuária. Nos campos do Pau D'Arco, a tradição pecuarista já remontava ao começo do século XX. Ali havia uma grande área de pastos naturais e uma região fértil coberta de matas cujo subsolo apresentava um promissor potencial econômico.

Segundo, porque a região ficava estrategicamente localizada em relação aos principais mercados consumidores do país. Pela Belém-Brasília seguia-se até a cidade goiana de Guaraí, que havia surgido recentemente

de um acampamento de obras dos trabalhadores do DNER, na beira da estrada. Em seguida, percorria-se uma estrada vicinal até Couto Magalhães, defronte a Conceição.

Para se vencer o obstáculo natural das águas do Araguaia, inicialmente, havia as balsas do DNER e, futuramente, não faltariam injeções financeiras do Ministério dos Transportes para que se construísse uma ponte sobre o rio Araguaia que ligasse os dois estados. Afinal naquele trecho, somente 650 metros de extensão separavam a margem goiana da paraense. Por fim, o Departamento de Estradas e Rodagem do Pará no mesmo ano da criação da SUDAM, iniciava a abertura da estrada rodoviária que ligaria Conceição até o lugar Escritório, nos campos do Pau D'Arco.

Esse conjunto de acontecimentos provocou uma procura significativa das terras da região para a implantação de projetos agropecuários por parte das empresas do Centro-Sul. Porém, ali as terras não eram mais devolutas. Elas já pertenciam à Companhia de Terras da Mata Geral, e, também, aos empregados das fazendas ligados aos serviços de topografia e agrimensura. Mas as terras estavam à venda, já que o objetivo inicial era exatamente o de aguardar a valorização das áreas que haviam sido compradas do estado do Pará a preços nominais.

Grandes grupos econômicos passaram então a comprar imensas áreas de seus proprietários anteriores por volta de 1966. No ano seguinte começariam a implantar os projetos pecuários. A mata iria ser então derrubada em grande escala para que se formassem pastos artificiais para criação de bovinos. Redenção estava para nascer. A estrada que o DER/PA estava construindo sobre o leito do antigo atalho aberto em 1961 pelos empregados da fazenda Santa Tereza caminhava vagarosamente.

A implantação dos primeiros projetos agropecuários na região de Redenção foi realizada principalmente com apoio de aviões de pequeno porte, e o campo de pouso do lugar Escritório era o ponto de apoio estratégico para onde convergiam as estradas que demandavam as sedes das empresas agropecuárias.

Antes de naquela área surgir algum núcleo urbano, em 1966, João Lanari do Val, o empresário paulista proprietário da fazenda Santa Tereza, desmembrou uma parte das terras de seu latifúndio e constituiu cinco empresas agropecuárias: Cia. Agropecuária Nazareth, Cia. Agropecuária Palmital, Cia. Agropecuária Pau D'Arco, Agropastoril Sul do Pará e Agropastoril Conceição do Araguaia.

Estas empresas eram controladas pela Companhia de Terras da Mata Geral e juntamente com a fazenda CODESPAR, de Nicolau Lunardelli, foram as primeiras a terem seus projetos agropecuários aprovados pela SUDAM em todo o estado do Pará, sendo os únicos que tiveram projetos aprovados ainda no ano de 1966: fazenda CODESPAR, de Lunardelli e fazenda Nazaré, de João Lanari do Val, conforme pode ser visualizado na Tabela 3.

Tabela 3 – Primeiros projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no estado do Pará

Projetos	Data de aprovação	Município
01. CODESPAR (Lunardelli)	21.11.1966	Conceição do Araguaia
02. Nazaré Pastoril (Mata Geral)	09.12.1966	Conceição do Araguaia
03. Fazenda Santa Ernestina	30.06.1967	Conceição do Araguaia
04. Fazenda Ligação	30.06.1967	Paragominas
05. Fazenda Arpa	13.07.1967	Santana do Araguaia
06. Fazenda Brejeira	14.09.1967	Paragominas
07. Palmital Agropecuária	03.06.1967	Conceição do Araguaia
08. Grão Pará S.A.	03.11.1967	Santana do Araguaia
09. AGRIMAZON	07.12.1967	Benevides
10. Cia. Agropecuária Pau D'Arco	14.12.1967	Conceição do Araguaia

Fonte: INCRA, 1979a; IBGE (Caderneta do Pesquisador do Censo Demográfico de 1970 da Agência de Conceição do Araguaia)

A análise da Tabela 3 demonstra que 50% dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM no final de 1966 e durante o ano de 1967, referem-se a empresas situadas na área do futuro município de Redenção. Em outras palavras, a região dos campos naturais de Conceição, no Araguaia paraense, onde desde 1960 já havia se formado o maior latifúndio nacional do estado do Pará, exercia forte fator de atração e concentração dos capitais provenientes do Centro-Sul.

Por outro lado, a fazenda Santa Tereza seria praticamente a primeira beneficiária a receber os incentivos fiscais, pois no ano de 1966, dos dois únicos projetos aprovados pela SUDAM, o da Cia. Nazaré, controlada acionariamente pela Cia. de Terras da Mata Geral, estaria como um dos contemplados, e mesmo antes da SUDAM completar dois anos de criação, todos os cinco projetos da Cia. de Terras da Mata Geral já estavam aprovados.

Como se vê, após a criação da SUDAM e da política de incentivos fiscais ter sido estendida para a Amazônia e franqueada para investimentos no setor agropecuário, a região do Araguaia paraense passa a receber um grande fluxo de fazendas e empresas rurais incentivadas pelo governo brasileiro. Isso se deu basicamente a partir de 1967. Daí em diante, o movimento de implantação de empresas agropecuárias na região ganha corpo e se expande rapidamente. Entretanto, o fluxo demográfico ainda não era muito significativo, pois as condições de acesso à região não eram satisfatórias.

Apesar de a fazenda Santa Tereza ter aberto uma pequena estrada até Conceição do Araguaia, a mesma não apresentava condições de dar vazão a veículos automotores em razão das chuvas abundantes e da falta de conservação e manutenção da mesma.

Assim, as primeiras fazendas a se instalar na área utilizavam-se principalmente de aviões para o transporte de mercadorias e trabalhadores empregados para abertura das fazendas. O campesinato pastoril de

subsistência que havia sido absorvido com as obras da Santa Tereza, não mais poderia fornecer a mão de obra necessária para as operações de derrubada, queima da mata, abertura de picadas demarcatórias e estradas vicinais de penetração na floresta, pois havia se diluído na formação capitalista dominante que ali havia penetrado. Ademais, seu contingente não era dos mais expressivos e a força de trabalho demandada era muito elevada nesta fase inicial do desmatamento e formação de pastagens.

Fotografia 9: Cássio Carvalho do Val, filho de João Lanari do Val, administrador da fazenda Santa Tereza, o empreendimento que deu origem à cidade de Redenção



Fonte: Autor (dezembro de 2006)

Fotografia 10 – Sede da fazenda Santa Tereza, dezembro de 2006



Fonte: Autor (dezembro de 2006)

Em meados de 1969, o movimento nos campos do Pau D'Arco não era ainda comparado ao que o lugar experimentaria a partir do ano seguinte. Todavia, os projetos agropecuários incentivados pela SUDAM cresciam mês a mês. O lugar Escritório servia de apoio para os projetos, sendo ponto de embarque e desembarque das mercadorias e pessoas. A estrada estadual que vinha de Conceição avançava, mas, só chegaria ali dois anos mais tarde. Entretanto, Redenção não esperaria pela sua chegada. Naquele mesmo ano brotaria por entre as matas do Araguaia paraense.

An aerial, grayscale photograph of a city, likely São Paulo, showing a dense urban landscape with numerous buildings, streets, and green spaces. The text is overlaid on the center of the image.

PARTE III

**CAPITALISMO NA FLORESTA
(1969-2019)**

15

O surgimento de uma cidade na Amazônia

Redenção surgiria como povoado em 1969, mas a área territorial que abarcaria o futuro município já estava, desde meados da década de 1960, praticamente quase toda titulada. A natureza estava sendo comercializada e a terra tinha se transformado em mercadoria. Os cerrados que formavam outrora pastos naturais dos criadores do Pau D'Arco e a floresta habitada pelos índios Caiapó Gorotire haviam deixado de ser um meio de produzir valores de uso dessas comunidades, para se transformarem em recursos naturais integrados no mercados nacional e internacional.

A ocupação desta região de fronteira pelas empresas capitalistas do Centro-Sul do país, e a intervenção pública facilitando este processo, era parte de um movimento mais amplo de acumulação e concentração do capital, inclusive em termos espaciais. Os campos e matas da região do Araguaia paraense se apresentavam como novas oportunidades de investimento e valorização do capital empresarial, por meio da expansão de atividades produtivas subsidiadas pelo Estado via incentivos fiscais.

Além disso, a venda das terras públicas paraenses a preços irrisórios, a abertura da estrada de Conceição do Araguaia ao lugar Escritório e a especulação no mercado de terras foram fatores que exerceram forte influência na decisão de empresários de São Paulo em adquirirem terras no Sul do Pará.

Inclusive as terras onde estava para surgir o povoado de Redenção também haviam sido requisitadas para compra junto ao governo paraense pouco tempo depois das da fazenda Santa Tereza. Dentre estas terras

estavam aquelas onde se localizava o campo de pouso que inicialmente serviu de ponto de apoio para abertura da primeira fazenda capitalista da região, e, posteriormente, serviria também a inúmeras outras fazendas e projetos agropecuários que se implantaram nessa região da Amazônia oriental brasileira.

A área conhecida pelos moradores do local pelo nome de Boca da Mata, ou lugar Escritório, onde outrora existiu o povoado sertanejo de Santo Antônio de Solta, foi onde teve início a formação da zona urbana do município de Redenção. Originalmente era uma gleba devoluta de 900 alqueires goianos – 4.356 hectares – que foi vendida pelo governo do Pará ao agrimensor Luiz Vargas Dumont, em 1963.

Na primeira semana de fevereiro de 1963, depois de ajudar a regularizar a constituição da Cia. de Terras da Mata Geral, em Belém, Luiz Vargas Dumont, tendo adquirido na mesma ocasião a gleba onde hoje está o núcleo urbano de Redenção, voltou para Conceição do Araguaia e imediatamente providenciou o registro no cartório da cidade do título definitivo de propriedade da área onde alguns anos mais tarde seria fundada Redenção.¹

Assim, apesar de continuar gerenciando os trabalhos da fazenda Santa Tereza, “Luiz Vargas nunca gostou de fazenda e o sonho dele era criar uma cidade”, como explica José Ribamar Ferreira, em entrevista prestada em julho de 2007, na fazenda Retiro, de sua propriedade:

Ele tinha o plano de fazer uma cidade porque ele foi uma das pessoas que ajudou a criar a cidade de Gurupi (Tocantins), porque cada um tem uma vocação pra uma coisa. Ele tinha vocação de criar cidades. O grande sonho dele era criar uma cidade. Aí ele dizia: Oh, nós vamos criar uma cidade aqui nesse campo de aviação. Ele saía cedinho do lugar Escritório, montado em lombo de burro, para chegar na sede da Fazenda Santa Tereza uma e meia, duas horas da tarde. Não existia nenhuma vila ou povoado entre a Boca da Mata e Conceição do Araguaia. Aí criaram Alacilândia, pouco antes de Redenção.²

Esse projeto de Luiz Vargas de construir uma cidade na Amazônia é confirmado também pelo depoimento de Maria Carrion, nora de José Carrion, espanhol que migrou com a família de Goiás para os campos do Pau D'Arco em 1958. Ele trabalhou como gerente da abertura de várias fazendas no Sul do Pará, inclusive da fazenda Santa Tereza. José Carrion também adquiriu do governo do Pará pelo menos quinze mil hectares de terras que faziam – e ainda fazem – divisa com a fazenda Santa Tereza e com a gleba adquirida por Luiz Vargas onde nasceria a cidade de Redenção. Em sua fazenda, situada no meio do caminho entre a sede da fazenda Santa Tereza e a cidade de Redenção, Maria Carrion, em 2007, recordou o tempo em que Luiz Vargas trabalhava na Santa Tereza e por ali passava:

Sempre que o Luiz Vargas passava aqui quando vinha da fazenda Santa Tereza, a caminho de Conceição, ele tinha que levar dois burros para a viagem, porque ele era muito pesado e os animais cansavam. Quando passava aqui em frente ele falava pro meu pai: “Ei Zé Carrion, eu vou fazer uma cidade aqui pra vocês acabar com a peleja de ter que ir pra Conceição comprar as coisas.” Nós ria, achava graça dele. Ele confirmava: “Vocês vão ver. Vocês não acreditam em mim não? Vocês vão ver!” E devagarzinho ele fez a nossa cidade. Nós agradecemos muito a Deus e a ele. E hoje ele não é divulgado como deveria.³

Os primórdios do povoado e a primeira missa

O processo que desencadeou a formação da zona urbana do atual município de Redenção teve início no segundo semestre de 1969. Após quase nove anos trabalhando como gerente da Cia. de Terras da Mata Geral, Luiz Vargas iria tornar seu sonho realidade. Em setembro de 1969 uma turma de topógrafos e trabalhadores auxiliares comandados pelo agrimensor Gerudes Gomes da Silva estava trabalhando na medição e demarcação da fazenda Sangapoitã, na margem direita do rio Pau D'Arco, acerca de trinta quilômetros do lugar Escritório.⁴

Nessa ocasião, Ademar Guimarães e Luiz Vargas, vindos da fazenda Santa Tereza em viagem para Goiânia, passaram pelo local onde Gerudes e seus trabalhadores estavam arranchados e onde já havia desde o ano anterior um pequeno comércio de bebidas e alimentos. Chegando à tardinha na Boca da Mata, onde se situava o campo de pouso localizado no lugar Escritório, distante vinte quilômetros da sede da fazenda Santa Tereza, cuja propriedade já pertencia à Luiz Vargas desde 1963, resolveram pernoitar no acampamento dos trabalhadores que estavam abrindo uma estrada para a região do Pau D'Arco.

Fotografia 11 – Lugar Escritório: à direita prédio usado como base física dos trabalhos de agrimensura e topografia da fazenda Santa Tereza. Ao fundo, a Mata Geral



Fonte: Autor (1979)

Fotografia 12 – Grupo de trabalhadores pioneiros que deu início à construção da cidade de Redenção



Fonte: Cedida pelos filhos de Luiz Vargas Dumont para o autor

As obras eram da abertura de uma estrada que demandaria a sede da fazenda Sangapoitã, um dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, nas margens do rio Pau D'Arco, que havia sido vendido pela Cia. de Terras da Mata Geral para fazendeiros de São Paulo. Era dia 21 de setembro de 1969 e após um dia cansativo de trabalho, antes de pegarem no sono, deitados em suas redes no rancho do lugar Escritório, o sonho de Luiz Vargas começaria a se realizar. Quase trinta anos depois, em seu hotel em Redenção, Ademar Guimarães relembra aquele momento que daria início à formação do povoado:

De noite, papeando, tomando uma pinguinha, Luiz Vargas falou pro Gerudes.

– “Oh Gerudes, eu tenho o pensamento de formar uma cidade aqui. Hein, Gerudes? Vamos formar uns lotes aqui beirando a pista de pouso?”

– “Oh Luiz, cê que sabe. Se você quiser, eu faço uns lotes aqui.”

– “Então pode fazer. Eu e o Ademar vamos pra Goiânia e quando nós voltarmos você forma uns primeiros trinta lotes aí.”

E o povo do Gerudes, os trabalhadores, é que foram os primeiros a fazer as casas. Fizeram os primeiros barracos cobertos com palha.

Na manhã seguinte, Luiz Vargas e Ademar Guimarães seguiram viagem para Goiânia e Gerudes Gomes, ato contínuo, sem esperar pela volta de seu colega agrimensor da capital goiana, deu início à formação da cidade, “cortando” os primeiros lotes. Dias depois, Romeu Maranhão Lima, sobrevoando o lugar, testemunhou o nascimento da futura cidade: “Eu vi o início de Redenção. Em setembro de 1969 eu sobrevoei a área e antes da cidade surgir tinham dezesseis casas de palha bem ali onde é hoje o Bradesco”.⁵

Passados trinta dias, ao retornar de Goiânia para a sede da fazenda Santa Tereza, Luiz Vargas resolveu pousar no lugar Escritório para saber se seu colega, Gerudes Gomes, havia conseguido vender algum lote. Tamanha foi sua surpresa quando, antes do pequeno avião em que viajava aterrissar no lugar Escritório, de sua propriedade, avistou algumas casas construídas em um dos lados da pista. Em suma, em menos de um mês, todos os trinta lotes haviam sido ocupados e a procura aumentava vertiginosamente, ao ponto de já se presenciar moradores não localizados à espera de novos lotes.

Nessa ocasião, quando teve início a formação do povoado, ainda não havia um número significativo de pessoas nos campos do Pau D’Arco. O contingente populacional era basicamente formado pelos trabalhadores rurais dos projetos agropecuários que começavam a se implantar nas imediações. Tanto é assim, que foram os trabalhadores contratados pela fazenda Sangapoitã, que na época estavam abrindo uma estrada nas redondezas, os primeiros moradores do novo povoado.

Tão logo se ergueram as primeiras rústicas habitações no Lugar Escritório, também conhecido nas imediações por Boca da Mata, a notícia se espalhou por toda a região. Imediatamente muitas famílias começaram a chegar ao local, aumentando a procura por lotes. Depois de comprarem seus terrenos, ou mesmo antes disso, se punham a construir suas moradias nos terrenos loteados por Luiz Vargas.

Em 25 de novembro de 1969, freis Henrique Marques da Silva e Manuel Borges da Silveira celebraram a primeira missa em um rancho de pau a pique localizado na altura da atual Casa Mundial, próximo ao campo de aviação.

O movimento de pessoas demandando lotes no primeiro ano de vida do novo povoado não foi tão intenso como o que ocorreria a partir de 1971, quando foi aberta a estrada rodoviária para Conceição do Araguaia. A maioria das primeiras famílias que mudaram para a Boca da Mata e fixaram moradia na nova vila, era constituída por trabalhadores engajados na abertura das fazendas incentivadas pela SUDAM.

Em princípios de 1971, os trabalhadores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará, que haviam iniciado as obras da estrada proveniente de Conceição do Araguaia em novembro de 1966, chegavam finalmente com suas máquinas à Boca da Mata. Foi o suficiente para que o povoado, que já vinha crescendo gradativamente, passasse a experimentar um processo migratório intenso de pessoas provenientes de várias regiões do país. Um movimento nunca havido antes nos campos do Pau D'Arco, nem mesmo comparável àquele do período da exploração da borracha, dá início a transformação do cenário local. Estava em andamento um processo de urbanização do meio rural local.

As mudanças sucediam-se uma após outra, eram migrantes que vinham, em sua maioria, expulsos principalmente de Goiás, que após a abertura da Belém-Brasília passou a engendrar uma frente de expansão

demograficamente significativa de seus municípios marginais à rodovia. Mas havia lavradores também do Maranhão e em menor escala de Minas Gerais.

Vários motivos contribuíram para que se formasse uma corrente migratória para os campos do Araguaia paraense. O anúncio do Plano de Integração Nacional e a construção da rodovia Transamazônica, no trecho do Maranhão até a cidade de Marabá, despertou o sonho de milhares de lavradores goianos e maranhenses de se tornarem proprietários legais de uma porção de terra na Amazônia. Na maioria das vezes, o migrante que chegava a Redenção era assalariado, trabalhando para terceiros ou em terras de terceiros. A migração constituía-se, pois, como válvula de escape na tentativa de fuga de um ambiente que para ele era considerado hostil.⁶

Desta maneira teve início o súbito desenvolvimento do povoado de Redenção. A primeira rua do lugarejo, hoje avenida Brasil, já existia desde 1960. Não como artéria de um aglomerado populacional, mas como ponto de pouso e decolagem de aviões de pequeno porte que apoiavam a abertura da fazenda Santa Tereza.

No princípio da formação de Redenção os moradores que habitavam as redondezas da Boca da Mata não eram muitos. Eles se limitavam praticamente aos “peões” engajados nas atividades dos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM. Aliás, como já dito, foram assalariados de uma destas empresas rurais de capital paulista que se tornaram proprietários dos primeiros lotes e levantaram as primeiras habitações da futura vila de Redenção. Isso se deu em finais de 1969, quando o lugar ainda era denominado por Escritório.

Figura 2 – Manuscrito de 1961 da lavra de Gerudes Gomes da Silva. Nessa época o agrimensor chegou em Conceição do Araguaia para iniciar os trabalhos topográficos das fazendas que começavam a ser abertas para empresários do Centro-Sul

Data 1/1 Prazo 1 Dias

Nome: O PIONEIRO

Endereço: _____ Fone _____

Cidade _____ Estado _____

Quant.	Unid.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PIP/M2	Total
		AOS 16 DIAS DO MES DE AGOSTO DE 1961, AO MEIO DIA, AQUEL COURO COURO DE MARGALHAES - NA ÉPOCA GOMAS, MARSEM DIREITA DO RIO ARAUAI DE C.A. SE AVISTAVA CADEIAS DE MONT. NO ESTADO DO PARAÍ. AÍ SERIA O MEU DESTINO. LOGO EM SEGUIR, EU E IRMÃO JOÃO, TOMAMOS UMA CARTA DE MARA DO FELD, EMILIANO MARCO, O MELHOR CADEIA DA REGIÃO, FOUCO DEPOIS ESTAVAM DE UM CONCURSO NO PORTO DO BILQUINTA, NA SULL CONCEIÇÃO, NAQUELE MOMENTO,		
			Total	

Vendedor _____ Comprador _____

Data 1/1 Prazo 1 Dias

Nome: _____

Endereço: _____ Fone _____

Cidade: _____ Estado _____

Quant.	Unid.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PIP/M2	Total
		QUE EU QUER ESTAVA ASSUMINDO UMA GRANDE RESPONSABILIDADE A CRUZ DE UM DESBRAVADOR, CHEIO DE SONHOS PARA VENCER NA VIDA DEMARCANDO TERROS NÃO ENCONTREI NEM UM DIA DE COMÉRCIO POIS ESTE RÁDIO É RA FOUCO CONECTADO NESTA REGIÃO: VÔTEI E A BOMERLI NO COURO. AÍ, ME CULTO, MUI FOUCO MENTOR. FIQUEI HOUSTENDO NA VENCÃO NA ZONA MARGALHA, POR 30 DIAS. NESTE INTERVALO, EU E O MEU IRMÃO JOÃO FARECINO, LAMO- QUASE TODOS OS DIAS A CONCEIÇÃO DO ARAUAI, PROCURANDO O C. T. POR ONDE COMEÇAR E LUCRAR NISSO NO PARAÍ.		
			Total	

Vendedor _____ Comprador _____

Fonte: Acervo pertencente à viúva de Gerudes Gomes da Silva, Valda Ramos da Silva

Em 1970, um ano após a construção das primeiras habitações em Redenção, 767 pessoas já residiam no povoado. Eram 410 homens e 357 mulheres que moravam nas 152 moradias existentes no primeiro ano de vida do vilarejo. Existiam somente quatro pequenos estabelecimentos comerciais para abastecimento desses primeiros moradores.⁷

Esses números são reveladores, pois nessa época a região ainda permanecia isolada de Conceição do Araguaia por via terrestre e a estrada somente ficaria em condições regulares de dar vazão a algum veículo automotor em 1971.

16

Formação do núcleo urbano de Redenção

Em 1968, sob o comando do topógrafo Gerudes Gomes da Silva, foram realizados trabalhos de demarcação de fazendas vendidas pela Cia. de Terras da Mata Geral para empresários de São Paulo na região dos campos do Pau D'Arco. Nesse trabalho utilizou-se como ponto de apoio de embarque e desembarque de suprimentos necessários para o trabalho topográfico o campo de aviação que havia sido aberto dez anos antes na Boca da Mata.

Naquele ano Gerudes e seus trabalhadores construíram algumas choupanas ao longo da pista. Surgiram também, ainda em 1968, um boteco, uma casa de revenda de alimentos em geral e uma serraria. O boteco pertencia a Raimundo da Arcanja, cuja família morava em Araguacema e havia se mudado para Conceição do Araguaia, em 1966, para trabalhar na fazenda Banho, perto do povoado de Boa Sorte, atual município de Pau D'Arco. A fazenda, com vimos, era de propriedade da família Maranhão Lima, berço de grandes fazendeiros e comerciantes de Conceição do Araguaia.

Raimundo da Arcanja, que até 2007 comercializava água de coco no centro de Redenção, saiu da fazenda Banho em 1967, empregando-se na fazenda Santa Tereza. Em abril de 1968 abriu o primeiro boteco na beira do campo de aviação. Vendia cachaça, café, açúcar, novalgina, entre outros produtos. As compras eram feitas dos grandes comerciantes em Conceição do Araguaia. Credita-se a Raimundo da Arcanja ter sido a pessoa que vendeu o primeiro copo de cachaça em Redenção, antes mesmo da fundação do povoado.

A oferta de gêneros alimentícios, principalmente do tipo secos e molhados, foi atendida, no período que antecedeu à fundação de Redenção, por um pequeno comércio que pertenceu aos maranhenses conhecidos no lugar por Joaquinção e Osmar. Eles venderam o comércio, em 1969 para Gilvan Bezerra da Silva, paraibano que nessa época era comerciante na beira do rio Arraias, e, com a ajuda de Romeu Maranhão Lima, havia aberto o primeiro comércio de gêneros alimentícios no povoado de Alacilândia, logo após a fundação do mesmo, em 1968.

Gilvan, em finais de 1969, resolveu transferir-se de Alacilândia para Redenção, comprando a rústica propriedade dos maranhenses onde abriu a primeira casa comercial mais bem estruturada da cidade, a Casa Verde. Montada como tipo supermercado, só vendia à vista e não fornecia mercadorias para as fazendas da região, somente para os moradores da cidade. Foi a primeira construção coberta com telhas cerâmicas da cidade.⁸

Depois de erguidas as primeiras moradias com paredes de madeira e cobertura de palha e da fixação dos primeiros moradores, que foram os próprios trabalhadores arregimentados por Gerudes Gomes, construíram-se as primeiras casas de alvenaria e com melhor estrutura.

Nesses primeiros tempos do povoado já se anunciava um problema urbano estrutural de Redenção que iria acompanhar a história da cidade até o presente. A precariedade do saneamento básico. Foi somente com a instalação do posto de combustível do sr. Dimas que o povoado iria contar com a primeira habitação dotada de banheiros com vasos sanitários modernos.

Nesse primeiro ano de vida do povoado, o escritório da fazenda Santa Tereza, empreendimento que deu origem à cidade de Redenção, também era um rancho rústico situado às margens do campo de pouso onde teve início a cidade. Depois passou para onde hoje está situado o escritório da Secretaria Estadual de Agricultura (SAGRI), na avenida Santa Tereza.

A necessidade de madeira aparelhada para a construção das primeiras habitações fez surgir a primeira serraria da região. Ela pertenceu ao sr. Eduardo e também se situava na beira do campo de aviação, atual avenida Brasil. Era pequena e conhecida como tipo pica-pau. Ela foi a pioneira de uma série de outras serrarias que foram implantadas principalmente por paranaenses, capixabas e gaúchos que migraram para o Sul do Pará, acompanhando a abertura da fronteira econômica brasileira nessa região da Amazônia, já que as florestas do Centro-Sul do país haviam sido expressivamente dizimadas.

Controvérsias sobre a origem do nome da cidade

Existem várias versões para explicar por que Luiz Vargas escolheu o nome de Redenção para a cidade que implantou em parte de sua gleba no Sul do Pará. Na verdade, quando Luiz Vargas decidiu iniciar a formação da cidade, em 1969, ele teria falado para Gerudes Gomes, antes de seguir viagem para a capital de Goiás, que quando regressasse traria o nome do povoado. E assim o fez. Contudo, o motivo que teria levado Luiz Vargas a escolher o nome de Redenção não possui unanimidade e as informações também não são claras e precisas.

A versão mais difundida nas poucas referências ao assunto é a de que esse nome foi escolhido em homenagem ao sertanista Cândido Rondon que teria passado por Redenção.

Outra versão aponta para a influência que a religião católica, da qual Luiz Vargas e sua esposa eram adeptos, inclusive com atuação regular de sua esposa, Terezinha Vargas, na igreja carismática, deve ter exercido na escolha do nome da cidade que ele queria construir na Amazônia, onde, segundo seus filhos, as pessoas pudessem se redimir de eventuais erros cometidos durante a vida. Daí viria o nome Redenção.

Já para Ademar Guimarães, Luiz Vargas escolheu esse nome porque naquele mesmo ano, em uma área situada entre as cidades de Goiânia e Aparecida, havia se iniciado uma invasão de terras com a construção de casas populares que se chamava Redenção.

Somente após exaustiva pesquisa sobre esse assunto conseguimos resgatar o verdadeiro motivo que fez Luiz Vargas optar pelo nome de Redenção. Na verdade, a escolha do nome de Redenção foi realmente uma homenagem que Luiz Vargas quis prestar ao Marechal Cândido Rondon, do qual era um grande admirador. Contudo, Rondon nunca esteve em Redenção, pois quando a vila foi fundada ele já havia morrido.

Todavia, Luiz Vargas sabia que Rondon havia implantado na ilha do Bananal, no final da década de 1920, o primeiro serviço de proteção ao índio na região central do Brasil. O posto, inclusive deu origem ao Serviço de Proteção ao Índio, institucionalizado anos depois pelo governo federal sob a presidência de Getúlio Vargas. Rondon denominou o lugar de Redenção. Getúlio, contudo, após assumir o poder, não respeitou a escolha de Cândido Rondon e autorizou a mudança do nome do lugar para Getúlio Vargas em sua própria homenagem.⁹

Luiz Vargas, sendo admirador e profundo conhecedor da vida e da obra do grande sertanista brasileiro, resolveu então homenageá-lo. Para tanto, resgatou o nome de Redenção, que Rondon havia dado para o posto do SPI na ilha do Bananal, para ser o nome da cidade que ele havia sempre sonhado em fundar na Amazônia.

Formação do núcleo urbano de Redenção

Em 1970 foi intensa a fixação de moradores nas primeiras ruas do povoado de Redenção. A localização estratégica do lugar em relação ao crescente número de projetos agropecuários que estavam se instalando nas redondezas e o expressivo crescimento da extração madeireira e do número

de serrarias que migraram do Sul do país, contribuíram para o crescimento demográfico.

Com a ocupação dos primeiros lotes pelos mateiros que estavam ajudando o Gerudes Gomes da Silva a medir e demarcar as glebas das fazendas Sangapoitã e Guarantã, na região do atual município de Pau D'Arco, Luiz Vargas, percebendo então a viabilidade do seu antigo sonho, deu início à elaboração do projeto da cidade, que passou a se denominar núcleo urbano de Redenção.

Inicialmente, o fundador de Redenção providenciou o desmembramento de parcela da gleba por ele adquirida do governo do Pará em 1963, 5,8 milhões de metros quadrados, para realizar o sonho de construir uma cidade na Amazônia. A área restante seria comercializada por ele em lotes maiores para formação de chácaras.

Tendo vivenciado os primeiros anos da construção da cidade de Goiânia nos anos 1940, cidade que, com exceção de Belo Horizonte, até então havia sido a segunda capital planejada do país, procurou a colaboração de amigos arquitetos e engenheiros goianos para a elaboração do projeto da cidade de Redenção. A elaboração do projeto ficou a cargo de Waltercio Sacramento Villas Boas, que havia sido um dos fundadores da colônia agrícola de Bernardo Sayão.

O projeto, além de prever a construção de ruas e avenidas largas, também reservou áreas especiais para o lazer, cultura e abastecimento da população. Dos 5,8 milhões de metros quadrados do núcleo urbano, 2,7 mil foram reservados ao mercado; 1,8 mil à rodoviária; 900 metros quadrados à igreja; 12,8 mil ao grupo escolar; 5,4 mil ao ginásio e 12,8 mil metros quadrados ao paço municipal.

A preocupação com a qualidade de vida urbana também foi alvo do projeto que destinou 12,8 mil metros quadrados para o centro cívico cultural, 12 mil para a praça de esporte, onze mil para o clube recreativo e um milhão de metros quadrados em área verde para a

construção do jardim zoológico e horto florestal. Para praças, jardins e outros logradouros públicos, o projeto previu a utilização de 250 metros quadrados e o restante da área, 4.478 hectares, foi dividida em diversas quadras com os respectivos lotes.¹⁰

Foi também de Luiz Vargas a iniciativa de se construir, em 1972, a primeira igreja de Redenção. Nos primórdios, era uma capela aberta equipada com aparelho de som e sino, que foi então entregue para Dom Estevão de Avellar, então bispo da prelazia de Conceição do Araguaia. A capela foi inaugurada no dia 26 de novembro de 1972, dia da festa do Cristo Rei e se tornou Paróquia do Cristo Redentor, no dia 14 de abril de 1973, com a chegada do primeiro padre que passou a residir na cidade, o padre Sebastião Brito (O Católico, 2007:3)

Luiz Vargas não fez constar do projeto área para o cemitério, provavelmente porque na saída sul do povoado, na estrada para Conceição do Araguaia, próximo à fazenda de seu irmão Benedito Vargas Dumont, ainda existiam algumas sepulturas do antigo campo santo da corruptela de Solta, remanescentes da época em que se explorou o extrativismo da borracha no Xingu.¹¹ O cemitério São Geraldo foi então construído nesse mesmo local e até hoje podem ser vistas as ruínas das antigas catacumbas do início do século XX.

As primeiras residências e casas comerciais

As primeiras moradias que surgiram na beira do campo de aviação do Isaac eram choupanas de palha que foram construídas em 1968 pelos trabalhadores contratados pelo agrimensor Gerudes Gomes da Silva. Com a volta de Luiz Vargas de Goiânia, em setembro de 1969, começaram os preparativos para estruturar o loteamento e comercializar os terrenos.

Muitas famílias que migraram para Redenção nos primeiros anos de existência do povoado residiam principalmente no estado de Goiás. Elas foram atraídas para Redenção, entre outros fatores, devido à iniciativa de Luiz Vargas em anunciar, na rádio Brasil Central de Goiânia, a fundação da cidade, destacando, nas mensagens que foram veiculadas na época, as promissoras oportunidades de melhoria de vida para quem se mudasse para Redenção.

Foram enfatizadas oportunidades para melhorar de vida tanto na exploração econômica dos recursos naturais, quanto em atividades de comércio e serviços necessários para apoiar os projetos agropecuários, madeireiros e de exploração mineral polarizados pelo novo núcleo urbano fundado nas bordas da floresta amazônica.

Além disso, a possibilidade de os migrantes adquirirem o lote com pagamento à vista ou financiado em até 24 meses, também contribuiu para o expressivo crescimento da população nos primeiros anos de existência do núcleo urbano. A maioria das famílias, já com seus pertences de mudança, viajavam até Couto Magalhães, atravessavam o rio Araguaia para Conceição do Araguaia e de lá seguiam pela estrada, ainda em construção, até o novo povoado que crescia rapidamente.

Boa parte dessas famílias foi transportada por Ademar Guimarães, que após trabalhar cerca de dez anos na fazenda Santa Tereza, adquiriu o caminhão da fazenda no qual trabalhava e passou a fazer viagens regulares de Redenção para Conceição do Araguaia e vice-versa, principalmente após a conclusão da estrada em 1972.

Nessa época foi aberto também o primeiro posto de combustível em Redenção, o posto Organdil, que pertencia a Alberto Maranhão Lima, advogado e prefeito do município de Conceição do Araguaia nos anos 1973-1976.

Fotografias 13 e 14 – Sr. João Borges e família: fundou a primeira selaria e sapataria da cidade



Fonte: Autor (julho de 2007)

O gerente era Paulo Moscateli, que também foi o primeiro vice-prefeito do futuro município. O segundo posto de combustível da cidade permanece até o presente em operação, e se localiza na esquina das avenidas Brasil e Tompson Mota.

A primeira pensão do então povoado de Redenção começou a funcionar em 1971 e perdurou até o ano de 1996. Ela localizava-se inicialmente onde hoje está o prédio do Banco Itaú e que anteriormente abrigava o Colégio Irmã Gabriela. Com a construção do colégio, a pensão pioneira passou para o outro lado da rua. Ela pertencia ao Sr. Humaitano, maranhense de Barra do Corda, que além de pousada também vendia refeições aos primeiros hóspedes do lugar. A família de João Borges, que fundou a primeira selaria e sapataria do vilarejo, ficou lá hospedada quando chegou em Redenção, no ano de 1971.

No primeiro trimestre de 1972, Redenção possuía somente sete casas cobertas de telha. Uma delas era a pensão de Dona Minelvina, que ficava na pista de pouso, atual avenida Brasil, próximo de onde seria instalada alguns anos depois a agência do Bradesco. Dona Minelvina, apesar de ter chegado em Redenção em 1969, só abriu sua pensão, a segunda do lugar, em 1972, ano em que Giovanni Queiroz chegou à Redenção e lá ficou hospedado antes de comprar uma casa na cidade.

Até 1974, a vila não possuía energia elétrica. A primeira unidade médico-hospitalar foi instalada por Giovanni Queiroz, em 1972, o Hospital Nossa Senhora da Conceição e funcionou durante quase um ano com iluminação à lampião de gás e lanterna. Naquele ano, Luiz Vargas adquiriu um motor gerador, em sociedade com Giovanni Queiroz, e passou a ofertar energia elétrica para as casas centrais do povoado.

A primeira sorveteria foi aberta por Antonio Fernandes Costa, logo depois que ele chegou em Redenção no ano de 1970.

A sociedade de Luiz Vargas com Carlos Ribeiro

Com o número de pessoas aumentando rapidamente, Luiz Vargas, proprietário da área em que estavam sendo construídas as primeiras habitações, elaborou, como vimos, com auxílio de arquitetos de Goiânia

amigos seus, um planejamento urbano para que a vila fosse crescendo racional e cientificamente. Além disso, também havia a preocupação de prover o lugar com equipamentos urbanos indispensáveis à satisfação das necessidades vitais e sociais da comunidade que ali começava a fixar moradia.

Todavia, para tornar seu sonho realidade era preciso dinheiro para financiar o projeto de criação da cidade. Luiz Vargas então negociou com Carlos Ribeiro esse financiamento, oferecendo-lhe sociedade no empreendimento do núcleo urbano de Redenção. Assim, metade da gleba onde teve início a cidade de Redenção foi vendida para Carlos Ribeiro, que, em contrapartida, passou a ser o agente financiador do empreendimento.

Após ter garantido os recursos para os investimentos necessários para abertura das ruas, avenidas e outros logradouros públicos, através da sociedade com Carlos Ribeiro, que financiou a maior parte dos mesmos, Luiz Vargas implantou, independente do poder público municipal, os serviços públicos de suprimento básico da coletividade. Para o fornecimento de luz era cobrada uma taxa dos usuários de melhor poder aquisitivo. Em finais de 1979, estes serviços se limitavam ao abastecimento de cerca de 10% da cidade e se concentravam na parte central da mesma.

Dessa forma, Carlos Ribeiro, o corretor de imóveis que mais intermediou a venda das terras públicas no Sul do Pará na década de 1960, foi quem viabilizou o financiamento da abertura das primeiras ruas, avenidas, praças e outros logradouros públicos de Redenção.

No começo da década de 1970, Carlos Ribeiro já havia acumulado muita riqueza com negócios envolvendo a venda das terras públicas do Sul do Pará, principalmente nos municípios de Conceição e Santana do Araguaia. Nesse último município, inclusive, chegou a possuir a primeira fazenda moderna da região, a CODESPAR, que vendeu, em 1963, para Nicolau Lunardelli. A sociedade que Luiz Vargas fez com Carlos Ribeiro foi fundamental para viabilizar os recursos financeiros para a construção da cidade.

A sociedade foi concretizada no dia 26 de junho de 1972, com a inclusão de Carlos Ribeiro como proprietário de metade da área do núcleo urbano de Redenção. A partir de então, o faturamento com a venda dos lotes que ainda não haviam sido alienados, tanto aqueles destinados a expansão da cidade quanto à formação de chácaras, passou a ser compartilhado pelo casal Luiz e Terezinha Vargas e por Carlos Ribeiro.¹²

Fotografia 15: Início da construção da nova agência do Bradesco na principal esquina de Redenção, em 1978. A presença do capital financeiro na frente pioneira já prenunciava o rápido crescimento que a região experimentaria nos anos seguintes



Fonte: Autor (1978)

O preço de cada lote variava de quinhentos a mil cruzeiros, dependendo da localização e tamanho. Os lotes de esquina tinham área de 600 metros quadrados (15X40) e os demais 450 metros quadrados (15 x 30).

Em 1978, quando visitei Redenção pela primeira vez, o preço de cada lote era de duzentos mil a trezentos mil cruzeiros e o terreno onde atualmente está instalada a agência do Bradesco, na principal esquina da cidade, havia sido vendido em 1975 por dois milhões de cruzeiros.

Os lotes urbanos, de 300 metros quadrados, passaram a ser vendidos então por três mil cruzeiros, sendo a transferência efetivada por meio de escritura particular.

Em 1973, Janildo Souza Campos e Alice Souza Melo, técnicos da SUDAM, estiveram em Redenção fazendo um diagnóstico socioeconômico sobre os migrantes do Polo Carajás. Eles observaram que Luiz Vargas havia se transformado de proprietário da área em corretor e o controle por ele exercido só se dava “no perímetro urbano e nas áreas rurais adjacentes, enquanto as mais distantes eram ocupadas por posseiros que reconheciam o direito de propriedade dos moradores que haviam comprado os lotes, mas, havia alguns moradores que ignoravam esse domínio”.

Os autores também notaram que Luiz Vargas havia feito na sede do povoado um planejamento urbano, inclusive sendo proprietário dos serviços básicos existentes, principalmente o fornecimento de água e luz. Em relação à qualidade de vida da cidade que estava começando observaram que:

Sua estrutura urbana é superior à da sede do município; as ruas são bem traçadas, há área destinada a comércio, bem como a residências. Há serviço educacional, compreendendo uma escola de 1º grau gratuita, funcionando mesmo sem autorização da Secretaria de Educação do Estado, com as 8 séries, e escolas particulares. O atendimento médico é feito por particulares.¹³

De fato, além dos serviços de infraestrutura básica, também a saúde e a educação nos primeiros anos do vilarejo não contaram com a participação e o apoio nem do governo do Pará e nem da prefeitura de Conceição do Araguaia. O primeiro hospital, Nossa Senhora da Conceição,

foi construído, equipado e operado pelos médicos Giovanni Queiroz e Gerson Carra Franco Bueno Filho, que chegaram ao Sul do Pará em 1972.

Em 1973, o crescimento demográfico e a necessidade de escola para as crianças das várias famílias que já residiam em Redenção, levou um grupo de moradores a tomar a iniciativa de ampliar e reformar as instalações da primeira e então única escola da vila, a Escola Irmã Gabriela, que havia sido inaugurada em 1971. Com ajuda financeira de fazendeiros e madeireiros a obra foi concluída. Solicitou-se em seguida que a prefeitura de Conceição do Araguaia arcasse com os custos do pagamento dos novos professores que eram necessários para atender o crescimento do número de alunos.

A prefeitura de Conceição do Araguaia, então sob o comando do advogado e comerciante, Alberto Maranhão Lima, não assumiu esse encargo, o que gerou descontentamento das lideranças de Redenção e rompimento político com o grupo que comandava os destinos do município. Em seguida, as lideranças do povoado se cotizaram e assumiram por conta própria o pagamento das novas professoras, inclusive, alguns deles, como os médicos Giovanni Queiroz e Gerson Franco Bueno, passaram também a lecionar na referida escola no ano de 1973.¹⁴

Não foi sem razão que no ano seguinte, quando estiveram em Redenção, os técnicos da SUDAM notaram também que o povoado possuía uma característica singular: não existia lá nenhum serviço básico governamental e os serviços básicos disponíveis somente no centro do povoado haviam sido desenvolvidos sob orientação do antigo proprietário. Eles observaram ainda a existência de grande número de escritórios de contabilidade motivado pelos serviços advindos dos projetos agropecuários situados nas imediações. A população era então formada por pessoas oriundas das mais diversas regiões do país. O fluxo ocorria de acordo com as atividades específicas a desenvolver.¹⁵

Fotografia 16 – Charretes: um dos meios de transporte urbano utilizado pela população de baixa renda nos primeiros tempos da frente pioneira de Redenção



Fonte: Autor (1978)

Rodovias, desmatamento e exploração madeireira

O crescimento que ocorreu nos primeiros anos de vida do povoado de Redenção se intensificou depois da abertura da rodovia Transamazônica, em meados dos anos 1970. Construída no âmbito do Plano de Integração Nacional, durante o governo militar do general Emilio Garrastazu Médici, a rodovia atraiu para a Amazônia um grande número de pessoas, principalmente de maranhenses, piauienses e cearenses, contingente populacional, aliás, muito maior do que o previsto pela colonização oficial.

Essas pessoas deslocaram-se para o Sul do Pará atraídas pela propaganda governamental que as induzia a buscar um pedaço de terra própria. Era o que o governo denominou de ocupação dos espaços vazios, mas que, na verdade, representou o despovoamento dos espaços ocupados através da indução à ocupação de áreas inóspitas ou de regiões já ocupadas por ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, sertanejos pastoris e índios.

Isto ocorreu porque, ao mesmo tempo em que o governo federal preconizava o deslocamento de cem mil famílias nordestinas para a Amazônia, visando diminuir as tensões sociais nas áreas de origem dos migrantes, incentivava o processo de ocupação das áreas mais vantajosas por empresários e aventureiros do Centro-Sul. Assim formaram-se grandes propriedades capitalistas responsáveis pela expressiva concentração da estrutura fundiária local.

Com a implantação da atividade pecuária em moldes capitalistas na Amazônia, e, muito especialmente na região de Redenção, ocorre a princípio uma atração de trabalhadores rurais para o lugar de implantação

dos projetos agropecuários. Todavia, assim que cessam os trabalhos de derrubada e formação de pastagens, estes projetos passaram a se constituir em forte fator de repulsão da mão de obra migrante.

Essa grande massa de trabalhadores não sendo aproveitada permanentemente como assalariada das empresas agropecuárias, ou vai voltar para sua terra de origem, ou se deixar ficar nas imediações dos projetos agropecuários, onde estarão próximos de oportunidades empregatícias potenciais. Neste segundo caso, geralmente os migrantes se fixaram em um núcleo urbano estrategicamente posicionado em relação à oferta de trabalho. Esse foi um dos fatores que contribuiu, de certa maneira, para o extraordinário crescimento experimentado pela zona urbana de Redenção.

Grande parte dessa população não encontrou oportunidade de se tornar proprietário de um pedaço de terra, o que fez com que a maioria seguisse viagem rumo às regiões de fronteira mais adiante, onde, geralmente estava projetada – ou estava sendo construída – uma estrada vicinal.

No entanto, outra corrente migratória vinda do Centro-Sul, constituída principalmente por integrantes da pequena burguesia urbana de Goiânia e outras cidades, e por empresários e especuladores de São Paulo e Mato Grosso; madeireiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também se dirigiu ao Sul do Pará, buscando amealhar riqueza em curto prazo nessa região de fronteira. Os negócios ligados à compra e venda de terra, exploração mineral e extração de madeira foram fatores que exerceram uma poderosa atração para o deslocamento desses empresários e profissionais liberais para a Amazônia.

Assim, durante a década de 1970, quem frequentemente tendeu a fixar residência na cidade de Redenção foram os integrantes de uma pequena burguesia urbana, que para lá migrou fugindo da concorrência mais intensa por oportunidades de trabalho e aferição de renda nas médias e grandes cidades do Centro-Sul brasileiro. Médicos, agrimensores, corretores imobiliários, contadores, pequenos comerciantes e advogados

migraram para Redenção. Eles vislumbraram uma oportunidade de enriquecimento rápido na fronteira amazônica e deixaram suas cidades em Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Além deles, madeireiros e pequenos agricultores, dos estados do Sul do Brasil, e empresas agropecuárias e financeiras, de famílias paulistas, completaram o quadro de atores sociais e agentes econômicos que formaram a primeira frente pioneira capitalista na Amazônia brasileira.

Já a corrente migratória de trabalhadores nordestinos que demandou a vila de Redenção, ao longo dos anos 1970, se intensificou basicamente após a abertura da rodovia estadual PA-70 (atual PA-150), que ligou, a partir de 1975, a cidade de Marabá a Redenção. Os migrantes seguiam então pela Transamazônica até Marabá, núcleo urbano fundado na mesma época que Conceição do Araguaia, na última metade dos anos 1890, e de lá desciam pela PA-70 até a cidade de Redenção. Nessa época essa última cidade já se constituía no centro polarizador dos projetos agropecuários que estavam se implantando na região do Araguaia paraense.

Porém, a primeira corrente migratória que se dirigiu aos campos do Pau D'Arco utilizou outra rota, uma vez que pelo norte, antes de 1975, não era possível alcançar por terra a área onde se instalavam os primeiros projetos incentivados pela SUDAM.

Esses primeiros migrantes, provenientes principalmente de Goiás, seguiam até a cidade de Couto Magalhães, de onde atravessavam o rio Araguaia até Conceição. Em seguida, seguiam de caminhão até Redenção, pois a estrada havia sido liberada em 1971. Neste mesmo ano foi também implantada uma linha de ônibus que fazia o trajeto Conceição do Araguaia-Povoado de Redenção-Conceição do Araguaia. O movimento no pequeno lugarejo toma, então, proporções inesquecíveis para os primeiros habitantes do lugar. Um destes primeiros moradores relembra a ocasião:

Depois que fizeram os primeiros lotes, o negócio aqui encheu em poucos dias. Um foi contando pro outro, e esse outro pra mais outro, e o negócio foi enchendo de gente, foi enchendo de gente. Nessa hora a estrada já estava chegando aqui e logo botaram uma corrida de ônibus pra cá, e, mudança e cachorro, toda a mudança que vinha, vinha cachorro, era muita gente chegando.¹⁶

Nessa ocasião também ganha corpo a implantação de inúmeras fazendas controladas por empresários do Centro-Sul, principalmente de São Paulo, além da intensificação da construção das primeiras casas de comércio e de moradia. Ademar Guimarães, uma vez mais, traça com precisão e nitidez esse cenário:

Aqui quando começou a Redenção, já tinha a Santa Tereza, CODESPAR, Belcon, Santa Ernestina, Arraiaporã, Chaparral, já tinha essas companhias começando as primeiras aberturas. Então, esse pessoal que vinha vindo pra cá, começou a fazer suas casas aqui na Redenção. Eu fui o primeiro caminhoneiro aqui na Redenção, e era eu que puxava palha e madeira pro pessoal fazer as casas. Tinha dia que eu ficava desde cedo até a noite puxando esteio, palha, cavaco e madeira pra enchimento. Tinha dia que era uma rancharia pesada mesmo. Fazia uma quantidade enorme de rancho por dia. Era um trem impressionante. Quando dava de madrugada, depois das quatro horas, você não dormia mais por causa do barulho da bateção das palhas. Tinha muita gente que cobria a casa de noite com lamparina. Durante o dia não dava tempo por que eles estavam trabalhando pra outro e eram muito pobres.¹⁷

As serrarias do Sul e a intensificação da extração do mogno

Na mesma época em que surgiram as primeiras casinhas do povoado de Redenção, e que se concluíam os trabalhos de abertura da estrada proveniente de Conceição do Araguaia, começaram a chegar ao local as primeiras de uma série de grandes serrarias que se instalariam na região. A maioria veio do Paraná em busca do mogno, espécie abundante na área e que possuía alto valor de exportação. “Essas serrarias todas daqui é de gente

lá do Paraná. Quase todos eles vieram pra cá com uma mão na frente e outra atrás. Hoje estão ricos. São fazendeiros, donos de muitos mil alqueires de terra, aqui titulada. Tem muita madeira no pátio. Agora estão com o burro na sombra”¹⁸

Tem início, então, na década de 1970, a atividade econômica de maior expressão da região que passa a ser polarizada pelo povoado de Redenção: o extrativismo de madeiras da floresta para exportação. Algumas atividades econômicas como a extração de produtos florestais não madeireiros - borracha de caucho - e a caça de animais para extração de peles, e mesmo a pecuária tradicional, no início e no correr dos anos 70 do século XX, já haviam perdido importância na economia local. A maioria apresentava declínio produtivo, com exceção da pecuária que começava a ser implantada em moldes mais modernos do que a praticada pelos criadores maranhenses, por intermédio das empresas agropecuárias incentivadas pela SUDAM.

A abertura da rodovia estadual PA-150, que ligou Redenção à capital do estado do Pará, passando por Marabá, no início da década de 1970, provocou um significativo aumento da extração madeireira no Sul do Pará, particularmente na região que começa a ser polarizada pelo núcleo urbano de Redenção, recém-fundado. Aumenta, então, a derrubada da floresta, que havia começado no início do século XX, com a derrubada da maioria das árvores da espécie *Castilloa*, de onde se extraía a borracha de caucho. Agora, contudo, a preferência é pelo abate de madeiras nobres, principalmente do mogno, que era abundante na região da bacia do rio Pau D'Arco.

Antes da abertura da estrada, como vimos na segunda parte desse livro, terminados os surtos econômicos da borracha e da castanha, o Sul do Pará passa a ser objeto de incursão de empresas estrangeiras, principalmente norte-americanas, que na década de 1950, fomentaram a extração madeireira original, antes do advento da tecnologia moderna e dos instrumentos, como o guincho e a motosserra.

A principal delas, a IMPEX, extraiu e exportou mogno da floresta na bacia do rio Pau D'Arco até meados da década de 1960. Em 1969, quando a construção de casas para os primeiros moradores do povoado de Redenção passou a demandar madeira serrada em tábuas, caibros, ripas e perna-mancas, surge uma pequena serraria bem ao lado do rancho do Escritório, no campo de pouso de aviões. Isso foi pouco depois, portanto, que os trabalhadores do agrimensor Gerudes Gomes fizeram as primeiras casas rústicas cobertas de palha na beira da pista de aviação. Essa primeira serraria da região era de pequeno porte e denominada pelos habitantes do lugar como pica-pau. Seu proprietário chamava-se Eduardo.

Depois se instala a primeira serraria de maior porte, a IMASA, bem junto do leito do rio Pau D'Arquinho. A partir de então, com a abertura da rodovia estadual PA-150 e a melhoria da estrada que ligaria Redenção a Conceição do Araguaia, tornando possível o tráfego de caminhões, o extrativismo madeireiro se intensifica na região. Na verdade, como vimos, a extração das árvores de madeira nobre nessa região da Amazônia começou dez anos antes, em 1960, com a exploração da mata banhada pelo rio Pau D'Arco, que servia como escoamento natural das primeiras toras de mogno abatidas nessa região da Amazônia brasileira.

Agora, contudo, tratava-se de um extrativismo bem mais predatório, posto que as madeiras originárias de outras regiões brasileiras onde já haviam promovido expressivo desflorestamento, principalmente no Paraná e no Espírito Santo, já dispunham de tecnologia e estradas que facilitaram o aumento expressivo da extração e exportação das árvores nobres da floresta.

Assim, dotadas de tecnologia e equipamentos e técnicas superiores às utilizadas quando a atividade era feita somente pela incursão fluvial, dia a dia, crescia o número de serrarias que iam se estabelecendo ao longo das estradas, principalmente da PA-150, em construção, e nas margens dos rios Pau D'Arco, Maria e Água Fria. O mogno era a madeira preferida por apresentar a melhor cotação para venda no exterior.

As primeiras serrarias que se estabeleceram no Sul do Pará foram a Serraria do Pau D'Arco e depois a de Rio Maria, a Maginco da família Remor.

Em 1974, além das várias serrarias que operavam ao longo da rodovia, que iria ligar Redenção a Belém no ano seguinte, também era comum a presença de serrarias nas fazendas que tinham projetos agropecuários apoiados pelos incentivos fiscais operados pela SUDAM. Nessas serrarias as toras de mogno eram desdobradas em pranchas, visando o aproveitamento da madeira existente dentro da área e arredores. O principal destino da produção era o mercado de Belém, que funcionava como entreposto. Naquele ano ainda inexistiam indústrias para fabricação de compensados e laminados sendo o mogno em quase toda totalidade exportado para os Estados Unidos e a Europa.¹⁹

Com a abertura da estrada para Marabá, em 1975, aumenta o número de serrarias e a exploração do mogno. Uma das grandes serrarias, provavelmente a que mais exportou mogno da Amazônia, foi a madeireira Bannach, que implantou três serrarias e uma fábrica de compensados na segunda metade da década de 1970, na região do rio Salobro.

Fotografia 17 – Transporte de madeira em toras para uma das serrarias da cidade de Redenção em 1978. O gado já tomava o lugar da floresta



Fonte: Autor (1978)

Fotografia 18 – As serrarias vieram do Paraná em busca do mogno e também promoveram a subordinação real do trabalhador rural



Fonte: Autor (1978)

O processo de inserção na economia local foi bastante similar aos demais negócios do Centro-Sul que se implantaram na Amazônia oriental após a abertura da rodovia Belém-Brasília. Os proprietários destas madeireiras geralmente já possuíam certa experiência no ramo e provinham de uma região onde já havia ocorrido o fechamento da fronteira agrícola. O extrativismo madeireiro nos campos do Pau D'Arco foi essencialmente predatório, pois a atividade não aproveitou a mão de obra local no processo industrial, uma vez que existia a necessidade de certa especialização da mão de obra no trato com serras, laminadoras, guinchos, compressores etc., sendo que a maioria desse pessoal também migrou do estado do Paraná.

Entretanto, para os serviços braçais que não requeriam um maior grau de especialização, estas serrarias absorveram em pequena escala

trabalhadores assalariados arregimentados junto aos migrantes nordestinos que se deslocaram em grande número para o Sul do Pará.²⁰

As serrarias, em sua maioria, vieram do Paraná. Levavam para o Centro-Sul madeira serrada. Havia caminhoneiros que levavam também madeira em tora para São Paulo. O movimento de caminhões na região foi intenso. Os madeireiros do Sul, no início da extração, em 1970, possuíam documentação que exigia que a madeira extraída tivesse que ser replantada. Mas foi efêmera essa atuação legal, predominando durante toda a década de 1970 o extrativismo predatório que levou ao esgotamento das reservas de mogno no Sul do Pará.

Com raras exceções, entre elas o território dos Caiapós e a reserva florestal da fazenda Santa Tereza, não se registram mais a ocorrência do mogno na região. Quando acabou o mogno, passou-se a explorar as madeiras menos valiosas para insumo na construção civil.

As maiores serrarias implantadas nesse período deram origem a alguns dos principais núcleos urbanos do Sul do Pará polarizados por Redenção, destacando-se as serrarias Pau D'Arco, Maginco e Bannach.

Pau D'Arco surgiu em 1976 na área onde outrora existiu o povoado sertanejo da Gameleira a partir da instalação da madeireira Pau D'Arco que construiu uma infraestrutura para apoiar as atividades da serraria composta por escola para os filhos dos trabalhadores, armazéns, farmácia, bares, açougue, máquina de arroz e até cinema.²¹

Quando a construção da PA-150 atingiu a localidade de Rio Maria, em 1973, localizada a aproximadamente 95 quilômetros ao norte de Redenção, centenas de migrantes adentraram a área. Nesse mesmo período a Maginco também se fixou no lugar para extrair mogno e deu a início à construção de uma vila para fixar os trabalhadores da serraria. A partir daí, o povoado cresceu rapidamente e em pouco tempo se transformou em uma das cidades mais importantes do Sul do Pará. A exemplo de Redenção, também se emancipou de Conceição do Araguaia em 1982.

Já a família Bannach, natural do Paraná, implantou uma grande serraria na serra dos Gradaús que deu origem em 1977 ao atual município de Bannach. Em 1981 a serraria empregava cerca de 250 pessoas e fornecia boa parte da infraestrutura, luz, água para os moradores da vila Bannach que permaneceu ligada por dez anos ao município de Rio Maria, tendo se emancipado em 1992.²²

Assim, ao longo dos anos 1970 predominaram a extração e a exportação da madeira como a principal atividade econômica da região polarizada pelo então recente núcleo urbano de Redenção. A produção madeireira nesse período foi expressiva e a maior parte da madeira era exportada para os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha. Quando começa a declinar a ocorrência de mogno na região de Redenção, um dos mais ricos filões de ouro da Amazônia é descoberto em 1979 na fazenda Cumaru, de propriedade de João Lanari do Val, substituindo o extrativismo vegetal pelo extrativismo mineral com a principal atividade econômica da década de 1980 no Sul do Pará.

18

A terra do índio e do ouro

Em 1980 repete-se no Sul do Pará o que havia acontecido a cerca de três séculos no sertão central do Brasil. Na área mais ocidental das terras incorporadas pela Cia. de Terras da Mata Geral são descobertas ricas jazidas de ouro. Com a notícia da descoberta de ouro na fazenda Cumaru, nome originário de uma árvore alta e muito comum na região e onde João Lanari do Val havia plantado milhares de pés de café, repentinamente centenas de brasileiros para lá se dirigiram na esperança de rapidamente enriquecerem. Repetia-se, de certa forma, a grande migração que ocorreu no Brasil em finais do século XVIII com a descoberta do ouro pelos bandeirantes no centro de Minas Gerais.

Subitamente, agora na Amazônia no final do século XX, os garimpeiros implantaram dezenas de acampamentos na floresta que havia sido privatizada por João Lanari em 1962. Teve início então a garimpagem do ouro no Sul do Pará e em pouco tempo vários garimpos foram abertos, entre os quais os de Serra Pelada, Cumaru e Maria Bonita, esses dois últimos localizados na área da fazenda Santa Tereza.²³

Na verdade, a garimpagem de ouro no Sul do Pará começou juntamente com a de diamantes no território do atual município de Itupiranga, médio curso do rio Tocantins, no final da década de 1930. Com a exaustão do ouro nas grotas daquela frente de mineração, em meados de 1960 ocorreu uma dispersão dos garimpeiros a procura desse metal nobre, alguns deles chegando ao rio Fresco e descobrindo ouro no seu afluente pela margem direita, o rio Branco. Outros continuaram a exploração ao

longo do rio Fresco e descobriram ouro na serra dos Gradaús, local onde posteriormente seria instalada a principal área de garimpagem de ouro do garimpo Cumaru. Isso ocorreu em função da vertiginosa elevação do preço do ouro no mercado internacional no final dos anos 1970 e início dos 80, que revitalizou os trabalhos em alguns núcleos antigos de garimpagem e estimulou o aparecimento de novos sítios, nos quais se destacaram os garimpos de Serra Pelada e Cumaru, no Pará, e Alta Floresta, em Mato Grosso.²⁴

A garimpagem da cassiterita no Xingu

Antes do ouro, porém, a primeira atividade garimpeira que dinamizou a economia de Redenção foi a garimpagem da cassiterita no Xingu, que teve início em 1976 com a abertura da primeira pista de pouso em São Félix do Xingu, município paraense criado em 1961, cujo território pertencia até então ao município de Altamira.

Naquele ano de 1976, significativos depósitos de cassiterita foram descobertos ao nordeste da sede municipal, provocando um massivo influxo de garimpeiros para a região. Para se ter uma ideia da magnitude desse processo, no final de 1977, a população total da sede municipal era de 1.500 pessoas, enquanto que ao redor das várias pistas de pouso que serviam como local de implantação dos garimpos de cassiterita estavam trabalhando cerca de 14 mil garimpeiros.²⁵ Esse grande fluxo de pessoas e empresas de mineração fez com que a produção de cassiterita em São Félix do Xingu saltasse de 23 toneladas, em 1976, para 1, 2 milhões de toneladas, em 1978.

Em 1976, algumas empresas de mineração já dispunham de alvarás de pesquisa e prospecção no Xingu, fato que não impediu que após a construção da primeira pista de pouso para aviões de pequeno porte, a pista Bom Sucesso, centenas de garimpeiros se deslocassem para lá e

dessem início à dinamização da economia extrativa local. A partir de então, foram abertas várias outras pistas em locais onde novas jazidas do minério de estanho foram descobertos, dando origem a diversas atividades econômicas que se estabeleceram ao longo das pistas de pouso para apoiar a vida econômica e social do garimpo.

Com o crescimento dessa atividade, a cidade de Redenção experimentou também uma dinamização econômica expressiva, pois a mesma passou a ser ponto de apoio logístico para abastecimento dos garimpos e compra do minério. Nessa ocasião foi construído um aeroporto que ficava localizado na atual avenida Araguaia, onde está o Hotel Inácio, para atender a demanda crescente de transporte de pessoas e mercadorias para os garimpos do Xingu.

Dezenas de aviões de pequeno porte pertencentes a pilotos independentes contratados pelas empresas de mineração transportavam a cassiterita para Redenção, de onde seguia de caminhão para São Paulo, onde o minério era fundido e comercializado, principalmente para indústrias de embalagem de bebidas.

Esses pilotos também serviam como meios de comunicação e fornecedores de suprimentos para a população local, transportando dinheiro, correspondência, alimentos, materiais diversos e outras mercadorias demandadas pelos garimpeiros e casas comerciais que se instalaram às margens das pistas de pouso de aviões.²⁶

Como de praxe, muitos cabarés foram abertos ao longo dessas pistas de pouso para ofertar serviços sexuais para os garimpeiros. Somente na pista Nova, nesse mesmo período, aproximadamente 400 prostitutas ofereciam seus serviços para a população masculina, e as doenças venéreas atingiram proporções epidêmicas.²⁷

Em finais de 1977, 68 pequenos aviões, entre monomotores e bimotores, estavam baseados no aeroporto da cidade, a maioria dos quais fazia o transporte da cassiterita do Xingu para Redenção. Em

cada viagem podiam transportar no máximo de 700 a 1.000 quilos de cassiterita por viagem.²⁸

Até meados de 1978, sete empresas de mineração compravam cassiterita dos garimpeiros. Naquela ocasião, o governo federal impôs uma série de exigências que monopolizou a atuação das empresas de mineração, reduzindo a mesma para somente duas empresas, a Mamoré e a DOCEGEO, que deram início em janeiro de 1979 à mecanização da atividade extrativa, provocando o êxodo da maioria da população. A companhia Mamoré, subsidiária do Grupo Paranapanema, de São Paulo, recebeu alvará de pesquisa e exploração em uma área de 46 mil hectares polarizados pela Pista Nova. A DOCEGEO, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, recebeu os direitos do resto do garimpo, uma área estimada em três vezes maior do que a concedida à Mamoré. Esta mudança na política oficial visava colocar a atividade extrativa do estanho sob controle corporativo centralizado, o que significava também eliminar as empresas menores e os extratores independentes.²⁹

O garimpo de ouro de Cumaru

Cessada a possibilidade da atividade independente de exploração da cassiterita, esses e outros garimpeiros, vindos principalmente do Maranhão e de outros estados nordestinos, se dirigiram para Conceição do Araguaia, com a notícia da descoberta de ouro na região do córrego Goiaba.

Naquele ano, 1979, muitos garimpeiros aportaram em Conceição do Araguaia, permanecendo em grupos pela cidade, cozinhando nas ruas e praças e atando as suas redes, para dormir, em árvores e até nas varandas de casas particulares.³⁰

A exploração do ouro no garimpo do Goiaba pertencia à empresa DOCEGEO, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. A pressão

demográfica dos migrantes na cidade de Conceição do Araguaia forçou a liberação do garimpo. No entanto, devido à escassez e profundidade do ouro e a notícia do rico filão em Cumaru, os garimpeiros para lá se dirigiram em grande número em finais de 1979.

Os primeiros garimpos de ouro que foram descobertos em Cumaru situavam-se na área da fazenda Santa Tereza. A família do Val reagiu às primeiras invasões, mas, devido ao grande contingente de garimpeiros, nem com a ajuda da polícia conseguiu evitar-se a invasão da área. Dessa forma, “as terras da fazenda Santa Tereza passaram a ser invadidas por levas de homens esfomeados, que entravam mata adentro em busca de riqueza e de dias melhores.”³¹

A situação ficou caótica. Os garimpeiros subornaram policiais e desenvolveram estratégias de abastecimento que incluíam acordos comerciais com pilotos para recebimento de mantimentos e víveres lançados no garimpo por aviões de pequeno porte. O conflito aumentou ainda mais com a invasão pelos garimpeiros das terras indígenas dos Caiapó. Aliás, a Reserva Caiapó dos Gorotire, situada nos limites das terras da Santa Tereza, também já havia tido parte de sua área ilegalmente apropriada pela Companhia de Terras da Mata Geral.

Esse quadro conflituoso levou o governo federal a intervir na região em 1981. A intervenção do Conselho de Segurança Nacional se deu por meio do Serviço Nacional de Informações (SNI) e vigorou no período de março de 1981 a novembro de 1983, quando a administração do garimpo passou para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).³² Foi então instituído o Projeto Cumaru e criada a Reserva Garimpeira do Cumaru.

A região central dos garimpos de Cumaru, onde funcionou a administração do governo federal até 1983, localizava-se a noventa quilômetros de Redenção, já na área territorial do município de São Félix do Xingu. Posteriormente foi desmembrada e incorporada à área

territorial de Ourilândia do Norte e atualmente é a sede do município de Cumaru do Norte.

Em princípios de 1981 lá “se acotovelavam cerca de 15.000 garimpeiros e crescia a cada dia a exploração do mais reluzente filão já descoberto no país, depois de Serra Pelada”. No final do ano eles já somavam 25 mil, sendo que 6 mil, aproximadamente, estavam dentro da Reserva Indígena Gorotire.

De Cumaru saíram, em média, naquele ano, 12 quilos de ouro por dia. Segundo reportagem publicada na revista *Veja*, “à custa deles, o dono do lugar, o milionário paulista João Lanari do Val, engordava seus saldos bancários com pelo menos 10 milhões de cruzeiros mensais – dinheiro do ouro vendido, todo ele, em São Paulo”.³³

Nos primórdios do garimpo, antes da intervenção federal, a grande confusão que se instalou no lugar, com a eclosão de vários conflitos entre os garimpeiros e os proprietários da fazenda, levou o governo do Pará a implantar no mesmo uma guarnição com soldados da polícia militar estadual. Os soldados foram orientados a só deixar escavar as grotas de Cumaru quem possuísse carteira de garimpeiro.

De fato, quando João Lanari do Val verificou a impossibilidade da expulsão dos garimpeiros das terras da fazenda Santa Tereza, resolveu explorar e organizar o garimpo Cumaru. Inicialmente, com apoio do então governador do estado do Pará, coronel Alacid Nunes, conseguiu que fosse instalada na área do garimpo uma guarnição da Polícia Militar estadual composta por 20 homens (soldados, sargentos, cabos, um capitão e dois tenentes). Com auxílio dos policiais, João Lanari do Val, através da Companhia de Terras da Mata Geral, organizou os garimpeiros, proibindo na área do garimpo a entrada de mulheres, armas de fogo, bebidas alcoólicas, comerciantes de ouro, e tudo, enfim, que normalmente pudesse perturbar a ordem nos garimpos de ouro.³⁴

Em seguida, fundou duas empresas, vinculadas e controladas pela CTMG, para explorar e comercializar o ouro de Cumaru: a Mineração

Gradaús Ltda. e a Empresa da Mineração do Pará Ltda (EMIPA). Esta última deteve o monopólio da compra do ouro extraído na região de finais de 1980 até março de 1981, pois havia adquirido autorização do Ministério da Fazenda para realizar a comercialização de metais preciosos por um preço que foi estabelecido entre a EMIPA e a CTMG de 10 cruzeiros por grama.

Assim, a CTMG comprou, por intermédio da EMIPA, durante o período de fins de 1980 até março de 1981, cerca de 250 quilos de ouro, que foram comercializados com firmas especializadas de São Paulo. Os lucros expressivos que alcançou com a compra e venda do ouro, foram ainda acrescidos daquele proveniente da comercialização de gêneros básicos para abastecimento da população garimpeira, que também foi promovido pela CTMG.³⁵

Fato curioso é que para facilitar o transporte de máquinas, materiais e mercadorias no garimpo, para lá foram transportados, por meio de aviões de pequeno porte, vários jumentos. O embarque dos jumentos no aeroporto de Redenção era antecedido pela aplicação de anestesia nos animais, para que os mesmos pudessem ser embarcados e viajassem dopados e dormindo para o garimpo. Além disso, também o abastecimento de carne e outros víveres era feito, principalmente por aviões, que sobrevoavam a área a ser abastecida e faziam o lançamento da carga. Na época áurea do garimpo, Arcelides Venonesi chegou a enviar 7 bois por dia, em média, para o abastecimento dos garimpeiros.³⁶

Apesar dos problemas sociais e ambientais, o garimpo provocou um grande dinamismo econômico na região de Redenção. Analogamente ao papel exercido pelo Rio de Janeiro em relação à mineração aurífera em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, a cidade de Redenção passou igualmente a exercer papel similar, no caso do garimpo do ouro de Cumaru, no final do século XX na Amazônia.

A necessidade de abastecimento de víveres e equipamentos de garimpo e mineração e de estruturas de comercialização e transporte do ouro transformou Redenção, a cidade mais próxima do garimpo, em centro de apoio dessas atividades. O aeroporto da cidade passou a ser um dos mais movimentados do Brasil. Dezenas de aviões de pequeno porte decolavam diariamente de Redenção para o garimpo levando mantimentos e utensílios de mineração e retornavam trazendo ouro e garimpeiros.

Ainda em 1981, João Lanari do Val, atentando para o fato de o Código de Mineração brasileiro não prever que o proprietário das terras tivesse exclusividade na compra do ouro extraído, e, percebendo que poderia não se beneficiar da riqueza mineral descoberta nas terras da Cia. da Mata Geral, articulou-se com a elite política local e fundou uma empresa de comercialização do ouro, a EMIPA.

Essa empresa foi registrada em nome do então prefeito de Conceição do Araguaia, Giovanni Corrêa Queiroz, médico mineiro que estava então com 34 anos de idade. Giovanni, ainda prefeito, também promoveu a exploração de ouro em área indígena Caiapó, pagando para os índios uma comissão percentual sobre o ouro extraído.³⁷

Naquele ano o contador da empresa era o gaúcho Soly Valiati que também exercia a mesma função na Cia. de Terras da Mata Geral e acumulava ainda o cargo de secretário de finanças da prefeitura municipal. Na época ele “costumava descer de avião na pequena pista de Cumarú com maços de notas de 1.000 cruzeiros que geralmente ultrapassavam a 12 milhões. Comprava todo o ouro colhido na semana, – nunca menos de três quilos por dia – e o carregava para vender em São Paulo.”³⁸

Antes da intervenção federal, a Companhia de Terras da Mata Geral, como já frisado, monopolizou a compra do ouro em Cumarú, por meio da EMIPA, e também deteve o monopólio da comercialização de gêneros alimentícios e utensílios de mineração e garimpo, inclusive com a exclusividade dos serviços da farmácia e açougue.

Após a intervenção do governo federal, esse monopólio sai da iniciativa privada e passa para domínio estatal. A compra do ouro passou a ser monopólio da Caixa Econômica Federal que operou com um posto avançado em Cumaru até 1989, além de ter aberto duas agências para compra do ouro nas cidades de Redenção e Tucumã. A comercialização de alimentos passou a ser feita pela COBAL.³⁹

Percebe-se assim, como se deu na prática a articulação do poder econômico com o poder público na região, e como este favoreceu a ação das empresas em suas estratégias objetivando a reprodução ampliada de seus capitais. Todavia, nas adjacências da área onde foi descoberto o ouro, localizava-se a reserva dos índios Caiapó Gorotire, e a demarcação da fazenda e da reserva não haviam sido realizadas, gerando conflitos entre as partes.

Ainda que a fazenda Cumaru fizesse parte das glebas compradas pela fazenda Santa Tereza do governo do estado do Pará em 1962, a descoberta do ouro trouxe à tona um grave problema que passou a ser corriqueiro desde essa época na Amazônia. A superposição do domínio da terra por vários atores.

Esse fato demonstra como as alienações das terras devolutas estaduais eram desprovidas de seriedade administrativa, não sendo nem mesmo vistoriadas as áreas tribais no processo demarcatório. Com isso, a grande corrida ao ouro situado nas terras de propriedade da Cia. de Terras da Mata Geral, mas que efetivamente também incluía áreas de domínio tribal, acabou por gerar conflitos entre os índios Gorotire e os garimpeiros que penetraram nas matas e grutas pertencentes à reserva indígena Caiapó.⁴⁰

Em função desse conflito, uma grande área da Cia. de Terras da Mata Geral foi desapropriada na área do garimpo Cumaru para constituição da Reserva Garimpeira do Cumaru, pois ficou constatado que a mesma incidia sobre a reserva indígena Gorotire.

O impacto do garimpo na vida econômica e social de Redenção

Como já relatado, as primeiras descobertas de ouro na região foram feitas por caucheiros nos anos 1939-45, quando ocorreu o segundo ciclo de exploração da borracha na Amazônia. Em 1959, como vimos no capítulo 10, a região foi alvo da expedição de João Lanari do Val, que munido dos levantamentos geológicos da PROSPEC, adquiriu as terras do governo do Pará e instituiu, em 1963, a Cia. de Terras da Mata Geral. Em 1981, com a descoberta do ouro em Cumaru, João Lanari fundou a EMIPA para comprar o ouro extraído pelos garimpeiros e a Mineração Gradaús Ltda, única empresa que obteve licença de mineração para exploração do ouro na mina de Gradaús.

Ainda no ano de 1981, como relatado, foi criada pelo governo federal a Reserva Garimpeira do Cumaru que abarcava uma área de 95 mil hectares. Para organizar e controlar a mineração e as atividades sociais na região o governo instalou um escritório da coordenação geral na vila Cumaru e na mesma época foi instituída a Cooperativa dos Garimpeiros de Cumaru, para defender os direitos da população garimpeira.

Nas principais frentes de mineração: Cumaru, Maria Bonita e Macedônia, foram abertos quase quarenta estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços entre os quais, dois postos de combustíveis, três açougues, duas padarias, três farmácias, duas lanchonetes, três restaurantes, três barbearias e dois fotógrafos.

O governo, por meio do INAMPS, implantou também um hospital com capacidade para fazer pequenas cirurgias, com 28 leitos, supermercado da COBAL, agência dos Correios, campo de pouso ligado ao acampamento central por estrada de rodagem com 7 quilômetros de extensão, heliporto e posto da Polícia Militar do Pará. Os garimpeiros também dispunham de campo de futebol, quadras esportivas e cinema ao ar livre para as atividades de lazer, mas, ao contrário dos garimpos de cassiterita, não se tem notícias

da existência de bordéis em Cumaru e os garimpeiros se deslocavam para Redenção onde cresceu muito a zona de meretrício da cidade.⁴¹

Além da agência no acampamento central em Cumaru, a Caixa Econômica Federal abriu mais duas agências para comprar o ouro produzido nos garimpos do Sul do Pará: uma na cidade de Redenção e outra na sede do Projeto de Colonização Tucumã, onde a Construtora Andrade Gutierrez estava iniciando o primeiro projeto de colonização privada para pequenos agricultores no Sul do Pará.

Após os sete primeiros anos de intensa exploração aurífera em Cumaru, com o esgotamento do ouro de aluvião de superfície, a exemplo do que ocorreu em Minas Gerais no final do século XVIII, houve um êxodo expressivo de garimpeiros da região. Nos anos 1987-1995 a Mineração Gradaús, de João Lanari do Val, repetiu, de certa forma, o que os ingleses fizeram nas minas abandonadas das Gerais, isto é, deu início à exploração subterrânea dos garimpos, por meio da perfuração de poços e utilização de máquinas de sucção nas grotas onde o ouro de superfície havia se esgotado.

Por outro lado, a extração aurífera nos garimpos da região provocou um crescimento econômico e demográfico expressivo em Redenção na década de 1980. A população mais que triplicou nesse período, saltando de pouco mais de 18 mil habitantes, em 1980, para quase 70 mil, em 1991. Contudo, esse crescimento não foi acompanhado dos investimentos necessários para que a cidade pudesse prover essa população de serviços essenciais, como abastecimento público de água e saneamento básico. Mesmo nos dias de hoje, somente cerca de 2% da população é atendida com fornecimento público de água e inexistente serviço de coleta sanitária.

Deve ser registrado que, a exemplo das serrarias, também a zona de prostituição foi instalada no mesmo período em que se iniciava a construção das primeiras casas do então povoado de Redenção. Para lá convergiam “peões”, vaqueiros, gatos, pistoleiros, grileiros, enfim, a maioria da população migrante engajada direta ou indiretamente nos trabalhos

pertinentes aos projetos agropecuários. Com a descoberta do ouro e o grande crescimento demográfico nos anos 1980, a cidade de Redenção passou a ser palco de uma onda de criminalidade incomum até então na região.

As brigas e as mortes, geralmente ocorridas na zona de prostituição, se sucediam e aumentavam exponencialmente após a descoberta do ouro. A inexistência e/ou a inoperância da polícia e da justiça, nesta região de fronteira da Amazônia oriental, contribuíram significativamente para o aumento da criminalidade local.

Fato interessante é que, quando Redenção tinha pouco mais de uma década de vida, a cidade já possuía um cemitério quase que das mesmas proporções do cemitério da capital do estado do Pará. A existência de pistoleiros e grileiros na cidade, principalmente após a descoberta do ouro no garimpo Cumaru, se tornou fato corriqueiro na vida dos habitantes locais.

Além de brigas, mortes e desavenças de ordem pessoal, também o conflito advindo pela posse e utilização da terra foi e continua a ser bastante expressivo na região de Redenção.

O desenvolvimento urbano provocado pela instalação dos projetos agropecuários e de diversas frentes de mineração e garimpo fez convergir para a cidade de Redenção o polo dinâmico da economia local. As necessidades da população passaram então a serem ditadas pelo capital e as relações de produção a ser mediadas pela propriedade privada titulada, provisória ou definitivamente, que, entre outras consequências, ao desagregar o modo de produção camponês aí instalado, atraiu para a cidade de Redenção os camponeses do Sul do Pará e expressiva população que migrou de várias regiões do Brasil em busca de enriquecimento rápido e melhores condições de vida.

19

Os pioneiros que ajudaram a construir a cidade

A memória social dos cinquenta anos de vida de Redenção registra o empenho, o trabalho e a dedicação, de centenas de pessoas que viabilizaram a construção e consolidação da cidade atualmente a mais desenvolvida do Sul do Pará. Entretanto, algumas delas tomaram a iniciativa de promover o surgimento e/ou o desenvolvimento de atividades importantes para a melhoria da vida econômica e social da cidade em seus primeiros anos de existência. A esses pioneiros abaixo se registra uma síntese da contribuição de cada um para a história econômica e social de Redenção.

Luiz Vargas Dumont

Luiz Vargas, idealizador e fundador da cidade de Redenção, nasceu em 1924, em Paracatu (MG), e com a morte de seu pai, em 1938, deixou sua terra natal e se mudou para Goiânia, com 14 anos de idade. Na capital do estado de Goiás aprendeu a profissão de agrimensor com apoio de seu tio Genésio Lavoisier. Em seu trabalho como agrimensor atuou muitos anos no Instituto de Terras de Goiás, onde colaborou com o governo estadual na demarcação e regularização fundiária de várias glebas em inúmeras regiões do estado, inclusive na abertura dos primeiros lotes que deram origem à cidade de Gurupi. Na segunda metade dos anos 1950 tornou-se amigo de Juca Ludovico de Almeida, que foi governador de Goiás nos anos 1955-59.

Luiz Vargas participou na época da fundação da Bolsa Oficial de Imóveis de Goiás, atual Instituto Nacional de Avaliação de Imóveis, que

visava avaliar o valor venal das terras devolutas e de lotes urbanos em Goiás. Nos anos 1956-58 foi diretor do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, onde, entre outras tarefas, ajudou na demarcação e medição dos lotes que deram origem à cidade de Gurupi, então no norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, ocasião em que teve algumas glebas de terra do governo goiano e onde pretendia se fixar. Todavia, em função de conflitos pela posse e uso da terra naquele lugar, acabou desistindo dessa empreitada.

Resolveu, então, em 1960, mesmo estando casado recentemente com Terezinha Arantes Vargas, aceitar o convite que João Lanari do Val lhe fez para ser o gerente da abertura da fazenda Santa Tereza, no Sul do Pará. Naquele ano, na companhia de Ademar Guimarães viajou de Goiânia para Conceição do Araguaia e deu início às suas atividades como agrimensor e gerente dos trabalhos de implantação da referida fazenda.

Fotografia 19 – Luiz Vargas Dumont e família. O menino ao seu lado é Gustavo Franco, que se tornaria economista brasileiro de renome, chegando a ser presidente do Banco Central do Brasil nos anos 1990



Fonte: Cedida pelos filhos de Luiz Vargas Dumont, Luiz Otávio e Eduardo Vargas, para o autor

Em 1963, Luiz Vargas foi quem providenciou a legalização em Belém de 80 glebas requeridas por iniciativa de João Lanari do Val junto ao governador do Pará, Aurélio do Carmo, de quem havia se tornado amigo. Naquele ano ele negociou com o advogado, Leopoldo, a requisição, em seu nome, da gleba onde nasceria a cidade de Redenção e também adquiriu outras 16 glebas nessa região de transição dos campos para a floresta, as revendendo no mesmo ano para a Cia. de Terras da Mata Geral. Foi o segundo prefeito de Redenção e faleceu em 1994.⁴²

Carlos Ribeiro

Esse paulistano não conseguiu se fixar na grande metrópole brasileira e ainda na juventude mudou-se para Londrina, norte do Paraná, para tentar um meio rápido de enriquecimento, uma vez que essa região na década de 1940 foi uma das que mais exerceu atração na gente de São Paulo que buscava realizar negócios com terra e café.

Resolveu então tornar-se corretor de imóveis, intermediando a compra e venda de propriedades rurais para fazendeiros de São Paulo no norte do Paraná. Antes, porém, quando chegou a Londrina, trabalhou como garçom no restaurante mais frequentado pelos fazendeiros e empresários paulistas, onde teve oportunidade de firmar inúmeras amizades com gente de famílias importantes no ramo do café, entre eles Geremia Lunardelli, o rei do café. Em 1958 começou a intermediar a compra e venda de terras no Sul do Pará, funcionando como o maior corretor de compra e venda de terras devolutas e fazendas para empresários de São Paulo.

Em 1972 associou-se com Luiz Vargas Dumont, adquirindo 50% da gleba que foi loteada para construção da cidade de Redenção. Foi Carlos Ribeiro, portanto, quem viabilizou o financiamento para a fundação e implementação do projeto urbano da cidade de Redenção. Faleceu tragicamente em acidente aéreo quando retornava de Belém para São Paulo em seu avião particular (Ver capítulo 9).

Gerudes Gomes da Silva

Gerudes Gomes da Silva, maranhense de Carolina, mudou-se ainda adolescente para Porto Nacional onde estudou topografia. Depois, ainda rapaz, permaneceu algum tempo em Cristalândia e veio para Conceição do Araguaia quando tinha 21 anos de idade trabalhar como topógrafo em 1961, em função da expansão da fronteira econômica brasileira para o Sul do Pará, provocada pela conclusão da rodovia Belém-Brasília naquele ano.

Foi um dos topógrafos que mais se destacou na medição e demarcação de inúmeras fazendas no Sul do Pará, inclusive sendo o pioneiro da demarcação dos primeiros lotes do povoado de Redenção. Quando chegou em Conceição do Araguaia, em 1961, registrou algumas impressões sobre a vida, a cultura local e os desafios que o aguardavam:

Aos 16 dias do mês de agosto de 1961, ao meio dia, desembarquei em Couto Magalhães – na época Goiás, margem direita do rio Araguaia. De cá se avistava Conceição do Araguaia, no estado do Pará; Ali seria o meu destino. Logo em seguida, eu e o meu irmão João, tomamos uma canoa remada pelo Emiliano Manco, o melhor canoeiro da Região. Pouco depois estávamos desembarcando no Porto da Biquinha, já em Conceição. Naquele momento senti que estava assumindo uma grande responsabilidade: a cruz de um desbravador, cheio de sonhos para vencer na vida demarcando terras. Não encontrei nem por onde começar, pois este ramo era pouco conhecido nesta Região. Voltei e acampeei no Couto. Ali me sentia um pouco melhor. Fiquei hospedado na pensão da Dona Margarida por 30 dias. Neste intervalo, eu e o meu irmão João, já falecido, íamos quase todos os dias a Conceição do Araguaia procurando achar por onde começar a minha missão no Pará. Mas não foi fácil. Alguém me informou que na localidade do Estirão do Cinzeiro, Araguaia a baixo, teria um Escritório de topografia do Dr. Leopoldo. Ali eu iria achar trabalho. Fui, mas não tive sucesso. Voltei a Conceição do Araguaia e me encontrei com um topógrafo por nome

Raimundo Ferreira. Este me convidou para demarcarmos 10 glebas de 900 alqueires na Região da Ponte de Pau – rio Salobro, acampamento antigo dos borracheiros que anos atrás, extraíam o caucho da árvore borracheira que ali existia em grande quantidade. Topei a parada. Organizei a minha equipe e parti para a mata. O meu ponto de apoio foi o povoado de Boa Sorte, aonde havia famílias que tinham trabalhado na safra da borracha mais ou menos 40 anos atrás. Ali encontrei homens valentes que se dispuseram ir comigo até o local de trabalho, Ponte Pau, onde comecei a demarcar as 10 glebas para o sr. Agenor Inácio de Araújo, comerciante proprietário da Casa Azul do Araguaia, em Conceição do Araguaia. Mais uma vez senti o peso de uma aventura como desbravador pioneiro na mata da Amazônia. Ali não se via o sol como antes. Tudo era mata e o som que se ouvia era dos bichos da mata. Os habitantes dali tudo era estranho para nós, pois não tínhamos costumes de conviver nas matas da Amazônia. Mas a coragem não me faltou, sempre encorajando os meus companheiros. Os nossos guias até o local de partida foram o Martinzão e o Taboca. Estes levaram mais ou menos 10 cachorros bons de caçar onças e gatos maracajás. Por sinal todos os dias eles matavam 3 ou 4 animais para tirar a pele para ser vendida no povoado por um bom preço.⁴³



Fotografia 20: Gerudes Gomes: Agrimensor que participou da abertura de inúmeras fazendas vendidas pela Cia. de Terras da Mata Geral para fazendeiros paulistas. Foi quem efetivamente deu início à abertura das primeiras ruas de Redenção

Fonte: Cedida pela viúva de Gerudes, Valda Ramos da Silva, para o autor

A partir desse primeiro trabalho, inúmeros outros foram por ele assumidos e seu sonho de desbravar a Amazônia, como demarcador de terras, se realizou plenamente. As primeiras fazendas vendidas pela Cia. de Terras da Mata Geral, como as fazendas Guarantã e Sangapoitã, na bacia do rio Pau D'Arco, dentre várias outras, foram por ele demarcadas. Também coube a ele o privilégio de ser o executor do início da futura cidade de Redenção. De sua prancheta e teodolito é que brotou Redenção, com a demarcação dos primeiros 30 lotes no lugar Escritório, hoje avenida Brasil. Foram também os mateiros e os trabalhadores de sua equipe os primeiros moradores do novo povoado, quando ainda as casas eram de palha.

A ele foi dada a incumbência de começar a transformar o sonho de Luís Vargas, que não deixava também de ser o de Gerudes, de construir a primeira cidade no meio da selva nesta região do Sul do Pará. Em 1975, loteou parte de sua gleba próxima ao núcleo central da cidade de Redenção expandindo ainda mais a área urbana da cidade que ele havia demarcado os primeiros lotes.

Sendo um dos topógrafos pioneiros da região, ganhou muito dinheiro nessa profissão que aplicou na compra de terras e negócios comerciais em Redenção. Foi proprietário da Casa Sol Nascente, um dos primeiros estabelecimentos comerciais que vendia gêneros alimentícios diversos. Também foi o fundador e proprietário da primeira rádio de Redenção, a rádio Oriente.

Em 2000, quando completou 60 anos de idade, ingressou na Faculdade de Filosofia, mas faleceu no ano seguinte, em 15 de abril.

Ademar Guimarães

Ademar Guimarães nasceu em Pontalina, Goiás, em 21 de maio de 1932. É o último remanescente da expedição organizada por João Lanari do Val, em 1959, que percorreu a região da Mata Geral para reconhecimento

das terras e da floresta na serra dos Gradaús. Nessa época, trabalhava, juntamente com José Bueno Cintra, na fazenda Colônia Paulista, que Lanari possuía em Jussara, às margens do rio Araguaia, próximo a Goiás Velho, primeira capital goiana.

Veio como cozinheiro da tropa na expedição e, juntamente com José Bueno Cintra, foi um dos requerentes que João Lanari utilizou para comprar dezenas de glebas devolutas do estado do Pará e formar a Cia. de Terras da Mata Geral. Fez parte do grupo de pioneiros que ajudaram na abertura da fazenda Santa Tereza, trabalhando como empregado da mesma de 1961 até 1969, quando se desligou e acompanhou Luiz Vargas na fundação de Redenção. Ainda em 1961, ajudou a abrir a estrada que ligou Conceição do Araguaia à Boca da Mata, e, conseqüentemente, à sede da fazenda Santa Tereza e foi quem fez a primeira viagem com veículo automotor, utilizando um jipe da fazenda.

Fotografias 21 e 22: Ademar Guimarães e seu hotel. Foi um dos pioneiros de Redenção. Veio de Jussara em 1959, com José Bueno Cintra e João Lanari do Val. Foi o primeiro caminhoneiro e dono do primeiro hotel da cidade, existente até hoje





Fonte: Autor (julho de 2007)

José Alves Pinto

José Alves Pinto, mais conhecido como “Zé Pinto”, foi um dos pioneiros do município de Redenção. Natural de Morrinhos (GO), ele chegou a Redenção quando o lugar possuía poucas casas. Ao lado do fundador da cidade, Luís Vargas Dumont, ele tomava conta da distribuição de lotes, e numa dessas expansões, criou o loteamento no pé da serra, que durante anos ficou conhecido por ‘Campo do Zé Pinto’, hoje, setor Serrinha. Logo que chegou a Redenção, Zé Pinto fundou o primeiro time de futebol da cidade: o Vila Nova.

Zé Pinto foi vereador pelo distrito de Redenção, quando ainda estava veiculado ao município de Conceição do Araguaia. Na época – década de 70 – chegou a assumir a presidência da Câmara e respondeu como prefeito de Conceição do Araguaia por cerca de quinze dias.

Segundo depoimento de José Pinto, quando ele ocupou o cargo de prefeito promoveu um grande mutirão de limpeza nas ruas da cidade, com a participação expressiva de muitos moradores. Zé Pinto faleceu em agosto de 2010, aos 72 anos de idade.⁴⁵

Fotografia 23: José Pinto, em sua casa em Redenção em janeiro de 2007. Foi um dos primeiros moradores da cidade. Trabalhou com Luiz Vargas no Escritório do núcleo urbano de Redenção, auxiliando na demarcação e na entrega dos lotes



Fonte: Autor (julho de 2007)

Giovanni Queiroz

No âmbito da política local, os novos grupos econômicos presentes no Sul do Pará, após a abertura da rodovia Belém-Brasília, começaram a exprimir seus interesses, mais concretamente, a partir da liderança de Giovanni Queiroz.

Nascido em Campina Verde (MG), formou-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1971. Pouco antes de tornar-se médico, em 1970, foi motivado a se mudar para a Amazônia pela propaganda do governo Médici. Depois de formado conheceu Luiz Vargas, em Goiânia, que o incentivou a se mudar para Redenção. Em setembro de 1971 viajou, em companhia de seu pai até Conceição do Araguaia, onde um de seus tios já havia comprado uma fazenda. Nessa época só havia um médico em Conceição.

Nessa ocasião, seu pai adquiriu da Companhia de Terras da Mata Geral, controlada por João Lanari do Val, uma gleba de terras para Giovanni formar fazenda na região do vale do rio Pau D'Arco, situada a 55 quilômetros de Redenção, às margens da então rodovia PA-70, depois PA-150.

Após concluir os preparativos da mudança, Giovanni chegou a Conceição do Araguaia em 25 de março de 1972. Naquele ano já havia outros médicos em Conceição. Contudo, incentivado por Luiz Vargas e também porque a fazenda adquirida por seu pai, e a ele presenteada, ficava mais próxima da cidade fundada por Luiz Vargas, resolveu fixar moradia em Redenção.

Fotografia 24 – Giovanni Queiroz, primeiro médico de Redenção. Abandonou a medicina pela carreira política tornando-se a principal liderança dos produtores rurais de Redenção e um dos mentores da criação do estado de Carajás



Fonte: Autor (10 de novembro de 2006)

Ao chegar a Redenção, em 27 de março de 1972, começou imediatamente a prestar serviços como médico, atendendo moradores enfermos. Muitos moradores estavam com malária e Giovanni ajudou muitos pacientes a se recuperar, adquirindo prestígio e tornando-se, em pouco tempo, muito popular no povoado.

Em maio de 1972 Giovanni sofreu um acidente quando dirigia, à noite, seu automóvel fusquinha na estrada de Redenção para Conceição do Araguaia. O acidente causou a morte do topógrafo que viajava com ele e provocou-lhe ferimentos e uma ruptura abdominal. Foi então levado para Goiânia, onde passou três meses em convalescença e recuperação,

retornando para Redenção em agosto de 1972, onde continuou trabalhando em seu hospital.

Giovanni permaneceu como médico em Redenção até 1976, quando resolveu se candidatar a prefeito de Conceição do Araguaia. Era o representante da nova elite agrária que migrou para a Amazônia após a abertura da rodovia Belém-Brasília, principalmente das empresas agropecuárias de origem paulista, como a Companhia de Terras da Mata Geral e o grupo Lunardelli. Foi eleito pela Arena, com 66% dos votos derrotando os representantes locais apoiados pelo governo do Pará.⁴⁶

Seu mandato como prefeito de Conceição foi de 1977 a 1982. Sua eleição significou, portanto, a abertura da articulação da economia local com a nacional, fortalecendo os interesses da empresa agropecuária e demarcou um processo de emergência da localidade de Redenção como pólo aglutinador do poder político-econômico na região.⁴⁷

Quando deixou a prefeitura, retornou a Redenção, em 1983, organizou e ajudou a fundar o Sindicato Rural de Redenção, órgão que representa os interesses dos pecuaristas da região fundado em 1984 e do qual foi seu primeiro presidente. Permaneceu como presidente até 1986, quando foi eleito deputado estadual pelo PDT. Continuou a carreira de político e levantou a bandeira da fundação do estado de Carajás, em 1987.

Chocolate

José Luiz Teodoro, popularmente conhecido como Chocolate em Redenção, nasceu em Araxá (MG) e veio para o Pará incentivado por Carlos Ribeiro e Luiz Vargas. Durante a construção de Brasília, Chocolate trabalhou como garçom e fazia serviços extras na casa do então prefeito do Distrito Federal, Israel Pinheiro, de quem Luís Vargas era muito amigo.

Em Brasília, na casa de Israel Pinheiro, conheceu Luiz Vargas que o convidou a se mudar para Redenção.

Ficou em Brasília até 1961 e foi embora para Goiânia, onde abriu um restaurante. Depois comprou uma fazenda no interior de Goiás. Não conseguiu lá permanecer por muito tempo em função da alta incidência de malária. Vendeu então a fazenda e veio para Redenção em 1972, na companhia de Benedito Vargas, irmão de Luiz Vargas.

Logo que chegou, adquiriu de Ademar Guimarães um lote urbano na área central do povoado, comprou tábuas, da única serraria localizada na área urbana, e madeira para a estrutura da construção, pernas-mancas, esteios etc., da serraria Pau D'Arco. Terminada a obra, inaugurou, ainda no primeiro semestre de 1972, a primeira churrascaria de Redenção, a churrascaria Boi na Brasa, que se situava onde atualmente funciona a loja Levis, em frente à padaria, na avenida Santa Tereza. Chocolate relembrou esse período em 2006:

“Voltei então à minha antiga profissão de garçom.”⁴⁸

Fotografia 25: José Luiz Teodoro, o Chocolate, morador pioneiro que fundou a primeira churrascaria e a primeira padaria de Redenção



Fonte: Autor (11 de novembro de 2006)

Algum tempo após a abertura da churrascaria, abriu uma boate ao lado da mesma. Com os lucros desses negócios resolveu construir, em terreno que adquiriu bem em frente da mesma, a primeira padaria mecanizada da cidade. A padaria começou a funcionar ainda em 1972, quando Chocolate passou a se dedicar só a ela, alugando a churrascaria.

Arcelide Veronesi

Arcelide Venonesi, gaúcho de Nova Prata, mudou-se para Redenção em meados da década de 1970, incentivado por parentes de sua esposa, que já estavam no Sul do Pará desde 1971 e eram proprietários da serraria Marajoara, uma das maiores exportadoras de mogno da região do Pau D'Arco.

No Sul, antes de vir para a Amazônia, trabalhava com comércio de porcos que, todavia, não estava sendo bom para a família. Preferiu, então, desistir do comércio no Sul e mudar-se para Redenção. Antes de se fixar na cidade, esteve em Marabá e Conceição do Araguaia. Percebeu que Redenção tinha mais potencial de crescimento econômico que as demais.

Foi o primeiro prefeito de Redenção. Antes de assumir a prefeitura, da qual foi a gestor público de 1983 a 1988, fundou o primeiro matadouro e o primeiro açougue da cidade, que ficava onde posteriormente funcionou a agência de correios, na avenida Independência.

Foi incentivador da agricultura, tendo promovido o assentamento dos colonos da Mata Geral, que era administrada anteriormente pelo GETAT e foi repassada para o município. Promoveu vários loteamentos que ajudaram a expandir a área urbana, como o loteamento Alto Paraná.

Na década de 1980 trabalhou com o comércio de carnes, sendo um dos maiores fornecedores de carne para a população dos garimpos Cumaru e Maria Bonita. Na época chegou a vender, somente na cidade, uma média de 4,5 bois por domingo.

Depois que saiu da prefeitura, fechou o açougue e abriu uma pequena serraria, ingressando, em seguida, na atividade agropecuária, quando adquiriu a fazenda Bacaba, que pertenceu aos padres dominicanos de Conceição. Foi o pioneiro no plantio de grãos associado com capim, bem como da plantação de soja em Redenção, em 1987, quando ainda era prefeito.

Como prefeito, dentre as várias realizações, incentivou a agricultura, articulou a implantação do fornecimento público de energia elétrica, abriu mais de 200 quilômetros de estradas, construiu pontes e ajudou a fundar, juntamente com outros moradores, o Clube Recreativo de Redenção, do qual foi o primeiro diretor. Esse mesmo grupo posteriormente fundou o Colégio Cristo Rei, que viabilizou a excelência no ensino médio na cidade.⁴⁹

Fotografia 26 – Arcelide Veronesi, primeiro prefeito de Redenção (1983-88)



Fonte: Autor (27 de julho de 2007)

Fotografia 27 – Antônio Fernandes Costa, abriu a primeira sorveteria da cidade em 1970



Fonte: Autor (28 de julho de 2007)

20

A área mais tensa do país

No Araguaia paraense, a partir dos anos 1960, verifica-se a expansão da fronteira agropecuária brasileira e a ocorrência da sobreposição da frente capitalista com a fronteira camponesa. A fronteira camponesa se formou em finais do século XIX, mas ganhou densidade demográfica após a abertura da rodovia Belém-Brasília e das estradas estaduais e vicinais abertas pelas empresas agropecuárias incentivadas pela SUDAM. O conflito social pela posse e uso da terra tornou-se então agudo e violento na região.

Após a abertura da Belém-Brasília, o Sul do Pará recebeu um número fabuloso de posseiros. A situação de conflitos entre posseiros e grileiros, principalmente na região de Redenção, ficou crítica e uma das piores do Brasil. Em julho de 1974, o ministro Rangel Reis visitou a área na companhia do futuro governador do estado, e depois de conversar com prefeitos e autoridades locais, voltou para Brasília com a firme convicção de que o problema só poderia ser solucionado com o envio de tropas federais, já que o policiamento estadual era insuficiente para garantir a ordem.⁵⁰

O conflito pela posse e uso da terra nessa região de fronteira pode ser entendido pelo fato de que muitas das glebas do município de Redenção, embora tenham sido tituladas com títulos provisórios ou definitivos, no início da implantação das empresas agropecuárias, estas glebas não eram, em sua maioria, exploradas produtivamente, o que fez com que as populações rurais migrantes em busca de terras para trabalhar ao encontrarem a terra virgem, sem picadas demarcatórias e sem sinais de

benfeitorias, nelas se instalassem sem ter o conhecimento de que as mesmas já eram propriedades tituladas.

Quando aqueles que se diziam proprietários do lugar descobriam a existência de posseiros em “suas” terras, se não houvesse acordo pacífico entre as partes – com ou sem o pagamento de indenização – o conflito assumia proporções violentas, chegando mesmo á luta armada entre os litigantes.

A Santa Tereza, e a maioria das outras fazendas que se implantaram na região de Redenção, por meio da compra de glebas rurais tituladas pela Companhia de Terras da Mata Geral, foram objeto de conflitos pela posse e uso da terra. Isso ocorreu porque na medida em que posseiros que migraram para o Sul do Pará, ao se depararem com muitas terras improdutivas, fixaram-se nas mesmas, talvez sem saberem que, nessa parte da Amazônia, havia se implantado a primeira frente pioneira capitalista no século XX, isto é, a terra já estava titulada e havia sido objeto de comercialização.

As terras localizadas nas proximidades das glebas rurais da Cia. de Terras da Mata Geral, ou mesmo aquelas que foram vendidas por esta para a formação de novas fazendas capitalistas, passam, então, a ser objeto de conflitos relevantes principalmente a partir do segundo quinquênio da década de 1970, quando aumentou o fluxo migratório em consequência da abertura das estradas estaduais.

Várias empresas, principalmente de São Paulo, compraram terras da Cia. de Terras da Mata Geral e implantaram fazendas para criar gado e desenvolver outras atividades econômicas na região. Apesar do predomínio de empresas agropecuárias do Centro-Sul brasileiro, também outras atividades econômicas ocorreram nos primeiros anos de crescimento de Redenção. Empresas comerciais e de serviços para apoiar a agropecuária e também uma empresa alemã que fabricava componentes para computador, a Nix Dorf, se instalaram no município.

Em 1976, essa empresa alemã montou a fábrica de componentes de informática na cidade de Redenção e também comprou 50 mil hectares da Cia. de Terras da Mata Geral. Iniciou a formação da fazenda para criação de gado e montou uma serraria para aproveitar a madeira derrubada. Contudo, não pode ocupar toda a área adquirida, pois a fazenda, denominada Aldeia, foi ocupada por aproximadamente 400 famílias de posseiros, a maioria delas vinda do Paraná. Por vários anos a empresa tentou retirar os posseiros sem sucesso, pois os posseiros *repeliram todas as tentativas que a fazenda fez de ultrapassar o rio Grotão, segundo Helmut Hilgartner, gerente geral da fazenda, da serraria e de uma fábrica de componentes de computadores que a Nix-Dorf tem em Redenção do Araguaia.*⁵¹

Como observou na época o jornalista Palmério Dória:

*Essa área, entre os rios Xingu e Araguaia, é talvez uma das mais instáveis do país. Novas estradas e novas vilas surgem da noite para o dia, terra não falta, mas onde está a terra? Pega-se a rodovia Pará-Mato Grosso – onde situa-se também a sede da fazenda Santa Tereza -, à 200 km da margem do Araguaia encontra-se uma picada que vai dar na sede da fazenda Aldeia, da Nix-Dorf Comércio e Representação Ltda., empresa alemã. Depois de 15 km dentro da mata vê-se uma clareira, onde quatro caminhões Mercedes aguardam que uma enorme carregadeira deposite toras de mogno sobre suas carrocerias, numa quarta-feira, 19 de julho de 1978. Nada demais, se sete soldados da PM paraense, armados de metralhadoras, não estivessem assegurando o carregamento da madeira, que a fazenda está confiscando dos posseiros.*⁵²

Em 1978, pouco antes da descoberta do garimpo Cumaru, já era intensa a presença de migrantes nordestinos e goianos em busca de terra e trabalho na região de Redenção. Praticamente não havia nenhuma fazenda que tivesse posseiros *dentro dos seus alegados limites e a fazenda Chaparral expulsou mais de 100 famílias. Helmut declarou que a Chaparral usou pistoleiros para conseguir isso, mas que a Nix-Dorf preferia recorrer mesmo à polícia.*⁵³

O caso da fazenda Chaparral foi amplamente noticiado pela imprensa nacional, tendo, inclusive, ocorrido a morte do advogado dos posseiros, quando este seguia de avião de Redenção para Marabá, onde iria expor, no 52º Batalhão de Infantaria da Selva, farta documentação que, segundo as matérias publicadas, dariam ganho de causa aos posseiros.⁵⁴

Faroeste amazônico no centro da cidade

Além dos conflitos que ocorriam nas fazendas, principalmente entre fazendeiros, posseiros e garimpeiros, também a violência se instalou na zona urbana de Redenção. Arcelides Veronesi relembra que no final dos anos 1970, de sua casa, um sobradinho situado onde depois foi instalada a agência dos Correios, na avenida Jarbas Passarinho, presenciou pelo menos três cenas violentas, com assassinatos de pessoas em plena luz do dia.

Os trabalhos de abertura e formação das fazendas na região foram executados por trabalhadores rurais, os peões, recrutados por agentes de recrutamento de mão de obra, os “gatos”, principalmente nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. As despesas com o deslocamento e alimentação dos peões eram bancadas pelos gatos, que só seriam ressarcidos das mesmas após a execução dos contratos efetivados com os fazendeiros.

Porém, não era fácil manter os trabalhadores imobilizados e, geralmente, ocorriam fugas. Em uma dessas fugas, o gato, após recapturar o peão, que já era o terceiro que fugia em curto intervalo de tempo, “perdeu o controle e deu um tiro na cabeça do trabalhador fugitivo, bem na frente de todos os outros. Foi ligeirinho, todo mundo se comportou e foram embora. O morto ficou ali estendido no meio da rua”⁵⁵

Quando Redenção completou dez anos de vida, em setembro de 1979, se descobriu ouro em Cumaru. A criminalidade em Redenção, que já era expressiva, aumentou ainda mais. “Naquela época se matava muita gente aqui em Redenção, porque corria muito dinheiro e existia muita

gente sem cultura, sem conhecimento de nada. Vinham do garimpo com sacos de ouro e achavam que eram donos do mundo. Eu assisti muitas vezes cenas de uma pessoa morta, duas, três, até quatro”⁵⁶

Perto do Hotel Guimarães, na avenida Jarbas Passarinho, atual Independência, mataram o Dr. Juarez dentro do carro dele. A dona Lázara era a proprietária do boteco e tinha umas filhas muito bonitas. Esse advogado era dono de uma fazenda e estava de paquera com elas. Ele estava sentado dentro do carro com elas e chegaram dois bandidos e, pá, pá. Em outra ocasião, bem ali onde foi o banco Itaú e atualmente, por mais irônico que possa parecer, funciona o Fórum municipal, bem ao lado existia um tal de boteco da Marilu. Certo dia, houve uma discussão entre dois fregueses lá, e, pá, pá. Em pleno dia um deles caiu estendido. O outro saltou pra cá, saltou pra lá por cima do corpo, carregou o revólver, botou na cintura e foi embora!⁵⁷

21

De vilarejo a município polo do Sul do Pará

Redenção nasceu em 21 de setembro 1969 a partir de um loteamento às margens da pista de pouso e decolagem de pequenos aviões, que durante aproximadamente dez anos serviu de ponto de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas. No começo foi ponto de apoio logístico para a formação da fazenda Santa Tereza, a pioneira na região de Redenção. Depois, dos projetos agropecuários que se instalaram nas proximidades incentivados com recursos fiscais do governo federal brasileiro

Este pequeno aeroporto que subitamente passou a se constituir na primeira rua do novo povoado, seria o ponto de partida para o extraordinário crescimento que o local experimentaria na década seguinte. Já no final de 1970, a população do lugarejo era de 767 pessoas, sendo 357 mulheres e 410 homens. Essa população ainda era essencialmente composta por famílias de trabalhadores rurais, engajados nos trabalhos de abertura das fazendas que se implantavam com recursos dos projetos agropecuários das redondezas.

Frei Henrique Marques da Silva rezou a primeira missa no lugarejo em finais de 1969 e a missionária francesa leiga, Paula Planchon, permaneceu no povoado durante os três primeiros anos de existência do mesmo, provendo assistência religiosa aos moradores locais. O lugar passou a ter o último domingo de novembro como data anual da comemoração do padroeiro da cidade, o Cristo Redentor.

Em 1970, quando começava a ter um grande desenvolvimento, o futuro município de Redenção já era sede dos seguintes projetos agropecuários apoiados financeiramente pela SUDAM: BELCOM S.A.,

Fazenda Santa Ernestina, Fazenda Sanga-Poitã, CODESPAR, BRADESCO, Pau D'Arco, Pastoril Conceição do Araguaia, Sul do Pará, PALMITAL e Fazenda Arraia-Porã. A população registrada pelo IBGE como residente nestas fazendas, naquele ano, era de 1.577 pessoas, as quais representavam, aproximadamente, 68% do total dos habitantes residentes na área.⁵⁸

Entretanto, devido à localização estratégica do povoado de Redenção, e a conclusão da rodovia proveniente de Conceição do Araguaia em 1971, a zona urbana passou a receber um forte afluxo populacional que se intensificou ainda mais quando, em 1974, a rodovia PA-70 (PA-150) ligou o povoado com a cidade de Marabá e por consequência também com o Nordeste brasileiro e a capital do estado do Pará, Belém.

Fotografia 28 – Avenida Alacid Nunes em 1979. Primeira rua da cidade de Redenção – atual avenida Brasil: Era uma antiga pista de pouso utilizada como ponto de apoio dos projetos agropecuários da redondeza



Fonte: Autor (1979)

Fotografia 29 – Hotel popular de Redenção, em 1979, onde também funcionava a estação de embarque e desembarque de passageiros que viajavam de ônibus para Conceição, Marabá, Belém ou cidades intermediárias. Era um dos locais onde os peões aguardavam trabalho nas grandes fazendas



Fonte: Autor (1979)

Fotografia 30 – Hotel Rubayat (atual hotel Juary). No final dos anos 1970, com piscina e ar-condicionado para hospedagem dos comerciantes, fazendeiros, técnicos do governo e empresários em geral, era o mais sofisticado da cidade



Fonte: Autor (1979)

Fotografia 31 – Aspecto da expansão urbana de Redenção nos primeiros anos de vida. A cidade já avançava em direção à floresta



Fonte: Autor (1979)

Os migrantes dos estados nordestinos, principalmente maranhenses, passaram, então, a demandar a região por meio da rodovia Transamazônica, pela qual se deslocaram até Marabá e desta, desciam pela nova rodovia estadual para Redenção. Rapidamente a zona urbana tomou feições de cidade. Nos primeiros anos de vida do povoado, todavia, a comunicação dos habitantes de Redenção, com outras cidades brasileiras, principalmente com Goiânia, que foi a cidade de onde vieram os fundadores da cidade e que exerceu, e ainda exerce forte influência na vida cultural de Redenção, se fazia através de aparelhos rádios-amadores.

A primeira escola de Redenção, a Escola Irmã Gabriela, foi construída em novembro de 1972 por iniciativa de alguns moradores liderados por Giovanni Queiroz. Os fazendeiros locais, inclusive a fazenda do Bradesco, doaram madeira e materiais diversos para equipar a escola.

Após a conclusão da escola, os moradores de Redenção solicitaram então, no primeiro trimestre de 1973, que a prefeitura de Conceição do Araguaia contratasse os professores para o funcionamento da mesma. A

prefeitura negou o pedido e acabou deflagrando a ruptura política dos fazendeiros e empresários de Redenção com a elite dos comerciantes tradicionais de Conceição do Araguaia, que até então eram aliados. O então prefeito municipal, Alberto Maranhão Lima, havia sido eleito nas eleições de novembro de 1972, com apoio das lideranças dos moradores de Redenção.

Teve início então um movimento entre fazendeiros, madeireiros e comerciantes locais, que se cotizaram para fazer face às despesas necessárias ao funcionamento da escola, inclusive o pagamento de parte dos salários dos professores. Além disso, Giovanni Queiroz e seu colega Gerson Franco, que havia recentemente se mudado para Redenção, passaram também a lecionar para os primeiros alunos do povoado.

Uma linha de ônibus ligando Conceição do Araguaia a Belém foi inaugurada em 1975 e Redenção passou a ser ponto obrigatório de parada dos coletivos. Neste ano, o povoado foi elevado à categoria de vila e simultaneamente o poder público criou o distrito de Redenção.⁵⁹

Por esta altura a vila já era bastante desenvolvida e a população continuava a aumentar dia a dia. Ainda neste mesmo ano de 1975, fundou-se na vila uma agência bancária do Bradesco, então o maior complexo financeiro do país. É a presença do capital financeiro que já atestava, naquela época, o extraordinário crescimento que a região experimentava.

Posteriormente, fundou-se a maçonaria local, composta inicialmente por cerca de 40 membros, e que visava a elevação social e econômica de seus associados. O comércio intensificou-se e a diversificação da atividade terciária trouxe um novo alento aos moradores da vila. Agora, além das primeiras tabernas improvisadas nas rústicas moradias, e da promiscuidade e violência da zona de prostituição, encontravam-se uma gama de estabelecimentos comerciais e boates altamente sofisticados.

Dentre os estabelecimentos comerciais instalaram-se butikues de confecções masculinas e femininas, armazéns de secos e molhados,

sorveterias, sapatarias, açougues, lojas de utensílios domésticos e de produtos veterinários e agrícolas, papelarias, farmácias, armarinhos, casa de discos e de tecido e confecções.

A cidade também viu nascer um sem número de escritórios de contabilidade e topografia, para satisfazer a demanda dos projetos agropecuários instalados nas proximidades, além dos serviços de profissionais liberais que assentaram escritório de advocacia e consultórios médicos e dentários na principal avenida de Redenção.

Instituições públicas governamentais também foram instaladas em Redenção. Na primeira década de existência do lugar já existiam inúmeros órgãos públicos, como: escolas de ensino fundamental, agência da fazenda estadual, delegacia de Polícia, hospital estadual, escritório de representação do FUNRURAL, agência dos Correios e Telégrafos, EMATER, Telecomunicações do Pará (TELEPARA) e administração distrital da Prefeitura de Conceição do Araguaia.

Atualmente, 2019, além da prefeitura e câmara dos vereadores, abriga também importantes instituições do poder judiciário, entre elas o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Ministério Público e a Defensoria Pública estadual, além de sediar a Junta Agrária federal da Região do Sul do Pará. Possui também hospital regional especializado e um presídio regional, além de diversas associações de moradores de bairros e outras instituições públicas e privadas, como o SEBRAE, o Sindicato Rural de Redenção, a Associação Comercial e Industrial de Redenção e agências bancárias do Bradesco, o pioneiro na cidade, Banco do Brasil, Itaú, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal, que representam a logística para que a cidade detenha o status de cidade polo da região Sul do Pará.

A cidade possui ruas e avenidas largas e bem traçadas onde, ao lado das charretes puxadas a cavalo, predominam um grande número de automóveis dos comerciantes e fazendeiros locais. Estes, comumente, são veículos do último ano e para os quais existe na cidade uma boa

infraestrutura. Grandes revendedores de automóveis e tratores, lojas de autopeças, vários postos de gasolina, serviços de borracharia, oficinas mecânicas e elétricas para automotores, auto-escolas e um posto do Detran estadual denotam a prioridade que o automóvel e as estradas ganharam na região.

Hospitais, consultórios e clínicas médicas e odontológicas e escolas de todos os níveis, como a Universidade do Estado do Pará e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará, formam o conjunto das instituições que oferecem serviços de saúde e educação à população de Redenção e cidades do Sul do Pará.

Também as comunicações de massa, por meio do rádio e da televisão e de jornais de grande circulação no Pará, chegam às casas dos moradores de Redenção. Mas nos primeiros dez anos de vida apenas o rádio se fazia presente por meio de três estações externas e uma rádio local: Eram captadas somente as rádios Nacional de Brasília, Brasil Central de Goiânia, Educadora da Prelazia de Conceição do Araguaia e a Rádio Oriente de Redenção, que pertencia ao agrimensor Gerudes Gomes da Silva.⁶⁰

É também notável a influência dos hábitos e costumes do estado de Goiás na vida local, que se reflete, entre outros exemplos, na adoção do uniforme escolar utilizado nas escolas públicas goianas, no uso do alqueire goiano como medida agrária e na predominância do sotaque típico dos habitantes daquele estado vizinho.

A chegada da energia elétrica

Os serviços de água e energia elétrica, nos primeiros anos da vila Redenção, pelo menos na parte central da cidade, foram fornecidos pelo fundador da cidade, Luiz Vargas Dumont. Paulatinamente, com o crescimento urbano, a prefeitura municipal e o governo paraense assumiram essas atividades. Mas não foi um processo fácil. Inúmeros obstáculos

tiveram que ser vencidos para que o governo paraense viabilizasse a oferta de energia firme na cidade.

Até meados dos anos 1980, para se ter uma ideia, a energia elétrica de Redenção continuava a ser fornecida por 220 motores de pequeno porte que consumiam 80 mil litros de óleo diesel por mês. Além disso, existiam ainda os grandes motores, bem mais potentes, que forneciam energia principalmente para as indústrias madeireiras da região.

Em função desse quadro negativo, e da ausência de solução desse problema por parte do governo paraense, o poder público municipal fez contato com o governo de Goiás, por intermédio das Centrais Elétricas de Goiás (CELG), para saber da possibilidade de a mesma transferir energia para Redenção.

Em 1985 a Câmara de Vereadores de Redenção aprovou uma Lei municipal autorizando a prefeitura a explorar energia elétrica e repassá-la aos consumidores por 40 anos. Nessa ocasião, havia recursos do governo paraense alocados para Redenção, para a instalação de motores termoelétricos. Esses recursos foram recusados e a prefeitura de Redenção solicitou que os mesmos pudessem ser utilizados para viabilizar a vinda de energia do estado de Goiás.

Essa negociação foi feita com a CELG, que apresentou proposta de levar a energia de Couto Magalhães, para Conceição do Araguaia e Redenção. De posse dessa proposta, a prefeitura de Redenção pode pressionar o governo do estado do Pará, solicitando que, ou se aportassem os recursos necessários para a transmissão da energia elétrica de Goiás, ou se viabilizasse a transmissão da energia firme de Marabá até Redenção.

Na época, o presidente das Centrais Elétricas do Pará (CELPA), Ambire Gluck Paul, apadrinhado do governador Jader Barbalho, manifestou-se pela inviabilidade desse projeto, pois, segundo ele, a distância entre Marabá e Redenção era de 400 quilômetros e governo nenhum teria condições de assumir tal compromisso. A prefeitura solicitou, então, que

o governo do Pará repassasse os recursos para o município e forçou o governo paraense a elaborar um projeto que foi submetido para apreciação da Assembleia Legislativa estadual.

O legislativo estadual autorizou a transmissão e o rebaixamento da energia elétrica gerada na Usina Hidroelétrica de Tucuruí até Redenção, principalmente para evitar desgaste político relevante, uma vez que além de Redenção, também as cidades de Rio Maria e Conceição do Araguaia seriam atendidas pela energia goiana. Em novembro de 1986, finalmente, a energia elétrica firme chegou à Redenção e os moradores puderam comemorar com muita alegria esse grande acontecimento para a vida dos munícipes redencenses.

A dinâmica urbana

Com toda essa diversificação comercial e, conseqüentemente, com o rápido desenvolvimento das atividades urbanas, também a população cresceu vertiginosamente. De 767 habitantes residentes no lugarejo, em 1970, a cidade de Redenção pulou, em 1980, para 12.680 moradores, mais do que duplicando seu contingente inicial. O meio urbano passou, em termos populacionais, a predominar sobre o meio rural, representando 68% dos 18.664 habitantes de todo o então distrito de Redenção, e atualmente dos 80 mil habitantes do município, 75 mil residem na cidade.⁶¹

No princípio da década de 1970, na área de Redenção, 67% da população residia nas fazendas que começavam a se implantar, mas, já no ano de 1980, ocorreu uma inversão desta situação, quando aproximadamente 68% do total da população do distrito residia na cidade. Na verdade, isto se deve em parte à atração que a cidade da região de fronteira exerce sobre habitantes de outras regiões, principalmente pequenos comerciantes ou profissionais autônomos, que para lá se dirigiram procurando fugir da concorrência existente nas médias e grandes cidades onde residiam. Por

outro lado, o meio rural não fixa a mão de obra migrante, uma vez que, devido a alta composição orgânica do capital das empresas agropecuárias ali implantadas, os empregos fixos gerados são insignificantes.

Além disso, o campesinato anteriormente instalado no local é compelido, de uma forma ou de outra, a abandonar sua propriedade. Como a maioria não consegue se fixar na cidade adaptando-se ao novo estilo de vida, que contraria a tradição pastoril-agrícola das populações antigas, estas tendem a migrar para regiões mais adiante na mata, acompanhando as novas aberturas das estradas.

Um morador de Redenção, remanescente da atividade pastoril de subsistência que no final dos anos 1970 possuía um pequeno comércio de bebidas e gêneros alimentícios nos arredores da cidade, ilustra, com seu depoimento, a magnitude das transformações econômicas e sociais e as consequências dessas mudanças para os moradores mais antigos, quando a cidade completou dez anos de vida:

Em vista do que era isso aqui, hoje nós mora dentro de uma capital. Antes era melhor porque a gente tinha terra e tendo terra, tem fartura. A gente tem o arroz, o milho, a gasolina, tem de tudo. Nós naquele tempo tinha de tudo. Hoje nós ainda tem o porco e a galinha, mas não dá pra criar aqui. Eles estão num chiqueirinho dum compadre, mas nós já vamos acabar com eles. Mas nós tendo a terra é muito superior. Eu se tivesse uma terra pra estar trabalhando, não estava aqui quieto não. Ficava só a mulher mais os meninos. Eu estava no serviço.⁶²

A emancipação política e as primeiras eleições municipais

Antes da emancipação política, que ocorreu em 13 de maio de 1982, em virtude do desenvolvimento do lugar, os interesses econômicos passaram a se dividir em grupos de pressões politicamente divergentes. O primeiro político com origem em Redenção a ganhar projeção foi Giovanni Queiroz. Ele foi eleito prefeito de Conceição do Araguaia em

1976 adotando a sublegenda dissidente do poder estabelecido na capital do Estado, embora do mesmo partido situacionista, a ARENA. Emergiram então divergências entre Giovanni Queiroz, que assumiu o poder municipal e Luiz Vargas, o fundador da cidade, que mantinha relativa influência junto aos moradores locais. Contudo, Giovanni ganhou mais força, pois surgiu como representante dos interesses da elite pecuarista regional, tendo sido um dos fundadores do Sindicato Rural de Redenção.

Apesar das divergências entre as lideranças locais, foram encaminhados os procedimentos que viabilizaram a transformação do antigo distrito de Redenção em município, fato que acabou por se concretizar em 1982. A elevação de Redenção à condição de município representou a concretização da aspiração de seus moradores.⁶³

Ainda em 1982, após a aprovação da Lei de criação do município de Redenção, foram convocadas eleições para a escolha dos primeiros mandatários e legisladores do novo município. A princípio para o período de 1983 a 1986, depois prorrogado por mais dois anos, para que houvesse coincidência com as eleições para escolha de presidente e governadores.

Na primeira eleição concorreram quatro candidatos: Luiz Vargas, o fundador da cidade; Chocolate, o fundador das primeiras churrascaria e padaria mecanizada; Gerson Genoíno, morador do bairro do Entroncamento e Arcelides Veronesi, que foi eleito tendo como vice-prefeito Paulo Alves Moscateli, ambos do MDB.

Foram nove os primeiros vereadores eleitos, sendo cinco do MDB: Roberto de Castro Amorim, primeiro presidente da Câmara Municipal; João Tomé de Sousa, Jonas Martins dos Santos, Natalício Alves Maciel e Antonio Lima, e quatro do PDS: Pedro Alcântara de Sousa, Olimpio Luis de Farias, Pedro Carneiro de Souza e Antonio Batista, que renunciou ao mandato em favor de Mariosval Dueti Resende Silva.

A emancipação política de Redenção praticamente coincide com o auge da exploração extrativa no garimpo de Cumaru, que em 20 anos

(1980-2000) registra a extração e comercialização de 45 toneladas de ouro, sendo que no auge da atividade garimpeira, 1981-1986, a quantidade de ouro oficialmente comercializada nas agências da Caixa Econômica Federal totalizou 25 toneladas. No entanto, considerando que o preço fixado pela grama de ouro pelo governo federal estava bem abaixo do preço de mercado, estima-se que igual quantidade do metal nobre foi ilegalmente vendida para compradores independentes, o que eleva para 90 toneladas a quantidade de ouro produzida nas duas últimas décadas do século XX nos garimpos da Região de Cumaru.

Em 1996, terminou a Companhia de Terras da Mata Geral, permanecendo somente a razão social fazenda Santa Tereza, como propriedade rural e não mais empresa rural.

Até o final da primeira década do século XXI, a fazenda Santa Tereza compunha-se de duas áreas: uma no município de Redenção, cuja sede fica a 20 quilômetros da cidade, e outra, em Cumaru do Norte.

Em 2006, a fazenda Santa Tereza possuía cerca de 10% do seu patrimônio fundiário original, 36 mil hectares. O restante, 314 mil hectares, foram vendidos principalmente para fazendeiros e empresários de São Paulo. A Santa Tereza é a única propriedade rural da região de Redenção que possui reserva legal averbada e demarcada.⁶⁴

A Reserva Garimpeira de Cumaru, por sua vez, oficialmente deixou de existir em 2003, quando os direitos de mineração da área foram adquiridos pela empresa Yamana Gold Inc. que se tornou a primeira companhia de mineração legalmente apta a explorar a área desde que a reserva foi instituída em 1981.⁶⁵

Em 2006, os direitos de exploração da área do garimpo Cumaru situada fora da Reserva Indígena dos Caiapós, referentes a uma área que totaliza 36 mil hectares, foram vendidos para a empresa canadense Aura Gold Inc. por 4,5 milhões de dólares. Esse valor corresponde ao preço pago pela aquisição da licença de mineração que pertencia à Mineração Gradaús

Ltda., 1,5 milhões de dólares, e 3 milhões de dólares pagos pela aquisição dos direitos de mineração da área que compreendia a maior parte da antiga Reserva Garimpeira do Cumaru, e que a Yamana do Brasil Ltda. já havia adquirido em 2003.⁶⁶

Fotografias 32 e 33 – A modernização da cidade se expressa nos modernos edifícios e condomínios de luxo construídos para a classe média e ricos fazendeiros e empresários que fixaram moradia na cidade mais importante do Sul do Pará



Fonte: Autor (julho de 2007)

Epílogo

A análise do processo histórico da formação social da frente pioneira de Redenção revela algumas conclusões que, em parte, são colocações já efetuadas e que se recolocam resumida e sinteticamente num quadro conclusivo.

Primeiramente deve-se frisar que tanto o ritmo do povoamento quanto as formas econômicas de se organizar a produção, resultantes dos processos migratórios para a região do Araguaia paraense, sempre foram ditados pelo funcionamento da economia capitalista em escala mundial. Por consequência, em última instância, esta conformação demográfica e econômica foi determinada pelas necessidades da reprodução do capital, quer das empresas localizadas nas formações capitalistas centrais – caso do “rush” da borracha na região –, quer daquelas sediadas no centro dinâmico da formação capitalista periférica brasileira.

Caracterizada como região de fronteira, isto é, uma região que até princípios dos anos 1970, apresentava baixos índices demográficos e grande quantidade de terras com possibilidades potenciais de aproveitamento econômico, o distrito de Redenção, que até meados dos anos 1960 era uma área de campos e florestas praticamente inexplorada, hoje se apresenta como uma significativa frente pioneira da Amazônia oriental.

Por outro lado, no que diz respeito aos tipos de ocupação nas regiões de fronteira, pode-se dizer que eles são derivantes dos agentes que promovem o povoamento e/ou a ocupação da região. Essencialmente a tipologia ocupacional é representada pelas frentes de expansão e pelas frentes pioneiras. A frente de expansão diz respeito aos segmentos camponeses que fazem da terra um meio para produzir prioritariamente valores de uso. Contudo, na medida em que aumenta o grau de relacionamento da

frente de expansão com a fronteira capitalista, aquela tende a perder suas principais características, passando a produzir maiores montantes de valores de troca, para poder fazer face às novas “necessidades” impostas pelo modo dominante. Ocorre, dessa maneira, a paulatina desagregação do modo camponês de produção.

Essa foi a forma de ocupação e produção que predominou na área pesquisada até o ano de 1960. É verdade que a fronteira camponesa referida não permaneceu estática e absolutamente isolada do mercado nacional. Por duas vezes – finais do século XIX a meados da década de 1910 e durante a Segunda Guerra Mundial –, a região estudada, foi objeto da empresa mercantilista de extração do caucho, épocas em que o capital comercial subordinou o modo de produção camponês, inclusive utilizando a força de trabalho pastoril nas atividades extrativistas. Nestes períodos, a área pertinente ao atual distrito de Redenção deixa de ser produtora de valores de uso, para produzir a borracha de caucho, produto este essencialmente voltado para o mercado externo.

Porém, passada a fase do caucho, a região volta a experimentar um isolamento com a sociedade regional, onde inclusive as relações de troca se pautam no escambo. Este quadro perdurou até 1960, aproximadamente, quando as necessidades de acumulação das empresas sediadas no Centro-Sul do país, depois de forjarem o modelo de desenvolvimento pautado na substituição de importações, voltam-se para a Amazônia visando ampliar o mercado interno e criar condições para o ulterior desenvolvimento da economia capitalista brasileira.

Com a criação da SUDAM, em 1966, a área de Redenção passa a ser praticamente um distrito agropecuário destas empresas, as quais se utilizam dos incentivos fiscais e creditícios, para ampliarem o seu montante capitalizado. Outra forma derivante deste processo, ocorrida na área, foi a aquisição de grandes glebas de terras com a finalidade meramente especulativa, objetivando revender essas terras a preços infinitamente

superiores, após a valorização das mesmas. Foi o caso da fazenda Santa Tereza, que comprou mais de 200.000 hectares das terras devolutas do Pará, e constituiu o maior latifúndio por dimensão do Estado. Com um investimento inicial em alguma infraestrutura, seu proprietário pôde em pouco tempo obter elevadíssimas taxas de retorno do capital investido, seja pela revenda da terra, seja pela atividade derivante das empresas rurais agropecuárias e mineradora por ele criadas.

De uma forma ou outra, o sistema atualmente empregado nos projetos agropecuários locais é uma herança do sistema de avião existente na área por ocasião da exploração da borracha de caucho. Instituiu-se uma enorme cadeia de intermediários, fundamentada no crédito, no endividamento, e, conseqüentemente, na restrita circulação do dinheiro nas fazendas. A mão de obra é farta, e graças à atuação do Estado, existe em grande disponibilidade na periferia de Redenção. No meio rural, todas as tentativas desenvolvidas para se empregarem tecnologias mais sofisticadas para o desmatamento simplesmente malograram, fato que provoca uma oferta sazonal e temporária de trabalho na região. Entretanto, atualmente as grandes fazendas já se utilizam do avião como meio de proceder a sementeira de capim para a formação de pastos artificiais.

Já a área urbana de Redenção sempre serviu de ponto de apoio para as atividades que visavam, em última instância, o aumento do estoque de capital da formação capitalista central, quer brasileira, quer estrangeira. Como sede urbana da frente pioneira – capitalista – da região, Redenção surgiu em 1969. Luiz Vargas, goiano, dono das terras estrategicamente localizadas, antecipou-se à chegada dos migrantes e fundou o povoado. Loteou um pedaço de suas terras, instalou luz elétrica e elaborou um plano de crescimento. A população cresceu expressivamente, passando de 767 para 12.680 habitantes no período 1970-80 e para 80 mil habitantes em 2018, dos quais a maioria reside na cidade, 75 mil.

A cidade funciona como ponto de apoio às atividades agropecuárias e de mineração das fazendas e garimpos que se vão instalando em suas proximidades (postos de gasolina, banco, oficinas e armazéns). Ao mesmo tempo funciona como base para os migrantes que chegam e dali partem para “pegar” uma posse.

O próprio crescimento do núcleo urbano provocou a valorização das terras ao seu redor e, conseqüentemente, a expulsão dos posseiros, que jamais têm a renda necessária para manter a terra em seu poder.

A terra pertinente à área estudada, primeiro era terra tribal, depois transformou-se em fronteira camponesa pastoril de subsistência, sendo esta dominante até a emergência dos primórdios da frente pioneira em 1960. Contudo, ali também predominou a empresa extrativista mercantil do caucho que, enquanto durou, subordinou, mas não destruiu o modo de produção camponês que lhe antecedeu. A frente capitalista, ao contrário, desagregou e destruiu a forma camponesa de se organizar a produção. A ação do Estado, com o investimento em obras de infraestrutura e concessão de incentivos fiscais e proteção explícita ou tácita ao capital, também contribuiu para a desagregação do campesinato.

A estrada de rodagem, elemento chamado de “integração nacional”, de certo significou e significa a possibilidade de circulação de mercadorias, mas também de circulação de população impossibilitada de permanecer em seu lugar de origem e atraída para a frente de expansão.

Em Redenção, no início do processo de formação da frente pioneira, na década de 1960, a terra rapidamente foi titulada e se transformou em mercadoria. Os posseiros existentes na época tiveram que se deslocar para áreas distantes da zona urbana e não conseguiram manter suas posses por muito tempo, pois a frente capitalista reconcentrou a propriedade fundiária e estabeleceu a pecuarização capitalista como atividade econômica principal da região.

Nesses cinquenta anos, desde que foi lançada a ideia de se fundar a cidade, em 21 de setembro de 1969, o povoado rústico situado às margens da floresta amazônica, passou por processo intenso de ocupação demográfica e econômica e acabou por se transformar na primeira frente pioneira capitalista na Amazônia. A cidade de Redenção, fundada por Luiz Vargas, atualmente é a mais desenvolvida do Sul do Pará e oferta serviços públicos e privados para a maioria dos habitantes dos municípios da região.

Notas

PARTE I

FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO SUL DO PARÁ (1890-1959)

1. A identificação de alguns relatos referentes à área de Redenção, mas que na época não era ainda identificada, principalmente aqueles concernentes à bacia do rio Pau D'Arco, tornou-se possível, além da constatação na pesquisa de campo, pela identificação dos limites definidos na Lei municipal 195, de 20.06.1975, que aprovou os limites do distrito de Redenção conforme segue: “Faço saber que a Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, Estado do Para, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art. 1^º) Ficam criados os limites do distrito de Redenção a ser desmembrado do atual distrito de Conceição do Araguaia, município do mesmo nome com a seguinte descrição: a) Ponto de partida: inicia na foz do Ribeirão Paudarquinho, subindo por este até a foz do ribeirão denominado Porteira; b) subindo por este até o cruzamento com a rodovia estadual PA-78; c) segue por esta rodovia até atingir os limites do município de S. Félix do Xingu; d) por estes, até confrontar com a cabeceira do rio Salobro ou Amoiti; e) daí, em linha reta até a sua cabeceira; f) desce pelo rio Salobro até o seu cruzamento com a rodovia estadual PA-70; g) por esta rodovia até o rio Pau d'Arco; h) por este abaixo até a foz do ribeirão Pau d'Arquinho, ponto de partida. Art. 2^º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito em Conceição do Araguaia, aos 23 de junho de 1975. a) Dr. Alberto Maranhão Lima (Prefeito Municipal); b) Ademar de Almeida Rocha (Sec. de Administração).” (Pref. Municipal. de Conceição do Araguaia, 1975).

2. A frente pastoril, que parte da região dos Pastos Bons no sul do Maranhão e que vai avançar até os campos de Conceição do Araguaia, teve origem na Bahia e atingiu o sul do Maranhão em meados do século XVIII. A partir daí iniciar-se-ia o avanço para o Tocantins (VELHO, 1972: 24).

3. Aliás, é o que faz Moreira Neto ao estudar o sistema econômico pastoril da região situada nos campos da margem paraense do rio Araguaia (MOREIRA NETO, 1960).

4. Quando os geógrafos difundiram no Brasil a expressão “frente pioneira”, eles mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido. Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo, como precursores dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles (MARTINS, 1997:152-3). Interessante notar que a frente pioneira de Redenção terá como origem o mesmo segmento social que promoveu a frente pioneira objeto de análise pelos geógrafos, isto é, os fazendeiros cafeicultores de São Paulo, particularmente da região de Ribeirão Preto, como as famílias do Val e Lunardelli. Assim, a frente pioneira de Redenção reproduz de certa forma na Amazônia, processo similar ao verificado no oeste paulista no final do século XIX.

5. A diferença inicial que os dois pontos de vista sugeriam era a de que, quando os geógrafos falavam de *frente pioneira*, estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital; a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. “Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital” (Cf. MARTINS, 1975: 28). Já os antropólogos falavam originalmente de frente de expansão, a forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista.

6. Waibel (1979:280)

7. Waibel (1979:281)

8. Waibel (1979:282)

9. Furtado (1977, cap. XVI)

10. Para que se compreenda melhor o conceito de frente pioneira é necessário estabelecer uma distinção entre o conceito geográfico e a abordagem sociológica da penetração do capitalismo no campo. A primeira não considera, segundo Martins (1975a), a cronologia das relações de produção vigentes nas zonas pioneiras, estabelecendo o termo frente pioneira – num sentido sociológico –, para diferenciar o simples expansionismo espacial da fronteira econômica, daquele mais abrangente, que considera não só o aspecto geográfico, mas as formas que assumem a sociedade e a economia no espaço recém-ocupado, definindo a frente pioneira como sendo o elemento transformador da terra em equivalente de capital

e, sendo o limite do capitalismo no campo (1975a: 47). Neste sentido, a terra deixa de ser um meio para produzir valores de uso, e passa ela mesma, a ser um valor de troca, assumindo, desta maneira, um caráter típico de mercadoria.

11. Este evento exemplifica como as economias centrais – neste caso a inglesa – dominam, determinam e direcionam a vida econômica da periferia. A frente pioneira se apresenta, neste exemplo, como limite do capitalismo mercantil na agricultura exportadora colonial brasileira. O regime colonial pode ser considerado também como frente pioneira do modo capitalista de produção dos países europeus, na medida em que o mesmo se expande e se instala na periferia. No caso brasileiro, entretanto, é necessário ressaltar que o fenômeno do aparecimento das frentes pioneiras, como teoricamente foi colocado e, considerando-se a formalidade jurídica que lhe dá suporte, só poderia ter se verificado a partir de 1850, quando se formaliza legalmente a titulação da propriedade fundiária. Mas “a instauração da propriedade privada da terra, no plano jurídico, pela Lei de Terras de 1850, não constituiu nem o princípio dessa instituição nem o fim da instituição do uso privado das terras comuns ou da posse, por ocupação das terras devolutas” (MARTINS, 1975a: 47)

12. Martins (1997:153)

13. Furtado (1977:59-9)

14. A fronteira camponesa corresponde à área circunscrita à ação das frentes de expansão e os dois termos são utilizados para caracterizar a mesma situação. Da mesma maneira, processo similar é utilizado com o conceito, fronteira capitalista e frentes pioneiras. A propósito, é interessante o pensamento de Casaldáliga (1978:85) sobre a fronteira camponesa. Segundo ele, “a noção de frente de expansão corresponde ao processo histórico mais geral em que, pelo contato inter-étnico, a sociedade nacional se expande enquanto formação capitalista, incorporando áreas sob domínio de sociedades tribais”.

15. Redwood (1979)

16. Hébette (1979b:153)

17. Waibel (1979: 293)

18. Cada gleba requisitada possuía uma légua quadrada, isto é: 6,6 quilômetros quadrados (Cf. pesquisa de campo e dados do ITERPA coletados em entrevista na presidência do órgão em 23.10.1981).

19. Waibel (1979:299)

20. Em Tempo (1978:6)

21. Waibel (1979: 282)

22. Veja (1981)

23. Segundo Bellizzi (1958:141-3), os Caiapó compreendem duas principais divisões: os meridionais e os setentrionais. Os primeiros, representados por diversos grupos, hoje extintos, habitavam o sul de Goiás, sul de Mato Grosso, norte de São Paulo e a zona do Triângulo Mineiro. Os Caiapó setentrionais, ainda relativamente numerosos, compreendem diversos grupos, alguns ainda hoje hostis, que vivem no Sul do Pará. O último grupo dos Caiapó ao sul se extinguiu nos primeiros anos do corrente século e habitava às proximidades da desembocadura do rio Grande no rio Paraná, nos limites de Minas Gerais com São Paulo.

24. Sobre a história social e econômica de Conceição do Araguaia, ver: Ianni (1978) e Luz (2004)

25. Bellizzi (1958: 141-3)

26. Velho (1977)

27. Moreira Neto (1960:12)

28. Ianni (1978: 15). A análise histórica da expansão da sociedade nacional na região do Araguaia paraense revela que o mesmo processo que extinguiu o índio incorporando as terras tribais à sociedade nacional e colocando-as a serviço da economia de subsistência pastoril na região do Pau D'Arco, ocorreu com o centro dinâmico da economia do país, que nessa época (finais do século XIX) tinha no café seu principal meio de acumulação. É interessante notar que, tanto no Centro-Sul como na região analisada, as frentes de penetração aniquilaram com populações tribais de mesma língua, os Caiapó meridionais e os Caiapó-Kradaú do Pau D'Arco, respectivamente. A única diferença, quiçá, é que no primeiro caso tratava-se da expansão da fronteira capitalista dominante e no segundo da ampliação da fronteira camponesa pastoril de subsistência.

29. Diniz (1962: 11-2)

30. Furtado (1977:58)

31. Moreira Neto (1960:6)

32. Furtado (1977: 59-60)
33. Furtado (1977: 63)
34. Idem (p. 7)
35. Furtado (1977: 63)
36. Moreira Neto (1960:9)
37. Velho (1977)
38. Furtado (1977: 59-60).
39. Moreira Neto (1960:14)
40. Logo após a proclamação da república brasileira, estourou a primeira revolução em Boa Vista. Durante vários anos, os crimes e depredações provocaram naquela região a fuga das populações num êxodo contínuo para o Tocantins e Araguaia. Em toda região, desde a cidade de Grajaú (MA), até Boa Vista (GO), as populações viviam em polvorosa com constantes banhos de sangue e incontáveis mortes por perseguições políticas. Nesse clima de medo, as famílias deixavam para trás tudo que tinham e buscavam refúgio e vida de paz nas margens do Araguaia e Tocantins (LUZ, 2004:61)
41. Luz (2004:59)
42. Idem (p. 60)
43. Henri Coudreau. *Voyage au Tocantins-Araguaia*: 31 décembre 1896-23 maio 1897, A. Lahure, Imprimeur-Editeur, Paris, 1897, p. 144 citado por Ianni, (1978:11)
44. Coudreau (1897:146-8) citado por Ianni (1978:11-12)
45. Frei José Maria Audrin. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1963, p. 83. citado por Ianni (1978:38-9)
46. Idem
47. Luz (2004:118)
48. Iglesias (1958:575)
49. Magalhães Filho (1975: 371)

50. Idem, páginas 378-9. Sobre a história econômica e social da borracha na Amazônia ver: Bárbara Weinstein. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução de Lélío Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editoras Hucitec e Edusp, 1993.

51. O caucho é uma borracha de qualidade inferior, cujo látex é extraído da árvore *Castilloa Elástica* e foi muito abundante nas regiões do Xingu, do Tocantins e do Araguaia. O processo de extração do látex de caucho é diferente do da seringueira, pois é uma árvore muito sensível que não resiste a incisões em seu caule para extração do látex, como ocorre na seringueira (*Hévea Brasiliensis*). Assim, uma vez sangrada, essa árvore perde a vida e a exploração da mesma é feita, não por incisões sucessivas e sim derrubando-se a árvore, a fim de que o látex de todo o caule possa ser trabalhado. Cf. José Carlos de Macedo Soares. *A borracha* (Estudo Econômico e Estatístico), 2. ed. Paris: L. Chauny et L. Quinsac, 1928:43 citado por Ianni (1978:35).

52. José Ribamar Ferreira (2007)

53. Romeu Maranhão Lima (2007)

54. IBGE (1920; 1940) citado por Ianni (1978:77-85)

55. Moreira Neto (1960:56); José Ribamar Ferreira (op.cit.)

56. José Ribamar Ferreira (op. cit.)

57. Romeu Maranhão Lima (op.cit.)

58. Moreira Neto (1960); José Ribamar Ferreira (op. cit.)

59. Romeu Maranhão Lima (op. cit.)

60. Idem

61. AUDRIN, José Maria. *Entre sertanejos e índios do norte: O Bispo missionário Dom Domingos Carrerot*. Rio de Janeiro, Ed. Púgil Ltda. Livraria Agir Editora, 1946. p. 85 (citado por IANNI, 1978: 29)

62. José Ribamar Ferreira (op. cit)

63. Santana (2007:37)

64. Idem, p. 46. Em relação a essa estrada tropeira, Moreira Neto (1960:10) informa que a mesma foi aberta em 1908 pelo engenheiro F. Schmidt-Belém, ligando a região da Gameleira até Novo Horizonte. Na verdade, a corruptela da Gameleira, que se situava a poucos quilômetros de Solta (atualmente município de Pau D'Arco), foi um dos maiores povoados caucheiros no 1º ciclo da borracha.

65. AUDRIN, José Maria (op. cit., p. 95) citado por Ianni, (1978: 31-2)

66. Esse processo por meio do qual o capital industrial das formações sociais centrais interfere, não só nas zonas dependentes, mas, via de regra, também nas regiões periféricas destas – como no caso da área de estudo -, pode ser melhor aclarado pela análise feita por Magalhães Filho (1975:371). Segundo ele, “aos compradores de produtos primários interessava compra-los aos preços mais baixos possíveis, e tinham poder suficiente para consegui-lo na maioria dos casos. Matérias-primas a preços baixos significavam maiores lucros para a indústria, dando-lhes uma margem de rentabilidade capaz de permitir-lhe ceder às pressões operárias por melhor remuneração. Este processo criava e ampliava um mercado interno nas economias industrializadas, mercado sobre cujos níveis de renda eram fixados os preços dos manufaturados. Em função desse mecanismo as relações de preços entre as matérias-primas e os gêneros alimentícios, de um lado, e os manufaturados do outro, tendiam a ser desfavoráveis aos primeiros, colaborando para ampliar ainda mais o abismo entre os dois tipos de economias capitalistas”.

67. Sobre a Batalha da Borracha ver: Martinello (1988:23-61)

68. A gravidade dos conflitos na região apresentava-se pela década de 1940, segundo Arnaud (1971:1-3), como uma das mais violentas áreas de conflito entre índios e frentes de penetração nacional, estas representadas sobretudo por extratores de borracha e castanha-do-pará. Em face dos conflitos a situação era considerada crítica para a economia regional e o governo do estado do Pará, criou, em 1951, uma comissão de estudos e planejamento do problema do índio no Pará, que após várias reuniões chegou, entre outras, as seguintes conclusões; “O índio que ataca o invasor civilizado o faz em defesa do que ele considera ser seu território e por que está convencido da impossibilidade de um convívio pacífico com o branco. Toda a tradição tribal, toda a experiência pessoal de cada um deles, estão a demonstrar que de nós só podem esperar o pior e nada é mais legítimo que sua defesa. O pioneiro que invade o território indígena em busca da borracha e da castanha julga-se com direito aos produtos de uma terra que tem por sua própria e, tanto quanto o índio está cheio de ressentimento, de desconfiança e de ódio. Há, porém, uma possibilidade de paz desde que sejamos capazes de convencer os índios de que lhe será efetivamente assegurada a posse da terra em que vivem e a liberdade de viverem segundo seus costumes”.

69. O Cruzeiro (1952:22)

PARTE II

FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA FRENTE PIONEIRA DE REDENÇÃO (1960-68)

1. Moreira Neto (1960:33-4)
2. A população dos campos estimada em duzentas e oito pessoas em 1948, provém de uma informação obtida em Redenção de um ex-criador de gado, nascido e criado na região, um dos poucos remanescentes da economia pastoril que ainda vivia na área em 1979, quando visitamos Redenção pela primeira vez.
3. Santos (1978:59-60)
4. Idem
5. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste*. Rio de Janeiro, Coleção Documentos brasileiros, Livraria José Olympio Editora. p. 84-5 (citado por Moreira Neto, 1960: 34)
6. Carvalho (1979:92)
7. Hébette (1979a:163-64)
8. Moreira Neto (1960:89)
9. Ianni (1978:98)
10. Cássio Carvalho do Val (2006)
11. Idem
12. Amazônia (1977b:16)
13. CTMG (1983)
14. Cássio Carvalho do Val (op. cit.)
15. José Ribamar Ferreira (2007)
16. Ademar Guimarães (2007)
17. José Ribamar Ferreira (op. cit.)
18. Carlos Ribeiro adquiriu a fazenda Santa Ernestina que foi constituída por meio de assembleia realizada em Belém no dia 3 de maio de 1967, cujo estatuto aprovado nessa data foi registrado na Junta Comercial sob nº 704/67 e publicado no DOE no dia 4 de maio de 1967. As terras da fazenda, no total de 13.068 ha, eram de

propriedade de fazendeiros paulistas que formaram uma empresa agropecuária para gozar dos incentivos fiscais, a Agro Pastoril Vale do Inajá S/A, que tinha sede no centro da cidade de São Paulo, à rua José Bonifácio 93, e que passou a ser a principal acionista da Fazenda Santa Ernestina S.A. A fazenda, situada a 33 km da sede da fazenda Santa Tereza, previu no projeto a construção de uma estrada ligando as duas fazendas, e, como já existia ligação terrestre desta última até Conceição do Araguaia, estaria também conectada por terra a Goiás e o resto do país. Também previu-se preservar 50% da área para reserva florestal legal, construção de 160 km de cercas de arame farpado, 50 porteiras e 22 cochos para colocação do sal e ração para as 4 mil cabeças de gado nelore que seriam adquiridas para recria e engorda nos 6 mil ha de pastos a serem formados. Além disso, já possuía um excelente campo de pouso e o projeto viabilizaria a aquisição de um avião Baron para apoiar os serviços administrativos e operacionais da empresa rural (SUDAM, Projeto Incentivos Fiscais da Fazenda Santa Ernestina S.A.).

19. A fazenda Santa Ernestina depois de ter sido vendida para empresários de São Paulo que formalizaram juridicamente uma empresa para obtenção dos incentivos fiscais da SUDAM, foi recomprada por Carlos Ribeiro, provavelmente em função de o mesmo não dispor de currículo adequado como produtor rural para ter o projeto aprovado, utilizando-se desse artifício - de inserir empresários paulistas amigos seus como proprietários da mesma - somente para que pudesse ter a concessão dos benefícios fiscais do governo federal (Cf. SUDAM, 1967; entrevista com José Ribamar Ferreira, *op. cit.*).

20. Depoimento de Luiz Mendonça, ex-piloto civil que atuou na Amazônia e conheceu Carlos Ribeiro em 1974 na cidade de Redenção. Quando Luiz Mendonça o conheceu ele estava pilotando seu jatinho Citation - 1, fabricado pela Cessna Aircraft Company. Segundo o depoimento, “era uma belíssima aeronave e surpreendentemente, ele a operava com maestria na pequena velha pista de pouso de Redenção, naquela época, sem asfalto, piso irregular e extremamente curta para um jato, por menor que fosse. Infelizmente no ano de 1976 ao decolar em um vôo sem escalas - Belém - São Paulo, aconteceu a fatalidade que o levou. Caiu na região do rio Capim, aí no estado do Pará, em plena selva. Seguiam com ele o sr. Oscar Thompson e um diretor da Volks-Wagen. Ao penetrar em chuvas pesadas, apagaram-se as duas turbinas em pleno voo, o que o deixou sem os comandos da aeronave, que são acionados por sistema hidráulico, o qual depende do funcionamento dos motores para operar” (Luiz Mendonça, 2008).

21. Francisca Carolina Silveira do Val, avó de João Lanari, era grande e próspera proprietária de fazendas de café em Ribeirão Preto no final do século XIX. Seu filho, João Gomes do Val, pai de João Lanari, optou por fazer o curso de engenharia de minas, na Escola de Minas de Ouro Preto, onde conheceu e casou-se com Maria Augusta Lanari, filha de Cássio Lanari, italiano que era representante comercial de várias firmas italianas na América Latina. Ele acabou fixando-se em Belo Horizonte, onde a família tem tradição no setor minero metalúrgico (Entrevista com Cássio Carvalho do Val, 2006). O irmão de João Lanari, Cássio Lanari do Val, casou-se com a irmã de João Pacheco Chaves e foram sócios na indústria. Pacheco Chaves foi deputado estadual por São Paulo e quatro vezes deputado federal pelo PSD, foi presidente honorário da Companhia de Terras da Mata Geral e ajudou muito na titulação junto ao governador Aurélio do Carmo. A história pertinente à formação da fazenda Santa Tereza está calcada em entrevistas realizadas com Cássio Lanari do Val, um dos filhos de João Lanari do Val, que quando da entrevista era o responsável pela administração da fazenda; com vaqueiros e comerciantes de Conceição do Araguaia e com ex-empregados da fazenda Santa Tereza. Dentre estes, ressalta o depoimento de um deles, Ademar Guimarães, que residia até 1959 no município goiano de Jussara e que era o cozinheiro da tropa que pela primeira vez adentrou na mata para fazer o reconhecimento das terras que um ano depois seriam compradas. Após alguns anos, tornou-se dono de um hotel em Redenção e o único remanescente da tropa exploratória que deu origem à fazenda Santa Tereza.

22. Ademar Guimarães (1978)

23. Idem. A viagem de Conceição do Araguaia até os campos do Pau D'Arco foi feita com auxílio do guia Siqueira, que ficou com receio de entrar na mata. Aí o novo guia foi o Raimundo Preto, que conhecia a mata geral e estava indo para o Xingu (Cássio Carvalho do Val, 2006).

24. Cássio Carvalho do Val veio para Redenção morar na fazenda Santa Tereza em 1970, depois voltou em 1980 para São Paulo onde concluiu o curso de Ciências Sociais na USP. Em 1996 mudou-se para a região para gerenciar os negócios da fazenda Santa Tereza.

25. Amazônia (1976:7-8)

26. Informações coletadas junto a presidência do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em entrevista realizada em 23.10.1981.

27. Santos (1978:85-6)

28. João Pacheco Chaves, um dos melhores amigos de Ulisses Guimarães, faleceu em 1994. Está inscrito no Livro de Ouro do CFEA como engenheiro agrônomo emérito. Formado na ESALQ, em Piracicaba, em 1936, foi colega de faculdade de João Lanari do Val na escola em Piracicaba, onde se tornaram amigos próximos. Lanari formou-se em 1937. Cf. www.adealq.org.br/exalunos.

29. GETAT. Relação das pessoas que adquiriram títulos de domínio pleno da Mata Geral pertencente a Lanari do Val. Citado por Fernandes, Marcionila. Donos de Terras. Trajetórias da União Democrática Ruralista. Belém: NAEA/UFPA, 1999:167

30. Ademar Guimarães (op. cit.)

31. Os títulos definitivos da fazenda Santa Tereza só foram expedidos em 1962. O censo de 1950 registra a existência de apenas uma propriedade na região. Já em 1960 não há registro de nenhuma propriedade titulada no município de Conceição do Araguaia. Essa, e outras informações coletadas na região comprovam que a fazenda Santa Tereza foi o primeiro estabelecimento rural da região com título de propriedade após a abertura da rodovia Belém-Brasília.

32. IBGE (1950; 1960)

33. Luiz Vargas também já havia adquirido do governo paraense algumas glebas de terras na região. Após se desentender com João Lanari, provavelmente em função de problemas relacionados às terras da atual Colônia Mata Geral, que não foram incorporadas ao patrimônio da fazenda Santa Tereza, resolveu fundar uma cidade no local polarizado pelo campo de pouso onde funcionou o primeiro escritório da fazenda Santa Tereza.

34. O 1º escritório da Santa Tereza era um rancho rústico. Depois passou para onde hoje é o escritório da Secretaria Estadual de Agricultura, na avenida Santa Tereza. Atualmente funciona no Hotel Inácio, onde várias outras fazendas também têm escritório.

35. José Ribamar Ferreira (2007)

36. Estatuto da Cia. de Terras da Mata Geral, Cartório Queiroz Santos, Livro171, fls 22-26. Belém, 01.02.1963.

37. Idem

38. Idem (p. 24)

39. Cartório do Único Ofício de Conceição do Araguaia (1964)

40. Ademar Guimarães (2007)

41. Idem

42. José Ribamar Ferreira (2007)

43 José Ribamar Ferreira (2007)

44. O avô de Romeu Maranhão Lima, Norberto Souza Lima, nasceu no Ceará e foi jovem para Itapecuru, Maranhão, onde nasceu o pai de Romeu, Joaquim Maranhão Lima. A família mudou-se depois para Couto Magalhães e para a corruptela da Gameleira nos campos do Pau D'Arco, em 1907, de onde mudou-se, em 1920, para Conceição. Norberto Lima faleceu em Conceição no ano de 1939. Cf. Romeu Maranhão Lima, entrevista concedida em julho de 2007 em seu estabelecimento comercial em Conceição do Araguaia.

45. Romeu Maranhão Lima (op. cit.)

46. Ademar Guimarães (2007)

47. José Ribamar Ferreira (op. cit.)

48. IBGE, Recenseamento do Brasil (1920; 1940;1950; 1960; 1970).

49. Jatobal era o núcleo urbano mais importante do município paraense de Jacundá, onde ficava o ponto final da Estrada de Ferro Tocantins e a sede da IMPEX. A empresa era de capital majoritário alemão e especialista na extração e exportação de madeiras. Cf. Laraia e Da Mata (1967:57); Julio Mocajuba (2006).

50. Carlos Ribeiro, corretor imobiliário que residia em São Paulo, foi o primeiro proprietário da fazenda Codespar, ao sul da Santa Tereza. O gerente dos trabalhos de abertura da fazenda foi José Carrion. Depois ele trabalhou também na abertura de várias outras fazendas, entre elas a Santa Fé e a Santa Ernestina, também de Carlos Ribeiro.

51. Júlio Mocajuba trabalhou nos anos 1959-60 como empregado da empresa madeireira alemã percorrendo as áreas com ocorrência de mogno na Amazônia oriental. Depois que a empresa paralisou as atividades fixou-se em Conceição do Araguaia. Com os projetos agropecuários que começaram a se implantar em 1967, empregou-se como escriturário contábil e de pessoal em várias fazendas, entre elas a Acapu, de Geremia Lunardelli e a Santa Ernestina, que pertenceu a Carlos Ribeiro. Em 1972 foi para Redenção e começou a ganhar a vida com um pequeno restaurante. Logo depois passou a trabalhar para Luiz Vargas, com a saída do sr.

Castro, assumindo a contabilidade e venda dos lotes do núcleo urbano. Os lotes eram financiados em até 20 parcelas.

52. Brito (2002)

53. Amazônia (1977a, p. 27)

54. Amazônia (1977b, p. 15)

55. Amazônia (1978:41)

56. Ademar Guimarães (1978)

57. Idem.

58. Ibidem.

59. Moreira Neto (1960:60)

60. José Ribamar Ferreira (2007)

61. Idem.

62. Moreira Neto (1960:90).

63. Em 1961, José Bueno Cintra trouxe a primeira boiada de gado da fazenda Colônia Boa Vista, em Jussara, no alto Araguaia, para a fazenda Santa Tereza, na Mata Geral, levando 45 dias. A boiada de raça superior à que era criada nos campos do Pau D'Arco, margeou o grande rio e passou pela ilha do Bananal, onde atravessou para o Mato Grosso na altura do atual município de Luciara.

64. CNBB (1977: 55-56).

65. Dentre os principais objetivos da SUDAM estavam: 1. Dedução de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas sediadas no país, para financiamento de projetos, aprovados pela SUDAM; 2. Isenção total ou redução de 50% do imposto de renda devido por 10 anos, para os empreendimentos instalados ou que viessem a se instalar até 31.12.1974; 3) Isenção de qualquer imposto e taxas incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos necessários à execução de projetos de empreendimentos que se localizassem na área de atuação da SUDAM; 4) Benefícios estaduais e municipais (CNBB, 1977:57).

PARTE III

CAPITALISMO NA FLORESTA (1969-2019)

1. Cartório do Único Ofício de Conceição do Araguaia, Livro 3B, fls. 6-7, 15 de fevereiro de 1963.

2. José Ribamar Ferreira (2007)

3. Maria Carrion (2007)

4. O ponto de apoio desse trabalho foi o rancho do Escritório, também conhecido como Rancho do Campo de Pousa do Isaac. Essa denominação decorria de ter sido o agrimensor Isaac, a serviço da Secretaria Estadual de Terras, quem havia aberto o pequeno campo de pouso e decolagem na fronteira entre os campos naturais e o início da floresta na segunda metade da década de 1950. Esses primeiros trabalhos topográficos foram comandados por Leopoldo Rodrigues dos Santos, advogado de Goiânia que intermediava e avalizava os trabalhos de identificação e medição das terras devolutas na região do Araguaia paraense junto ao governo do estado do Pará.

5. Romeu Lima (2007)

6. Campos (1976:11)

7. IBGE. Delegacia de Conceição do Araguaia, Recenseamento Geral, 1970. População e número de Prédios do Lugar Escritório (Povoado de Redenção), 1970.

8. Gilvan Bezerra da Silva (2006)

9. Em 1910, quando visitou a ilha do Bananal, Rondon apreciou as qualidades de seus indígenas e depois de criado o “Serviço de Proteção ao Índio” tudo fez para que na ilha se mantivesse uma de suas unidades. Ali foi instalado por Rondon o posto de Redenção de Santa Izabel, que prosperou de 1928 à 1930, quando a revolução interrompeu toda a obra assistencial aos índios, levando o posto ao abandono. Quando Getúlio Vargas, durante a Segunda Guerra Mundial, deu início à chamada marcha para oeste, através da Expedição Roncador Xingu, ampliada depois para Fundação Brasil Central, ele visitou a ilha do Bananal. Como homenagem ao visitante o nome do Posto de Redenção de Santa Izabel foi mudado para “Getúlio Vargas”, mas com as mudanças políticas e administrativas hoje figura nos mapas da Funai como “Posto Indígena Santa Izabel do Morro” (BORGES, 1987:359-60).

10. Cartório de Conceição do Araguaia, Livro 8, p. 85, 1972.

11. Em 1978, quando estive em Redenção pela primeira vez, visitei a fazenda de Benedito Vargas, chamada São Jerônimo, adquirida em seu nome por Luiz Vargas do governo paraense, juntamente com várias outras glebas devolutas, inclusive a correspondente ao atual núcleo urbano e outra adquirida em nome de sua mulher, Terezinha Vargas. Benedito Vargas era figura querida e folclórica na cidade. Seu rancho, como ele preferia chamar, denominava-se Curichão da Saudade, nome de um livro escrito pelo amigo, escritor e sertanista, Leolides de Ramos Caiado, e ficava quase em frente ao cemitério de Redenção, na divisa dos bairros hoje denominados Santos Dumont e Setor Popular. Com várias mangueiras e outras árvores frutíferas, era uma das áreas de lazer mais aprazíveis do lugar e situava-se, na verdade, no mesmo local onde outrora existiu o povoado de Santo Antonio de Solta. A casa era uma verdadeira obra de arte. Coberta com folhas de piaçava, era toda de madeira de lei da região. Tinha bancos de troncos, cadeiras de balanço presas com cipós às arvores, mesa de refeição arredondada com parte superior giratória para que todos pudessem acessar mais facilmente a comida caseira feita em fogão a lenha.

12. Cartório do Registro Único de Conceição do Araguaia, Livro 3D, fls. 26/27, de 26 de junho de 1972.

13. Campos e Melo (1975:14)

14. Giovanni Queiroz (2006)

15. Campos e Melo (1975:14)

16. Ademar Guimarães (1979)

17. Idem

18. Idem

19. Campos e Melo (1975:27)

20. Em Redenção constatou-se que a complementação das necessidades do escasso campesinato que subsistiu nos poros da formação capitalista dominante, foi realizada por meio do assalariamento de um ou dois membros da família – geralmente os filhos mais velhos – que, percebendo algum dinheiro nas serrarias locais, puderam viabilizar a continuidade da sobrevivência da família, enquanto unidade de produção e consumo, moldado no estilo de vida camponês. Este é, portanto, um dos artifícios que o campesinato das regiões de fronteira utiliza para

sobreviver como tal, quando na penetração ou expansão da frente capitalista no meio rural em que o mesmo se insere.

21. Diário de Carajás (Ano I, 1981:17)

22. Rio Maria, fundada em 1974 e Xinguara, em 1977, também foram, a exemplo de Redenção, distritos do município de Conceição do Araguaia até 1982. Só que, diferentemente de Redenção, Rio Maria surgiu como ponto de apoio às operações da madeireira Maginco e Xinguara nasceu pelo avanço da frente de expansão (camponesa) e não pelo avanço da frente pioneira (capitalista), embora, aquela tenha sido pressionada pelo avanço desta.

23. Além de Cumaru também eram conhecidos na região os garimpos: Macedônia, Goiaba, Babaçu, Peladinha, João Doza, Grota da Onça, Pedro Machado, José Mineiro, Gerson, Garimpo da viúva e Peladinho (Cf. Laport e Gouriou, 1980).

24. CPRM (1981:28)

25. Godfrey (1979)

26. Godfrey (1979:159)

27. idem

28. idem

29. Godfrey (1979:160)

30. Laport e Gouriou (1980)

31. Diário de Carajás, Ano I, número 01.

32. Em 1984 o Ministério das Minas e Energia instituiu a reserva garimpeira de Cumaru, com área de 95.145 hectares e também, criou, no mesmo ano, a reserva de Serra Pelada

33. Veja (1981:40); Diário de Carajás, Ano I, número 1, página 16.

34. CTMG (1982)

35. Idem

36. Arcelide Veronesi (2007)

37. Veja (1981); Fernando Lemos (2009)

38. Veja (op. cit.).

39. Diário de Carajás (op. cit.).
40. A solução do conflito foi intermediada pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo GETAT, Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins. O GETAT havia sido criado na mesma época da descoberta do Garimpo Cumarú para cuidar da grave situação fundiária e dos problemas de colonização na região do Bico do Papagaio, em função da ineficiência do INCRA. Em relação a esse conflito, o GETAT e a FUNAI, sob o comando do Conselho de Segurança Nacional, elaboraram um plano para o desenvolvimento das atividades no garimpo e a demarcação das terras indígenas.
41. CPRM (1982:25-7)
42. Luiz Vargas (1978); Luís Otávio Vargas (2006)
43. Silva (1961)
44. Ademar Guimarães (2007)
45. Pinto (2007) e Araújo (2010)
46. Giovanni Queiroz (2006)
47. Ianni (1978)
48. José Luiz Teodoro (2006)
49. Arcelide Veronesi (2007)
50. Jornal Opinião, 12.08.74 (Citado em CNBB, 1977:27)
51. Dória (1978: 66).
52. Idem.
53. Idem.
54. Cf. série de reportagens publicadas em o Estado do Pará, 1977a a 1977h, inclusive.
55. Arcelides Veronesi (2007)
56. Idem
57. Idem
58. IBGE (1970)

59. Governo do Estado do Pará/Poder Executivo: Lei nº 4.568, de 04 de junho de 1975. Representação dos moradores do Povoado de Redenção propondo a criação do Distrito de Redenção de acordo com a Lei Orgânica dos Municípios. A Assembleia Legislativa do ESTADO DO PARÁ estatuiu e eu sanciono a seguinte Lei: ART. 1º- Fica elevado à categoria de Vila o atual Povoado de Redenção no município de Conceição do Araguaia, nos precisos termos do Artigo 12, do Decreto-Lei nº 164, de 23.01.70 – Lei orgânica dos municípios. ART. 2º - A unidade política criada no artigo antecedente terá a denominação de Vila Redenção. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de junho de 1975. (a). Prof. Dr. Aloysio da Costa Chaves (Governador do Estado) e Alberto Seguin Dias (Secretário de Estado de Interior e Justiça).

60. Gerudes trabalhando como agrimensor ficou rico. Montou a rádio Oriente, comprou avião, tinha casa comercial tipo supermercado, a Casa Sol Nascente, que ficava em uma das esquinas principais da cidade. José Pinto era auxiliar que entregava os lotes e fazia serviços de manutenção das primeiras ruas. Luís Vargas trouxe mudas de árvores de Goiânia de avião. Muitas ruas foram abertas em sistema de mutirão, com machado, enxada, picareta, facão e foice. Tinham árvores, mas a maioria da terra era mais cerrado. Não tinha muita gente. As casas eram de palha e paredes de taipa (Júlio Mocajuba, 2006).

61. Governo do Pará (2018)

62. José Ribamar Ferreira (2007)

63. Segundo matéria publicada num jornal de Belém, todas as formalidades previstas para se criar o município de Redenção tinham sido regularmente cumpridas, a partir de um requerimento apresentado pelo deputado estadual Plínio Pinheiro Neto, em 18 de abril de 1979, e que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará. O mesmo deputado, em 22 de junho de 1981, deu entrada a um projeto de decreto legislativo que autorizou a realização de um plebiscito no Distrito de Redenção, no município de Conceição do Araguaia (O Liberal,1981).

64. Oliveira (2000).

65. Broili and Klohn (2006:13-15).

66. Broili and Klohn (2006: 3).

Referências

Livros, teses e artigos

AMAZÔNIA. *Revista da Associação dos Empresários da Amazônia*. Ano II, n. 21, novembro de 1976. (7-8)

AMAZÔNIA. *Revista da Associação dos Empresários da Amazônia*. Os Pioneiros da ocupação da Amazônia. Nicolau Lunardelli. Ano III, n. 25, mar. 1977a

AMAZÔNIA. *Revista da Associação dos Empresários da Amazônia*. Os Pioneiros da ocupação da Amazônia. João Lanari do Val. Ano III, n. 29, julho. 1977b (15-19)

AMAZÔNIA. *Revista da Associação dos Empresários da Amazônia*. Como cresce o Sul do Pará. Ano IV, n. 42, outubro de 1978

AUDRIN, José Maria. *Entre sertanejos e índios do norte: o bispo missionário Dom Domingos Carrerot*. Rio de Janeiro: Ed. Púgil Ltda.: Livraria Agir Editora, 1946.

ARNAUD, Luís Eduardo. A ação indigenista no sul do Pará (1940-1970). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* - Nova Série ant. Belém, n. 49, 1971.

ARNAUD, Luis Eduardo. A extinção dos índios Kararaô (Kayapó) – Baixo Xingu-Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém: INPA, CNPq Nova Série, n. 53, 1974.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Discriminação de terras de São Félix do Xingu. Belém, p. 5, 5 de abril de 1977a.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Corrida do ouro provoca tensão no Araguaia. Belém: Domingo, 30 de outubro, p. 3, 1977b.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Araguaia agora é novo “far-west” paraense”. Belém, p. 3, 7 de fevereiro de 1978a.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Terras às margens de rodovias volta ao Estado. Belém, p. 11, 17 de maio de 1978b.

BALDUS, Herbert. Problemas indigenistas no Brasil. *Revista América Indígena*, México, v. IV. p. 9-18, 1944.

BALDUS, Herbert. *Tapirapé. Tribo Tupi no Brasil Central*. São Paulo: Cia. Editora Nacional: Editora da USP, 1970.

BELLIZI, Ataliba Macieira. *Pesquisas antropométricas nos índios Mawé, Karajá e Kayapó*. Rio de Janeiro: SEDREGA, 1958.

BORGES, Durval Rosa. *Rio Araguaia, corpo e alma*. Prefácio: Gylberto Freire. São Paulo: IBRASA: Editora da USP, 1987.

BRITO, Wilton. A história dos grandes projetos privados no Pará: os enclaves. *Gazeta Mercantil*, Belém, 28 de março de 2002.

CAMPOS, Janildo de Souza e MELO, Alice de Souza. *Algumas considerações sobre os problemas socioeconômicos enfrentados pelos migrantes na área do Polo Carajás*. Belém: SUDAM, jul. 1975. Mimeografado.

CARVALHO, Horário Martins de. “A privatização das terras da Amazônia: (Relendo a CPI da Terra). *Revistas da Associação Regional dos Sociólogos*. Belém: n. 4. p. 79-111, 1979.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da Terra. Posse e Conflitos*. Estudos da CNBB-CEP. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1977.

DÓRIA, Palmério. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: História Imediata: Alfa-Omega, 1978.

EM TEMPO. Questão camponesa ou questão operário-camponesa? Belo Horizonte: 20.02 a 16.03, 1978, p.6

FERNANDO, Aníbal. A área mais tensa do país: às margens da Transamazônica luta-se pela posse de terra virgem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, domingo, 1º caderno, p. 7, 2 de janeiro de 1977a.

FERNANDO, Aníbal. A violência contra os posseiros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, terça-feira, p. 6. 4 de janeiro de 1977b.

FERNANDO, Aníbal. O medo vive em Redenção: Outra cidade da rota da violência, na área mais tensa do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, quarta-feira, 5 de janeiro, p. 8. 1977c.

FERNANDO, Aníbal. A força domina floresta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, quinta-feira, 6 de janeiro de 1977d.

FERNANDO, Aníbal. A vila do ponto zero: As novas estradas significam novas cidades no Pará. *Folha de São Paulo*, São Paulo, sexta-feira, 7 de janeiro de 1977e.

FERNANDO, Aníbal. Rio Maria, como no Oeste: tiros, índios, disputa de terras, pistoleiros e uma polícia corrupta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, sábado, 8 de janeiro de 1977f.

GODFREY, Brian John. *Road to Xingu: frontier settlement in Southern Pará, Brazil*. 1979. (Master's Thesis) - University of California, Berkeley, 1979.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras*. Trajetórias da União Democrática Ruralista-UDR. Belém: NAEA, 1999. p.167

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais. In: HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. *Colonização para quem?* Belém: UFPA/NAEA, 1979 a. (113-150)

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. Colonização e Fronteiras: Articulações no Nível Econômico e no Nível Ideológico. In: HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. *Colonização para quem?* Belém: UFPA/NAEA, 1979b. (151-167)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. VI *Recenseamento Geral-Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. VII *Recenseamento Geral-Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Caderneta do Pesquisador do Censo Demográfico de 1970 da Agência de Conceição do Araguaia*. Conceição do Araguaia, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. VIII *Recenseamento Geral-Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse Preliminar do censo Demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ - IDESP. Diagnóstico do município de Conceição do Araguaia. *Relatório de Pesquisa nº 04*. Belém; Governo do Estado do Pará. 1977.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

IGLÉSIAS, Francisco. *Catinga e chapadões*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (Coleção Brasileira, n. 271, 2. ed. 2 v.).

KLAUTAU, Afonso; WAGNER, Bill. Redenção: posseiros despejados reclamam justiça. *O Estado do Pará*. Belém, 12 de dezembro de 1977. (1; 11)

LAPORT, Paul; GOURIOU, François. O garimpo e o ouro. Conceição do Araguaia, 1980. Mimeo. Citado por SILVA, Idelga Santiago da. Política e Economia no Município de Redenção. 1990. Monografia (Conclusão do curso de Graduação em História) - Universidade Federal do Pará, Marabá, 1990.

LARAIA, Roque de Barros; DA MATA, Roberto. *Índios e castanheiros*. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1967.

LUZ, Isaú Coelho. *Rastros e pegadas*. Goiânia: Editora Kelpes, 2004.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. de. *História Econômica*. 3. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: Cadernos UFAC, 1988. (Série Estudos e Pesquisas, n. 1).

MARTINS, José de Souza. O tempo da Fronteira – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 1975.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975 a. p. 43-50.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. A cultura pastoril do Pau D'arco. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 10. Nova Série, INPA, CNPq, mar. 1960.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. Relatório sobre a situação atual dos índios Kaiapó. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 7, n. 1 e 2, p. 49-64, jun./dez. 1959.

O CATÓLICO. A história da minha paróquia. Revista da Paróquia Cristo Redentor, n. 70. Redenção: abril de 2007.

O CRUZEIRO. Homens brancos na aldeia dos Caiapós. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1952. p. 16-26

O ESTADO DE SÃO PAULO. Conflitos pela terra, um desafio na Amazônia: os colonos chegam e povoam o deserto. São Paulo, domingo, 29 de maio de 1977.

O ESTADO DO PARÁ. ITERPA e INCRA: duas posições dentro da filosofia da terra. Belém, p. 6, 3 de dezembro de 1977a.

O ESTADO DO PARÁ. Conflito em Redenção. Belém, p. 1, 10 de dezembro de 1977b.

O ESTADO DO PARÁ. A terra da aflição. Redenção. Onde o gatilho ainda é mais rápido (e mais forte) que a lei". Belém, caderno especial, p. 1-6, 13 de dezembro, 1977c.

O ESTADO DO PARÁ. Exército garante paz em Redenção. Incra diz que os títulos da "Chaparral" são legítimos. Belém, p. 2, 14 de dezembro de 1977d.

O ESTADO DO PARÁ. Intensificam-se buscas ao avião na rota de Marabá. Belém, p. 16, 18 de dezembro de 1977e.

O ESTADO DO PARÁ. Desaparecimento do avião permanece inexplicado. Belém, p. 1 e 11, 19 de dezembro de 1977f.

O ESTADO DO PARÁ. Ex-Juiz de Redenção reafirma sentença. Belém, p. 14, 23 de dezembro de 1977g.

O ESTADO DO PARÁ. Resgatados os corpos e os destroços do CESSNA em Redenção. Belém, p. 13, 25 de dezembro de 1977h.

O ESTADO DO PARÁ. Bispos querem política fundiária mais justa. Belém, p. 8, 12 de setembro de 1979.

O LIBERAL. Outro litígio: Posseiros expulsos do Araguaia. Belém, p. 20, 27 de julho de 1978a.

O LIBERAL. Posseiros: INCRA garante direitos. Belém, p. 9, 1 de agosto de 1978b.

O LIBERAL. O progresso assalta Conceição do Araguaia. Belém, p. 12-13, 15 de novembro de 1981.

OLIVEIRA, Viviane Veras de Paula. A Eficácia dos instrumentos de preservação ambiental: uma análise da Reserva Legal, áreas de preservação permanente e EIA/RIMA ante a pecuária extensiva nos municípios que integram a Comarca de Redenção. Monografia (Curso de Especialização em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PIRES, Suely Gonçalves. *Amazônia de encantos e desafios*. Goiânia: S.L. Editora, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Lei Municipal nº 195. Aprova os limites do Distrito de Redenção e dá outras providências. Conceição do Araguaia. Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, 23 de junho de 1975.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Decreto nº 025. Regulamenta a Lei nº 228, de 15 de maio de 1977. Dispõe sobre a utilização das terras do patrimônio municipal. Conceição do Araguaia: 10 de junho de 1977.

SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua história 1889-1897*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, 2007.

SANTOS, Roberto. A Economia do Estado do Pará. Belém: IDESP, *Relatórios de Pesquisa 10*, 1978.

SILVA, Fábio Carlos. *Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia oriental brasileira*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

SILVA, Idelga Santiago da. *Política e economia no município de Redenção*. 1990. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Pará, Marabá, 1990.

VEJA. Lá em Redenção a gente vive e vence. São Paulo: Editora Abril, 20 de setembro de 1978.

VEJA. Os sonhos de Cumaru: E brota um novo eldorado no Pará. Em Cumaru, 15.000 homens tiram 12 quilos de ouro por dia. São Paulo: Editora Abril, 11 de fevereiro de 1981. p. 40-41

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Editora DIFEL, 1976.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VILLAS-BOAS, André *et al.* Faroeste e sem xerife. *Isto É*, São Paulo, 8 de março de 1978. p. 26-34

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. In: WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979. p. 279-312.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução: Lélío Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editoras Hucitec e Edusp, 1993.

Relatórios e outros documentos

ARAÚJO, OTÁVIO. *Morre pioneiro José Pinto*. Blog do Otavio Araújo. Redenção: 21 de agosto, de 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DA ESCOLA SUPERIOR LUIZ DE QUEIROZ. *Relação dos ex-alunos*. Disponível em: www.adealq.org.br/ex-alunos. Acesso em: jan. 2007.

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA DE TERRAS DA MATA GERAL. Belém: *Diário Oficial do Pará*, Belém, 9 de fevereiro de 1963.

BROILLI, Chris; KLOHN, Mel. *Technical Report for the Cumaru-Gradaús Gold Project, Pará State, BRAZIL*. Washington: BK Exploration Assoc, May 1, 2006.

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Registro dos Títulos de Terra que constituem a Companhia de Terras da Mata Geral. Livro 3B, página 100, Registros 1026 e 1027. 13 e 16.10.1964.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM. *Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros: Área Cumarú*. Relatório Anual. Belém: CPRM, 1981.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM. *Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros: Área Cumarú*. Relatório Semestral. Belém: CPRM, 1982.

COMPANHIA DE TERRAS DA MATA GERAL. *Estatuto da Cia. de Terras da Mata Geral*. Belém: Cartório Queiroz Santos, Livro 171, fls 22-26, 01.02.1963.

COMPANHIA DE TERRAS DA MATA GERAL - CTMG. Ofício dirigido ao SNI. São Paulo, 26 de janeiro de 1981.

COMPANHIA DE TERRAS DA MATA GERAL - CTMG. *Relatório da Diretoria*. Exercício 1981 e anteriores. São Paulo, setembro de 1982. Datilografado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Lei nº 4.568, de 04 de junho de 1975. 1975.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. *Inventário da Oferta Turística do município de Redenção-PA*. Redenção: Prefeitura de Redenção; Belém: Secretaria de Turismo do Pará, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Situação cadastral e tributária dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, no Estado do Pará*. Vol. IV, Belém: INCRA-Coordenadoria Regional do Norte, 1979a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Situação cadastral e tributária dos maiores imóveis rurais no estado do Pará*. Belém: INCRA-Coordenadoria Regional do Norte, 1979b.

SILVA, Gerudes Gomes da. *Manuscritos autobiográficos*. Conceição do Araguaia, 1961.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. *Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais*. Codespar S.A. Belém: SUDAM, 1966a.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. *Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais*. Cia Agropecuária Nazareth S.A. Belém: SUDAM, 1966b.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. *Relatório Técnico de Análise dos Projetos Agropecuários que solicitaram incentivos fiscais*. Fazenda Santa Ernestina S.A. Belém: SUDAM, 1967.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. *Situação Cadastral e Tributária dos Projetos Agropecuários aprovados pela Sudam*. v. 1. Belém: SUDAM, agosto 1975.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *Programa de Polos agropecuários e agrominerais da Amazônia: POLAMAZÔNIA-Polo Xingu-Araguaia*. Belém: SUDAM, 1977.

Entrevistas e Depoimentos

Ademar Guimarães. Entrevistas realizadas no Hotel Guimarães, Redenção, em novembro de 1978 e 26 de julho de 2007.

Arcelide Veronesi. Entrevista realizada em sua casa em Redenção em 27 de julho de 2007.

Cássio Carvalho do Val, entrevista realizada na sede da Fazenda Santa Tereza, Redenção, em 10 de novembro de 2006.

Fernando Lemos. Pesquisador e técnico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. Entrevista realizada na sede da CPRM, em Belém, em 06.03.2009.

Gilvan Bezerra da Silva. Entrevista realizada em sua casa em Redenção, em novembro de 2006.

Giovanni Queiroz, entrevista realizada em seu escritório em Redenção, em 10 de novembro de 2006.

José Alves Pinto. Entrevista realizada em Redenção, em julho de 2007.

José Bueno da Silva. Entrevista realizada em Redenção, em 8 de dezembro de 2006.

José Luiz Teodoro, o Chocolate. Entrevista realizada em sua casa, Redenção, em 11 de novembro de 2006.

José Ribamar Ferreira. Entrevista realizada na Fazenda Triunfo, Redenção, em julho de 2007.

Júlio Mocajuba. Entrevista realizada em Redenção, em 8 de dezembro de 2006.

Luiz Otávio Vargas Dumont. Entrevista realizada em Goiânia, em julho de 2006.

Luiz Vargas Dumont. Entrevista realizada em Redenção em 1978.

Luiz Mendonça. Depoimento enviado por correio eletrônico em maio de 2008.

Maria Carrion. Entrevista realizada em sua fazenda, em Redenção, em julho de 2007.

Romeu Maranhão Lima. Entrevista realizada em seu estabelecimento comercial, em Conceição do Araguaia, em julho de 2007.



Esta obra foi impressa na cidade de Belém.
Fonte Minion Pro / 11/16 em papel Ap90g
e o da capa couchê 300 no ano 2019.

